



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM DIREITOS HUMANOS**

**ATRAVÉS DO ESPELHO: O RECONHECIMENTO DAS MULHERIDADES
TRANSGÊNERAS**

MANOEL PEREIRA DA CRUZ NETO

**GOIÂNIA - GO
2018**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinadas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do Material Bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:


Nome Completo do Autor: Manoel Pereira da Cruz Neto

Título do Trabalho: Através do Espelho: O Reconhecimento das Mulheridades Transgêneras

3. Informações de Acesso ao Documento:


Concorda com a liberação total do documento **SIM** **NÃO**

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Me. Manoel Pereira da Cruz Neto
Assinatura do autor

Ciente e de acordo:



Dra. Cerise de Castro Campos
Assinatura da orientadora

Data: 08/12/2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM DIREITOS HUMANOS**

**ATRAVÉS DO ESPELHO: O RECONHECIMENTO DAS MULHERIDADES
TRANSGÊNERAS**

MANOEL PEREIRA DA CRUZ NETO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás (PPGIDH-UFG) como pré-requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos, sob orientação da Profa. Dra. Cerise de Castro Campos.

**GOIÂNIA - GO
2018**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

PEREIRA DA CRUZ NETO, MANOEL
 ATRAVÉS DO ESPELHO: O RECONHECIMENTO DAS
 MULHERIDADES TRANSGÊNERAS [manuscrito] / MANOEL
 PEREIRA DA CRUZ NETO. - 2018.
 185 f.

Orientador: Profa. Dra. CERISE DE CASTRO CAMPOS.
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Pró
 reitoria de Pós-graduação (PRPG), Programa de Pós-Graduação em
 Direitos Humanos, Goiânia, 2018.
 Bibliografia. Anexos.
 Inclui abreviaturas.

1. SEXUALIDADE. 2. MULHERIDADES. 3.
 TRANSGENERIDADES. 4. RECONHECIMENTO. 5. CORPO. I. DE
 CASTRO CAMPOS, CERISE, orient. II. Título.

CDU 342.7



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS E PESQUISAS EM DIREITOS HUMANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM DIREITOS HUMANOS

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DO MESTRANDO MANOEL PEREIRA DA CRUZ NETO

Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, às nove horas, no Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG), foi instalada a sessão pública para julgamento da dissertação final elaborada pelo mestrando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás, Manoel Pereira da Cruz Neto, matriculado sob o número 2016101775, intitulada: "Através do espelho: o reconhecimento das mulheridades nas sexualidades femininas transgêneras". Após a abertura da sessão, a Profa. Dra. Cerise de Castro Campos (UFG), orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores, Prof. Dr. Eduardo Ramalho Rabenhorst (UFPB), Profa. Dra. Amara Moira (UNICAMP) e Profa. Dra. Rosani Moreira Leitão (UFG). Foi dada a palavra ao mestrando, que expôs seu trabalho. Em seguida, procedeu-se a arguição da dissertação, iniciando pelo examinador externo da banca, seguida imediatamente pela resposta do mestrando. Ao final, a banca reuniu-se em separado para avaliação do mestrando. Discutido o trabalho e o desempenho do mestrando foram solicitadas as correções no texto que seguem em anexo a esta ata. A banca julgadora considerou o mestrando aprovado e foi, então, declarado mestre em Direitos Humanos pelo presidente da banca examinadora. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por todos e entregue à Secretaria do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos, para os fins.

Cerise de Castro Campos

Profa. Dra. Cerise de Castro Campos (UFG)
Presidente

Prof. Dr. Eduardo Ramalho Rabenhorst (UFPB)
Examinador Externo

Amara R F Moira

Profa. Dra. Amara Moira (UNICAMP)
Examinadora Externa

Profa. Dra. Rosani Moreira Leitão (UFG)
Examinadora Interna



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS E PESQUISAS EM DIREITOS HUMANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM DIREITOS HUMANOS

CORREÇÕES SOLICITADAS PELA BANCA EXAMINADORA

Foi recomendado a mudança do título da dissertação para: "através do 'Espelho : o reconhecimento das mulheridades transgêneras" e também a complementação das discussões metodológicas.*

Cezine de Castro Campos

Dedicamos essa dissertação de mestrado a todas as mulheres, adjetivadas ou não, especialmente àquelas que deram suas vidas na luta pelo reconhecimento de suas mulheridades e tantas outras pessoas que são resistência contra as violações aos direitos destas mulheres.

POEMA D'ALGUMA MULHER

Manoel Pereira da Cruz Neto

*Não te entrego meu corpo porque ele não te pertence
Mas partilho contigo meu reconhecimento, o meu eu
Para ti, serei sempre um nome que me destes
E deste nome, fui além da carne, me fiz humana, me fiz mulher*

*Não assinei esse contrato que me impuseste
De mãos que derramam meu sangue e de minhas irmãs
Para que reafirmes o teu contrato e mantenha tua binomia
De palavras que se inscrevem sobre meu eu*

*Não serei a definição de tuas palavras
Pelo contrário, escrevi meu próprio vocabulário
Cujo papel é minha carne e a tinta meus desejos
Que me libertam das amarras que me colocaste*

*Serei, acima de tudo, meu próprio eu, a desejada
Já-mais serei 'A Mulher, mas serei contada como Alg'Uma
Porque não somos lógica universal, somos únicas
E temos um gozo que jamais tu hás de descrever*

*Sou através do espelho, mais do que teus olhos podem ver
A imagem refletida de um ser sempre eu
Sou além das inscrições das palavras em minha sexualidade
Sou mais, ainda, um eterno desejar*

*Serei sempre a incógnita, a anciã, a jovem, a sábia
Serei sempre o artigo a, mas quando desejar também serei o
Pois tuas amarras já não me prendem mais
Sou livre, cujo nome apenas é Mulher*

AGRADECIMENTOS

Agradecer é o mais sublime ato de reconhecimento. Esta dissertação jamais seria possível sem que diversas mãos segurassem as minhas. Na pluralidade dos dedos a linguagem dialogada transformou-se em escrita.

Agradeço primeiramente a espiritualidade nas suas diversas manifestações, especialmente ao panteão dos Orisàs, as entidades, aos guias e mentores: a caminhada no aprendizado do amor, da humildade e do serviço nem sempre são fáceis, mas somente o olhar para o outro nos permite olhar a nós mesmos na busca da evolução;

Aos meus pais Edilvar e Eliani: agradeço por me proporcionarem uma educação fundamentada no amor, por me ensinarem o verdadeiro sentido da palavra sacrifício, por me concederem oportunidades que eu jamais teria, por me transmitirem os valores humanos, por me amarem nas minhas diferenças, na minha diversidade. Na poeira das mãos do cultivo da terra ou do giz na lousa, com vocês eu aprendi a transformar;

À minha irmã Michelle: agradeço por ser mais do que um laço sanguíneo, por ser minha companheira, minha amiga, minha cúmplice, por ser minha alma gêmea. Com você eu aprendi que o amor está além do tempo e da história, que a distância não limita a presença, que o amor dura uma eternidade quando uma única alma em dois corpos resolve se reencontrar;

Aos meus sobrinhos Bernardo e Mateus: agradeço por me ensinarem o valor das palavras, da partilha, dos sorrisos, dos limites, do respeito, da sinceridade e dos sonhos. Com vocês eu aprendi que criar laços é o verdadeiro sentido de cativar;

Ao meu companheiro Frederico, meu Fred: agradeço por me ensinar a partilhar uma vida, por me fazer acreditar que é possível amar, por fazer de dois caminhos um percurso em conjunto. Agradeço pelo respeito às minhas madrugadas solitárias, por escutar minhas angústias da escrita, por estar ao meu lado, por cuidar de mim, por me amar. Eu te amo.

Às nossas interlocutoras desta pesquisa: agradeço por me acolherem, mesmo quando eu era um mero desconhecido, por abrirem as portas de suas subjetividades, por me permitirem dialogar com suas vivências, por me conduzir a reflexões da construção de minha própria sexualidade. Construimos uma escrita, um diálogo, nossa dissertação, vivências a expressar;

À minha amiga Lázara: agradeço por me ensinar o verdadeiro significado da palavra fé, por me carregar no colo quando meus pés já não mais suportavam a caminhada, por

sempre acreditar em mim, por me dar oportunidade de estar em sua vida, por me ensinar que as diferenças não nos separam, mas aproximam, e ainda podem se tornar amigos;

A minha amiga Ilka: agradeço por ser meu escudo quando tentavam me atacar, por ser meu ombro amigo quando eu precisava chorar, por me dar esperanças quando começava a desanimar, por me ouvir quando eu precisava falar, por me proporcionar oportunidades para evoluir. Com você aprendi a beleza e a riqueza da vida, que impossível deixar de lutar;

Ao colega Luiz e as colegas de mestrado Jéssica, Vanessa, Raquel, Anna Carol, Anna Raquel, Katariny e Iodenis: agradeço por fazerem deste mestrado um momento especial da minha vida, por me oferecerem sorrisos, abraços e afetos. Agradeço por tornarem a colegialidade um laço de união;

Ao amigo Resigno e sua mãe Dona Catarina: agradeço por me abrirem as portas de sua casa quando precisei me isolar, por me oferecerem um lar quando pedi apenas um lugar. Agradeço, meu querido amigo, pelas intervenções que me fizeram crescer, pelas contribuições que mudaram meu olhar;

Ao meu analista Renato: sem sua escuta eu não seria arremessado aos novos e desconhecidos lugares, eu desconheceria o significado da palavra amor, eu não me resignificaria. Contigo aprendi que não se pode ensinar, somente aprender;

Ao meu primeiro orientador Prof. Douglas: agradeço por me acolher, por aceitar o desafio desta escrita, por me apresentar conceitos e leituras que jamais pude imaginar, por me fazer refletir, por me ensinar a persistir. Com sua saída, aprendi que seja breve enquanto durar;

À minha segunda orientadora Profa. Luciana: agradeço por possibilitar o meu reconhecer, por me ensinar a resistir, que em alguns momentos é sábio mudar;

À minha orientadora atual Profa. Cerise: agradeço especialmente a você, querida Cerise, por me ensinar, por me acolher, por me libertar. Com você aprendi que servir é a melhor forma de amar, que das diferenças se realizam encontro de iguais, que é possível viver e praticar os Direitos Humanos nos gestos mais simples. Agradeço por me dar asas para voar;

À Delegada Laura: agradeço por suas intervenções, por compartilhar de suas vivências, por me dar teus olhos para enxergar. Esta dissertação também é sua, pois através de teus olhos a escrita e a pesquisa puderam se transformar;

A Profa. Rosani e ao Prof. Jean: agradeço por suas contribuições, por nosso encontro, pelo nosso caminhar. Com vocês aprendi que há diversas formas de amar, que podemos permanecer com nosso estilo próprio, desde que haja proposição para dialogar;

A Profa. Amara e ao Prof. Eduardo: agradeço por aceitarem o convite de avaliar esta escrita, por fazerem deste nosso encontro um aprendizado, por emprestarem seus olhos para compreender a sexualidade sem normatizar;

À Profa. Helena: agradeço por me ensinar o diálogo, a ser uma *lady* quando é necessário, a acolher e respeitar a diferença quando ela se expressar. Com você, minha querida, aprendi que os Direitos Humanos são conquistas que devemos efetivar no cotidiano;

Ao Prof. Franckie e à Prof^a. Michele e Prof^a. Vilma: agradeço pelos diálogos nas aulas, pelas leituras que contribuíram para que eu pudesse aprender, pela desconstrução de conceitos que me foram ensinados. Com vocês, aprendi que ser mestre é saber compartilhar;

Aos Professores e as professoras da graduação: agradeço por entenderem minhas ausências, meus atrasos e minhas angústias da dupla jornada do aprendizado. Com vocês aprendi que o Direito só é possível quando seus princípios e normas possam ser aplicados sem fazer exclusões;

Por fim, à CAPES: agradeço pela concessão da minha bolsa de pesquisa, com ela pude me dedicar, aprender a me tornar mestre, e contribuir para que a academia possa transformar a sociedade e as realidades desse país.

Este escritor, acadêmico e poeta agradece a você, caro leitor, para que nas inacabadas linhas que seguem, possa construir seu conhecimento; ressignificar seus conceitos. Se não conseguires se apaixonar pelas sexualidades não normativas, ao menos, tenha em tuas vivências a prática do respeito, do diálogo, da alteridade e hospitalidade para oferecer.

RESUMO

“Através do espelho: o reconhecimento das mulheridades transgêneras” apresenta os resultados de minhas imersões no mundo da sexualidade, de forma especial, nas vivências de mulheres goianas que resistem aos dispositivos de poder que normatiza, categoriza e se inscreve sobre a sexualidade por meio da adjetivação transgênera. A partir de uma escuta dialógica com fundamentação hermenêutica, dos relatos de vida de mulheres que vivenciam as transgeneridades, objetivou-se escutar e compreender os processos de autorreconhecimento e o reconhecimento social realizados nas expressões de suas mulheridades. A reflexão de categorias conceituais que normatizam e se inscrevem sobre os corpos e sexualidade humana se constituíram como o principal fundamento de escrita desta dissertação. Dialogamos, tal como a escuta clínica, as relações estabelecidas entre a linguagem que constrói a subjetividade e os relatos de suas vivências que desvelam os reconhecimentos e nomeações destas mulheres, que apesar da violência simbólica, discursiva, política e social, reinventam seus corpos, e fazem destes, seu maior instrumento e discurso na luta pela reivindicação do reconhecimento. Sexualidade, corpo, transgeneridades, reconhecimentos e mulheridades constituíram-se como lentes conceituais que possibilitam um olhar através do espelho, das quais as vivências e subjetividades foram apresentadas. Os resultados demonstram que a sexualidade é um campo amplamente utilizado para a inscrição linguística de normatividades sobre os corpos, desejos, afetos, sentimentos e comportamentos; as transgeneridades compreendem uma multiplicidade de expressões de sexualidade não normativas; a transgeneridade é uma condição imposta a estas mulheres por instituições que regulam a sexualidade humana; os processos de reconhecimento são plurais, sendo lugares de desejo, sejam sexuais ou de afirmação de uma autenticidade do ser mulher; e o corpo se constitui como locus de disputa de poder e de construção das identidades.

Palavras-Chave: Sexualidade; Corpo; Transgeneridades; Reconhecimentos; Mulheridades.

ABSTRACT

“Through the mirror: the recognition of transgender womanhood” presents the results of my immersions in the world of sexuality, especially in the experiences of women from Goiania who resist power devices that normalize, categorize and inscribe on sexuality through transgender adjectivization. From a dialogical listening with hermeneutical ground along with life-stories of women who experience transgenderhood, it was aimed to listen and comprehend the processes of self and the social recognition performed in their womanhood expressions. Reflections over conceptual categories that normalize and inscribe on bodies and human sexuality cover the main basis of this dissertation writing. We discuss, such as the clinical listening, the relations established between the language that constructs subjectivity and their life-stories that reveal acknowledgments and nominations of such women, who, despite symbolic, discursive, political and social violence, do reinvent their own bodies. Also, they make it their greatest instrument and discourse in the struggle for recognition claims. Sexuality, body, transgenderhood, recognition and womanhood made up conceptual lenses that allow a glance through the mirror, from which the experiences along with subjectivities were presented. Results have shown that sexuality is a field widely used for the linguistic inscription of normativeness on the bodies, desires, affections, feelings and behaviors; transgenderhood comprise a multiplicity of non-normative expressions of sexuality; then transgenderhood is a condition imposed on these women by institutions that regulate human sexuality; the processes of recognition are plural, being the desire locus, whether sexual or the affirmation of an authenticity of being a woman; and the body is constituted as a locus of power struggle and the construction of identities.

Keywords: Sexuality; Body; Transgenderhood; Recognition; Womenhood.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALGBT	Associação de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CF/88	Constituição Federal de 1988
CID	Código Internacional de Doenças
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
HC	Hospital das Clínicas
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PPGIDH	Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar de Direitos Humanos
Projeto TX	Projeto Transexualizador
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TED	Technology, Entertainment, Design
UFG	Universidade Federal de Goiás

Sumário

TRAÇADOS DE UMA HISTÓRIA CRUZADA	13
II. Através do espelho: da mulher Alice ao reconhecimento das mulheridades nas múltiplas Alices	24
III. E os encontros dialógicos tornaram-se escrita.....	26
1. DE OXUMARÉ A LILI ELBE: OS PERCURSOS DA SEXUALIDADE E AS INCRICÕES DE NORMATIVIDADE SEXUAL	29
1.1 Histórias da sexualidade: os percalços para imposição de uma heterossexualidade compulsória	29
1.2 Sexo e gênero: o corpo como locus político de disputa de poder.....	38
1.3 Orientação sexual: o imperativo implícito de uma autonegação social	46
1.4 Identidades de gênero: A reconstrução constante da subjetividade pelas mulheridades e masculinidades inscritas historicamente pela sociedade	52
1.4.1 A pluralidade e a superação dos arquétipos normativos: da inexistência d'A Mulher a vivência das mulheridades.....	55
1.4.2 Masculinidades: a busca da superação binária de vivência dos gêneros.....	63
1.5 Expressões de gênero: rompimentos com as fronteiras normativas	68
1.6 Oxumaré e Lili Elbe: do gênero líquido à transgeneridade normativa.....	70
2. DE SANTA A LOUCAS: OS PERCURSOS E RECONHECIMENTOS DAS MULHERIDADES.....	77
2.1 Bruxas, históricas e feministas: os nomes da transgressão e loucura feminina.....	77
2.2 O discurso na regulação do corpo: as vivências das transgeneridades.....	84
2.3 Despatologização de sexualidades: a inclusão que pode excluir.....	90
2.4 Autorreconhecimento e reconhecimento social nas transgeneridades: a conquista de direitos se reatualiza permanentemente	98
2.5 O reconhecimento das transgeneridades: olhares e leituras sobre a diferença.....	107
3. DA TRANSEXUALIDADE ÀS TRANSGENERIDADES: AS SEXUALIDADES E OS CORPOS SE REIVENTAM	116
3.1 Transgeneridades: as sexualidades femininas e suas nomações.....	116
3.2 Através do espelho: a reinvenção do corpo nas transgeneridades.....	127
3.3 Cirurgia de reaparelhamento genital: um demarcador na construção das mulheridades ..	138
3.4 Passabilidade: as vivências da diversidade pelos olhares normativos.....	145
3.5 A mulher no discurso jurídico: uma hermenêutica que pode negar direitos	150
CONSIDERAÇÕES (IN)FINAIS: OS DIÁLOGOS PERMANECEM.....	160

REFERÊNCIAS	166
ANEXOS	173
ANEXO I – ROTEIRO DE ENTREVISTA	173
ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE	175
ANEXO III – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFG	179

TRAÇADOS DE UMA HISTÓRIA CRUZADA

“As pessoas vão ler essa pesquisa e vão saber que realmente tem um coração de mulher batendo naquele peito”.

Nany¹.

Durante muito tempo pensei em como escrever a apresentação desta pesquisa. Linhas foram escritas, apagadas e reescritas. Talvez porque a arte do escrever jamais consiga abarcar completamente nossas expectativas, anseios, desejos e afetos. Talvez, porque a auto exigência de construir uma pesquisa que consiga descrever o diálogo estabelecido acerca da multiplicidade das vidas e histórias que transformaram minha compreensão acerca da sexualidade humana, quase me conduziram à tentativa de um perfeccionismo. Mas afinal, nada está completo, na realidade é a incompletude, as lacunas não preenchidas pelo pesquisador, que propiciam a beleza e a riqueza do conhecimento.

Tentamos traduzir em linguagem escrita as nossas vivências, experiências e escutas que nos propiciam a construção desse eu: resultado do traçado de histórias cruzadas, afinal estamos sempre em processo de reconstrução e ressignificação da linguagem que se inscreve sobre nós. Mas acima de tudo, porque talvez não soubesse como demonstrar proficuamente minha relação com a pesquisa e especialmente com as queridas mulheres transgêneras, além dos questionamentos efetuados por ser considerado um homem, conceituado socialmente de cisgênero, a falar de mulheridades, numa sociedade, cuja temática em voga, se direciona à legitimidade dos lugares de fala.

Cabe observar que a adoção do termo Mulheridades evoca não apenas as multiplicidades da Mulher, mas a tentativa de escavar algumas de suas múltiplas significações, uma vez que o ser Mulher sempre será inesgotável, sempre será um mistério, como afirma Valentina:

Gabriel Marcel, que é um fenomenólogo e um filósofo da existência sui generis, assim, sem palavras pra descrever. Ele dizia que o ser é essencialmente um mistério. Ser é ser misterioso. O ser não é um problema que se decifra, nem um enigma que é revelado, ser mistério significa ser sempre mais. Quanto mais se entra para desvendar um mistério, mais tem ali pra ser desvendado, ele é inesgotável. Quando fala ser, ser mulher, é falar de uma modalidade de ser inesgotável em na sua força de expressão.

A impossibilidade do desvelamento do Ser Mulher não impede de encontrar alguns de seus signos e sentidos. A escuta, quando realizada numa relação de reconhecimento,

¹ Nome fictício utilizado em substituição do nome de uma das interlocutoras da pesquisa.

possibilita a apreensão de alguns de seus significados e nos insere numa linguagem que nos atravessa e ressignifica nosso eu, nossas compreensões e os sentidos que atribuímos às experiências que ocorrem no campo do real.

Essas transformações nos arremessam a outros lugares, uma vez que o lugar anterior já não nos cabe mais e a palavra tem força suficiente de *in-pulsionarmos*. Tal fato ocorreu com o uso do adjetivo transgêneras durante a realização desta dissertação. Inicialmente compreendia que esta adjetivação correspondia muito mais a uma adequação acadêmica, das ciências médicas e movimentos sociais do que da nomenclatura realizada pelas vivências d'algumas mulheres. Não me cabe nominá-las, pois o nome se inscreve sobre o corpo e nele institui suas marcas. Deixo que as mesmas se apresentem e determinem ou não as adjetivações que se inscrevem sobre o Ser numa sociedade que objetiva nominar para exercer controle.

Minha relação com a transgeneridade se iniciou em meados de 2008 por meio do Transgrupo Marcela Prado em Curitiba. Neste período eu ansiava compreender quais os principais fundamentos para a existência de discriminação e preconceito dentro de um mesmo movimento social, uma vez que homossexuais e lésbicas não aceitavam ou não lidavam bem com as denominadas travestis e transexuais. Talvez esta reação se fundamente na maior dificuldade humana: o aprendizado em respeitar e reconhecer as diferenças que constituem o mosaico da humanidade.

Na tentativa de aprofundar-me nesta seara da sexualidade, realizei um projeto de iniciação científica para apreender as diferenças existentes entre a travestilidade e a transexualidade feminina. Minha imaturidade acadêmica não me permitiu tanto desvelar tais diferenças, pois estava mais preocupado em subsumir conceitos teóricos à realidade do que ir ao encontro de escuta profícua das subjetividades, que posteriormente, se tornaram verdadeiras amigas.

Provocado, decidi escrever meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para ser diplomado como Formação de Psicólogo sobre a transgeneridade lésbica, sobre as sexualidades que se constituem para além do homem e da mulher. Realizei um estudo de caso profundo sobre esta sexualidade, ainda assim as inquietações permaneceram. Estes questionamentos conduziram-me a um maior aprofundamento de estudos acerca da sexualidade humana, especialmente sobre as sexualidades femininas transgêneras.

As bases formuladas anteriormente se somaram ao amor pela psicanálise. As leituras de Freud e Lacan acerca da mulher intensificaram as inquietações. O enigma do devir mulher

se constituiu, em Lacan, como uma escritura nas fórmulas da sexuação. Que é a mulher? A Mulher não existe², mas isso não impede que a condição feminina exista.

Ao mesmo tempo em que me aprofundava nos estudos, acompanhava o reconhecimento de diversas amigas, que antes se reconheciam como gueis, como mulheres transgêneras. A construção do corpo, a mudança discursiva e as formas como a sociedade respondia a essas transformações me arremessavam a lugares desconhecidos, uma vez que confrontavam o contrato heteronormativo.

Essas indagações propiciaram a submissão de um projeto de mestrado com objetivo de escavar as sexualidades não normativas nas transgeneridades, apesar de alguns pesquisadores acadêmicos considerarem este tema amplamente debatido. Esta perspectiva, porém, desconsidera a possibilidade da existência de pesquisas que se constituam numa construção conjunta dos fenômenos atinentes às transgeneridades.

A construção conjunta se dá justamente no encontro, na alteridade e na hospitalidade, por isso, afirmo que a escrita desta pesquisa se realizou a partir de várias mãos e vozes. A diversidade aqui, não é somente sexual, mas da construção da linguagem escrita em si, uma vez que a pluralidade de histórias, experiências e perspectivas que possibilitou sua verdadeira construção. As mãos e vozes das mulheres transgêneras, deste pesquisador, das orientações, dos diversos debates e reflexões, dos contribuintes diretos e indiretos, dos amigos, dos teóricos e das bancas, que tornaram exequíveis a diversidade e plurivocidade contida nesta pesquisa.

Construímos um texto que objetiva a libertação das sexualidades aprisionadas na linguagem, nas categorizações e conceituações criadas para aprisionamento dos corpos, afetos, desejos, comportamentos, experiências e sentimentos constituintes da subjetividade humana, no que tange a denominada sexualidade.

As inscrições realizadas pelos conceitos e categorias, apesar de reconhecerem a existência da diferença, comumente são utilizadas como forma de segregação, violência, preconceito e discriminação. A diferença, nesta perspectiva, é considerada como ameaça aos padrões construídos, constituídos e impostos na e pela sociedade, especialmente ao contrato unilateral heteronormativo.

O receio, consciente ou inconsciente, de possível rompimento deste contrato, bem como dos questionamentos da heterossexualidade calçada em um discurso machista, misógino e em modelos higienistas propicia a construção de discursos conservadores e fascistas

² Referência à teoria lacaniana da inexistência da mulher enquanto uma lógica universal. A própria escrita em A maiúsculo diferencia as alusões conceituais.

produzidos contemporaneamente nos cenários políticos e sociais, seja a nível nacional ou internacional. Discursos estes que violam os Direitos Humanos, instituem e validam ações de preconceito, racismo, discriminação, bem como das diversas fobias – homofobia, transfobia, xenofobia –, na tentativa de normatização ou mesmo eliminação da diferença, seja na invisibilização, marginalização ou eliminação dos corpos, como descreve Nany:

“Nós somos mortas ao assumirmos pra família, porque somos mortas para nossos parentes, nós somos mortas socialmente quando nós nos assumimos na sociedade como pessoas transexuais, porque nós não temos emprego, nós não temos educação, nós não temos segurança, nós não temos direito a nada, muitas de nós são mortas fisicamente por facadas e por tiros, e para acabar de completar, ainda somos mortas pelos jornalistas, que nos colocam sempre no masculino, esquecem que somos mulheres transexuais, mesmo tendo feito cirurgias e daí somos mortas de vez, quando chegamos ao cemitério. Porque vá ao cemitério e procure quantas travestis estão enterradas e quantas transexuais estão enterradas no cemitério até hoje, em um país que em menos de 6 anos matou mais de 600 travestis e transexuais. Procure no cemitério e veja quantas placas têm: fulana de tal, mas conhecida como fulana de tal, travesti. Nós somos mortas a vida inteira e ainda somos mortas após o caixão, no cemitério. E muitas não conseguem enxergar isso. E nem a sociedade quer enxergar, ela faz questão de não enxergar”.

É justamente, a partir da diferença, que se instauram os discursos contemporâneos de legitimidade de fala, ou seja, das inquições acerca do lugar de fala do pesquisador para a escrita de um discurso sobre uma determinada temática ou seara de pesquisa. Nesse sentido, é fundamental demonstrar o meu lugar enquanto pesquisador.

Reconheço que não possuo a representação principal para dissertar sobre as sexualidades femininas transgêneras, pois este lugar incumbe apenas às mulheres pertencentes a estas sexualidades. Contudo, a legitimidade se dá na construção do discurso fundamentado na alteridade, ou seja, na relação dialógica entre interlocutores. Cabe, portanto, diferenciar legitimidade de protagonismo.

O protagonismo se dá pelo pertencimento a uma dada categoria, grupo, coletivo ou movimento, são pessoas a eles pertencentes que detêm o papel principal na escrita, na tecitura dos discursos e na luta pela conquista de direitos e lugares. A legitimidade se dá na construção do próprio discurso, quando esta é entrelaçado numa relação de alteridade, de um *falar com* o outro, pressupondo o reconhecimento da diferença.

Quando o pesquisador se debruça sobre a escrita da pesquisa há possibilidade da adoção de três posições ou lugares de fala, que conseqüentemente, adjudicam implicações acadêmicas, sociais e políticas: *falar por*, *falar sobre* e *falar com*.

O falar por, pressupõe uma relação de silenciamento, pois se discursa pelo outro, invisibilizando-o. O falar sobre, estabelece uma relação de hierarquização e superioridade, dado que exalta a existência de saberes já produzidos – especialmente os acadêmicos – e, conseqüentemente de hierarquia entre estes. O falar com, presume a construção do discurso na relação, no reconhecimento e consideração da ética individual da diferença, é o discurso escrito na alteridade e hospitalidade. O falar com o outro que nos concede a legitimidade para a construção do discurso.

Nas palavras de Nany: “Você pode escrever sobre nós, lógico conosco. Te orientando. E talvez, nunca sairá igualmente se eu fosse escrever. Há uma diferença entre isso aos ouvidos de quem ouve e aos olhos de quem lê”.

Desta forma, não sou porta-voz das mulheres transgêneras, pois estas lutam por sua própria fala, por meio de suas vozes, de suas escritas, de seu corpo e do reconhecimento de suas sexualidades, que muitas vezes são invisibilizadas e violentadas cotidianamente a um alto preço. O preço a ser pago se dá pela quase ausência de um direito ao reconhecimento, ao envelhecimento e a própria existência, afinal o preconceito, a discriminação, a segregação e a transfobia ocasiona, inclusive, a invisibilização e eliminação de suas lutas, de acesso à educação, trabalho, estudos, bem como de seus discursos e corpos pela sociedade.

Também não falo de um lugar qualquer, falo enquanto pesquisador que evoca o princípio da alteridade, e discursa também do lugar do excluído, do subalternizado e marginalizado, pois sou pobre, negro, guei, das religiões de matrizes africanas e sertanejo-nordestino – do sertão do norte de Minas Gerais –, que por meus traços fenotípicos – especialmente minha cor de pele –, condição socioeconômica, crença, corpo, fala e performance de sexualidade sofre os preconceitos de uma sociedade excludente.

Não falo por elas e como elas, afinal não tenho propriedade para falar dos estigmas do corpo sexuado, que desrecalca os desejos inconscientes e questiona os tabus sociais da sexualidade, dos desejos vividos e realizados na alcova, mas que não podem ser desvelados socialmente. Não me dirijo somente à academia, mas a toda essa sociedade, ao discurso machista, misógino e higienista que procura normatizar sexualidades, que tantas vezes retira da latência um desejo que também pode ser seu. Afinal, me dirijo ao discurso da exclusão da diferença e das normatividades, que insistem na manutenção dos grilhões da escravidão discursiva e simbólica.

O reconhecimento da diferença é uma das maiores dificuldades encontradas pela humanidade, afinal somos seres narcísicos e nosso processo de reconhecer se dá a partir do

que já existe em nós mesmos. O olhar sobre a diferença, sobre o reconhecimento do que é estranho a mim é difícil de ser realizado e se dá somente pela via do encontro.

Convido-te para que na leitura destas linhas, se dispa dos discursos, das conceituações e categorizações e se proponha ao encontro. Não um encontro qualquer, mas aquele proposto por Jacob Lev Moreno³:

Um encontro entre dois: olho no olho, cara a cara. E quando estiveres próximo, tomarei teus olhos e os colocarei no lugar dos meus, e tu tomarás meus olhos e os colocarás no lugar dos teus, então, eu te olharei com teus olhos e tu me olharás com os meus. Assim nosso silêncio se serve até das coisas mais comuns e o nosso encontro é meta livre: o lugar indeterminado, em um momento indefinido, a palavra ilimitada para o homem não cerceado.

Que este encontro, lhe conduza ao reconhecimento da diferença e lhe cause incômodo, pois as linhas e discursos aqui construídos são frutos de dor e de angústia. O parto das ideias e a dor da escrita desta pesquisa é resultado não somente das escavações conceituais, da escuta hospitaleira, dos traçados históricos de vida, do conhecimento aprendido e apreendido na academia, mas da própria existência, experiência humana e do reconhecimento das diferenças.

Muitas delas foram vividas pelo discursar e escrever e podem ser provenientes da própria violência acadêmica, que normatiza os discursos daqueles que se dispõe à escrita com o outro, dos que negligenciam as não normatividades, sejam elas quaisquer, e não sabem como é, pois como já cantou Criolo: “quem vê de longe pode não gostar, não entender e até censurar, quem tá de perto diz que apenas é cultura, crença, tradição e fé, a gente vê, a gente ouve, a gente quer, mas será que a gente sabe como é?⁴”.

Aceite este meu convite, permita-se experimentar a escuta fundamentada no diálogo, na alteridade, na hospitalidade e no reconhecimento da diferença, permita-se desvelar a linguagem que nos estrutura como sujeitos. Venha trilhar comigo meus passos enquanto pesquisador, ressignificar os conceitos que se inscreveram sobre a sexualidade que lhe constituiu. E se meu convite não for muito atraente, recorro às palavras de Cora Coralina⁵: “Se você quiser, moço, vem comigo: vamos caçar esse ouro, vamos fazer água – loucos no Poço da Carioca, sair debaixo das pontes, dar que falar às bocas de Goiás”.

³ GONÇALVES, Camila; WOLFF, José Roberto; ALMEIDA, Wilson Castello. **Lições de Psicodrama. Introdução ao Pensamento de J. L. Moreno**. São Paulo: Ágora, 1988, p.53.

⁴ Disponível em: <https://www.letras.mus.br/criolo/diferencas-tabu-brasil/>. Acessado em 14 de abril de 2018.

⁵ Texto retirado do roteiro da peça teatral *O Significante Reencontro dos 5 Poetas* de direção do psicanalista Renato Mendonça Lucas, apresentado nos dias 09 e 10 de novembro de 2016 no Teatro Goiânia, cujo manuscrito não foi publicado.

I. O percurso da escrita: em busca de uma escuta dialógica

“Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas ao tocar uma alma humana, seja apenas outra alma humana”.
Carl Gustav Jung.

A sexualidade é essencial à constituição subjetiva e formação do ser humano. A compreensão desta palavra remete a um universo plurívoco, diverso, de conceitos indeterminados e paradoxais. Considerada, por alguns, como traço mais íntimo do ser humano e por outros como a estrutura fundante do ser, verifica-se a existência de uma intersecção entre as diversas contradições: a sexualidade se dá na manifestação individual de cada ser humano a partir da realidade e experiência por ele vivenciadas.

Em virtude dessa plurivocidade e da abertura de significados e sentidos atribuídos à sexualidade humana, esta dissertação não foi construída nos moldes metodológicos positivistas que hierarquiza o conhecimento e institui o pesquisador como aquele que detém o saber e utiliza dos instrumentos de pesquisa para confirmação ou negação de hipóteses previamente estabelecidas. Os pesquisadores comumente carecem do aprendizado da escuta e do desenvolvimento da sensibilidade ao construírem conhecimentos, ou seja, de reconhecerem os integrantes da pesquisa acadêmica como verdadeiros interlocutores, numa relação dialógica, na formação de pontes.

A manutenção de uma metodologia positivista, hierarquizante, de manifestação do domínio de categorias conceituais, bem como de relações de autoridade, apenas perpetua processos de violência simbólica, discursiva, de marginalização e estigmatização das transgeneridades. Isto não significa que houve um abandono ou substituição dos métodos em sua totalidade, nas palavras de Roberto Cardoso:

[...] não se trata de substituir o método em tudo, mas apenas saber o que pode estar em seu lugar quando - e somente quando - dele escaparem realidades tangíveis por qualquer outra modalidade de conhecimento que não seja metódica. O que quer dizer que não se trata igualmente de substituir a explicação pelas possibilidades abertas graças ao ato de compreender (*Verstehen*) (OLIVEIRA, 1995, p.7).

A escrita desta dissertação, portanto, foi permeada de múltiplas transformações, conforme já apontado anteriormente, uma vez que as várias mãos que a produziram imbuíram-lhe de suas perspectivas e considerações que possibilitaram maior aproximação a uma hermenêutica dialógica.

A arte de escavar as experiências, práticas, conceituações, denominações ou descrições de um determinado fenômeno são fundamentais para a compreensão da linguagem adotada por interlocutores numa pesquisa, especialmente suas variáveis.

A academia, geralmente, denomina de objeto o núcleo de significação que compõe uma das variáveis a ser analisada, neste caso, o reconhecimento na transgeneridade. Esta perspectiva, no processo de construção de uma pesquisa de campo com seres humanos, instaura uma objetificação do outro e reproduz a violência simbólica realizada pela sociedade, mesmo que seja apenas em caráter discursivo.

A proposição de um problema de pesquisa fundamentado numa concepção de alteridade e hospitalidade considera a existência do outro e da diferença, e por consequência, o seu reconhecimento. Nesta senda, o problema desta dissertação se fundamenta no desejo de realizar uma análise acerca do reconhecimento – auto e social – das mulheridades nas sexualidades femininas transgêneras a partir de relatos de vida, pois cabe a essas mulheres narrar suas histórias e a partir delas, juntamente com o pesquisador, construir a pesquisa de “mãos dadas”⁶.

A proposta do projeto inicial era a realização de uma pesquisa juntamente ao Projeto TX do HC de Goiás, com vistas a identificar os processos de reconhecimento – auto reconhecimento e reconhecimento social – das mulheres transgêneras, sendo estas divididas em duas categorias: cirurgiadas e não cirurgiadas inclusas na lista de espera. Tal perspectiva não se sustentou.

Durante a realização da banca de qualificação do projeto no Seminário Integrador do PPGIDH, a intervenção pontual da convidada de avaliação, a Delegada Laura de Castro⁷, realizou profundas transformações. A avaliadora apontou a possibilidade de enviesamento nos resultados, uma vez que todas as interlocutoras pertenciam a uma mesma configuração. Excluía-se as mulheres transgêneras que não se encontravam em acompanhamento pelo HC, mas desejavam realizar a cirurgia de reaparelhamento genital e aquelas que se reconheciam como mulheres transgêneras, mas não desejavam se submeter ao processo cirúrgico, permanecendo com o pênis em seu corpo.

⁶ Alusão ao poema “Mãos Dadas” de Carlos Drummond de Andrade que afirma: “Não serei o poeta de um mundo caduco. Também não cantarei o mundo futuro. Estou preso à vida e olho meus companheiros. Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças. Entre eles, considero a enorme realidade. O presente é tão grande, não nos afastemos. Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas”. ANDRADE, C. D. de. Sentimento do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.53.

⁷ A delegada Laura de Castro Teixeira é uma mulher transgênera pós-cirurgiada e atualmente está lotada na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Goiânia.

Após as devidas alterações no projeto inicial, este foi submetido e aprovado pelo CEP da UFG, tendo-se quatro categorias de interlocutoras: mulheres cirurgiadas no HC; mulheres não cirurgiadas em acompanhamento pelo HC; mulheres que desejam cirurgia, mas não são acompanhadas no HC; e mulheres que não desejam a cirurgia.

O acesso às mulheres para realização das entrevistas não ocorreu conforme o previsto. Diversos percalços foram encontrados durante o percurso da pesquisa, tais como: a quantidade de dias de atendimento no HC, a diversidade de locais de onde provinham para realizar o acompanhamento, a disponibilidade das mulheres para concedê-las, as desistências de participação após agendamento, etc. Tais acontecimentos evidenciam que a construção de uma dissertação é permeada de dificuldades, que podem ser superadas quando adapta-se às realidades.

A partir da concessão de uma entrevista realizada na residência de uma interlocutora pós-cirurgiada a pesquisa obteve outros desdobramentos. Esta mulher me indicou inúmeras referências que poderiam se configurar como futuras participantes, de forma que se constituiu um grupo não-probabilístico, autogerado, denominado como método bola-de-neve (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Esta nova configuração propiciou um diálogo com 9 mulheres que me permitiram compartilhar de suas vivências, histórias, compreensões e num encontro de palavras, revelaram seu eu íntimo, pois a palavra se constitui como o próprio encontro, nos liberta dos grilhões conceituais inscritos em nosso saber e nos permite acessar o que anteriormente era inacessível. A seguir, descreve-se um quadro geral com as principais informações pessoais das interlocutoras: nome⁸, idade, estado civil, cor/raça, escolaridade, ocupação, religião e orientação sexual. Esses dados auxiliam na compreensão das vivências relatadas pelas mulheres transgêneras.

Quadro geral das interlocutoras

Nome	Idade	Estado Civil	Cor Raça	Escolaridade	Ocupação	Religião	Orientação Sexual
Roberta	49	Casada	Branca	Superior cursando – Serviço Social	Técnica de Enfermagem	Sem religião, mas crê em Deus	Heterossexual
Valentina	33	Solteira	Parda	Pós Graduação – Mestrado em Filosofia	Docente	Cristã – Católica Romana	Heterossexual

⁸ Os nomes apresentados são fictícios, uma vez que conforme descrito no TCLE, estes permanecerão em sigilo, bem como os elementos que viabilizem qualquer possibilidade de identificação, sendo assim, foram adotados nomes de transexuais que se destacam no cenário brasileiro.

Tiffany	35	Separada	Parda	Superior completo – Gestão em Segurança Pública	Policial Militar	Sem religião	Heterossexual
Rogéria	40	Solteira	Branca	Ensino médio – Curso Técnico de Laboratório	Costureira	Cristã – Católica Romana	Heterossexual
Carol	23	Solteira	Parda	Superior cursando – Pedagogia	Estudante	Sem religião	Heterossexual
Candy	38	Separada	Parda	Fundamental completo	Cabelereira	Budista	Heterossexual
Vera	28	Solteira	Parda	Ensino médio completo	Cabelereira	Sem religião, mas crê em Deus	Heterossexual
Nany	41	Solteira	Parda	Superior incompleto – Geografia	Autônoma	Espírita	Heterossexual
Lea	23	Solteira	Negra	Superior cursando – Letras	Estudante e DJ	Religiões de Matrizes Africanas	Heterossexual

Entrevistas foram realizadas e os TCLE's devidamente assinados. Os locais de encontro foram os mais diversos possíveis, se davam conforme disponibilidade destas mulheres: na própria UFG ou na intimidade de seus lares, cujas aberturas não se limitavam em salas de atendimento ou às portas de suas residências, mas de encontros que revelavam suas intimidades, desejos, afetos, compreensões e histórias de vida. Posso afirmar, com toda convicção, que naqueles momentos, não eram apenas entrevistas que se realizaram, mas diálogos, em que a mão única se tornou via de mão dupla:

Essa relação dialógica [...] guarda pelo menos uma grande superioridade sobre os procedimentos tradicionais de entrevista. Faz com que os horizontes semânticos em confronto - o do pesquisador e o do nativo - se abram um ao outro, de maneira a transformar um tal "confronto" num verdadeiro "encontro etnográfico". Cria um espaço semântico partilhado por ambos os interlocutores, graças ao qual pode ocorrer aquela "fusão de horizontes" (como os hermenutas chamariam esse espaço), desde que o pesquisador tenha a habilidade de ouvir o nativo e por ele ser igualmente ouvido, encetando um diálogo teoricamente de "iguais", sem receio de estar, assim, contaminando o discurso do nativo com elementos de seu próprio discurso. [...] Trocando ideias e informações entre si, etnólogo e nativo, ambos igualmente guiados a interlocutores, abrem-se a um diálogo em tudo e por tudo superior, metodologicamente falando, à antiga relação pesquisador/informante. O Ouvir ganha em qualidade e altera uma relação, qual estrada de mão única, numa outra, de mão dupla, portanto, uma verdadeira interação. (OLIVEIRA, 1996, p. 20-21).

A escuta dialógica provoca um encontro verdadeiro entre interlocutores, enriquece a construção do saber e constrói uma ponte de interações que desvelam os significados e sentidos mais íntimos do ser. A interlocutora se abre ao diálogo, relata suas vivências, angústias, desejos, afetos, medos, ou seja, transporta seu mundo subjetivo para o campo da linguagem e a traduz, em palavras, o que perpassa sobre sua existência. A interlocutora se impele a tornar acessível ao pesquisador o seu horizonte linguístico.

A acessibilidade ao horizonte linguístico se efetiva quando a escuta está balizada numa perspectiva hermenêutica. O discurso hermenêutico é circunstância fundamental para se refletir acerca da realidade, a fim de que os preconceitos sejam reexaminados e reconstruídos nos contextos de sua ação, sendo aspecto indispensável ao processo de construção do conhecimento, pois estimula o enfrentamento e a disposição crítica para descerramento ao diálogo com as diferenças e os diferentes mundos, como possibilidade de transformação de si e do outro (CRUZ, 2010). A base do discurso hermenêutico perpassa inclusive sobre nossos instrumentos de pesquisa.

Apesar de haver uma entrevista semiestruturada previamente estabelecida, de conceitos a serem escavados, na perspectiva dialógica, é a interlocutora quem dá o tom do encontro, que indica os percursos que o pesquisador pode realizar, os conceitos que se pode apreender, as franjas do discurso que se podem identificar. Não há direcionamentos ou estruturas formatadas, cada encontro é único, assim como as relações criadas durante sua realização. Cada interlocutora configura sua própria atmosfera e constrói, juntamente com o pesquisador, a fusão de horizontes da linguagem a ser compreendida.

Posteriormente a realização dos encontros dialógicos, efetuaram-se as transcrições dos áudios produzidos. Re-escutar cada encontro possibilita não somente a elaboração de uma base para análise de dados, mas o reviver da experiência, uma vez que recordar é reviver. Os significados e sentidos das palavras que fundamentam a pesquisa são reelaborados e ressignificados e nos conduzem a uma travessia, que nos leva a abandonar as roupagens do antigo pesquisador, bem como das antigas conceituações, pois como adverte Fernando Pessoa⁹:

Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma de nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre à margem de nós mesmos.

A escuta dialógica, a percepção das diferentes categorias formuladas a partir desta escuta, bem como das fusões de horizontes entre pesquisador e interlocutoras e o reviver da escuta possibilitaram a escrita de uma pesquisa fundamentada numa concepção hermenêutica, uma vez que o diálogo se constitui como principal instrumento de interpretação das construções culturais, inclusive, de sua linguagem:

⁹ Disponível em: <https://instrumento.ufff.emnuvens.com.br/revistainstrumento/article/viewFile/2650/1912>. Acessado em 14 de abril de 2018.

[...] a conversação é um processo do acordo. Toda verdadeira conversação implica nossa reação frente ao outro, implica deixar realmente espaço para seus pontos de vista e colocar-se no seu lugar, não no sentido de querer compreendê-lo como essa individualidade, mas compreender aquilo que ele diz. (GADAMER, 2005, p. 499).

As vivências, transformadas em linguagem escrita, das interlocutoras, nesta perspectiva, não se configuram apenas como simples relatos de vida e experiência, mas como horizontes que possibilitam a apreensão dos fenômenos a serem transformados em conhecimento e compartilhados, assim como do re-conhecimento do real em que as interlocutoras habitam e vivenciam, inclusive, como inscrições em seus corpos.

A escuta dialógica que fundamentou esta pesquisa se propõe a um método que não configure a academia como uma fábrica de neuroses e adoecimentos, mas de um encontro, no convite da adoção de uma nova postura do pesquisador, a de re-conhecer-se e re-conhecer seus interlocutores e suas interlocutoras na relação autêntica. Nesta relação, as construções do discurso, bem como sua escrita, não devem ser consideradas meramente protocolos para obtenção de certificações e títulos, mas de ações que nos possibilitem travessias e fusões de horizontes.

II. Através do espelho: da mulher Alice ao reconhecimento das mulheridades nas múltiplas Alices

“Nós enxergamos tudo num espelho, obscuramente. Às vezes conseguimos espiar através do espelho e ter uma visão de como são as coisas do outro lado. Se conseguíssemos polir mais esse espelho, veríamos muito mais coisas. Porém não enxergaríamos mais a nós mesmos”.

Jostein Gaarder (Através do Espelho)

A adoção do termo Através do Espelho no título desta pesquisa é metalinguagem. Propõe-se uma analogia a obra *Alice Através do Espelho* de Lewis Carroll (1871). Tal relação explicita uma compreensão no campo do real das principais realizações do imaginário subjetivo. A obra relata histórias de personagens loucos, num mundo fantástico, em que a personagem principal, Alice, se caracteriza por uma mulher independente, que comanda sua própria vida, ou seja, sua muiteza¹⁰, suas mulheridades, superando obstáculos para a conquista de seus objetivos.

¹⁰ Termo utilizado na obra, comumente traduzido como algo que torna a pessoa única, diferente de todas, especial.

Não se visualiza a existência de apenas uma Alice no texto de Carroll, de forma que a melhor correspondência de nomeação se dá nas Alices. Ela se transforma e se multiplica como personagens de dois contos, confundindo a sua experiência onírica e a do narrador, possibilitando a interpretação da inexistência de uma unicidade nas suas mulheridades. Alice desafia os homens de sua época, rebela-se contra os diagnósticos e categorizações sociais que lhe são imputadas, e se transforma continuamente para a realização de seu objetivo final: o reconhecimento de si.

O autor, pela história de Alice, conduz o leitor a um mundo de situações inusitadas e fantasiosas, em que se verifica uma profusão de simbolismos e analogias expressas ao longo do texto. As projeções realizadas, por ele, correspondem a construções de realidades conscientes e inconscientes que superam a noção de *dentro* e *fora* e que, analogicamente, podem ser aplicadas ao autorreconhecimento e reconhecimento social das sexualidades femininas transgêneras, uma vez que a própria construção da identidade de Alice se dá num processo de estranhamento inquietante.

Observa-se ainda a utilização do espelho como elemento fundamental na obra. Umberto Eco afirma que “a magia dos espelhos consiste no fato de que a sua extensividade-intrusividade não só nos permite ver melhor o mundo, mas também vermo-nos a nós próprios tal como nos veem os outros; trata-se de uma experiência única” (1989, p. 20). A imagem especular dupla que ostenta características de unicidade possibilita dois reconhecimentos: tanto o interno quanto o externo, sendo, portanto, a apresentação/construção de um imaginário para além da subjetividade.

Atravessar o espelho reflete aquilo que não se pode ver, possibilita o olhar sobre nós mesmos, ao mesmo tempo em que permite a existência de um mundo de possibilidades, ou nas palavras de Alice, de *muticidade*. Atravessar o espelho consente não somente os processos de auto reconhecimento, mas dos reconhecimentos sociais que o outro enxerga e compreende. Relaciona-se a própria identidade, na tentativa de definir quem se é pelo que os outros não são.

Através do espelho é uma leitura para além das imagens especulares, do desvelamento do mundo das subjetividades, dos sujeitos fragmentados e inscritos pela linguagem, numa tentativa de individualizar-se na construção permanente de sua identidade, na busca pela originalidade e pelo reconhecimento. Estar através do espelho é reconhecer a existência do mundo mágico da diferença, é um olhar através das lentes que superam as normatividades inscritas sobre as pessoas, é reconhecer-se um ser único, e, ao mesmo tempo, uma multiplicidade de Alices.

III. E os encontros dialógicos tornaram-se escrita

“O nosso papel [como escritor] é o de criarmos os pressupostos de um pensamento mais nosso, para que a avaliação do nosso lugar e do nosso tempo deixe de ser feita a partir de categorias criadas pelos outros”.

Mia Couto.

E os encontros dialógicos tornaram-se escrita.... Não haveria outra forma de apresentar a estrutura desta dissertação, pois a arte de escrever perpassa sobre nossas subjetividades, e a tentativa de transformar vivências em linguagem escrita é uma tarefa árdua e predominantemente solitária, especialmente no que tange à sexualidade, uma vez que esta é fator constitutivo do ser humano. Não há como escrever sobre sexualidade sem que as palavras nos atravessem. Sempre há a impressão de que algo deveria ter sido dito, de que elas foram insuficientes ou não conseguiram abarcar exatamente o sentido que se desejava, sempre haverá lacunas. Os sujeitos serão sempre lacunares.

O reconhecimento é fundamental ao ser humano, especialmente nas ações políticas das minorias, pois ambicionam demandas de direitos sociais, reivindicam igualdade de direitos, especialmente o direito à diferença e a dignidade, a partir de suas identidades coletivas específicas. Este reconhecimento só é possível na relação, entre o Eu e o Outro, seja na formação da identidade subjetiva ou nas relações sociais.

Esta dissertação se caracteriza por uma imersão nas vivências de mulheres transgêneras da cidade de Goiânia, com objetivo de compreender, a partir de uma escuta dialógica de base hermenêutica, os processos de autorreconhecimento e reconhecimento social, bem como dos conceitos que os atravessam, especialmente as categorias geradas a partir do contrato heteronormativo que se inscrevem sobre as subjetividades.

As vivências dialogadas com as mulheres transgêneras constituíram-se como uma base de reflexão acerca das principais linguagens construídas no âmbito da sexualidade humana, bem como das significações estabelecidas para o que se denomina de transgeneridade, e de como estas representações perpassam sobre a construção do seu eu. Para tanto, imergimos no mundo das mulheres transgêneras, assim denominadas e reconhecidas nos seus diversos contextos, de modo a proporcionar a reflexão de um conhecimento diverso das literaturas que comumente se apresentam acerca desta seara, uma vez que estas se fundamentam, predominantemente, na construção do corpo e na cirurgia de reaparelhamento genital.

A estrutura desta dissertação é uma analogia à escuta clínica, pois se realizou de forma dialógica. Apresentam-se as relações estabelecidas entre a linguagem que constrói e a

subjetividade, instituindo um arcabouço de leitura e interpretação das sexualidades, dos relatos de vivências e expressões das mulheridades na transgeneridade. Tal compreensão possibilita o desvelamento dos processos de reconhecimento e nomeações das mulheres, transgêneras, que apesar da violência simbólica, discursiva e social, reinventam seus corpos, e fazem deste, seu maior instrumento e discurso na luta pela reivindicação do reconhecimento.

Alicerçado nesses pressupostos, tal como as imagens se refletem de formas múltiplas nos diferentes espelhos, elegemos algumas representações conceituais para comporem três capítulos, além dos percursos para construção da pesquisa e das considerações finais.

No primeiro capítulo, propomos uma advertência acerca dos perigos da adoção de uma história única da sexualidade humana, bem como uma breve análise dos principais conceitos utilizados para nominá-la e controlá-la. Estas ponderações objetivaram a promoção de possíveis rupturas com as linguagens que se inscrevem sobre a sexualidade, especialmente sobre os corpos, desejos e afetos, ou seja, a possibilidade de rompimento destas categorias que atuam como dispositivos de poder. Nas palavras de Nany: “[...] nos colocaram em caixinhas e esses rótulos, essas caixinhas, tem que ser arrebatadas, porque a gente tem que se colocar no lugar da outra”. E, para se colocar no lugar da outra, é essencial o rompimento com as nomeações que instauram exclusões, marginalizações, subalternizações e divisões nas formas de vivenciar as sexualidades:

Lea: Eu acho que não exista diferenças entre nós. Todas as mulheres, cis ou trans, elas são diferentes em performances. Então, eu me considero uma mulher trans, mas sei que essas mulheres travestis também são mulheres trans. Nós somos diferentes umas das outras, por causa das nossas vivências, na verdade são nomes que deram a nós, nomes que a sociedade nos deram.

No segundo capítulo, apresentamos os percursos e reconhecimentos das mulheridades, desde as nomenclaturas atribuídas às mulheres cis e seus movimentos sociais, assim como às mulheres transgêneras. Destacamos algumas das imputações historicamente construídas acerca do feminino, especialmente os aspectos culturais de regulação dos corpos, da patologização das diferenças, que determinam quais são os discursos autorizados a reconhecer as sexualidades, tais como as ciências médicas no diagnóstico e tratamento da transgeneridade, que podem ser evidenciadas a partir da afirmativa de Vera em relação aos médicos: “eles te definem. Não é você, não é o seu eu, não é como você se olha, você precisa deles pra você falar eu sou isso, você precisa da autorização deles”.

No último capítulo, buscamos compreender os processos que atravessam a construção do corpo nas sexualidades femininas transgêneras, ou seja, a reinvenção dos corpos, uma vez que estes interpelam as normas regulatórias de materialização corporal, sendo continuamente reinventados (BENTO, 2006). A escuta dialógica das vivências relatadas pelas mulheres transgêneras possibilitou a reflexão de categorias fundamentais na construção deste corpo sexuado, tais como a passabilidade, que insere um olhar normativo sobre o reconhecimento de suas mulheridades. Por fim, esforçamo-nos para demonstrar que determinadas interpretações do conceito de mulher adotadas no ordenamento jurídico, a partir de uma hermenêutica sexista-normativa, pode instaurar processos de exclusão de direitos e princípios, como observa Rogéria:

“Pra eu ser reconhecida socialmente como uma mulher eu acho que a necessidade primeiro vem das leis, saber que a gente é igual a eles, e tem alguém que luta pela gente. A documentação, uma lei. Penalizar as pessoas que discriminam a gente, dar oportunidade pra nós, respeitar a gente como pessoa, como ser humano, ter um pouco de discernimento das coisas, tirar esse estereótipo, porque é muito triste”.

Os processos que constituíram e constituem a transgeneridade, por meio de nomeações, transformações corporais, seja via hormonioterapias ou cirurgias, bem como a efetivação do autorreconhecimento e reconhecimento social das sexualidades femininas transgêneras, se configura ainda como uma tentativa de normatizar as expressões e vivências de suas mulheridades, pois não há uma unicidade nas formas do ser mulher, A Mulher não existe. Afinal, Elba Ramalho¹¹, já adverte o risco em tentar compendiar a compreensão do que se define como mulher: “Pra descrever uma mulher, não é do jeito que quiser, primeiro tem que ser sensível, senão, é impossível. Quem vê por fora, não vai ver, por dentro o que ela é. É um risco tentar resumir Mulher”.

¹¹ Disponível em: <https://www.letras.mus.br/elba-ramalho/468413/>. Acessado em 14 de abril de 2018.

1. DE OXUMARÉ A LILI ELBE: OS PERCURSOS DA SEXUALIDADE E AS INSCRIÇÕES DE NORMATIVIDADE SEXUAL

“Quando nós rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma história sobre nenhum lugar, nós reconquistamos um tipo de paraíso”.

Chimamanda Ngozi Adichie

1.1 Histórias da sexualidade: os percalços para imposição de uma heterossexualidade compulsória

A história é constituída por diferentes interpretações de realidades que se constituem no real da humanidade, ou seja, é sempre uma interpretação realizada acerca de determinados fatos ou acontecimentos ocorridos na existência humana. Nesse sentido, são diversas as versões da história. A própria reescrita desta, conduz a novas interpretações, sentidos e símbolos que propiciam diferentes análises por aqueles que se dispõe a realizar releituras da história.

Chimamanda, escritora nigeriana, em conferência realizada no TED Global do Reino Unido, salienta a ameaça que se constitui o conhecimento e reconhecimento de uma única história, a ignorância humana do entendimento apenas de um lado, uma única fonte, ou seja, o perigo de uma história única (ADICHIE, 2009).

O processo de colonização realizado pelos países ocidentais constituiu-se como uma grande base de várias histórias únicas, cujo mote principal centraliza formações, sistematizações de pensamento e teorias, especialmente as pertencentes ao continente europeu. Grandes civilizações foram mitigadas ou mesmo aniquiladas nesse processo de colonização física e cultural, de forma que a multiplicidade dos povos, especialmente de suas histórias, foi perdida ou mesmo influenciada pelo pensamento europeu, sob a égide de trazer aos povos uma verdadeira civilização e a salvação de suas almas.

O processo de colonização e colonialidade propiciou o controle dos grupos colonizadores sobre diversas áreas, não somente daquelas direcionadas ao poderio econômico, mas sobre as epistemologias do saber, subjetividade, gênero, sexualidade e especialmente sobre suas histórias, impondo um caráter de hegemonia, normalidade e normatividade para os diversos grupos sociais colonizados. No entanto, não se pode desconsiderar as influências dos pensadores europeus na formação do conhecimento e identidade dos povos colonizados, bem como estas relações na contemporaneidade.

Cabe, portanto, a realização de uma crítica pós-colonial para a construção de estratégias de interpretação do conhecimento que reconheçam a pluralidade e diversidade de práticas culturais das sociedades colonizadas ou egressas da colonização europeia. Homi Bhabha aduz que:

A crítica pós-colonial é testemunha das forças desiguais e irregulares de representação cultural envolvidas na competição pela autoridade política e social dentro da ordem do mundo moderno. As perspectivas pós-coloniais emergem do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das ‘minorias’ dentro das divisões geopolíticas de Leste e Oeste, Norte e Sul. Elas intervêm naqueles discursos ideológicos da modernidade que tentam dar uma ‘normalidade’ hegemônica ao desenvolvimento irregular e às histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos. Elas formulam suas revisões críticas em torno de questões de diferença cultural, autoridade social e discriminação política a fim de revelar os momentos antagônicos e ambivalentes no interior das ‘racionalizações’ da modernidade (1998, p.239).

A colonialidade gerada pelo processo de colonização é amplamente questionada pelos movimentos pós-coloniais, que procuram resgatar as epistemologias, discursos e narrativas silenciadas ou excluídas pelos grupos dominantes.

O pós-colonialismo compartilha, mesmo em sua pluralidade compreensiva, do “caráter discursivo do social”, do “descenramento das narrativas e dos sujeitos contemporâneos”, do “método da desconstrução dos essencialismos” e da “proposta de uma epistemologia crítica às concepções dominantes de modernidade” (COSTA, 2006, p. 83-84).

A pós-colonialidade, portanto, apresenta-se como esta possibilidade de retorno às pluralidades culturais, desencadeando uma ruptura com a história única realizada pela hegemonia colonizadora, reescrevendo e ressignificando a história com estas vozes silenciadas, subalternizadas e marginalizadas.

Aimé Césaire apresenta sucintamente, a partir de uma análise decolonial, qual o principal sentido do processo colonizador:

O que é em princípio a colonização? Reconhecer que ela não é evangelização, nem empreitada filantrópica, nem vontade de fazer retroceder as fronteiras da ignorância, da enfermidade, da tirania, nem a expansão de Deus, nem a extensão do direito; admitir de uma vez por todas, sem titubear, por receio das consequências, que na colonização o gesto decisivo é o do aventureiro e o do pirata, o do mercador e do armador, do caçador de ouro e do comerciante, o do apetite e da força, com a maléfica sombra projetada por trás por uma forma de civilização que em um momento de sua história se sente obrigada, endogenamente, a estender a concorrência de suas economias antagônicas à escala mundial (2010, p.17).

As correntes da escravidão sejam elas de natureza física, discursiva ou epistemológica, ainda permanecem sobre os povos subalternizados e marginalizados. O “Canto das Três Raças”, de 1976, composta por Mauro Duarte e Paulo Cesar expressa essa permanência: “fora a luta dos Inconfidentes, pela quebra das correntes, nada adiantou. E de

guerra em paz, de paz em guerra, todo o povo dessa terra, quando pode cantar, canta de dor”¹². Os povos colonizados ainda gritam de dor, por uma quebra de correntes ainda não efetivada, mas que objetiva a reconstrução histórica pluralística, discursiva e epistemológica que fundamentam sua sociedade. O cancionero não nega os sentimentos de seu povo.

As normatividades realizadas pelo processo de colonização instauraram interpretações e semânticas sobre determinadas áreas humanas dos povos colonizados que asseguraram um caráter de anormalidade nas searas destoantes do pensamento hegemônico colonizador, especialmente acerca da sexualidade humana.

Em 10 mil anos de história a relação existente entre sexo-humanidade sempre foi experienciada de forma complexa, pois compreende questões sociais, culturais, religiosas e psicológicas, construídas historicamente, marcadas na diferença dos povos, do período histórico e da territorialidade. A sexualidade também tem histórias. A sexualidade é uma concepção da cultura ocidental, sendo inseparáveis da ordem discursiva e do campo da linguagem, desta forma, outras culturas também se interpelaram pelo enigma do sexual e produziram suas próprias histórias acerca da sexualidade humana (MARÇAL, 2005).

As civilizações interpretaram e ocuparam-se de comportamentos, desejos, normas, valores e sentidos para a sexualidade de formas diferentes e inconstantes. O próprio pensamento ocidental acerca da sexualidade se diferenciou ao decorrer dos séculos. As práticas, concepções e valores adotados no período clássico, antigo, medieval e moderno são absolutamente diferentes. Por isso não é possível afirmar a existência da História da Sexualidade, mas de Histórias da Sexualidade, assim como a humanidade se caracteriza por uma diversidade de grupos e períodos, cada um destes apresenta uma versão da sexualidade humana, e conseqüentemente, suas histórias da sexualidade.

Foucault apresenta sua teoria acerca da história da sexualidade no mundo ocidental europeu em três obras: *A Vontade de Saber* (2010a), *O Uso dos Prazeres* (2010b) e *O Cuidado de Si* (2010c). Estes textos abarcam, em profundidade, como as categorias relacionadas à sexualidade foram construídas historicamente a partir de relações de poder. Destaca-se, ainda a forma como o sexo foi intensamente regulado a partir da Era Vitoriana.

O conjunto de obras que constituem a *História da Sexualidade* aborda predominantemente como o sexo nas sociedades cristãs se instituiu como um aspecto da vida humana com necessidade de exames, vigias, confissões, sendo transformado, portanto, em discurso, uma vez que somente podia se falar em sexualidade, na intenção de proibi-la. Este

¹² Disponível em: <https://www.letras.mus.br/clara-nunes/83169>. Acessado em 28 de abril de 2018.

autor ainda acrescenta que a sexualidade se caracteriza como um instrumento de controle e de poder, pois sustenta a ideia da necessidade de que, para ser feliz, requer-se ultrapassar o umbral do discurso e eliminar algumas proibições impostas pela sociedade (FOUCAULT, 2010a, 2010b, 2010c).

A proliferação dos discursos acerca da sexualidade humana se caracterizou, conforme o autor, não como um fenômeno quantitativo, mas como principal forma de regulação social a partir de problemas econômicos e políticos. Foucault constrói sua narrativa e análise sobre uma história e perspectiva da sexualidade, isto é, sobre a sexualidade ocidental europeia pós Era Vitoriana. Suas obras se tornaram grande referência da sexualidade humana, como um parâmetro e diretriz acerca do estudo das sexualidades e as correlações estabelecidas.

Observa-se, contudo, a existência de outras histórias da sexualidade que não foram abarcadas pelo teórico – tais como a Oriental, Ameríndia, Africana – e que possibilitam elementos de análise não contemplados em sua obra. Apesar de não haver uma compreensão da totalidade das histórias, Foucault possibilitou grandes contribuições aplicáveis às histórias da sexualidade, especialmente a análise da sexualidade enquanto relações e dispositivos de poder, sendo estes compreendidos como:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (IDEM, 2010, p.244).

Considerar a multiplicidade de histórias da sexualidade possibilita um olhar diferente acerca da pluralidade humana, especialmente a discursiva. A principal crítica a se efetuar aqui não se efetua ao autor em si, mas a utilização da teoria foucaultiana como uma única história de análise da sexualidade humana por diversos estudiosos desta seara. Tal ação propicia a manutenção de um olhar de colonialidade acerca de outras histórias da sexualidade, seja pelo caráter de impossibilidade analítica de todas estas histórias, uma vez que algumas se perderam no decorrer da história, ou por sempre haver exceções às regras.

As histórias da sexualidade que perpassaram a constituição dos povos a partir de seus elementos, signos, símbolos, imaginários e semânticos são interpretados, predominantemente, à luz das epistemologias que foram construídas no continente europeu, seja numa leitura de nossa cultura ou das demais. Nas palavras de Eisler:

[...] nossos ancestrais exaltavam o sexo não apenas em relação ao nascimento e procriação, mas como a fonte misteriosa – e, neste sentido, mágica – tanto do prazer quanto da vida. [...] Os mitos e ritos eróticos pré-históricos não eram apenas expressões de alegria e gratidão pela dádiva da vida [...] mas também expressões de alegria e gratidão pelas dádivas do amor e do prazer – particularmente pelo mais intenso dos prazeres físicos, o prazer do sexo. (1996, p.81)

Roger Gomes e Lourdes Feitosa, ao realizar estudos acerca da arte erótica no Oriente, aduzem que:

Na antiguidade, a Índia se tornou um dos centros religiosos mais influentes do Oriente e a sexualidade estava, nesse mundo, entrelaçada com as concepções religiosas. Desde os tempos védicos entre I a II a.C, se por um lado, para os indianos, o gozo sexual era valorizado como um dos melhores prazeres terrenos, por outro, o sexo como reprodução era fundamental condição de uma sociedade de castas. [...] O interessante dessa associação – sexualidade e divindades - é sua representação de forma explícita e detalhada na arte. No período Gupta entre IV e VI d.C, além das esculturas, as pinturas também começaram a representar cenas sexuais. [...] Entre as esculturas e pinturas, houve uma série de escritores indianos que produziram “manuais sexuais”, que tratavam não só de posições e práticas sexuais para ampliar o prazer, como também demonstravam rituais sagrados ligados à sexualidade e, sobretudo, como conseguir uma vida erótica coroada de êxito a partir dos princípios ligados ao prazer, isto é, ao Kama. (2013, p. 2)

A arte erótica apresentada na cultura oriental não deve ser compreendida sob uma única ótica, pois “poderia assumir conotações religiosas, apotropaicas, satíricas, humorísticas ou simplesmente mostrar-se como um componente natural da vida, segundo o contexto e a época pesquisada” (GOMES; FEITOSA, 2013, p. 13). Os aspectos apresentados anteriormente demonstram apenas uma faceta da cultura oriental, pois não revelam a totalidade da história da sexualidade nestas civilizações, sendo uma versão ou interpretação de parte das histórias da sexualidade.

Nesta mesma senda, incluem-se as práticas homoeróticas no continente africano. Em diversos momentos, permeadas por uma dupla estigmatização e discriminação, sendo inclusive, numa negação de sua própria existência. Diversos estudos fornecem evidências de sustentabilidade acerca das práticas homoeróticas por toda a História da África a partir de uma constante e lógica das crenças e sociedades africanas antes da chegada dos colonos europeus, que posteriormente, implantaram um *ethos* religioso que reprovava qualquer tipo de relação homoerótica.

O relatório “*Expanded Criminalisation of Homosexuality in Uganda: A Flawed Narrative*” demonstra a ocorrência de uma reprovação da relação homoerótica somente após o processo colonização:

Evidências históricas e antropológicas evidenciam a existência de relacionamentos entre o mesmo sexo em toda a África, inclusive os territórios que atualmente compõe Uganda, muito antes de sua colonização pelas potências ocidentais. Não houve estigmatização específica desse comportamento; de fato, em muitas culturas, fora tido como uma possibilidade de relação aceitável entre as pessoas. Posicionamentos homofóbicos como os atuais, datam do período colonial e são mais fortes em países que compunham parte do Império Britânico. (tradução nossa) (SEXUAL MINORITIES UGANDA, 2014, p.1)

Antônio Cardonega, no Tomo I de sua obra, apresenta um excerto documental que relata a manifestação de sexualidades não normativas no período colonial:

Tinha esta Rainha huma grande Caza que lhe servia de Serralho, sem ser o do Gram Turco, porque este era de homens, e assoutro de Mulheres, no qual tinha suas Concubinas e Mulheres, que assim chamavão aquelles tristes homens, transformados em mulheres até em o seu vestir: era composto de muitos e bizzaros mocetoens com os nomes de Envala hineni, e Samba Amzila; e não saiam dali, se não com grande prevenção; e era pena de morte inviolável aquelle que se achasse comprehendido em adultério, como se elles fossem fêmeas, e ella Varão; e nenhum dos seus lhe chamava Rainha, se não Rey: uzava delles para suas torpesas e desonestidades, dando sinal aquelle que melhor lhe parecia (1972, p.496).

O excerto supracitado descreve uma história ocorrida no período do processo de colonização do continente africano, em que o mote principal se fundamenta na inversão dos papéis heteronormativos que propiciou a escrita da obra “Nzinga Mbandi: Mulher, Guerra e Escravidão” (PANTOJA, 2000). A autora relata a história de Nzinga, uma mulher guerreira do Reino do Ndongo do Mbundu, que governou se intitulando Rei ao invés de Rainha, vestida com as roupagens pertencentes ao homem e rodeado de si mesma com um harém de jovens homens vestidos como mulheres e que foram suas esposas.

A obra de Pantoja realiza uma interpretação crítica acerca de uma realidade não convencional das sociedades colonizadoras para aquele período, de forma que os relatos sobreviventes se encontram permeados por lastros de hierarquização cultural ou mesmo de degeneração da imagem das sociedades africanas, de suas ciências, crenças, comportamentos. Esta ação resulta da difusão de um ideal colonizador que, ironicamente civilizava tribos perdidas na História e na Civilização, bem como do etnocentrismo das sociedades europeias.

O processo colonizador de sexualidades não é restrito apenas à população africana. Verifica-se, nos povos ameríndios, uma tentativa de normatização da sexualidade, bem como da perseguição daquelas que não se enquadravam no padrão heteronormativos desde a colonização. Categorias conceituais, tais como a homossexualidade, foram utilizadas por diversos historiadores e estudiosos desta seara com vistas a abarcar comportamentos e práticas que não se enquadravam na heterossexualidade.

Estevão Fernandes assevera que:

[...] sei das implicações (e complicações) advindas do uso aqui do termo “homossexualidade” para me referir, de forma mais ou menos genérica, às diversas práticas não heterossexuais encontradas em etnias no país. Tal uso deve-se, em princípio, a fins instrumentais: parte considerável das fontes é constituída por cronistas, missionários, viajantes e fontes (históricas ou antropológicas), que utilizam termos bastante genéricos como “sodomia”, “pecado nefando” e “pederastia”, sem fazerem maiores distinções a práticas bissexuais, homossexuais, intersexuais, transexuais, entre outras (2015, p.15).

A tese de doutorado do autor acima, intitulada: *Decolonizando sexualidades: Enquadramentos Coloniais e Homossexualidade Indígena no Brasil e nos Estados Unidos* apresenta um estudo profícuo acerca das práticas não heterossexuais dos povos indígenas

brasileiros e norte-americanos. Esta referência acadêmica realiza uma comparação entre as duas nações, especialmente as consequências de incorporação compulsória da heterossexualidade proveniente do sistema colonial, além da compreensão dos caminhos a partir dos quais a subalternização da homossexualidade indígena passa a ser parte inerente da colonização.

Corroborando a perspectiva das práticas não heterossexuais indígenas no período colonial apresenta-se, como destaque, a existência da transexualidade em povos indígenas:

Existem arquivos datados do início do século XIX que confirmam a existência de transexuais indígenas nos tempos iniciais da colonização. As chamadas “cudinas” eram homens castrados que se vestiam como mulheres e exerciam atividades naturalizadas como femininas na comunidade, como tecelagem e fabricação de potes. Em sua minuciosa coleta de material sobre a homossexualidade no Brasil, Trevisan (2002, p. 58) esclarece que, nas regiões onde não se instalou nenhuma religião de origem judaico-cristã, as comunidades indígenas mantiveram suas tradições. Mesmo no século XIX, muito foi visto sobre transexualidade – ou, nas palavras de Gilberto Freyre, dos “desviados dos extremos”: indígenas que não são tidos como efeminados, pois houve uma naturalização de determinados comportamentos tidos, pela cultura ocidental-cristã como femininas, por eles considerados hábitos comuns e distantes do sexo ou do gênero. Existiam casas – *os baitos* – que só aceitavam a entrada de homens que, nelas, praticavam atividades de tear e outros artesanatos, transavam entre si e em dados momentos travavam lutas corporais violentas, práticas conjuntas que para nós causa muito estranhamento. Além disso, registra-se que determinados tratamentos medicinais eram realizados através de relações sexuais e intercurso anal (PEREIRA; PINHEIRO, 2016, p.175).

Os relatos acima apresentados objetivam a proposição de uma reflexão da existência de diversas perspectivas da sexualidade humana, especialmente de suas histórias, para libertar-nos dos perigos de uma história única. O resgate histórico de fatos, acontecimentos e eventos vivenciados pelas sociedades permite interpretar, com outras lentes, os diferentes processos humanos. O próprio resgate histórico, em si, se caracteriza por uma reflexão para a construção e reconstrução de uma memória do passado, especialmente, das histórias da sexualidade.

A sexualidade, portanto, apresenta várias histórias, versões e interpretações. Diversas histórias se perderam no decorrer de processos de colonização e colonialidade, além de se sublinhar que alguns dos relatos que servem de base de análise histórica encontram-se enviesados por interpretações decorrentes do olhar do colonizador/dominador ao efetuar suas descrições.

Destaca-se, contudo a existência de um denominador comum nas histórias compreendidas no processo de colonização e colonialidade: a imposição cultural da concepção heteronormativa, de forma a considerar esta como naturalmente estabelecida a partir da exigência de um padrão de moralidade. Este desdobramento advindo principalmente de uma matriz religiosa judaico-cristã propiciou, apesar dos percalços, a construção de uma

heterossexualidade compulsória globalizada, ou seja, a imposição de uma heteronormatividade.

A heteronormatividade se desdobra conceitualmente em hetero e norma, o primeiro se relaciona ao diferente, e o segundo na palavra em si. Norma pode se relacionar tanto a normalidade quanto a regra (SANTOS, 2007). Desta forma, a heteronormatividade é compreendida como um princípio de normalidade ou regra inscrita sobre a sexualidade, para definir como norma e normal a atração e/ou prática sexual entre pessoas de sexos diferentes (homem/mulher), ao mesmo tempo em que fundamenta a heterossexualidade.

O conceito de heterossexualidade é recente na história da humanidade. A obra *A Invenção da Heterossexualidade* aponta que apenas em 1901 foi apresentado o primeiro uso da palavra heterossexual pelo dicionário *Oxford English Dictionary Supplement*, sendo inicialmente utilizado como um apetite anormal ou pervertido em relação ao sexo oposto. Posteriormente, em meados de 1934, este significado foi atualizado como uma manifestação de paixão sexual por alguma pessoa do sexo oposto (KATZ, 1996).

A compreensão de que o termo heterossexual descrevesse tempos longínquos e não recentes da história da sexualidade humana se baseia em concepções predominantemente biológicas. Katz apresenta três argumentos que apoiam a ideia de uma heterossexualidade antiga:

(1) a sobrevivência da espécie humana torna a heterossexualidade uma necessidade constante; (2) todas as sociedades reconhecem as diferenças básicas entre os seres humanos dos sexos masculino e feminino – essas diferenças biológicas e culturais são a fonte de uma sexualidade perpétua que é hetero; (3) o prazer físico proporcionado pela união entre um homem e uma mulher continua a ser base imutável de uma heterossexualidade eterna. (1996, p.25).

Convém observar a diferença entre ato ou cópula sexual entre macho e fêmea da espécie humana, denominados socialmente de homem e mulher do conceito de heterossexualidade. O primeiro remete-se a reprodução de uma espécie pertencente ao ciclo da natureza, o segundo se relacionada à sexualidade, e, portanto, permeada de características culturais, ambientais, psicológicas, afetivas, dentre outras.

A cópula sexual reprodutiva fundamenta-se no funcionamento do corpo, não tem uma história, as interpretações decorrentes do ato sexual em si, e que constituem elementos da sexualidade, o tem. Desta forma, não há de se manter uma relação intrínseca entre heterossexualidade e sexo reprodutivo.

A manutenção desta compreensão categorial e de enquadre social se caracteriza como conservação do poder de uma dada hegemonia em detrimento de sexualidades

subalternizadas, marginalizadas e silenciadas, especialmente por determinadas matrizes religiosas, cujo fundamento está estabelecido pelo sagrado.

Esta imposição, de uma matriz normativo-binária sexual, por uma concepção hegemônica da sexualidade se fundamenta a partir de aparatos biológicos do corpo numa perspectiva sexual reprodutiva desconsiderando os demais aspectos que constituem a sexualidade humana. Configura-se, portanto, a existência da imposição de uma heterossexualidade compulsória às civilizações, que por consequência, marginaliza e intenta a normatização das sexualidades destoantes, conforme adverte Valentina:

Não pode criar, querer impor um padrão sobre outras mulheres, independente das circunstâncias que elas nasceram, independente da circunstância cultural delas, independente da circunstância política, religiosa, independente da circunstância física, delas terem nascido com ou sem uma vagina. Cada uma tem que se sentir bem do seu jeito.

A sociedade baseia-se na concepção de que um corpo anatômico de macho e fêmea automaticamente constituem a existência de uma heterossexualidade. Esta compreensão fetichista do corpo se fundamenta apenas num aspecto biológico da existência humana e dissocia seus demais componentes – biológicos, psicológicos, culturais – da constituição de histórias da sexualidade.

Foucault aduz que:

Na psiquiatria das perversões, o sexo foi referido a funções biológicas e a um aparelho anátomo-fisiológico que lhe dá “sentido”, isto é, finalidade; também a um instinto que, através do seu próprio desenvolvimento e de acordo com os objetivos a que pode se vincular, torna possível o aparecimento das condutas perversas em sua gênese, inteligível; com isso o “sexo” se define por um entrelaçamento de função e instinto, de finalidade e significação; e sob essa forma, manifesta-se, melhor do que nunca, na perversão modelo, nesse “fetichismo” que, pelo menos, a partir de 1827, serviu de fio condutor à análise de todos os outros desvios, pois nele se lia claramente a fixação do instinto em um objeto à maneira da aderência histórica e da aderência histórica e da inadequação biológica (2010a, p.167).

O sexo utilizado como fundação de uma matriz de heterossexualidade compulsória salienta proficuamente um constructo social de uma ficção fundacionista, tal qual o mito de Adão e Eva¹³ como princípios originários da humanidade. Esta matriz normativa binária aponta a heterossexualidade como uma imposição social que oculta normas, padrões e valores de comportamentos e relacionamentos entre os sexos, bem como de uma tradição do patriarcalismo.

¹³ A BÍBLIA. **O Ser Humano (Gênesis, Capítulo 2)**. Tradução: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Editora Canção Nova, 2011.

Os movimentos que questionam os percursos das histórias da sexualidade fundadas e mantenedoras de uma matriz normativa-binária da heterossexualidade, subsidiam uma diversidade de interpelações dirigidas as práticas, escolhas e expressões de desejo que destoam desta matriz, bem como não se enquadram nestas categorias. Esses questionamentos possibilitam, inclusive, análises que ultrapassam sexualidades homoeróticas e homoafetivas – tais como homossexuais e lésbicas – e abarcam diferentes perspectivas de diferentes referências e experiências relativas à sexualidade, como as populações transgêneras, fetichistas sexuais, androginias, assexuais, etc.

As histórias da sexualidade demonstram proficuamente a existência de sexualidades desobedientes a heteronormatividade compulsória. Apresentam-se como percalços, ou seja, obstáculos para a efetivação de uma sexualidade homogeneizadora e possibilitam à construção e representação de sexualidades numa perspectiva de práticas, valores, experiências, sentimentos e interpretações daqueles que não se enquadram numa sexualidade não normativa.

A diversidade de povos e multidões que se contrapõe a lógica hegemônica de normatividade sexual colonizadora, se presentifica continuamente na história da humanidade, apesar dos processos de subalternização, marginalização e silenciamento. Adotam valores, práticas e comportamentos destoantes das regras sociais hegemônicas e heteronormativas, reconstruindo identidades subjetivas, expressivas e corpóreas que efetivamente lhe representam, podendo expor, ressaltar ou ocultar sua subjetividade para a construção de identidades plurais e menos homogeneizadoras.

A sexualidade deve ser analisada, nesta senda, a partir de suas histórias, e consequentemente do aparato histórico-cultural, baseada num discurso de poder e, portanto, abrangente. Ao mesmo tempo vinculadas a signos, representações, semânticas e dispositivos linguísticos que são utilizados como categorias de definição e interpretação das sexualidades.

O estudo aprofundado destas definições e relações é fundamental para a compreensão destes fenômenos sociais, tais como sexo, gênero, orientação sexual, identidade de gênero e expressões de gênero, cuja descrição a ser apresentada, possibilita uma clarificação conceitual para melhor compreensão do estudo ao qual esta pesquisa que se propõe.

1.2 Sexo e gênero: o corpo como locus político de disputa de poder

Como já fora elucidado anteriormente a palavra sexo possui uma diversidade de significações, podendo ser entendida sob dois aspectos principais, o primeiro refere-se ao ato

ou cópula sexual, enquanto que o segundo comumente é empregado à diferenciação anatômico-biológica entre o macho e a fêmea de uma espécie animal.

A palavra sexo, desta forma, designa tanto uma distinção biológica, quanto uma atividade resultante de ações corporais. Diferentemente dos animais o ato sexual humano, não é puramente biológico, pois abarca sentimentos, experiências, perspectivas subjetivas, históricos familiares, orientação sexual, fenótipos e inclusive a espiritualidade.

O sexo biológico pode ser dividido em três aspectos: o sexo cromossômico, o sexo gonádico e o sexo hormonal. O primeiro se refere à determinação genética do sexo por meio dos cromossomos sexuais (o par XX no caso masculino e o par XY no caso feminino); o segundo a formação das gônadas (ovário no caso feminino e o testículo no caso masculino) e dos órgãos genitais externos (pênis no caso masculino e vagina no caso feminino); e por fim o terceiro que se caracteriza pela produção dos hormônios masculino (testosterona) e feminino (progesterona e estrógeno) (VIDAL, 2002).

A compreensão do sexo nestes três aspectos é de fundamental importância, pois diversas ideologias de consideração da tipologia sexual estão fundamentadas em uma ou mais categorias supracitadas, uma vez que podem instituir perspectivas biologizantes das vivências das *performances* de sexualidade humana, como apresentado no relato a seguir:

Candy: Não me reconheço como uma mulher, porque mesmo se eu fizer uma vaginoplastia, eu não vou ter o dom, que é um dom maravilhoso, que é o gerar uma vida. Se fizerem um clone de mim não vai sair uma mulher, vai sair um menino. Com 40 anos vou ter que fazer exame de próstata com o proctologista. Eu estou falando da mecânica física. Eu posso ter mente de mulher, eu posso ter áurea de mulher, eu posso idealizar que eu tenho uma alma de mulher correlacionado a vidas passadas, mas quanto a essa matéria, aqui é de homem biologicamente falando, é de homem, por dentro eu sou um homem. É uma questão de aceitação, eu nasci menino, sou menino. Por inteligência e definição de que me faria mais feliz, me fiz exterior feminina. Isso biologicamente falando.

Apesar da distinção estabelecida, em relação ao ser humano, o sexo não pode ser considerado numa perspectiva natural e essencialista, pois a constituição do homem e mulher – posteriormente desdobrada em masculino e feminino – ocorrem no âmbito da cultura e a própria evolução da medicina, enquanto ciência, que possibilita a transformação e plasticidade dos corpos.

Diversos intelectuais e especialistas, das mais diversas áreas do conhecimento, ocupam-se de amplos debates e reflexões acerca da conceituação do sexo, da compreensão deste e da atribuição de sentidos a esses processos. Entende-se aqui o sexo como um processo,

dada à construção do discurso heteronormativo de sua determinação binomial, iniciada desde o momento do nascimento, em que se atribui a um indivíduo a nomeação de um corpo como macho ou fêmea, que viabiliza a submissão deste na formação de um ser masculino/homem ou feminino/mulher.

O corpo se constitui, neste sentido, como um espaço ou locus de disputa de poder, tanto que se pode afirmar a existência das histórias do corpo, ou dos corpos na história. Assim como a sexualidade o corpo também possui histórias, que vão desde sua animalização ao receptáculo da alma e das divindades.

Brutus Pimentel apresenta, em sua tese de doutorado, uma definição notável de corpo realizada por Fedro em discurso com Sócrates:

O corpo é um instrumento admirável, pelo qual me asseguro de que os viventes, tendo o cada qual a seu serviço, dele não dispõem em plenitude; extraem apenas prazer, dor, e os atos indispensáveis para viver. Ora confundem-se com ele, ora distraem-se por algum tempo de sua existência; ora animais, ora puros espíritos, ignoram os vínculos universais que possuem. Graças, no entanto, à prodigiosa substância de que são feitos, participam do que vêem e do que apalpam; são pedras, árvores, trocam contatos e intimidade com a matéria que os engloba; tocam, são tocados; pesam e sustentam pesos, movem-se e transportam suas virtudes e seus vícios; e quando entram em devaneio, ou em sono indefinido, reproduzem-se a natureza das águas, fazem-se areias e nuvens (2008, p.171).

O corpo, mesmo sendo um dos maiores instrumentos de espaço político de poder, permanece regulado por vários discursos e instituições, tais como o Estado. O Direito brasileiro considera o corpo humano um patrimônio de caráter existencial, de forma que não pode se agregar a ele nenhum valor econômico ou meio de lucratividade, integrando-se aos direitos de personalidade. Consideram-se esses direitos decorrentes do direito fundamental à integridade física, que conseqüentemente, constituem o corpo como uma manifestação biopolítica.

Marie-Hélène Brousse, no prefácio da obra *Manifesto Contrassexual*, afirma:

[...] o corpo como espaço de manifestação biopolítica, como lugar de opressão, mas também como centro de resistência. Em sua declinação política, as novas tecnologias da sexualidade que aqui são propostas mostram que o corpo é também espaço político mais intenso para levar a cabo operações de contraprodução de prazer. Perfila-se aqui uma filosofia do corpo em mutação, demandando formas de hipersexualização e de hiperconstrutivismo do corpo e de seus órgãos sexuais em total ruptura com as soluções filosóficas e políticas do feminismo tradicional (PRECIADO, 2014, p.13).

O corpo, por ser locus de disputa de poder, ou seja, uma manifestação biopolítica deve ser analisado conforme o momento histórico-cultural e as interpretações que o acompanham. O corpo foi atribuído de diferentes significados no decorrer da história da humanidade, sendo estas significações atreladas a territorialidades, culturas, religiosidades e historicidades.

A obra *História do Corpo* aborda a centralidade do corpo na história da humanidade fundamentadas nas práticas, objetos, técnicas, olhares e representações recompostas a partir de temáticas como a alimentação, as relações familiares, a higiene, a prostituição, os esportes, a beleza e a estética, o pudor, a saúde e a medicina, o imaginário e as crenças, as ciências, os papéis do gênero, a sensibilidade e as artes, a cultura e a religião (VIGARELLO; CORBIN, COURTINE, 2015).

A literatura supracitada possibilita uma análise de um aporte histórico das noções e as formas de se relacionar com o corpo em todas as áreas do conhecimento, na cultura e na sociedade desde a Renascença até o sec. XX, de forma que o corpo seja o pivô do mundo, ou seja, um mediador entre as produções de saber. O corpo, além de locus, se manifesta como instrumento na formação e aquisição do conhecimento.

Judith Butler, ao se referir à ontologia do corpo, aduz que:

O “ser” do corpo ao qual essa ontologia se refere é um ser que está sempre entregue a outros, a normas, a organizações: sociais e políticas que se desenvolveram historicamente a fim de maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros. Não é possível definir primeiro a ontologia do corpo e depois as significações sociais que o corpo assume. Antes, ser um corpo é estar exposto a uma modelagem e a uma forma social, e isso é o que faz da ontologia do corpo uma ontologia social. Em outras palavras, o corpo está exposto a forças articuladas social e politicamente, bem como a exigências de sociabilidade - incluindo a linguagem, o trabalho e o desejo -, que tornam a subsistência e a prosperidade do corpo possíveis (2015, p.15-16).

A política estatal de proteção e de regulação ao corpo, apesar de possuir características de proteção genérica (da pessoa humana) e singular (individual) que impendem uma sua comercialização, tais como a venda de órgãos, propicia consequências que requerem discussões aprofundadas acerca de determinadas temáticas. A automutilação, a barriga de aluguel e o direito ao aborto em qualquer fase da gestação são exemplos de searas que questionam não somente a tutela estatal acerca do corpo, mas das políticas governamentais de escolha dos corpos que estão aptos para permanecer vivos em sociedade.

Carla Rodrigues reafirma esta perspectiva:

Nessa ontologia corporal, passa a ser preciso pensar de que forma a democracia vem sendo mobilizada a fim de manter a separação entre corpos que merecem viver e corpos que merecem morrer, considerando que os corpos de mulheres, gays, lésbicas, jovens negros, pessoas trans, são corpos marcados e expostos a violência de Estado – seja direta, no número de autos de resistência da polícia militar em caso de morte de jovens negros; seja indireta, na violência perpetrada no aparelho estatal contra mulheres vítimas de estupro ou na falta de atendimento a mulheres em situação vulnerável por complicações em casos de aborto inseguro (2017, p.31).

A regulação dos corpos não é verificável apenas numa perspectiva estatal. O corpo se molda, adquire formas, em sua relação com os mecanismos e estruturas de poder, presente nos

discursos e práticas sociais, compondo subjetividades em relação e em função deste corpo, ou constituindo-se numa realidade biopolítica, onde se inicia o controle social (FOUCAULT, 1998).

O controle social dos corpos relacionado a uma concepção da diferença entre os sexos ou mesmo de ideia de sexos biológicos distintos pode ser historicamente contextualizada. A divisão entre homem e mulher nem sempre se fez presente nas histórias da sexualidade humana, porém estabeleceu-se como categorias rígidas que objetivam normatizar os corpos, e por consequência, a sexualidade, fundamentando a existência de uma ideologia da diferença sexual:

A ideologia da diferença sexual opera em nossa cultura como uma censura, na medida em que oculta a oposição que existe no plano social entre homens e mulheres, colocando a naturalização como sua causa. Masculino/feminino, macho/fêmea são categorias que servem para dissimular o fato de que as diferenças sociais implicam sempre uma ordem econômica, política e ideológica. Todo sistema de dominação cria divisões no plano material e no econômico. [...] Porque não há nenhum sexo. Há apenas um sexo que é oprimido e outro que oprime. É a opressão que cria o sexo e não o contrário. O contrário viria a dizer, que é o sexo que cria a opressão, ou dizer que a causa (origem) da opressão deve encontra-se no próprio sexo, numa divisão natural dos sexos que preexistiriam (ou que existiriam fora da) na sociedade. (tradução nossa, WITTIG, 2006, p.22).

O pensamento que fundamenta, portanto, a diferença sexual é o da dominação. A categoria sexo perpassou por inúmeras reflexões e críticas desde o século passado, sendo esta ocorrência decorrente do movimento feminista. As críticas residem principalmente nas concepções metafísicas (criação do homem e mulher por divindades), biológicas (imposição por um determinismo biológico sobre o que seria ser mulher e ser homem) e acerca da existência de classes sexuais. Desta forma, o sexo ainda permanece como forma de categorização social e política para sustentação de uma sociedade heteronormativa e binominal:

A categoria de sexo é uma categoria política que funda a sociedade como heterossexual. Nesse sentido, não se trata de uma questão de ser, mas de relações (já que “mulheres” e “homens” são o resultado de relações), embora os dois aspectos sejam sempre confundidos quando se discutem. A categoria de sexo é a categoria que estabelece como "natural" a relação que está na base da sociedade (heterossexual), e através dela metade da população - as mulheres - é “heterossexualizada” (a fabricação das mulheres é semelhante à fabricação de eunucos, à criação de escravos e animais) e sujeita a uma economia heterossexual. A categoria de sexo é o produto da sociedade heterossexual que impõe às mulheres a obrigação absoluta de reprodução da “espécie”, isto é, reproduzir a sociedade heterossexual. A obrigação de reproduzir “a espécie” que se impõe às mulheres é o sistema de exploração sobre o que se funda economicamente a heterossexualidade. A reprodução consiste essencialmente neste trabalho, esta produção realizada pelas mulheres, que permite aos homens apropriarem-se de todo o trabalho das mulheres. Há que incluir a apropriação do trabalho que está associado “por natureza” à reprodução: criar filhos, tarefas domésticas. Esta apropriação do trabalho das mulheres se efetua exatamente da mesma maneira que a apropriação do trabalho da classe trabalhadora pela classe

dominante. Não se pode dizer que uma destas duas produções (a reprodução) seja “natural” e que a outra seja social. (tradução nossa) (IDEM, 2006, p.26).

A imposição de uma heterossexualidade às sexualidades numa matriz binomial normativa do sexo constituiu-se inclusive como mecanismo de colonização dos povos, especialmente daqueles que possuíam sexualidades para além desta matriz, de forma que a mulher, predominantemente, foi estabelecida como instrumento de reprodução da espécie humana e das tarefas pertinentes à manutenção dos processos atinentes à sua manutenção.

Os estudos pós-coloniais contribuíram fortemente para a reflexão das atribuições sexuais binárias, uma vez que estas implicam relações entre corpo, sexo, gênero e raça. Estas categorias se demonstram como fundamentais para a compreensão do que se denomina e atribui sentido socialmente de homem e mulher, uma vez que devem ser compreendidas não apenas no sistema sexo/gênero, mas como manutenção de um sistema colonial dos corpos através da imposição de categorias normativas sexuais. Assim como o sexo, o gênero se caracteriza como um signo basilar que tangencia o campo da sexualidade acerca da discussão sobre a diferença sexual.

O gênero é um termo de complexo, denso e não bem delimitado pelos ramos da ciência, sendo comumente denominado como caracteres convencionalmente estabelecidos por uma sociedade, ou seja, pelos papéis socialmente construídos a partir de uma base biológica, de macho e fêmea, e conseqüentemente masculino e feminino, de forma que esta relação se estabeleça a partir das formações socioculturais, pois cada sociedade atribui funções e identidades às pessoas conforme a compreensão do ser homem e mulher.

Há diversas teorias que consideram esta perspectiva reducionista, pois consideram o gênero apenas numa constituição sociocultural a partir de bases biológicas:

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura, como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual a “natureza sexuada” ou um “sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2003, p.25).

A autora realiza uma historicização do corpo e do sexo, dissolvendo a dicotomia entre corpo e gênero, ou seja, ela insere essa análise no campo da história humana, questionando a heteronormatividade produzida pela sociedade, que propicia uma falsa noção de estabilidade, cuja matriz heteronormativa se assegura, nos sexos fixos e coerentes, por meio de ações, gestos e signos construídos culturalmente e que reforçam a construção de corpos masculinos e

femininos, tal qual como concebido pela sociedade contemporânea. “Não a biologia, mas a cultura se torna o destino” (IDEM, 2003, p. 26).

Nesta senda, há uma dissolução entre sexo e gênero, sendo o primeiro inscrito no campo dito natural, enquanto que o segundo seria inscrito pela cultura. Apesar das subdivisões de inscrição, ambos estariam solidificados em construções sociais, históricas e culturais, sem que haja uma determinação natural, ontológica ou metafísica.

A dicotomia entre a diferenciação de masculino e feminino, em relação ao gênero, é fundamentada por diversos intelectuais e suas respectivas teorias, considerando-se inclusive estas como teorias substancialistas da existência humana. Os diversos teóricos que se opõe a esses pressupostos, como Beauvoir (1967), Butler (2003, 2009) e Connell (2015) são duramente criticadas pela comunidade científica. Convém observar que a perspectiva dicotômica marginaliza os gêneros que a ela não se enquadram.

A definição dicotômica divide a vida humana em apenas duas esferas; não reconhece, ou mesmo exclui as diferenças entre homens e mulheres do conceito de gênero; e exclui processos que estão para além do indivíduo. Para a autora, o gênero seria, portanto, “uma questão de relações sociais dentro das quais os indivíduos e grupos atuam”, assim como, “uma estrutura social de um tipo particular – envolve uma relação específica de corpos” (CONNELL; PEARSE, 2015, p.47).

A autora complementa essa perspectiva sintetizando a concepção de gênero como o “jeito com que as sociedades humanas lidam com os corpos humanos e sua continuidade e com as consequências desse “lidar para nossas vidas pessoais e nosso destino coletivo” (IDEM, 2015, p. 48).

Desde os primeiros anos de aprendizado da inserção na linguagem pela criança, ela se depara com a questão do gênero com demarcações no léxico gramatical: a menina, o quadro, o cão, a cadeira. Nesta senda, destaca-se que o gênero se instaura como uma oposição entre masculino e feminino, sem que haja uma incidência direta ao sexual (BROUSSE, 2015). A psicanalista destaca que o preenchimento de documentos de identificação, tanto na língua francesa quanto na portuguesa, a pergunta formulada em termos do sexo é: qual o seu sexo? E não qual o seu gênero? Diferentemente, a língua inglesa utiliza da expressão gênero, de forma que nesta língua, o gênero ocupa um lugar de ser sexuado.

A observação linguística realizada por Brousse possibilita uma reflexão acerca de como a categoria gênero é utilizada, tanto para realização de demarcações nos papéis sexuais sociais, quanto na linguagem. O que nos impele a questionar se o gênero se inscreve sobre a

linguagem ou a linguagem se inscreve sobre o gênero. De modo geral, se verifica uma intersecção neste questionamento: o caráter discursivo do gênero.

O gênero e o sexo são resultados de um contrato heterocentrado, em que as performances normativas se inscrevem no corpo como verdades biológicas. Nesta senda, o corpo se apresenta como locus de inscrição da fala e da enunciação. A linguagem, constituída e estabelecida na e pela cultura, aponta limitações no processo de categorização/nomeação dos corpos, pois estes se situam fora e além das dualidades: homem/mulher, masculino/feminino ou homossexual/heterossexual (PRECIADO, 2014).

As nomeações dos corpos influenciam diretamente sobre a formação da subjetividade humana, ocorrendo desde a antecedência do nascimento, porém é no ato de nascer que as inscrições normativas se efetivam, classificando os corpos a partir das genitálias identificadas. Tais ocorrências propiciam a adoção de todos os processos de formação relacionados ao corpo sexuado, tais como vestimentas, cores, acessórios, ações educativas, dentre outros, de forma que a percepção de incompatibilidade existente entre o sexo de nascimento e o sentimento de pertença ocasione profundo sofrimento na construção de suas identidades, como observa Carol:

Eu nasci com um gênero diferente atribuído ao nascimento. Pra mim era supernatural, porque é natural. Mas a sociedade impõe que não é. Mas eu não sofri na infância, eu sofri na adolescência, quando as características masculinas começaram a aflorar. Acho que minha família não percebia. Minha mãe pensava o que a sociedade vai dizer, o que a minha família vai dizer. Ela chegou num ponto que ela me bloqueou, ela não tinha contato comigo. [...] A nossa sociedade ainda é muito sexista. É somente a biologia, o sexo masculino, o sexo feminino, tudo dentro da biologia. É sexista. Se nasceu com a genitália masculina é homem, nasceu com a genitália feminina é mulher.

O gênero, portanto, pode ser compreendido num caráter discursivo construtivista, ou seja, ele está inserido no campo do discurso e se submete a materialização do sexo às normas, a partir da reiteração e repetição obrigatória das normas sociais. A superação da barreira epistemológica originada da anatomia e reprodução humana é fundamental para sobrepujar a ideia de anormalidade na não conformidade das categorias estabelecidas por essas dicotomias.

Contemporaneamente outra dicotomia tem se inscrito como subespécie da categoria gênero: o cisgênero e o transgênero. Pessoas cisgênero são aquelas em se verifica uma concordância entre a identidade de gênero autodeclarada e o sexo anatômico identificado no nascimento, enquanto que as transgêneras ocorreria uma discordância entre a identidade de gênero e o sexo anatômico de nascimento (JESUS, 2012).

A diferença realizada anteriormente, mesmo que utilizada para melhor compreensão da sexualidade por movimentos sociais e sexuais, instaura um *continuum* de categorização das sexualidades humanas em matrizes normativas. Os processos enunciativos de categorização/nomeação dos corpos perpetuam a permanência de um longo percurso de naturalização das sexualidades, e conseqüentemente dos dispositivos sexo/gênero.

Tais classificações se inscrevem sobre as sexualidades e as regula, de forma a exacerbar as diferentes formas de expressão e vivência das mulheridades, instituindo uma relação de antagonismo entre o cisgênero e o transgênero, como se percebe no relato de a seguir acerca da existência de uma identidade trans:

Carol: Eu não acho que existe uma identidade trans. Só se for identidade de gênero. Eu sou uma mulher trans. É o que é diferente do cis. Eu acho que é mais um rótulo, porque tem a mulher cis e a mulher trans. Tanto a mulher cis, a mulher trans está envolvido dentro do gênero. Não é uma identidade trans, é envolvido tudo dentro do gênero. Teria a mulher cis e a mulher trans.

O dispositivo supracitado apresenta, portanto, diversas manifestações para além das dicotomias do contrato heterocentrado. Cabe, a sociedade – de modo geral –, e aqueles e aquelas pertencentes aos grupos destoantes das normatividades – de forma especial –, efetuar com o rompimento de tais paradigmas, de forma a contribuir para a desconstrução sistemática da naturalização dos sistemas sexo/gênero, bem como da instauração e reconhecimento de outras formas de ser e estar no mundo que estão para além das sexualidades hegemônicas. É imperativo, a todos nós, o reconhecimento do corpo como um locus de disputa de poder estabelecido visto sua enunciação, pois se a linguagem pode aprisionar o corpo, também pode ser instrumento de sua libertação.

1.3 Orientação sexual: o imperativo implícito de uma automeação social

A orientação sexual é comumente nominada como o sentimento de si mesmo ou si mesma acerca de sua afetividade e sexualidade, bem como das atrações afetivas e sexuais dirigidas ou não a um objeto/pessoa. A orientação sexual pode ser definida como uma:

[...] atração afetiva e/ou sexual que uma pessoa sente pela outra. A orientação sexual existe num *continuum* que varia desde a homossexualidade exclusiva até a heterossexualidade exclusiva, passando pelas diversas formas de bissexualidade. Embora tenhamos a possibilidade de escolher se vamos demonstrar, ou não, os nossos sentimentos, os psicólogos não consideram que a orientação sexual seja uma

opção consciente que possa ser modificada por um ato da vontade. (BRASIL, 2004, p. 29).

A orientação sexual se caracteriza, portanto como uma atração afetiva/sexual que uma pessoa manifesta em relação à outra, a um objeto ou a ninguém, direcionada, involuntariamente, a partir do seu desejo. Ela se manifesta sobre várias formas, sendo as principais: a heterossexualidade, a homossexualidade, a bissexualidade, a assexualidade, a pansexualidade.

A heterossexualidade é considerada como a atração de uma pessoa pelo gênero diferente do seu; a homossexualidade pela atração pelo mesmo gênero; a bissexualidade pela atração por pessoas de ambos os gêneros; a assexualidade pela inexistência de atração por ambos os gêneros; a pansexualidade pela atração que independe de gênero, direcionada a vários objetos e pessoas; os fetiches sexuais, enquanto atração provocada por objetos, acessórios ou partes específicas do corpo humano.

As orientações sexuais destoantes dos contratos normativos ainda permanecem como tabus sociais, especialmente aquelas direcionados às sensações e desejos com finalidade de realização não normativa ou sem fins de reprodução.

A sociedade, ainda na contemporaneidade marginaliza, patologiza ou criminaliza práticas e desejos sexuais/afetivos destoantes da normatividade hegemônica. Marquês de Sade (2008), na obra *A Filosofia na Alcova Ou Os Preceptores Imorais*, já questionava a educação com base nos valores cristãos, que regulava as práticas e desejos sexuais humanos, especialmente a criminalização e construção de preconceitos de determinadas formas de prazer. Para o autor, os atos denominados de libertinos, são inspirados pela própria natureza e, portanto, fazem parte de seus desígnios, tais como a sodomia, o adultério, a prostituição, dentre outros, desde que guiados pelas paixões e desejos humanos são inteiramente legítimos.

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-V – (2014) considera as práticas de sadomasoquismo, exibicionismo, voyeurismo, fetichismo, travestismo fetichista, frotteurismo, dentre outras como parafilias sexuais. Essas formas de expressão dos desejos humanos ainda são arroladas como transtornos mentais, ou seja, são exceções às denominadas formas naturais pelos discursos reguladores sexualidade, da expressão dos desejos e afetividades humanas. Cabe questionar, qual o período de permanência neste rol e os critérios estabelecidos pela sociedade, especialmente a médica, para efetuar tais categorizações.

As práticas sexuais destoantes do objetivo de reprodução humana foram historicamente marginalizadas ou punidas, especialmente durante o período medieval.

Emanuel Araújo aduz, na obra *O Teatro dos Vícios: Transgressão e Transigência na Sociedade Urbana Colonial*, acerca dessas práticas no período colonial:

A questão era complicada, porquanto daí advinham os pecados atentatórios à procriação e até à instituição da família. Todos, evidentemente, eram ‘pecados da carne’, vale dizer, transgressões de ordem sexual. Desde o século I vemos um grande esforço para sistematizar e definir, por parte dos teólogos, essa forma de desvio. O próprio São Paulo já condenava pelo menos quatro perversões sexuais: pecavam os *fornicarii* (devassos), os *adulteris* (adúlteros), os *moles* (os ‘frouxos’, de hábitos voluptuosos, efeminados; mais tarde o termo designaria os onanistas) e os *masculorum concubitores* (homossexuais) (1993, p.214).

As práticas e desejos sexuais foram comumente regulados pelas religiões. Na obra supracitada o autor ainda relata sobre a condenação de práticas:

O segundo delito que afetava a procriação da família, por desperdício do sêmen, era o da bestialidade. A Igreja definia-o claramente: “O crime de bestialidade se comete tendo o homem ou a mulher ajuntamento carnal com qualquer animal bruto”. E acrescentava à definição que é “atrocíssimo este pecado e semelhante ato ao de sodomia, contra a natureza humana”. Leigo ou sacerdote, o pecador seria entregue à justiça secular (o clérigo sofreria também perda das ordens). A lei do Estado, por sua vez, determinava sem meias-palavras: “Seja queimado e feito pó”. Nada menos. (IDEM, 1993, p. 222).

Os desejos e práticas sexuais sempre perpassam por religiões, valores, cultura e subjetividades, estando, portanto, relativizadas em cada grupamento social.

A desconsideração desta e de outras manifestações do ser desejante, enquanto inexistência/direcionamento dos afetos e atrações para outro ser/objeto provocou e provocará uma diversidade de sentimentos, tais como a identificação, inquietação, angústia, ojeriza, revoltas e afins no ser humano, pois perpassa sobre a subjetividade e desejo íntimo individual. Rejeitar ou incluir categorias e enquadres sempre serão locais de disputa de poder, de forma a determinar qual discurso seja considerado como verdadeiro ou necessário em detrimentos de outros. Disputa esta que prevalece concepções sociais de grupamentos sobre outros.

Verifica-se, portanto, que os desejos, afetividades e práticas sexuais são categorias construídas a partir das relações sociais, definidas e aceitas/rejeitadas pela cultura via discurso, num dado espaço geográfico-temporal, sendo inscritas nas subjetividades e sustentadas pela linguagem, comumente normatizadas com vistas a regular as manifestações do ser desejante. Desta forma, requer sempre reflexões acerca de suas construções, bem como dos padrões estabelecidos, com vistas a rasgar o véu da normatividade e da moralidade que se impõem sobre as sexualidades não-normativas.

Neste sentido, afirma Robert Darnton:

[...] Assim como alguns materiais são próprios para serem manipulados, certas coisas são especialmente boas para serem pensadas (*bonés à penser*): é possível dispô-las em padrões que trazem à tona relações inéditas e definem limites antes vagos. O sexo é, creio eu, uma dessas coisas. Ao se cristalizar em padrões culturais, o conhecimento carnal fornece material inesgotável para o pensamento,

especialmente quando aparece em narrativas: piadas sujas, bravatas masculinas, fofocas femininas, canções silenciosas e romances eróticos. Sob todas essas formas, o sexo não é apenas um tema, mas também um instrumento para rasgar o véu que cobre as coisas e explorar seu funcionamento interno. Ele serve assim às pessoas comuns como a lógica serve aos filósofos: ajudar a extrair sentido das coisas (1996, p.21).

O direcionamento do desejo humano, bem como, de sua afetividade ainda é permeado de classificações e nomeações a partir de constructos sociais e culturais. O ato de nomeação do direcionamento de um desejo, de sua negação ou dos desejos múltiplos não abarcam todas as formas de expressão da afetividade e sexualidade humana. Nesta seara, Gilles Deleuze aduz:

Não basta tampouco dizer que cada sexo contém o outro, e deve desenvolver em si mesmo o polo oposto. Bissexualidade não é um conceito melhor que o da separação dos sexos. Miniaturizar, interiorizar a máquina binária, é tão deplorável quanto exasperá-la, não é assim que se sai disso (2002, p.68).

A psicanálise já demonstrou, em sua construção teórica, que os corpos bissexualmente construídos, a partir de um fetiche heterossexual da anatomia humana, são respostas a demandas culturais. A cultura, e não os aparatos biológicos ou anatômicos que constituem as principais bases de afirmações acerca das noções de homem/mulher, masculino/feminino, ativo/passivo, hetero/homo, como categorias naturalizadas da sexualidade, enquanto divisões binárias e normativas atuam com implicações hegemônicas hierarquizantes e assimétricas.

O termo orientação sexual é utilizado como uma justificativa política diante da indagação heterossexista acerca das causas da homossexualidade, ou seja, como um propósito de afirmação política do direito à livre manifestação da sexualidade, por isso se utiliza do termo orientação e não opção sexual (SOUSA FILHO, 2009).

Destaca-se que, principalmente a partir da realização de estudos na contemporaneidade, que a orientação sexual não pode ser alterada ou revertida, seja por métodos medicamentosos ou psicoterápicos, portanto, os profissionais que atuam em saúde mental não podem afirmar ou mesmo induzir seus pacientes o processo de reversão da orientação sexual. Como o desejo não pode ser modificado, geralmente ocorre à negação e consequente supressão do desejo e a experiência da orientação vivenciada pela pessoa. Em alguns países, se utiliza a denominada Terapia de Reversão Sexual para realização de mudanças de orientação sexual, porém esta prática é vedada no Brasil a partir de regulações estabelecidas pelo Conselho Federal de Psicologia.

A utilização da expressão orientação sexual surgiu de uma necessidade de legitimação da homossexualidade em lutas históricas por reconhecimento desta sexualidade, desencadeando uma negação ao emprego de uma pluralidade conceitual, tais como a palavra

opção. Depreende-se, portanto que o dispositivo orientação sexual, assim como sexo/gênero são reflexos de construções sociais e objetivam a categorização/enquadramento das sexualidades humanas no que tange à disposição para o desejo e atração afetiva-sexual.

As normatividades impostas culturalmente marginalizam, restringem ou mesmo excluem as sexualidades, e conseqüentemente as orientações sexuais não normativas. A sociedade cria e impõe leis, normas e tabus, bem como instaura culpabilizações, para que determinados desejos sejam represados, além da elaboração de mecanismos de punição (inclusive tratamentos para as dadas patologias) para correção dos desejos individuais que destoam das relações normativas. Nesse sentido, a própria homossexualidade, em diversos grupamentos e subjetividades, adquire um caráter normativo de sexualidade, de reprodução das características heteronormativas.

Guy Hocquenghem interpela as evidências daquilo que possibilita a construção de um desejo heterossexual ou homossexual. Essas designações não se auto explicitam, pois ambos os desejos se configuram em “um recorte arbitrário e abstrato de um fluxo ininterrompido e plurívoco” (tradução nossa, 2009, p.22).

As atribuições de diversos sentidos para as sexualidades permeiam a identificação de diversos lugares do ser desejante, lugares estes estabelecidos na intimidade, mas que confundem as relações entre o público e o privado, pois apesar da intimidade ser considerada fundamentalmente privada, desperta o interesse público.

A sociedade contemporânea atribuiu o sentido de sexualidade como sinônimo de identidade, sendo esta configuração o principal fundamento utilizado para averiguação das intimidades e identidades dos outros. Desta forma, a intimidade e sexualidade são afetadas tanto pelo público quanto pelo privado, sendo entrelaçadas ao desejo, ao sexo e as práticas sociais balizadas pelas diferenças.

A confusão propiciada pela relação entre intimidade e sexualidade ocasiona diversas ações de desejo de conhecimento da sexualidade alheia. Comumente uma pessoa que apresenta comportamentos, práticas, atitudes que destoam do comportamento de gênero que lhe é reconhecido pela sociedade, o que nem sempre corresponde ao seu autorreconhecimento, é questionada por outras, acerca de seus desejos e práticas, ou seja, sua intimidade se torna alvo de especulações e questionamentos para compreensão do que o outro concebe como diferente, como relata uma das interlocutoras:

Tiffany: As pessoas elas ligam muito a sua sexualidade a sua capacidade, é uma coisa totalmente sem lógica, sabe, enquanto eu era homem eu podia produzir, eu podia fazer coisas, mesmo sendo gay, as

peessoas me respeitavam, hoje em dia só porque eu alterei fisicamente meu corpo de algumas formas as pessoas acham que você muda totalmente, vira um extraterrestre.

Nas relações homoafetivas e homoeróticas é corrente questionamentos como: quem é o homem/mulher da relação; quem é o (a) ativo (a), passivo (a) ou se ambos (a) são versáteis¹⁴; o fato de ser homossexual se fundamenta no desencontro de alguém do gênero oposto que proporcionasse uma prática sexual e afetiva que realizasse o prazer de forma efetiva. A oposição ativo/passivo carrega em seu bojo a heterossexualidade como norma, e dispõe homens e mulheres segundo a biologia.

O assexual também é questionado quando se apresenta, sobre a inexistência de direcionamento de seu desejo e afetividade. Estas questões revelam a tentativa de normatizar ou enquadrar as sexualidades num padrão heteronormativo. A sexualidade, de modo geral, e a orientação sexual, de forma especial, são comumente reduzidos a práticas sexuais.

As indagações supracitadas se realizam posteriormente ao próprio questionamento da sexualidade da pessoa, após se verificar a possibilidade de existência de diferenças, sejam elas físicas, comportamentais, afetivas ou sexuais. Há uma cobrança implícita socialmente de que as pessoas compreendidas em sexualidades não normativas, especialmente as de orientação sexual, devam se autodeclarar, ou seja, um imperativo implícito de uma autonegação social a qual se identifica, bem como, de como ocorre à realização dos papéis construídos socialmente.

Os heterossexuais, se não apresentarem as características citadas acima, não precisam se declarar aos pais, amigos, ambiente de trabalho, o mesmo não ocorre com as sexualidades que destoam das normatividades. As sexualidades não normativas são descritas como pertencentes metaforicamente e ironicamente a um armário, um esconderijo de suas subjetividades, uma vez que requer que as pessoas a ela pertencentes, se assumam socialmente.

O armário é caracterizado como o locus do amparo social, das garantias de possibilidade de aceitação social, bem como de uma proteção pelo silêncio, ao mesmo tempo em que manifesta uma oposição entre as dicotomias público e privado, dentro e fora, numa contextualização heteronormativa, permeadas por violências simbólicas, discursivas e sociais (SEDGWICK, 2007).

¹⁴ O termo ativo(a) é socialmente relacionado ao “homem/mulher” que desempenha o papel sexual relacionado ao que se denomina como masculino socialmente, ou seja, aquele ou aquela que penetra; o termo passivo (a) para o seu inervo; e o termo versátil quando a pessoa se comporta de ambas as formas.

O imperativo implícito de uma automeação social acerca da sexualidade, especialmente da orientação sexual, é predominantemente fundamentado na expressão *sair do armário* pela sociedade. Esta expressão se refere ao momento em que pessoas que vivenciam sexualidades não normativas assumem suas vivências para a sociedade – seja família, amigos, trabalho e afins – num imperativo social implícito de adequação as representações simbólicas do sistema sexo-gênero-orientação-identidade heteronormativo.

O sair do armário se caracteriza por umas das máximas expressões sociais de confusão entre as fronteiras de público e privado, especialmente pelo subtendimento do desejo de conhecimento das práticas sexuais alheias, uma vez que assumir uma determinada orientação sexual explicita-se, de forma racional, a prática sexual vivenciada. Relacionam-se, portanto, diretamente aos desejos, ao erotismo e atrações sexuais em determinados contextos sociais.

A dimensão do sair do armário constitui consequências para além do contexto subjetivo, cultural e social, pois abarcam resultados para além do controle individual, de forma que predizem violações a direitos humanos, assim como possibilidades de violências discursivas, simbólicas e físicas sobre as pessoas que autodenominam suas sexualidades não normativas em determinados territórios públicos e privados. Essas mesmas representações não são impostas a pessoas heterossexuais, o que possibilita a consideração de que a automeação de uma orientação sexual perpassa muito mais pelo desejo de conhecimento e controle da sexualidade do outro do que pelo conhecimento/reconhecimento de uma subjetividade.

Nesta senda, verifica-se que a orientação sexual, assim como o gênero/sexo, são dispositivos, categorias ou signos linguísticos de poder construídas/reguladas pelo discurso, por meio das interações entre indivíduo e sociedade, sendo diretamente influenciadas pela relação espaço-tempo, inscritas sobre o corpo, desejo, afetividade e sexualidade humana, a partir de um constructo biológico, psicológico, cultural e social via linguagem, objetivando nominar as diversas variáveis dos papéis afetivos e sexuais, em que se verifica a existência de um imperativo implícito de uma automeação social.

1.4 Identidades de gênero: A reconstrução constante da subjetividade pelas mulheridades e masculinidades inscritas historicamente pela sociedade

A identidade de gênero é outra forma de categorização da sexualidade humana, sendo comumente descrita como auto conceituação ou autorreconhecimento individual de identificação, a partir de afetações sociais das características construídas como pertencentes às

mulheres ou aos homens. Destaca-se, que esses atributos são diversos, determinados pela cultura e impostos aos corpos, desejos e comportamentos do que socialmente se espera do ser homem/mulher para cada pessoa.

Robert Stoller (1978) foi o primeiro estudioso que realizou pesquisas sobre identidade de gênero. Para este autor há uma distinção entre sexo e gênero, ou melhor, entre sexo e identidade de gênero, pois enquanto que o primeiro refere-se ao sexo biológico-anatômico, o segundo pertence a uma questão de identidade, de sentir-se e identificar-se com determinada posição subjetiva, homem ou mulher, independentemente da anatomia corporal.

Os estudos realizados por Stoller ocorreram com pessoas consideradas hermafroditas ou com genitais ocultos, que haviam sido diagnosticados com o gênero oposto ao seu sexo biológico. Psicanalista de corrente conservadora, o autor, considera que o aprendizado do gênero ocorre durante a passagem do Complexo de Édipo pela aquisição da linguagem.

Stoller (1978) construiu seu arcabouço teórico a partir dos estudos de caso de indivíduos considerados hermafroditas em sua época, ou seja, de pessoas que possuíam órgãos reprodutores concomitantes de ambos os sexos ou atributos sexuais secundários masculinos e femininos, denominados contemporaneamente de intersexuais. Os estudos se direcionavam aos indivíduos que haviam sido rotulados, por engano, com o gênero oposto ao de nascimento de maior aparência, considerando-se, para o autor, maior facilidade a ocorrência de mudança de sexo biológico do que do gênero de uma pessoa.

O teórico acima referido afirma que todo indivíduo apresenta um núcleo de identidade de gênero, que se dá pelo conjunto de convicções subjetivas de pertencimento ao que se denomina socialmente como masculino ou feminino. Estas convicções são permanentes, mas podem a pessoa pode agregar novos papéis a este agrupamento de convicções.

A identidade de gênero pode ser concebida como propriedades, práticas, comportamentos e papéis estabelecidos socialmente para machos e fêmeas da espécie humana. Desta forma, adquirem um caráter relacional, e como categorias conceituais, organizam e delineiam as experiências de sexualidade dos indivíduos. Contemporaneamente, as identidades de gênero constituíram-se como instrumentos de pretensão de reconhecimento, minimização de estigmas, legitimidade e respeito. Nesse sentido, as identidades de gênero são construções históricas e determinadas culturalmente, como respostas a políticas, paradigmas e conjunturas numa composição das diferenças (SIMÕES; FACCCINI, 2009).

Stuart Hall (2011), Tomaz Silva (2012) e Kathryn Woodward (2012) consideram que a identidade se constitui na relação, ou seja, a percepção da diferença é decorrente da existência de comparação entre fatores internos e externos.

“As afirmações sobre a diferença também dependem de uma cadeia, em geral oculta, de declarações negativas sobre (outras) identidades. Assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis” (SILVA, 2012, p.75). A dicotomia identidade/diferença, nesta perspectiva, são faces de uma mesma moeda, isto é, correlatos entre si.

A existência de uma compreensão binária na construção da identidade, como o eu e o outro, o moral e o imoral, normal e anormal, que conseqüentemente, propicia processos de segregação e exclusão, pois “a diferença pode ser construída negativamente – por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como outros”, porém, também pode ser manifestação de inclusão e união a partir da consideração da diferença “como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora” (WOODWARD, 2012, p.50-51).

A identidade de gênero, apesar de ser considerado um aspecto singular constitutivo fundamental da sexualidade humana, confusamente é atrelada a orientação sexual. Enquanto esta diz respeito ao direcionamento dos desejos, afetos e práticas sexuais a um dado objeto, conforme já apontado anteriormente, a identidade de gênero se caracteriza pela identificação de um determinado gênero construído socialmente.

As orientações sexuais não são categorias rígidas, pois devido o seu caráter de sensibilidade e expressões de desejo e prazer podem variar no decorrer da história individual (SOUSA FILHO, 2009). A prática e comportamento sexual e a identidade de gênero compõem a orientação sexual, mas podem constituir-se para finalidades diferentes, sendo divergentes, ou seja, “comportamento e identidade são componentes da orientação sexual que não caminham necessariamente na mesma direção” (SIMÕES; FACCCINI, 2009, p.31).

As sexualidades não normativas, as identidades de gênero, identidades e orientações sexuais também devem ser consideradas como dispositivos linguísticos resultantes de processos históricos e culturais impostos as vivências e experiências da sexualidade, de forma a se inscrever sobre ela.

Butler corrobora com esta perspectiva de identidade de gênero, pois para a autora esta identidade é uma performance de expressões que são reconhecidas socialmente, ou seja, “não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias expressões tidas como resultados” (2003, p.48). Observa-se, que a obra de Butler, realiza uma historicização do corpo e do sexo, dissolvendo a dicotomia entre sexo e gênero.

De modo geral, a identidade de gênero é significada como o sentimento de pertencimento a uma determinada posição subjetiva (masculina, feminina, ambas, nenhuma), cujo reconhecimento social possui um papel preponderante em função das performances (formas de vestir, falar, andar, etc) realizadas pela pessoa em relação à sociedade. Isso independe do sexo biológico e da orientação sexual. Nesse sentido, se dá como o auto reconhecimento e reconhecimento social do gênero estabelecido. Dentre as identidades de gênero, destaca-se o gênero masculino, feminino, o não binário (combinação do gênero masculino e feminino) e as transgêneras.

A identidade de gênero é basilar para a formação da subjetividade. Convém observar que estas identidades são reconhecidas comumente pela expressão de gênero. Este termo é conceituado se refere às formas de manifestação das masculinidades ou feminilidades de uma pessoa. É geralmente considerada como uma extensão da identidade de gênero, se dando primordialmente nas performances utilizadas pelo sujeito na sociedade, ou seja, pelas performatividades atribuídas socialmente que sinalizam o sentimento de pertença a um determinado gênero.

As performances sociais são comumente relacionadas ao gênero masculino e feminino, que se desdobra nas denominadas mulheridades e masculinidades. Os conceitos de homem e mulher são construções históricas, determinadas pelo tempo e espaço, porém podem ser compreendidas a partir do estudo das relações sociais para obtenção de informações sobre o gênero.

1.4.1 A pluralidade e a superação dos arquétipos normativos: da inexistência d'A Mulher a vivência das mulheridades

Os estudos acerca do gênero feminino, em especial acerca da mulher e da feminilidade, foram realizados principalmente a partir da ocorrência dos movimentos feministas. Estes movimentos políticos objetivam a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Observa-se, contudo, que diversas teorias foram construídas e sustentadas para justificar a manutenção da divisão entre os sexos, bem como sua hierarquização.

Os impactos de teorias criadas para justificar as posições de grupos sexuais durante o período da Revolução Industrial reberveram até a contemporaneidade, especialmente as que se fundamentam nos estereótipos de fragilidade e inferioridade em relação à mulher e ao feminino. Apesar da contradição existente entre as práticas da maioria das mulheres, que acumulavam atividades laborais e domésticas, o novo conceito de feminilidade está baseada

numa concepção de que o lugar da mulher é em sua residência, numa difusão do modelo burguês de família (GIDDENS, 1982).

Estas compreensões se inscrevem sobre a construção das identidades e refletem aspectos políticos, sociais, religiosos, filosóficos e demais de uma cultura. As atribuições realizadas às denominações mulher/feminino e homem/masculino são relativizadas a partir de movimentos feministas e das teorias *queer*, uma vez que propõem o rompimento de fundamentações históricas acerca das vivências das sexualidades humanas, sobretudo a desnaturalização dos corpos.

O desdobramento da categoria homem e mulher em hombridades e mulheridades, bem como masculinidades e feminilidades são imperativos para a superação de modelos culturais normativos. As percepções culturais do ser homem e ser mulher, abarcadas por noções das performances de gênero, da construção de identidades sexuais e sociais, dos desejos e de seus destinos são vivenciadas de forma plurais.

Joan Riviere (1929) foi a primeira estudiosa a utilizar o termo mulheridades no artigo *A Feminilidade Como Mascarada*. O conceito psicanalítico de máscara da mulheridade ou mascaramentos da mulher, se referia às mulheres intelectuais que tiveram sucesso na integração social, vida conjugal e familiar a partir da exibição de sua feminilidade como uma máscara, a fim de dissimular seu verdadeiro poder e a sua angústia. O termo evoca a feminilidade da mulher como um disfarce ou máscara, ou seja, as representações sociais do que se denomina de mulher.

A mulher ainda permanece dotada de múltiplas facetas, porém sem perder sua principal fonte de identificação que é a maternidade (BEAUVOIR, 1967). Esta relação baseia-se, fundamentalmente, na imposição de predestinação da mulher à maternidade a partir das características biológicas reprodutivas do corpo humano de fêmea. Tais teorias permanecem em plena vigência na contemporaneidade, sendo inclusive, marcadores de expressão das mulheridades na transgeneridade, como se identifica no discurso de algumas das interlocutoras:

Roberta: Eu acho que importante pra uma mulher, ser uma mulher, é a questão de ser mãe. Eu acho que mãe, que ser mãe, é fundamental pra uma mulher.

Candy: A mulher é um portal, ela é muito empoderada. A mulher que tinha que ser alfa por que é a mulher que tem o dom de trazer uma existência de uma outra dimensão. Quem administra um lar bem é a mulher. É a mulher que que amamenta, é a mulher que educa. Ela é um ser maravilhoso, mas só que, eu acho isso interessante, ela não entende o quanto ela é especial, o valor real dela. E fica, na maioria das vezes e dos casos, em segundo plano ou em segundo lugar na relação. Ser mulher é ser mãe, acho

que muitas feministas falam pra mim, você fica falando asneira, pra ser mulher não precisa ser mãe, mas eu acho que uma mulher não é completa se ela não gerar uma vida, eu acredito nisso, eu queria muito ter um filho biológico.

Vera: Mulher mesmo poder carregar um filho, gerar um filho. Olha que coisa sublime. É muito bonito isso, você ter o dom de dar a vida.

Mas se a mulher transgênera não apresenta condições biológicas para gerar filhos, como se podem entender as correspondências entre a mulher vivenciada na transgeneridade e a mulher compreendida pela sociedade? As facetas múltiplas da mulher podem auxiliar na resolução desta questão. A função de fêmea não pode ser evidenciada como fator de definição da mulher, pois a capacidade de gerar filhos não é basilar a determinação do ser mulher. Mesmo na realização de papéis sociais (mãe, esposa, avó, filha etc), estes ainda não possibilitam uma definição efetiva deste conceito.

Os papéis sociais são resultados de processos grupais estabelecidos pela cultura. A construção da denominada mulher, mulheridades ou feminino vinculam-se diretamente às mediações sociais. Não há um determinismo biológico que estabeleça a formação das identidades sexuais:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro (BEAUVOIR, 1967, p.9).

A clássica afirmação supracitada de Beauvoir do tornar-se mulher é amplamente utilizada pelos movimentos que objetivam romper com os destinos biológicos atrelados às expressões das mulheridades, bem como ao pensamento machista e patriarcal de objetificação do corpo feminino e da imposição da função reprodutiva. As mulheres transgêneras apresentam discursos que se aproximam da concepção da autora, principalmente, em função da formação de suas identidades:

Roberta: “Você não nasce mulher, se torna se mulher, isso é ser mulher, é você se tornar, ser mulher, sabe, porque você vai construindo sua identidade, seu gênero, desde criança, quando você pega uma boneca para brincar, você ali está se construindo como mulher, você está se vendo como mulher”.

As alterações realizadas na desnaturalização das mulheridades são possíveis se compreendidas a partir dos aportes teóricos construídos historicamente, especialmente das teorias feministas e movimentos *queer*. Beauvoir afirma acerca das transformações históricas da mulher:

As mulheres de hoje estão destronando o mito da feminilidade; começam a afirmar sua independência; mas não é sem dificuldade que conseguem viver integralmente sua condição de ser humano. Educadas por mulheres, no seio de um mundo feminino, seu destino normal é o casamento que ainda as subordina praticamente ao homem; o prestígio viril está longe de se ter apagado: assenta ainda em sólidas bases econômicas e sociais. É, pois necessário estudar com cuidado o destino tradicional da mulher. Como a mulher faz o aprendizado de sua condição, como a sente, em que universo se acha encerrada, que evasões lhe são permitidas, eis o que procurarei descrever. Só então poderemos compreender que problemas se apresentam às mulheres que, herdeiras de um pesado passado, se esforçam por forjar um futuro novo. Quando emprego a palavra “mulher” ou “feminino” não me refiro evidentemente a nenhum arquétipo, a nenhuma essência imutável; após a maior parte de minhas afirmações cabe subentender: “no estado atual da educação e dos costumes”. Não se trata aqui de denunciar verdades eternas, mas de descrever o fundo comum sobre o qual se desenvolve toda existência feminina singular (1967, p. 7).

A assertiva supracitada infere que a mulher é resultado das mudanças ocorridas na sociedade num determinado território e período histórico. As vivências das mulheres transgêneras estão atravessadas por estas transformações, de forma a apresentar novas configurações que incidem sobre a pluralidade na expressão das mulheridades, resultando em novas performances, conceitos e funções, ou seja, são ressignificados, apesar das compreensões ainda vigentes do caráter singular do feminino, bem como de uma figura arquetípica imutável:

Roberta: Outro elemento também é a questão do estudo. De a mulher se impor, através do estudo, crescer, mostrar que ela tem valor, porque antigamente não, a gente vai viver um país patriarcal, que o homem que manda, que homem que estuda. Hoje em dia a mulher tem que conquistar seu direito como já tem muitas que conquistaram. [...] Não é a vagina que define, não é um órgão sexual que define se você é homem ou se você é mulher.

Rogéria: Mulher não sinal de fragilidade, porque pra ser mulher tem que ser muito forte. Ainda mais uma mulher trans. A mulher em si na sua natureza, quando ela nasce, ela nasce com sinônimo de fragilidade, ela é propriedade do pai e quando ela casa é propriedade do marido. Imagina você ser trans, quem vai te proteger? Não vai ser um papel que vai fazer você me ver como mulher, vai ser sua atitude, vai ser o seu respeito.

Carol: A mulher pode se comportar do jeito que ela quiser. Ela pode usar o que ela quiser e se auto identificar como mulher. Existem várias formas de ser mulher. Existem mulheres com pênis, há mulheres sem útero, mulheres sem ovário, há mulheres com barba, há mulheres com diversas circunstâncias, mas se denomina mulher, se ela se aceita como mulher. É o reconhecimento, é algo que você vai impor. É o seu reconhecimento como tal.

Candy: Ser mulher é uma delícia, às vezes eu falo que a mulher é um trem tão poderoso, mas a sociedade e a cultura atual colocam a mulher como um bicho de segunda valia. Toda vida colocou. Hoje a mulher tem um espaço aqui, um espaço ali.

Lea: Eu acho que ser mulher está muito mais ligado à minha performance, como eu ajo socialmente, como eu quero ser vista.

A Mulher também é definida como uma não existência enquanto uma lógica universal, sendo reconhecida socialmente a partir dos seus mascaramentos, ou seja, das correspondências ao imaginário social de feminilidade, representada nas estereotípias e características atribuídas a figura feminina na e pela sociedade, tais como feminilidade, docilidade, suavidade, atenção, cuidado com o corpo (LACAN, 2008a).

A afirmação da inexistência da mulher enquanto uma lógica universal descrita pelo autor alude que o dizer mulher implica uma multiplicidade de nomeações, sendo assim, não se pode falar da existência d'A Mulher enquanto classe, conjunto ou todo, como Uma, conforme descreve nas fórmulas da sexuação. Nesta perspectiva, tanto a mulher quanto o feminino serão sempre plurais.

A mulher é a representação do não-todo/não toda, uma vez que está não-toda submetida ou assujeitada a lei da castração, desta forma as mulheres são únicas e podem ser somente contadas uma a uma, como afirma Nany quando expressa sua vivência sobre o ser mulher:

Sou eu. É a colega do lado. É a outra colega lá. O ser mulher é a nossa capacidade de existência enquanto únicas na nossa complexidade, na nossa individualidade. Cada mulher tem sua essência enquanto ser único, é essa a questão. Isso é ser mulher. Nenhuma mulher é igual a outra, isso que cabe a muitas mulheres transexuais entender, nenhuma mulher é igual a outra. O feminino é algo único, de cada uma mulher, nós não somos iguais, nenhuma das mulheres é igual a outra. Nenhuma vagina é igual a outra. Nós temos que ser únicas. E nós somos únicas, nós, enquanto mulher, enquanto feminino, nós somos únicas. Não existe mulher igual a outra.

A Mulher é uma incógnita para vários campos dos estudos da sexualidade. Recebeu diversos nomes pejorativos no decorrer da história: bruxa, histérica, louca, feminista. E, apesar de suas diversas denominações, a dificuldade de mapeá-la estabelece uma infinidade de interpretações sobre as mulheridades e feminilidades, de forma a se constituir como um ser múltiplo, de dores a iluminação da diferença, como poetizou Zé Ramalho, na canção *Entre a Serpente e a Estrela*¹⁵: “Há um brilho de faca, onde o amor vier. E ninguém tem o mapa da alma da mulher. Ninguém sai com o coração sem sangrar ao tentar revê-la. Um ser maravilhoso, entre a serpente e a estrela”. A mulher é, portanto, um ser de multiplicidades,

¹⁵ Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/ze-ramalho/entre-a-serpente-e-a-estrela.html>. Acesso em 28 de abril de 2018.

que pode representar desde a serpente (mulher fálica) até a estrela (os estereótipos sociais relacionados a feminilidade, tais como docilidade, suavidade, atenção, cuidado com o corpo, maternidade – dar à luz, etc).

A própria história possibilitou a construção de campo favorável para a emergência de uma diversidade de representações das mulheridades, e, conseqüentemente, um caráter multifacetado da denominada mulher, relacionado diretamente às feminilidades. A maldição do sexo¹⁶ incidiu sobre as mulheres na história da humanidade a partir dos processos de dominação, controle e exploração sobre as mesmas, como se verifica nas denúncias efetuadas pelas críticas dos movimentos feministas.

Observa-se, portanto, uma dificuldade em conceituar e descrever o que se cognomina como mulher pela sociedade, pois como se percebe, a partir dos pressupostos supracitados a mulher só pode ser compreendida na sua singularidade e não nas estereotípias e atribuições realizadas pela sociedade. A consideração das singularidades do feminino possibilita a ocorrência de uma melhor compreensão das sexualidades femininas transgêneras que se inscrevem num período histórico e cultural específico.

Berenice Bento, ao relatar da passagem universal a relacional do conceito de gênero, aduz que:

A tarefa teórica era desconstruir essa mulher universal, apontando outras variáveis sociológicas que se articulassem para a construção das identidades dos gêneros. A categoria analítica “gênero” foi buscar nas classes sociais, nas nacionalidades, nas religiosidades, nas etnias e nas orientações sexuais os aportes necessários para desnaturalizar e dessencializar a categoria mulher, que se multiplica e se fragmenta em negras analfabetas, brancas conservadoras, negras racistas, ciganas, camponesas, imigrantes (2006, p.74).

A relativização das categorias conceituais de formação das subjetividades, a partir do re-conhecimento dos diversos elementos que as constituem, possibilitou a configuração de novas formas de expressão das mulheridades e feminilidades. Tais perspectivas foram incorporadas à formação do ser mulher em determinados grupos de mulheres transgêneras, de forma que elas construam suas subjetividades destoantes das estereotípias sociais atribuídas ao ser mulher ou ao feminino:

Carol: Eu sou mulher não é por me vestir roupas atribuídas à mulher. É a essência, você se enxergar mulher. Você se sentir feminina, se sentir mulher, independentemente de qualquer coisa.

Nany: O local do feminino pra mim é o local do exuberante. É um local de glamour. Porque toda mulher é um glamour. As que não acham isso é porque não conseguem se enxergar no espelho o quanto

¹⁶ Termo psicanalítico utilizado para se referir à impossibilidade da relação sexual, uma vez que pertence a ordem do simbólico e não do campo do real.

elas são glamourosas. Este é o local do feminino pra mim. O local do feminino é em todo local, basta você estar bem com você mesma. O local do feminino é esse, é eu ver naturalmente, porque eu não preciso imitar ninguém. É ser quem eu sou, e esse é o X da questão da mulher transexual. A mulher transexual não precisa imitar ninguém, senão ela se torna remedo. Eu preciso ser eu, uma mulher, essência feminina. A identidade de gênero de mulher. O ser mulher é eu me sentir bem, eu sendo eu. Porque eu me sinto mulher. Não é se a outra pessoa está no corpo de uma mulher ou de homem, é o meu sentir mulher. O ser mulher é eu ser quem eu sou, a minha convicção de que eu sou da forma que eu sou. Não importa se hoje até nascesse barba, porque agora não ia fazer diferença em mim, porque eu me sinto mulher. O ser mulher pra mim está sendo isso. Antes de fazer a cirurgia eu tinha um imaginário, porque tem tantas mulheres que nascem com uma peteca e não se dão o valor, não conseguem se enxergar. Porque do ponto de vista da incubação eu tinha todo o imaginário das mulheres. Mas eu tinha essa visão, porque eu não conseguia enxergar ela enquanto mulher individual, no ser feminina dela, no ser dela, porque ela, enquanto mulher, ela é mulher daquele jeito que ela é, sem vaidade, sem interesse aos efeitos de beleza, sem interesse em vestuário. O local dela enquanto mulher tem um jeito e ela se sente bem daquela forma. E hoje, eu faço um papel de educadora para as pessoas trans que estão chegando. Foi a partir do ponto de se colocar no lugar da outra, de respeitar o lugar da outra, foi que eu trouxe isso e venho trazendo muita gente com uma mensagem diferente.

Lea: O feminino vai surgir de formas totalmente diferentes. Eu não sei muito bem explicar o que é o feminino. Mas o que é o feminino? Eu também fico refletindo sobre isso. O que é esse feminino? É somente agir de uma forma sensível?? Ou é só, às vezes falar com uma voz feminina? Com uma voz mais fina? Eu também ficava presa a essas coisas. E, depois a cada dia que eu me percebia mais mulher, eu via que não era só essas coisas estereotipadas. Eu acho que de tanto a gente colocar numa caixinha o que é feminino, o que é masculino, o que é de homem, o que é de mulher, a gente vai se prendendo. As pessoas sabem que o feminino, a feminilidade, não é homogêneo. Eu não sei explicar exatamente o que é o feminino. Mas existem diversas formas do feminino se manifestar, em diversas pessoas e performances, pessoas com diversos gêneros. Existem homens héteros cis, que vão, em determinados momentos, serem e agirem de forma feminina, taxados enquanto feminino.

Apesar destas transformações, outras mulheres constroem sua subjetividade a partir do imaginário social fundamentado nos mascaramentos das mulheridades, seja nos aspectos corporais, comportamentais ou nos atributos inscritos sobre estas sexualidades. A manutenção destes entrelaces são perceptíveis em algumas vivências das mulheridades na transgeneridade, uma vez que são atravessadas por estas representações sociais:

Roberta: Feminino pra mim é ser como sou. Mulher delicada, uma mulher dona do lar, uma mulher que se dedica ao marido, uma mulher que cozinha, que lava, que passa, que é Amélia, (risos), porque eu sou uma Amélia. Hoje eu falo que sou uma Amélia, porque eu vi minhas tias serem Amélia, então eu construí isso pra mim, ser essa mulher, Amélia.

Tiffany: O ser mulher pra mim é poder andar maquiada na rua, ter as unhas bonitas, é me sentir mulher. É poder exteriorizar pras pessoas como eu me sinto, de ter um corpo, de ter uma voz mais suave, mais aguda. Ser mulher é muito pessoal, cada uma age de uma forma, cada uma sente as coisas de uma forma. [...] A feminilidade é ligada a muita coisa, tanto ao estético. Você vê uma forma feminina de você ver os seios bonitos, de ter a cintura fina, um quadril bonito, isso que difere a mulher do homem é o corpo.

Rogéria: O feminino é eu me olhar no espelho e me sentir uma mulher. Me sentir bem! Eu estar com meu cabelo escovado, com minha pele bonita, é eu me sentir bem.

Candy: O feminino é comportamento. Feminino é alma. Quando se tem uma alma feminina é uma mulher feliz, não é possível ser uma mulher feliz, sem ter uma alma feminina. Ser feminino é ser em essência e o comportamento natural de mulher, sem forçação de barra, sem aquela construção de um personagem.

Vera: É o frágil, o delicado, o bonito, o glamouroso eu acho. A coisa mais bela, o sentimento mais belo é o feminino. [...] O papel da mulher é ser mais compreensiva. Pra mim hoje é tudo, se eu tivesse o poder de falar assim: você quer nascer mulher. Eu acho lindo você poder se arrumar, as roupas de mulher eu acho mais bonito do que as roupas de homem, o estilo de mulher viver é mais bonito do que do homem.

Convém salientar, que as vivências das mulheridades não podem ser contempladas em sua totalidade, em função da própria pluralidade que supera os arquétipos normativos designados ao cognome mulher ou feminino, como se observa nos relatos em que há a consideração da existência de um limiar entre as relativizações e os mascaramentos das mulheridades na construção e reconhecimento de suas vivências:

Valentina: E uma mulher não se reduz ao seu corpo físico. Seu corpo físico é uma forma de ela se expressar no mundo. Uma mulher se expressa no mundo através desse conciliamento com seu corpo, com a forma do corpo, com a cor do seu corpo, com as expressões do seu corpo, seus cabelos, seus olhos. Ela tem necessidade de ter um corpo para se expressar no mundo, ela tem necessidade de uma estética, que ela coloca sobre aquele corpo, seja suas tatuagens, suas roupas, seus saltos, seu corpo é também um elemento político, histórico, então assim, essa mulher se sente, ela se expressa. A mulher ela se expressa nos seus elementos estéticos. Ela traz naqueles elementos a sua feminilidade, a sua masculinidade, a sua luta política, as suas vivências, com muita graça, com muita beleza, com, com carinho e o amor especial, que são diferentes do homem. A mulher, geralmente a prática e o discurso dela são muito próximos. [...] A mulher é uma forma de ser e de se sentir, eu acho que tem uma pequena diferença entre ser mulher e viver como mulher. Eu acho que toda mulher, todo ser que é mulher, tem o

direito de viver como mulher. [...] Uma mulher é uma mulher independente do corpo, físico, mas ela sempre vai ter a necessidade de ter um corpo que lhe corresponda.

A dificuldade da definição da mulher e do feminino talvez resida justamente na pluralidade de suas vivências, pois o reconhecimento pode se sobrepor a conceituação. As questões relacionadas ao reconhecimento são significativas na sociedade contemporânea, seja pelo auto reconhecimento (a existência para si, relacionada à subjetividade) ou pelo reconhecimento social (a existência para o outro, relacionada à sociedade) que se referem diretamente as masculinidades e feminilidades construídas e inscritas historicamente pela sociedade às pessoas.

1.4.2 Masculinidades: a busca da superação binária de vivência dos gêneros

Os estudos acerca do homem e da masculinidade também são provenientes das teorias evolucionistas baseadas em aspectos sexuais-biológicos, especialmente na existência do pênis. A concepção de atributos e performances sociais relacionados a genitália masculina fundamenta, ainda hoje, uma cultura patriarcal, misógina e machista, que considera inquestionável a estrutura natural da diferença entre os sexos. Assim como as mulheridades e feminilidades são construídas historicamente, os mesmos pressupostos são aplicáveis a hombridade e masculinidades.

As “masculinidades e feminidades¹⁷” são instruídas desde a descoberta do sexo dos bebês; os *infans*¹⁸ ao nascerem para o mundo são inseridos em práticas sociais masculinas e femininas, e por meio delas, aprendem e apreendem comportamentos, ações e afetos próprios de sua cultura, inscrevendo nos corpos as peculiaridades adotadas e gendradas, a fim de sentirem-se pertencentes a um determinado grupo (PAECHTER, 2009, p.24).

A autora afirma que a masculinidade ou feminidade de uma pessoa não lhe são intrínsecas, naturais ou inatas, mas sim aprendidas e apreendidas, sendo continuamente reconfiguradas e reafirmadas, além de dirigir-se para si mesmo e para os outros. Nesse sentido, as masculinidades e feminidades encontram-se em constante transformação, sendo estados permanentemente ativos, pois não se configura apenas o que se é, mas o que se faz, como se apresenta, como se pensa sobre si mesmo nos diversos tempos, lugares e cultura.

¹⁷ Termo utilizado como sinônimo de feminilidade.

¹⁸ Termo psicanalítico utilizado para se referir aos indivíduos ainda não inseridos no campo da linguagem.

A construção da identidade de gênero se fundamenta na inscrição e incorporação, via inserção da pessoa na linguagem e conseqüentemente nas relações socioculturais, de características denominadas de masculinas ou femininas. Elas, portanto, “dizem respeito à identificação dos sujeitos com configurações de masculinidade ou de feminilidade” (CARVALHO; ANDRADE; JUNQUEIRA, 2009, p.27).

Observa-se, entretanto, que as identificações acima referidas não são rígidas ou fixas nos corpos nascidos masculinos ou femininos, assim como fundamentar a instituição de poder em função do sexo, como ocorre em culturas machistas e patriarcais. Nesta senda, as masculinidades e feminilidades serão desempenhadas performaticamente a partir dos contextos culturais em que se encontram inseridas.

No período pré-histórico homens e as mulheres viviam numa certa harmonia, sem que houvesse uma hierarquização nos gêneros. Havia, portanto, uma relação de regime de parceria entre os sexos (ALAMBERT, 2004). No decorrer do processo histórico de formação social esta perspectiva não se sustentou, a mulher e tudo que se relaciona ao feminino foram subalternizados durante séculos pelo homem. Este processo sofreu uma ruptura quando os movimentos feministas questionaram sua manutenção. As ideologias hegemônicas e binárias de dominação foram duramente contestadas.

Os primeiros estudos feministas recusaram a participação de homens, uma vez que as feministas consideravam que os homens eram os únicos beneficiados pela manutenção do sistema de gênero, bem como pela nova abordagem por elas realizadas, o de dar voz às mulheres (GRIFFIN, 2005). Destarte, as discussões referentes ao homem e as masculinidades vem se solidificando ao longo dos anos, com novas leituras e perspectivas, com rompimento dos modelos instituídos em relação ao gênero, especialmente, a partir dos estudos acerca da homossexualidade masculina.

A dominação dos homens efetuou profundas marcações na construção de suas subjetividades, uma vez que, apesar da oferta de poderes e privilégios realizada pelo sistema, ao mesmo tempo, se observa individualidades permeadas de dor e alienação na formação do gênero para os homens, pois requer a supressão de muitas necessidades, sentimentos e formas de expressão. O resultado deste processo é a ocorrência de uma tensão entre *ser macho* e *ser masculino*, mantendo uma insegurança constante nos homens, impulsionando tanto sua autodesvalorização quanto reações violentas contra mulheres e outros homens (KAUFMAN, 1987).

Os estereótipos sociais relacionados ao ser homem e a masculinidade vigoram fortemente na sociedade contemporânea na formação da identidade masculina, principalmente

os atributos que perpassam pela virilidade, pela manutenção das características machistas (provedor, reducionismo do feminino como fonte de prazer) e pela relação ao aspecto racional. Tais características são relatadas pelas interlocutoras acerca do ser homem, bem como do masculino:

Roberta: Ser homem é o que a sociedade fala, ser o machão, pra brincar de carro, é, cor azul, é, o macho que provê a casa, aquela questão toda. O masculino é o macho. Eu acho que essa questão de feminino e masculino eu acho que não tem nada a ver, cada um tem que ser o que é.

Valentina: Os homens são capazes de certas ações, certas manipulações, que a maioria das mulheres não seriam capazes. Eles são capazes de envolver alguém sentimentalmente, quando na verdade eles só querem o prazer sexual da cama, eles só querem o prazer físico, mas eles conseguem fazer todo um jogo sentimental e romântico. E quando eles conseguem o que querem, eles simplesmente, sem nenhuma, sem nenhum escrúpulo, eles viram as costas e dizem adeus. O homem consegue diferenciar muito prática e discurso quando se fala das relações sexuais e amorosas. A maioria dos homens não amam, né, risos, quando amam, eles amam em outras dimensões né, como na casa de paternidade, ou com sua mãe, mas o amor de relação é algo muito raro. O masculino estaria mais ligado a uma vivência mais racional, prática, objetiva e lógica. Eu confesso que eu nunca fui muito boa nessa dimensão (risos).

Candy: O homem é totalmente primitivo, sempre vai ser o alfa, não tem como. Homem toda vida é mais carne, homem pensa com a cabeça do pinto, homem não tem consideração, homem não tem emocional, salvo algumas regras. O homem vem aqui, não tem um pingão de respeito, de moral, no que diz respeito a sexualidade. Eu já cansei de escutar casos de homens que traíam a esposa enquanto ela estava de resguardo. Ele preocupa com a carne, com o físico. Ficou ereto, ele não tem aquela preocupação manter a moralidade, não se sujar com adultério. Homem trai na maior cara de pau, não é honesto. O masculino não é honesto e pronto. O masculino é muito carnal, muito carnal, insensível, inconsciente, absolutamente primitivo, vive por instinto.

Rogéria: O masculino seria a vitalidade, a força. É você se olhar e sentir homem. Não sei. Eu vejo isso.

Vera: Homem, desde gerações foi bruto, um carrasco, um trem ruim. Hoje em dia não está assim não. Homem é muito fechado, muito parado.

Nany: São seres arrogantes, que se acham donos do mundo e ponto. É só isso que eu vejo. Eu não consigo ter uma ideia internamente de um homem. Eu não consigo te falar, porque eu falo pra você enquanto alma, enquanto ser, mas eu não consigo te falar enquanto papel, porque eu não consigo me encontrar nesse papel.

Os relatos supracitados corroboram com a construção de uma identidade masculina fundamentada numa construção histórica hegemônica da masculinidade a partir de práticas e

valores sociais que enfatizam e reforçam a cultura machista e patriarcal sob a qual se erigiu a sociedade. Esta perspectiva está alicerçada na universalização do conceito de homem, que reforça a normatividade sexual.

A universalização do ser homem atribui barreiras para uma atuação com a masculinidade, pois esta varia conforme os contextos, sendo múltipla, apesar das permanências e hegemonias. Nesse sentido, há uma preocupação no desfazimento das noções abstratas de homem enquanto uma identidade única, a-história e essencialista, para que se dê lugar a reflexão na perspectiva da diversidade, pluralidade, alargando-o a partir da historicidade de suas inter-relações, bem como de análise na perspectiva das mutações e diferenças no plano das práticas, prescrições, representações e subjetivações (RODRIGUES, 1996).

A construção das masculinidades, bem como a apreensão de suas significações, perpassa pelas vivências e experiências individuais a partir das determinações estabelecidas na e pela sociedade. A transgeneridade tem como principal aspecto a inconformidade entre o sexo/gênero atribuído ao nascimento e a identificação subjetiva, em decorrência deste fato, as primeiras vivências das mulheres transgêneras são atravessadas pela imposição de atribuições masculinas. Desta forma, seus relatos acerca do ser homem ou da masculinidade, em diversos momentos, se referenciam como uma experiência negativa, de grande sofrimento ou mesmo traumática:

Tiffany: Masculino é com eu era, truculenta. Um ser masculino é mais relativo às ações mesmo, a forma como age, como que pensa e o corpo. O corpo masculino é totalmente diferente do corpo feminino.

Valentina: Eu fui obrigada a viver como homem mesmo não sendo homem, pra minha vivência o ser homem era um personagem que eu tinha que encenar. Uma camisa de força, que tinha que vestir, mas que teve muita coisa boa também, porque de algum modo eu tentei me expressar dentro daquele ser, dentro daquela aparência de ser que eu tinha. Era uma vivência muito dolorosa pra mim.

Tiffany: O ser homem eu já até me esqueci como é. Eu vivi muito tempo no corpo masculino sendo homem e foi um período de sofrimento interno muito grande. De ter que agir como homem, de, no início ter que ficar com mulher. Era horrível, era dilacerante na verdade. Ter que exercer aquela função de homem, o papel de homem, não podia desmunhecar.

A vivência de uma sexualidade, sem que haja identificação, propicia a possibilidade de desenvolvimento de quadros de adoecimento. A normatividade imposta desde a antecedência do nascimento, basilada por linguagens e performances previamente estabelecidas, bem como

dos atributos de gênero se configuram como instrumentos de controle das sexualidades, dos corpos e de desenvolvimento das subjetividades, reafirmando a manutenção do contrato heterossexista.

As masculinidades e feminidades estão envoltas pela encenação de atributos tanto para o que quanto para os outros que constituem ou não um mesmo grupo. A afirmação ou negação da heterossexualidade, o uso de objetos, vestimentas, estilos, linguagem são exemplos desta encenação. Nesta senda, a partir da realização de aproximações entre si e das imposições sociais, os indivíduos constroem suas identidades, definindo as formas de viverem suas masculinidades ou feminidades, de se tornarem homens ou mulheres (PAECHTER, 2009).

O questionamento das normatividades possibilita o surgimento de novas vivências da identidade sexual, superando a visão contraposta e binária dos gêneros, em que o ser homem se configura como negativo do ser mulher e vice-versa. Estas configurações se tornam realidades a partir da ressignificação das experiências subjetivas de formação das identidades, assim como das categorias rígidas que regulam as sexualidades, ampliando-se o seu espectro de possibilidades, como relata Lea:

“Eu não saberia, mas eu fico tentando me prender não mais ao masculino e feminino, mas a pequenas coisas que eu sei que são coisas banais, sociais, de ética. Foram ditos, foram criados, de como um homem deve agir com uma mulher e de como uma mulher deve agir com um homem. E aí, em determinados momentos, isso é bem mais determinante. Nós vivemos bem mais numa sociedade que nós reproduzimos o que é masculino e feminino pra nos encaixarmos, nos sentimos mais confortáveis, e existem diversos graus. Esse homem é bem masculino e é bem mais homem por isso ou essa mulher é bem menos mulher, porque ela é mais masculina”.

Convém destacar ainda que o desempenho performático ainda será influenciado numa perspectiva interseccional, ou seja, também variam conforme a raça e classe socioeconômica a que se pertence. A vivência da masculinidade e feminilidade estão diretamente relacionadas a uma identidade atravessada pela posição social, escolaridade e raça dos indivíduos.

A própria auto identificação com níveis destas vivências são valoradas e utilizadas como critérios de aceitação ou exclusão das sexualidades. Exemplo disto é a correlação social estabelecida entre a homossexualidade masculina ao feminino e homossexualidade feminina ao feminino. As performances sociais desempenhadas pelas pessoas podem propiciar processos de marginalização, exclusão ou silenciamento ou o seu contrário conforme o grupo que se pertence, se transformando continuamente.

As identidades de gênero, nesta perspectiva, assim como a identidade subjetiva são construídas e reconstruídas constantemente a partir das concepções historicamente constituídas pela sociedade se inscrevendo sobre as pessoas. Estas transformações são influenciadas por outros dispositivos de poder, tais como a racialidade e a condição socioeconômica. Desta forma, as identidades de gênero não podem ser instituídas como uma simples compartimentalização da sexualidade humana. Pelo contrário, a divisão da sexualidade em categorias que possibilita seu controle e regulação pela sociedade.

1.5 Expressões de gênero: rompimentos com as fronteiras normativas

As expressões de gênero são definidas como manifestações públicas das identidades de gênero, por intermédio do nome utilizado (seja o utilizado no registro de nascimento ou adotado posteriormente), vestimenta, estética e características corporais, práticas, comportamentos, bem como da interação realizada com as demais pessoas, sendo assim, nem sempre há uma correspondência entre a expressão de gênero e o sexo biológico atribuído no nascimento.

As expressões de gênero com uma expressa relevância para o estudo das sexualidades estão relacionadas às práticas relacionadas ao sexo/gênero oposto ao de nascimento ou pela adoção de ambos. As variações entre estas práticas possibilitarão a identificação de quatro formas principais: o *crossdresser*, a *drag queen*, o *drag king* e o andrógono. Estas formas de expressão são bem distintas entre si.

O *crossdressing* é um termo americano adotado pelos movimentos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e *Queers* (LGBTQ) no Brasil para designar práticas que contemplem a diversidade de combinações entre identidades sexuais e identidades de gênero, bem como da realização de desejos circunscritos nos atos sexuais fetichistas, de forma a se considerar os níveis de publicização destas práticas, as intervenções e mudanças corporais efetuadas.

Guacira Louro (2000a) caracteriza *crossdresser* como um corpo discursivo, que exhibe na superfície da pele as marcas da subjetividade de forma perceptível. A percepção se fundamenta na utilização de adereços, compreendidos socialmente como concernentes ao feminino, por pessoas que realizam esta prática, uma vez que enfeitam seus corpos e neles inscrevem explicitamente diferentes sentidos.

Esses sentidos não procedem apenas da roupagem e dos demais acessórios, mas também da inclusão dos gestos corporais, comportamentos, tom de voz que a pessoa assume

quando está montada. Todos esses aspectos se inscrevem e expõe-se no corpo, como signos. Signos estes, que são gravados em seu próprio corpo como indícios de pertencimento ou desígnio de pertencer num determinado grupo ou identidade. O ser *crossdresser* se caracteriza, portanto, como essa possibilidade de vivência na fronteira, nas atuações sobre o corpo e nas inscrições discursivas de práticas de subjetividade feminina (LOURO, 2000a).

A *Drag Queen* é definida como o homem que se utiliza de roupas femininas de forma satírica ou extravagante com uma finalidade artística. O *Drag King* é o inverso da *Queen*, pois se trata de uma mulher que se veste com roupas masculinas. Salienta-se, que a *drag queen* se diferencia do ser *crossdresser*, justamente por suas características peculiares no uso das vestimentas, bem como de sua finalidade.

Maria Teresa Vargas e Leandro Oltramari descrevem, em pormenores, esta diferença:

Apesar de muitas vezes serem confundidas com travestis e transexuais, inscrevem-se em um mundo social marcado por diferenças destes grupos. Ser drag associa-se ao trabalho artístico, pois há a elaboração de uma personagem. A elaboração caricata e luxuosa de um corpo feminino é expressa através de artes performáticas como a dança, a dublagem e a encenação de pequenas peças. É relevante mencionar a inserção das drags queens nos meios de comunicação e na mídia, de forma bastante expressiva. Elas estão saindo de espaços exclusivamente GLBTT (Gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e transgêneros) para executarem performances nos mais diversos ambientes (2004, p. 471-472).

As *drag queens* e os *drag kings* por meio das características caricatas e utilização da diversidade de acessórios e vestimentas na construção de suas personagens, sejam eles masculinos ou femininos, rompem com as fronteiras estabelecidas para os gêneros, transformando essas inscrições sociais em performances e movimentos.

A última expressão de gênero a se relatar é a Androgenia. A pessoa andrógena objetiva eliminar ou mesmo anteceder a estereotipia do gênero, uma vez que possui aparência, comportamentos e estéticas indefinidas entre os dois gêneros.

A androgenia também pode ser compreendida como uma identidade de gênero e não como uma expressão de gênero, sendo distinta do sexo do corpo. Nesta perspectiva, não se deve compreender a androgenia como uma característica biológica, sinônimo de comportamento sexual ou de indicativo de orientação sexual. A pessoa andrógena deve ser olhada como aquela que abarca funções de ambos os gêneros, sem que haja dominação ou preferência de uma sob outra, pois sua sensibilidade aos papéis masculinos e femininos lhe confere a adaptabilidade de desempenho de comportamentos com melhor resultado numa determinada situação (WOODHILL; SAMUELS, 2004).

A androgenia é inspiração de poetas, músicos e relações afetivas. Há quem defenda que o verdadeiro amor só se manifesta na androgenia, como Rubem Alves na obra *Retratos de Amor*:

O segredo do amor é a androgenia: somos todos homens e mulheres, masculinos e femininos ao mesmo tempo. É preciso saber ouvir. Acolher. Deixar que o outro entre dentro da gente. Ouvir em silêncio. Sem expulsá-lo por meio de argumentos e contra-razões. Nada mais fatal contra o amor que a resposta rápida. Alfange que decapita. Há pessoas muito velhas cujos ouvidos ainda são virginais: nunca foram penetrados. E é preciso saber falar. Há certas falas que são um estupro. Somente sabem falar os que sabem fazer silêncio e ouvir. E, sobretudo, os que se dedicam à difícil arte de adivinhar: adivinhar os mudos adormecidos que habitam os vazios do outro (2002, p.92).

O poeta retrata sua perspectiva acerca do ser andrógono como fundamental como verdadeira expressão do amor, contudo, deve-se observar que a compreensão de como os dispositivos de sexualidade são utilizados para normatizar as afetividades dependem das atribuições de sentido e epistemologias de cada conceito, que se apresentam em formas plurais, além da necessidade de uma compreensão teórica e posicionamento ideológico para que não haja desencontro nos processos de significação e diálogo.

Desta forma, pode-se concluir que sexo, gênero, orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero são aspectos distintos de manifestação, vivência e expressão da sexualidade humana e da experiência biológica, social e subjetiva de cada pessoa; são valores, conceitos, categorias e dispositivos de poder que se inscrevem sobre as pessoas, as normatiza, sendo fechadas, previamente construídas, compartilhadas socialmente e atribuídas numa relação espaço-temporal. O questionamento do próprio sexo, gênero, orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero diferentes das estabelecidas ou para além das normatividades, é minimamente fator de consideração de subversividade, pois questiona os valores estabelecidos pelos sistemas dominantes e hegemônicos.

1.6 Oxumaré e Lili Elbe: do gênero líquido à transgeneridade normativa

O mito se constituiu como uma narrativa fundamental na história da humanidade. Amplamente utilizado como explicação da origem e existência dos seres e entes, da compreensão do tempo e espaço cotidiano numa conversão para o sagrado. Sendo um modelo de referência para algumas atividades humanas, apresentam-se nesta seara, como eficazes e fundamentadores de ritos.

A principal característica do mito é sua natureza de oralidade, ou seja, da transmissão oral das histórias, bem como dos ensinamentos e aprendizados nelas implícitas. Há uma

diversidade de mitos que trazem, em seu bojo, ensinamentos e compreensões da sexualidade humana, dos quais convém destacar o “Mito de Oxumaré”.

Oxumaré é um Orisá (também denominado de Orixá ou santo) de tradição africana. A religiosidade, espiritualidade e filosofia africanas apresentam-se predominantemente por tradições orais, especialmente no que tange aos mitos de seus ancestrais, pois pouco se têm destas nações anteriores ao período de colonização.

A memória dos antepassados, das ancestralidades e das tradições é preservada, predominantemente, pelas palavras dos antigos iniciados nas religiões, dos sábios, dos conselhos e dos portadores de conhecimento responsáveis pela transmissão dos mesmos através das linhagens, sejam elas físicas ou espirituais. Muitas dessas memórias nos são repassadas pelos *griôs*, também denominados de contadores de histórias. Amadou Hampaté Bâ nos adverte, nesse sentido:

Dentro da tradição oral, o espiritual e o material não estão dissociados. Ao passar do esotérico para o exotérico, a tradição oral consegue colocar-se ao alcance dos homens, falar-lhes de acordo com o entendimento humano, revelar-se de acordo com as aptidões humanas. Ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação, uma vez que todo pormenor sempre nos permite remontar à Unidade Primordial (1984, p.183).

As religiões de matrizes africanas, especialmente o Candomblé, são provenientes da diáspora africana para o território brasileiro e fundamentam-se nestas tradições orais repassadas pelos antigos. Os escravos africanos eram provenientes de diversas regiões, e, ao chegarem ao Brasil, continuaram com suas práticas espirituais, principalmente o culto aos Orixás.

Os primeiros registros deste culto datam do século XIX na Bahia. Suas origens remontam de tradições dos povos iorubas, bantos, jejes, nagôs e fons, além de outros grupos minoritários. Cada povo em específico trouxe sua própria cultura, rito, espiritualidade, que posteriormente foram denominadas de nações de candomblé. Da mesma forma, cada um cultuava um Orisá diferente conforme sua proveniência. A permanência desta variedade de povos ocasionou a criação de um panteão de Orisás.

O Orisá é descrito como uma energia pura, um asé (axé) imaterial, que se transfigura perceptível aos seres humanos por meio da incorporação¹⁹. Para o Candomblé é um privilégio ser escolhido e possuído por um Orisá, uma vez que este se constitui como um de seus descendentes. O médium de incorporação (*elègùn*) torna-se um instrumento que possibilita o retorno do Orisá a terra para efetuar suas saudações, receber as provas de respeito dos

¹⁹ Fenômeno de transe mediúnico em que uma espiritualidade possui o corpo de uma pessoa, que no Candomblé, é denominada de rodante.

descendentes que o evocaram e distribuir seu asé a todos e todas. O *elègùn* também pode ser denominado de *iyawóòrì_à* (*iaô*), que se traduz como a mulher do Orisá, sendo este termo utilizado tanto para homens quanto para mulheres, independente de orientação sexual e identidade de gênero, uma vez que evoca um ideal de sujeição e dependência e não de posse carnal (VERGER, 2002).

Devido ao aspecto de tradição oral da espiritualidade africana, como já afirmado anteriormente, não há uma precisão temporal de origem do culto ao Orisá na África, porém os ritos celebrados no Brasil, apesar de sofrerem adaptações, objetivam ter o maior nível de fidedignidade possível à ancestralidade. Destaca-se, que nos cultos de religiões de matrizes africanas, os xamãs, pais e mães de santo ou demais figuras da hierarquia religiosa podem, em rituais, vestir-se com roupas e adereços do sexo oposto ao de identificação, explicitando a ocorrência de gênero e performances mais líquidas.

O próprio Candomblé se caracteriza por uma religião da diversidade, pois é aberta a todos e todas, independentemente de classe socioeconômica, origem racial, étnica e geográfica. A diversidade se verifica na constituição do panteão dos Orisás cultuados, uma vez que se estabelecem relação entre os mesmos e figuras arquetípicas que interferem nas personalidades humanas, dentre os quais se destaca, para esta pesquisa, o Orisá Oxumaré.

Alcides Reis aduz que:

Oxumaré é originário de Mahi, no antigo Daomé, onde é conhecido como *Dan*. [...] Dizem que Oxumaré seria homem e mulher, mas na verdade este é mais um ciclo que ele representa: o ciclo da vida, pois da junção entre masculino e feminino é que a vida se perpetua. Oxumaré é um orixá masculino. Oxumaré é um deus ambíguo, duplo, que pertence à água e à terra, que é macho e fêmea. Ele exprime a união de opostos, que se atraem e proporcionam a manutenção do universo e da vida. Sintetiza a duplicidade de todo ser: mortal (no corpo) e imortal (no espírito). Oxumaré mostra a necessidade de movimento e transformação (2000, p.128-129).

Oxumaré é definido, portanto, como o Orisá dos ciclos, da continuidade e da permanência e, em algumas tradições, representa-se por uma serpente que morde a própria cauda. Ele é comumente conhecido por ser macho e fêmea ao mesmo tempo, tanto que sua dupla natureza se manifesta na definição de suas cores, azul e vermelha, que cercam o arco-íris, sendo este último elemento a principal e maior representação associada a este Orisá.

Outras tradições afirmam que Oxumaré passa metade do tempo anual como homem e metade do outro tempo como mulher, sendo uma divindade dupla e encantada, tanto que ele pertence às águas e a terra. A dubildade presente neste Orisá lhe confere um caráter de mobilidade e atividade, ao mesmo tempo, que possibilita uma interpretação de transição entre os gêneros.

As religiões de matrizes africanas permitem a ocorrência e manifestação de performances de gênero líquido, seja por meio da realização de seus ritos no ornar-se de roupagens e acessórios pertencentes a gêneros opostos aos de identificação em honra aos Orisás ou pelo culto a Orisás que superam as normatividades impostas socialmente.

Rita Segato, ao realizar estudos sobre o Xangô de Recife²⁰, afiança que “[...] o santo da pessoa é independente, não só do seu sexo anatômico, mas também da forma preferencial em que ela expressa sua sexualidade, isto é, da sua preferência por parceiros homossexuais ou heterossexuais” (2000, p.53).

O Orisá individual, portanto, independe dos aspectos de orientação sexual do membro religioso, porém lhe confere um *plus*, pois a relação entre o Orisá e o espiritualista lhe possibilita gradações na vivência de sua sexualidade, especialmente em relação a sua identidade de gênero, como afirma a autora posteriormente:

Com referência a identidade de gênero, o indivíduo se situa no ponto de *continuum* que vai do masculino ao feminino, de acordo com uma combinação de traços que lhe é peculiar; alguém que tem uma anatomia masculina, que tem dois santos homens e que se relaciona como *okó* com seus parceiros sexuais estará próximo do pólo masculino, e alguém que tem uma anatomia feminina, dois santos femininos e que só “gosta” de homem, encontrar-se-á próximo do pólo feminino. [...] A relevância deste sistema complexo de composição da identidade de gênero está em que uma pessoa que se situa na parte central do espectro, como alguém que combina um santo-homem e um santo-mulher e tem uma orientação homossexual, poderá invocar os componentes masculinos e femininos de sua identidade de acordo com a situação e como parte de estratégias para acumular papéis sociais e rituais (SEGATO, 2000, p. 78).

Os papéis sociais masculinos e femininos são performatizados num *continuum* com alto nível de variabilidade na vivência da sexualidade nestas religiões. Mesmo que haja uma imposição das experiências normativas, a representação da diversidade de espiritualidades cultuadas e expressividades destas na realização dos rituais possibilitam a existência de um sistema complexo de manifestação da sexualidade.

A autora destaca, nesse sentido:

[...] Os membros do culto Xangô podem ser considerados uma instância da “sociedade andrógina” [...] o esquema cognitivo de gênero não desapareceu, mas foi, sim, efetivamente liberado da camisa-de-força das associações obrigatórias entre dados da natureza (representados no ritual), papéis sociais (desempenhados pela família-de-santo), personalidade (expressa no santo da pessoa) e sexualidade. Consequentemente, entre os membros do xangô, se poderia denominar “mobilidade de gênero” (que Lipsitz Bem chama de androginia), o que significa que os indivíduos podem, em momentos diferentes e de acordo com a situação, invocar componentes diversos de gênero, que formam parte de sua identidade e, assim, transitar da identificação com uma categoria de gênero a outra fluidamente (2000, p.94).

²⁰ Tipo de culto específico de Candomblé realizado em Recife.

A concepção não essencialista e biologizantes das sexualidades nas religiões de matrizes africanas, a existência de espiritualidades que transitam entre os gêneros e a diversidade de expressões rituais, tais como o ornar-se com acessórios e vestes opostas ao gênero de identificação, possibilitam a relativização do biológico e da experiência com suas identidades de gênero. Verifica-se, nestes cultos, uma independência da seara da sexualidade, que conseqüentemente, implicam uma fluidez implícita das sexualidades, bem como da liberdade de realização dos desejos humanos, com dificuldades de subordinar-se a categorias essencialistas ou identidades rígidas. A sexualidade, nesta perspectiva, adquire um caráter fluído, líquido e performático.

Se por um lado têm-se experiências que tornam acessível à vivência de sexualidades mais líquidas, por outro, há normatividades que são impostas de tal forma ao ser humano, que as patologizam. O maior exemplo de patologização das sexualidades humanas se refere à transgeneridade, cujo caso clássico que se tem referência de intervenção cirúrgica é o de Einar Mogens Wegener, ou Lili Elbe.

Márcia Arán (2006) afirma que, em 1921, Feliz Abraham realizou a primeira cirurgia documentada num homem, sem que este apresentasse características hermafroditas, cujo nome é Rudolf. Alguns anos mais tarde, em Lili Elbe, que faleceu alguns meses após a cirurgia, porém não se tem conhecimento se ela era um caso de transexualidade ou intersexualidade (hermafroditismo). Lili Elbe foi à precursora, no início do século XX, da vivência transgênera.

A identidade de gênero feminino de Lili presume, para a medicina clínica, um desvirtuamento da sexualidade, evidenciando uma confusão entre identidade de gênero e orientação sexual, interpretação corrente naquele período histórico do começo do século (BUTLER, 2009).

A comprovação de que a intervenção terapêutica não atingiu seu objetivo esperado, possibilitou a conclusão do médico acerca do “estado patológico” de Lili se modificasse. Devido ao não reconhecimento de Einar no seu sexo biológico, bem como da negação da vivência conforme os padrões do gênero masculino foi diagnosticada com perversão e solicitada a comparecer ao Hospital Psiquiátrico de Sankt Hans para tratar-se. O termo perversão, de acordo com a compreensão médica no final do século XIX e começo do século XX, era utilizada em relação aos comportamentos sexuais que destoavam das normatividades de identificação às sexualidades reprodutivas fundadas numa perspectiva biológica (SALLES; CECCARELLI, 2010).

O século XX apresentou o advento da utilização de hormônios para efetivação das plasticidades corporais, pois adquirem centralidade na construção e materialização dos dois sexos. O próprio enxerto de ovários realizados em Lili Elbe são basilados numa concepção hormonal da “natureza feminina”, uma vez que este órgão é parte fundamental na regulação de hormônios que motivariam os comportamentos de gênero consoantes ao corpo biológico.

A tentativa de inserção cirúrgica de um útero no corpo de Lili Elbe não se destinou apenas a uma busca do controle hormonal, mas a construção de uma mulher em sua “completude”, com capacidade de geração de filhos. Esta perspectiva, também normativa, atrela à mulher a valorização do desejo de maternidade, sendo imposta e respaldada pelo Ocidente desde os séculos anteriores.

A concepção do entrelace entre a mulher e a maternidade, enquanto destino biológico consolidou-se como uma imposição normativa desde os tempos remotos, e conseqüentemente, influenciou as escolhas de Lili para as intervenções cirúrgicas, pois estabelecia padrões do que se convencionou como Mulher. Nesta senda, a Mulher foi predominantemente definida, em sua totalidade, por aquela que possui os atributos necessários, em seu corpo, para o desenvolvimento da geração de descendentes e pela maternidade. Lili, desta forma, aceitou diversas intervenções cirúrgicas complexas com vistas a desempenhar este papel.

A obra “A Moça de Copenhague” descreve toda a trajetória de vida de Lili Elbe, que faleceu em decorrência de complicações cirúrgicas na tentativa de implantação de ovários e útero. O desconforto de gênero vivenciado por ela a motivou no desejo de adequação completa, inclusive anatômico-reprodutiva, ao modelo que lhe possibilitaria experienciar plenamente sua feminilidade (EBERSHOFF, 2002).

A vida de Lili Elbe demonstra proficuamente as conseqüências da imposição de uma normatividade sobre as sexualidades humanas, especialmente sobre as transgeneridades, uma vez que há um imperativo de adequação do gênero ao sexo biológico propiciado pelas plasticidades corporais e hormonioterapias promovidas pelas ciências biomédicas.

Essas normatividades construíram diversos discursos de patologização e interiorização deste processo nas identidades transgêneras, uma vez que se atribui um modelo padrão de transgeneridade, bem como de sentimentos de inadaptabilidade entre o corpo sexuado e o gênero, com necessidade de amplas intervenções terapêuticas e cirúrgicas na construção de um corpo feminino em sua completude, inclusive a retirada do órgão sexual masculino. Nesta senda, permanece a instauração de normatividades que descrevem a Mulher com fundamentos em constituições binárias, excluindo-se a diversidade e multiplicidade das formas de subjetividades transgêneras.

A transgeneridade normativa se caracteriza, portanto, como a construção dos diversos discursos ou dispositivos de poder que conferem um modelo de Mulher, de forma que aqueles e aquelas que experienciam vivências destoantes destas normatividades permanecem marginalizadas, excluídas, silenciadas, invisibilizadas ou eliminadas da sociedade, além das manifestações de preconceito e estigmatização. A não normatividade é uma vivência da sexualidade humana que, explicitamente, desvela a existência da diferença e questiona os tabus e normas construídos pelo social, que a denomina de patológica ou de loucura devido os seus desvirtuamentos.

Louro (2000) aduz que esta construção é discursiva, uma vez que não nega a materialidade dos corpos, porém interroga como, culturalmente, imputam-se significados as características corporais e a partir delas, a nomeação, ou seja, a atribuição de nomes, subordina, hierarquiza e instaura as desigualdades. O discurso, portanto, estabelece premissas conceituais de categorização e interpretação a partir de dispositivos de poder produzidos por instituições (médicas, religiosas, pedagógicas, midiáticas, dentre outras), epistemologias e enunciados (machismo, homofobia, patriarcado, sexismo), pois a linguagem se constitui como o principal componente nos processos sociais e culturais de formação da sexualidade humana.

A linguagem é o que constitui o sujeito, a pessoa, o humano, sua própria compleição de dá a partir dela nas suas diversas manifestações. A inscrição de signos, símbolos e discursos na formação humana, à atribuição de significado e sentido a compreensão dos signos e a construção de um imaginário social que propiciam a existir, a partir do espaço, tempo e cultura, pois via palavra se funda o sujeito e o conhecimento, ou seja, o ser aí. Nesta senda, dominar a linguagem é apropriar-se de poder, e conseqüentemente, normatizar ou diversificar os discursos produzidos que fundam a existência das subjetividades e sexualidades nas suas múltiplas histórias, daí o perigo da construção de uma história única, de uma única lente que nos possibilite o olhar através do espelho.

2. DE SANTA A LOUCAS: OS PERCURSOS E RECONHECIMENTOS DAS MULHERIDADES

“A história da mulher é a história da pior tirania que o mundo conheceu: a tirania do mais fraco sobre o mais forte”.

Oscar Wilde.

2.1 Bruxas, históricas e feministas: os nomes da transgressão e loucura feminina

O conhecimento teológico sempre atravessou a construção da história humana. O que não poderia ser explicado de forma racional era atribuído ao sobrenatural ou ao divino, sendo as teologias anímicas grandes expressões destas vivências, pois conferiam aos elementos da natureza a manifestação da espiritualidade.

O animismo tem por objeto a crença em seres espirituais, nos espíritos, nas almas, gênios, demônios, ou seja, o divino propriamente dito; são seres animados e conscientes como o homem, porém não apresentam os sentidos afetados da mesma forma, uma vez que comumente não são perceptíveis pelos sentidos humanos. Denomina-se de animismo, portanto, a religião dos espíritos (DURHEIM, 1996).

Além das religiões anímicas, houveram outras modalidades de análise metafísica. O mito objetiva, tal como o animismo, explicações da realidade, revestindo-se dos reflexos sociais que o produziu. A mitologia possuía uma grande função para a sociedade: dar continuidade à cultura, relacionando-se intrinsecamente à tradição e às ações humanas realizadas no passado, cuja principal forma de transmissão se dava pela oralidade.

Convém observar, que estas representações perpassavam pelas performances, pois a demarcação dos papéis vivenciados por homens e mulheres estão presentes nas realidades desde os primórdios da história. As transformações de normas, valores e significações atribuídas aos gêneros refletiam nos processos de desenvolvimento de formação social. As relações do humano com o sagrado, desde sua origem nas religiões anímicas ou na mitologia, eram basiladas pela divisão entre eles.

As sociedades baseadas na cultura de coleta e caça atribuíam a mulher um papel fundamental. Eram consideradas como sagradas devido sua capacidade na geração de vidas e no auxílio da fertilidade da terra e dos animais, uma vez que os homens desconheciam sua participação na procriação, acreditando que as mulheres engravidavam através dos deuses. O próprio homem sentia-se marginalizado e invejava o útero feminino. Quando a coleta e a caça

tornaram-se escassas, instaurou-se a supremacia masculina, pois anteriormente a harmonia dos sexos vigorava. Apenas no período neolítico, o homem passou a dominar a função reprodutora, de forma que a harmonia fora rompida definitivamente, e, a partir de III a.C. a cultura matricêntrica é substituída por uma cultura patriarcal (MURARO, 1993).

Os próprios mitos da criação elucidam estas mudanças, sendo divididos em quatro grupos distintos, a partir das etapas cronológicas de desenvolvimento da humanidade. O primeiro corresponde a criação do mundo por uma deusa mãe, sem que houvesse auxílio de outro ser; no segundo, a criação é realizada por um deus andrógino ou casal criador; o terceiro, pela usurpação do poder de uma deusa por um deus para criar ou pela criação sobre o corpo da deusa originária; e por fim, um deus macho cria o mundo sozinho, sem que haja interferência feminina, que conseqüentemente, referencia a passagem para o patriarcalismo (CAMPBELL, 2004).

Nas sociedades matriarcais, apesar da centralidade na mulher, e conseqüentemente na mãe, estas não são assemelhadas a relações de autoridade e opressão, bem como de hierarquização, sendo atuações de maior nível de horizontalidade entre os membros que as compõem (FARINHA, 2009).

A representação da figura da mulher ou do feminino, bem como sua sacralização, foi gradativamente renegada no processo histórico social. As teologias ou mitologias concentradas nas mulheres foram predominantemente substituídas por figuras masculinas e a regulação das sexualidades, via ética religiosa, instituiu-se como imperativo, especialmente a partir da ascensão do cristianismo.

A principal expoente desta religião, a Virgem Maria, reinsere a mulher num lugar mítico, porém relacionado ao instinto maternal. É por via da maternidade, e apenas com vistas a procriação, que Maria se destaca na mitologia cristã, pois o ideal de sua santidade se fundamenta numa concepção imaculada, sem que haja geração de filho em pecado (FARINHA, 2009).

Os processos históricos posteriores instauraram ações de marginalização, subalternização, hierarquização e de controle sobre a mulher progressivamente. Se anteriormente ela era sacralizada e santificada, em determinados períodos, foi relacionada ao profano ou a própria subversão do *ethos* religioso, recebendo diversas denominações que a inscreve no campo das não normatividades.

Diversas nomenclaturas ou tipificações objetivavam regular o comportamento feminino e a pluralidade de suas vivências. Destacamos, em virtude da relevância e conseqüências históricas ocorridas em três períodos distintos, três designações atribuídas às

mulheres que apresentavam divergência dos padrões normativos de sua época: bruxas, histéricas e feministas. A primeira, pelas ações de controle desempenhadas pelas instituições religiosas: perseguição e condenação às fogueiras; a segunda, pela imposição de tratamentos clínicos em seus corpos; e a terceira, por propiciar um rompimento com os padrões da hegemonia patriarcal e machista vigentes.

Consideradas instrumentos do demônio, que causavam males e desgraças para a humanidade por meio de feitiços e sortilégios destruidores, as denominadas bruxas trouxeram grandes males para a humanidade. As Igrejas se tornaram as principais instituições no combate da existência destas mulheres. Cabia a ela identificar, julgar e aplicar a pena, especialmente, a condenação à fogueira. Mas quem era afinal?

As ditas bruxas eram mulheres com atuações e comportamentos marcados por subversão política e religiosa, acusadas, ironicamente, de possuir uma sexualidade feminina. Mulheres que se organizavam. Mulheres que dominavam conhecimentos médicos e ginecológicos, bem como a capacidade de curar pessoas de suas doenças, sendo comumente associadas às parteiras. Ressalta-se que, as supostas bruxas eram as únicas pessoas que prestavam assistência médica à população que não podia ir aos médicos e hospitais (EHRENREICH; ENGLISH, 1999).

A Igreja regulava tudo que se relacionava a definição de bruxaria, bem como as características que possibilitavam a identificação de quem a praticasse durante a Idade Média. Este período histórico se caracterizou por uma longa dominação das instituições que normatizavam, a partir do *ethos* religioso, os comportamentos sociais autorizados a se desempenhar. Práticas divergentes do pensamento estabelecido eram sinais evidentes da prática de bruxaria. Cabia somente à Igreja a aquisição, a manutenção e regulação dos conhecimentos, de forma que aqueles e aquelas que os detinham e os desempenhassem, sem a devida autorização das instituições religiosas, tornavam-se suspeitas aos olhares dos famosos Tribunais da Santa Inquisição.

As mulheres condenadas como bruxas foram torturadas e queimadas para demonstrar à sociedade as consequências para as pessoas que pretendessem subverter a lógica dominante, representada especialmente pelas Igrejas. A Igreja Católica alicerçada no manual dos inquisidores, o *Malleus Maleficarum* (século XIV), delineava os poderes das bruxas, as alianças realizadas com os demônios e sua ameaça ao cristianismo, erigindo uma imagem fantástica dessas mulheres (ROCHA; BELARMINDO; PESSANHA, 2016).

As bruxas representavam tudo que é indomável, selvagem e instintivo nas mulheres, o que era inadmissível para a Igreja, e por ser pecaminoso, deveria ser punido. Nesta lógica, de

vigência do patriarcado, era inconcebível que mulheres possuíssem conhecimento, bem como a capacidade de curar os malefícios do corpo. “A caracterização da bruxa que vigorou durante a Inquisição, ressoando até os dias de hoje, constitui-se como um dos elementos mais perversos produzidos na sociedade patriarcal do Ocidente” (ZORDAN, 2005, p.332).

As condenações realizadas pela Igreja dispunham de funções moralizadoras e misóginas, uma vez que se caracterizavam pela purificação de todos os males atribuídos ao feminino, desde o pecado original e da desobediência por comer do fruto proibido. As ações destas instituições, na realidade, se configuravam pela garantia do controle da sexualidade feminina pelo patriarcado, especialmente de seu corpo, pois a mulher era temida, e nesta concepção, deveria ser dominada.

O desenvolvimento histórico social não minimizou o controle sobre os corpos femininos. O advento da denominada Idade Moderna trouxe, em seu bojo, a patologização de sua figura. Mulheres que sofriam de irritabilidade, insônia, ansiedade, dores de cabeça, choro e falta de apetite, dentre outras sintomatologias, eram diagnosticadas com histeria, que atingia exclusivamente o sexo feminino.

Foucault (2005, p.277) afirma que, na histeria, “os espíritos superaquecidos são submetidos a impulsos recíprocos que poderiam fazer crer que explodirão — suscitando esses movimentos irregulares ou preternaturais cuja figura insensata forma a convulsão histérica”. Médicos, como Raulin, consideravam que esta patologia não se originava numa realidade orgânica: “Esta doença, na qual as mulheres inventam, exageram e repetem todos os diferentes absurdos de que é capaz uma imaginação desregrada, por vezes tornou-se epidêmica e contagiosa” (IDEM, 2005, p.279).

Charcot se caracterizou como um dos principais psiquiatras da época que se dispôs a descrever e definir proficuamente as manifestações do fenômeno histérico, relacionando-o às patologias neurológicas, aduzindo “a autenticidade e a objetividade dos fenômenos históricos contra os preconceitos e a suposição de que era apenas uma simulação dos doentes” (QUINET, 2003, p.9).

A histeria ocupou, no século XIX, o primeiro lugar no agrupamento de afecções com necessidade de internações. Registros históricos relatam, que aproximadamente 50% dos leitos hospitalares, nesse período, eram ocupados por pacientes diagnosticadas como histéricas (ÁVILA, 2005).

Os quadros históricos descritos na psiquiatria do século XIX se constituíam como um enigma aos médicos, pois descreviam uma variada amplitude de sintomas: desde a

histeroeplepsia, delírios de possessão demoníaca, alucinações visionárias, contraturas, paralisias, cegueiras e amnésias. O tratamento também não apresentava de forma única.

Os primeiros tratamentos se utilizavam de métodos hipnóticos, ou seja, a sugestão da paciente sob hipnose. A própria psicanálise surge a partir dos estudos de Freud acerca da histeria durante sua permanência no Hospital Salpêtrière, onde Charcot lecionava. Os tratamentos iniciais utilizados por Freud também se baseavam em métodos hipnóticos.

O desvencilhamento dos fatores concretos, sejam eles traumáticos ou conexos à pulsão libidinal, bem como a abordagem das neuroses como complexas formações de compromisso entre os desejos e impulsos reprimidos, substancialmente sexuais, e as repressões opostas a estas realizações possibilitaram o surgimento de novas observações e teorizações das neuroses de defesa (FREUD, 1996c).

Apesar das novas formas de tratamento da histeria, inclusive as proporcionadas pela psicanálise, como a análise, que se propõe a cura pela palavra via associação livre, diversos médicos adotavam práticas sexuais de controle corporal feminino:

Scanzoni nos relata sobre uma de suas pacientes, que melhora ao casar-se e Bedford nos comenta que, no tratamento, é muito importante encontrar “uma vontade que a domine” e “obter um tratamento moral”. Nestes textos, no entanto, não se fala de outro tratamento que foi realizado no âmbito da consulta médica: A Massagem Pélvica. Nela, os médicos massageavam o clitóris de suas pacientes até produzir um “paroxismo histérico”, que hoje simplesmente denominaríamos de orgasmo. [...] Considera-se que a origem da histeria era a frustração sexual feminina, mas nada se fazia para promover uma sexualidade mais gratificante e plena. [...] Joseph Mortimer Granville patenteia na década de 1880 um dispositivo eletromecânico de forma fálica como um instrumento terapêutico para realizar a “massagem pélvica” com mais facilidade, rapidez e limpeza. Quando entendido como uma ferramenta médica se usa única e exclusivamente na Consulta: Amigos, havia nascido o primeiro vibrador (tradução nossa, LAVEDA; MARTÍNEZ; ANTÓN, 2014, p.67-68).

Outras modalidades de tratamento eram adotadas: injeção de água gelada no ânus, introdução de gelo na vagina, extirpação do clitóris ou dos órgãos sexuais internos. De modo geral, verifica-se que a histeria se relacionava a um corpo em sofrimento, alterações manifestas sem causas palpáveis. Era uma patologia aparentemente irracional e de difícil controle, mas marcadamente de cunho feminino. Na realidade, a histeria era um diagnóstico atribuído às mulheres, consideradas loucas morais, que não se sucumbiam às normatividades sociais e se furtavam dos papéis de esposa e mãe, exponenciais máximos da família burguesa em vigência naquele período. Não se exclui a manifestação de verdadeiros quadros patológicos para as mulheres diagnosticadas com histeria, porém salientamos as atribuições efetuadas com objetivo de regular a sexualidade, desejo e corpo feminino no século XIX.

Na Idade Média o sinônimo de mulheres transgressoras eram as bruxas, na Modernidade a suposta loucura feminina foi denominada de histeria, e a contemporaneidade

adotou a nomenclatura de feminista para mulheres que subverteram os padrões patriarcais, machistas e misóginos vigentes na sociedade.

O feminismo surge como uma ação política de mulheres, conglomerando teoria, prática e ética. Elas, historicamente, são reconhecidas como sujeitas da transformação de sua própria condição social (SOARES, 1994). O movimento feminista traz, em seu cerne, uma característica peculiar: produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria, propondo que as mulheres se transformem e ao mundo, por meio de ações coletivas individuais e existenciais, nas diversas searas humanas.

Os primeiros movimentos surgiram a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, inicialmente na Inglaterra, “organizaram-se para lutar por seus direitos”, sendo o primeiro deles “o direito ao voto”. “As *sufrajetes* como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome” (PINTO, 2010, p.15).

Convém observar que o movimento feminista não é único, mas compõe um complexo de redes, de forma que haja viabilidade de interseccionalidade com outros, como o LGBTQI e o negro. O feminismo, nas suas multiplicidades, propõe uma releitura do feminino na história, a procura de uma nova linguagem ou produção de um contra discurso, assim como uma desconstrução de identidades e categorias naturalizadas, especialmente, às atribuídas ao gênero e a dominação de um sobre o outro. Estas manifestações se refletem nas academias e na construção do conhecimento científico.

Céli Pinto destaca, nesse sentido:

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. Aponta, e isto é o que há de mais original no movimento, que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias (2010, p.16).

As violências perpetradas contra a mulher a partir da dominação do gênero masculino e o suposto domínio de seus corpos possibilitou a formação de diversas mobilizações de lutas feministas, como a *Marcha das Vadias*. Este movimento congrega ações coordenadas, sob forma de protestos, com vistas à oposição, a premissa de que são as próprias mulheres vítimas de estupro que provocam os atos de violência sexual, em virtude da utilização de vestuários considerados provocantes.

A hipotética consideração de que os homens possam se apropriar dos corpos femininos se fundamenta na impossibilidade da autonomia das mulheres sobre seu próprio corpo, pois

este é instituído e disciplinado à procriação da espécie humana (tradução nossa, SWAIN, 2007). A imposição de um contrato reprodutivo à mulher, balizado numa perspectiva biologicista, insere o homem no lugar de privilegiado em relação ao corpo feminino, legitimando as práticas sociais de violência, respaldando a manutenção de uma sociedade machista e patriarcal.

Uma das principais polêmicas e críticas efetuadas à Marcha das Vadias está justamente na exposição de seus corpos. Os questionamentos efetuados a tais práticas apenas salientam os discursos machistas e sexistas de violência, discriminação, exclusão e estigmatização da mulher, bem como dos marcadores sociais de normatização dos gêneros e da multiplicidade de suas vivências.

Os discursos machistas e sexistas produzidos na e pela sociedade, que se inscrevem sobre os corpos objetivam descrever às mulheres o que define o seu ser, suas atribuições e as relações de poder existentes, impondo-lhes comportamentos, expressões de sexualidade e vivências dos desejos, afetos e práticas sexuais.

Historicamente, o ser mulher, sua conduta, a feminilidade, o feminino e a maternidade sempre causaram receio ou expressaram mistério para o homem. Progressivamente, o masculino regulou a vivência da própria sexualidade feminina, a manifestação de suas emoções, afetos e desejos, atribuindo um interdito ao seu prazer sexual e atribuindo-lhe uma atuação corporal meramente reprodutiva.

A mulher recebeu, portanto, diversas denominações no decorrer da formação social, especialmente quando transgrediu ou subverteu as normatividades, apesar destes mal-ditos serem apenas tentativas de regulação das vivências de suas mulheridades, como poetiza Pérola Negra²¹:

No princípio eu era Eva. Nascida para a felicidade de Adão. E meu paraíso tornou-se trevas. Porque ousei libertação. Mais tarde fui MARIA. Meu pecado remiria. Dando à luz aquele. Que traria a salvação. Mas isto não bastaria. Para eu encontrar perdão! Passei a ser AMÉLIA. A mulher de verdade. Para a sociedade. Não tinha a menor vaidade. Mas sonhava com igualdade. Muito tempo depois decidi: não dá mais. Quero a minha dignidade. Tenho meus ideais! Mas o preconceito atroz. Meus 129 nomes queimou. Então, o mundo acordou. Diante da chama lilás! Hoje, não sou só esposa ou filha. Sou pai, mãe, arrimo de família. Sou ourives, taxista, piloto de avião. Policial feminina, operária de construção! Ao mundo peço licença. Para atuar onde quiser. Meu sobrenome é Competência. O meu nome é MULHER!

As nomações utilizadas para categorizar as ditas transgressões e loucuras femininas estão fundamentadas e marcadas pelos períodos históricos que concebiam concepções conforme a cultura e hegemonia que detinham o poder. Foram nomeadas de bruxas no

²¹ Poema *Meu Nome é Mulher*. Disponível em: <https://cnts.org.br/wp-content/uploads/2013/08/JornalJaneiroFevereiro2010.pdf>. Acesso em setembro de 2018.

período medieval por sua feminilidade e aquisição de conhecimento acadêmico e medicinal; de históricas pela manifestação de conflitos corpóreos no século XIX; e de feministas quando lutaram pelo direito a igualdade de gênero, sufrágio feminino e ao corpo, representado proficuamente na marcha das vadias.

As categorizações, de inserção da mulher no campo da loucura e da transgressão pelo fato de subverter as normatividades de sua época, viabilizaram e viabilizam processos de estigmatização, subalternização e exclusão, bem como da eliminação de seus corpos da sociedade, carecendo, portanto, de uma releitura.

2.2 O discurso na regulação do corpo: as vivências das transgeneridades

Sexo não se define como gênero, gênero como identidade de gênero e identidade de gênero como orientação sexual. Todas essas vivências da sexualidade humana podem estar, ou não, reconhecidas e relacionadas. De modo geral, o reconhecimento dessas experiências e de outras a porvir, possibilitam o reconhecimento da diversidade sexual, que deve ser considerada nos princípios do respeito, da justiça, igualdade e liberdade.

A sexualidade não se caracteriza, academicamente, como uma área inteiramente legítima, o que propicia dúvidas sobre a própria pesquisa, suas motivações e inclusive sobre o caráter idôneo de quem realiza pesquisas nas searas sexuais (MOTT, 2003). Estas compreensões são basilares para o entendimento da sexualidade humana, pois:

[...] diferentemente do que ocorre e é observado no mundo animal irracional, no qual a diferenciação e performance sexuais são determinadas geneticamente, sendo a resposta instintiva quase igual e padronizada para todos os indivíduos da mesma espécie, entre os humanos, a vivência sexual é marcadamente polimorfa, dada a complexidade do córtex cerebral e a diversidade das respostas culturais. Um mesmo indivíduo pode ser genética, gonadal e anatomicamente macho e, no entanto, identificar-se e viver psicológica, social e eroticamente como mulher – ou vice-versa (IDEM, 2012, p.3).

A incompatibilidade relatada pelo autor supracitado se refere as identidades de gêneros denominadas de transgeneridades, dentre as quais destaca-se a transexualidade. A transexualidade é vista como polêmica pela sociedade em virtude da possibilidade de mudança de anatomia corporal através do processo cirúrgico e hormonioterapêutico, sendo definida inclusive, pela categoria psiquiátrica, como pertencente ao grupo dos Transtornos de Identidade de Gênero (TIG).

A patologização desta sexualidade pelas ciências médicas designa-lhe um tratamento diferenciado, via utilização de hormonioterapias, bem como em determinados casos, pela realização da cirurgia de reaparelhamento genital, uma vez que se verifica numa parcela das

mulheres transgêneras, uma ojeriza do órgão sexual masculino e o desejo de sua retirada do corpo. Observa-se, contudo, que este sentimento não subsiste em todas as mulheres, já que há aquelas que se identificam enquanto tal, porém sentem-se confortáveis com a permanência do pênis no corpo feminino, como afirma Rogéria:

Eu acho que a transexualidade em si não é só a genitália. Eu posso cortar meu pênis hoje que eu não vou deixar de sentir o que eu sinto, o que eu sou. Eu acho que não é só a genitália que vai fazer a gente é você ser o que você é. Quando começou esses termos assim, transexual, travesti, gay, isso e aquilo falei: - Ai gente junta tudo que é uma coisa só! – mas o termo travesti fica muito pejorativo, sabe, fica muito assim feio, eu acho feio, grotesco. Aí eu então, transexual já fica mais, mais bacana, mais legal.

A transexualidade é considerada um fenômeno complexo, caracterizado, em geral, como um intenso sentimento de não pertencimento ao sexo anatômico, sem presença de distúrbios orgânicos e ausência de bases orgânicas (como o hermafroditismo ou outra anomalia endócrina). Este fenômeno baseia-se em dois dispositivos distintos. O primeiro refere-se aos avanços da medicina, principalmente no que concerne ao aprimoramento das técnicas cirúrgicas e ao progresso da hormonioterapia, que possibilita no real o desejo da adequação sexual. O segundo localiza-se na construção sociocultural da noção de identidade de gênero realizada pela sexologia, que independe do sexo natural ou biológico (ARÁN, 2006).

É recorrente a compreensão da redução da transexualidade a realização da cirurgia de reaparelhamento genital, como relata Roberta: “a transexualidade é questão da cirurgia, porque você dentro do contexto, da sociedade, da mídia, você só é uma transexual quando você faz a cirurgia”. A consideração da cirurgia como um componente fundamental do processo de construção da mulher na transgeneridade possibilitou grandes avanços nas políticas de saúde pública, de forma a incluí-la nos serviços de saúde por meio da Portaria nº457/2008 e atualizada pela Portaria nº2.803/2013.

A transexualidade não pode ser considerada como “uma benção, nem uma maldição, é apenas uma condição”. O fator determinante da condição transexual não é um procedimento cirúrgico, mas como as pessoas se identificam, desta forma, uma mulher transexual é “toda pessoas que reivindicam o reconhecimento como mulher” (JESUS, 2012, p.8). Comumente, as mulheres transgêneras descrevem a transexualidade como uma condição ou circunstância temporária, como se verifica nos relatos de algumas de nossas interlocutoras:

Valentina: A transexualidade é uma circunstância que me foi colocada e que não foi escolha minha, e uma circunstância dolorosa que me fez sofrer durante muitos anos, e que eu busquei superar. A transexualidade é uma circunstância física e social. E acaba sendo cultural, porque, quando você nasce e você vai se percebendo, você não se percebe enquanto transexual, no caso da transexualidade, existem outras realidades trans que são ontológicas, que a pessoa se sente aquilo. Na transexualidade, você se sente mulher ou homem, só que você percebe que o corpo físico, que você tem, não corresponde à sua identidade interior e você entra em conflito com aquele corpo. Não só no que a ciência chama de elementos secundários do corpo e que vão qualificando o gênero, a identidade da pessoa como homem ou mulher, mas também elementos primários como o próprio genital. Então você olha para todo o corpo, inclusive para o seu genital, e percebe que aquilo não corresponde a você, e aquilo te faz sofrer profundamente, você entra em conflito com todo aquele corpo e com todo o significado que a sociedade dá para aquele corpo, o nome, os pronomes, o tratamento, as obrigações culturais e sociais, tudo o que te refere aquele corpo, te faz sofrer e te entra, e te faz buscar, quebrar com aquilo, te faz entrar em conflito com aquilo tudo, e você se sente prisioneira do seu corpo, na totalidade do corpo, na totalidade da vivência social, que aquele corpo ganha. A transexualidade, ela é em si, uma circunstância física, de nascer no corpo que não corresponde à sua identidade, mas infelizmente a sociedade criou sobre essa circunstância física um tabu e um preconceito muito grande, que as pessoas interpretaram culturalmente no ocidente, que, talvez até no oriente, que, nós somos apenas o que parecemos, e nós não somos o que parecemos. Nosso parecer, deve ser um transbordar do nosso ser. Mas nem sempre o parecer nos corresponde. Parecer é apenas um aspecto plástico, externo, nosso ser é algo mais profundo. O termo trans em geral ele é mais um termo político, ele não é tanto um termo, assim, que designa em cima de identidade específica, ele é um termo político, e como termo político de ‘visibilização’ é muito importante em questões de política pública e visibilização social. Um ser transgênero, ela se sente ser homem e ser mulher e ela percebe que não só a partir do que aparenta no corpo, mas de todo corpo, inclusive o genital incomoda. Porque uma mulher que nasceu na condição de transexual ela quando sai na rua mesmo que as pessoas percebem que ela nasceu no corpo diferente, as pessoas não sabem se ela fez ou não uma cirurgia, não precisam saber disso. Mas pra ela incomoda.

Carol: Ser uma pessoa trans, pessoas que nascem numa circunstância diferente, que nascem mulher, porém numa circunstância diferente. Porque eu sou mulher, a minha única limitação é que eu nasci numa anatomia diferente. Somente isso. Mas o que manda é o meu gênero, é o meu emocional. Eu tenho a plena certeza que foi gerada, no útero da minha mãe uma mulher. O meu gênero foi gerado mulher, só que teve algum erro biológico. É a pessoa que nasce com gênero imposto, atribuído no nascimento. Nasce com uma genitália masculina, gênero, eu não falo gênero masculino, ninguém nasce com gênero masculino. A única coisa que eu nasci masculino foi a anatomia. A pessoa transexual para mim é a que nasce com a anatomia diferente do gênero. O físico é o corpo, o físico é a genitália. A genitália não tem nada a ver com o gênero. A genitália não manda aqui, e o gênero é o modo como você se vê, é o modo como você se sente. É a sua concepção, a sua essência.

A inconformidade, sensação de desconforto ou incompatibilidade existente entre o sexo anatômico e a autoidentificação do ser mulher são as principais descrições realizadas pela literatura médica e pesquisas relacionadas à transgeneridade feminina. A identificação com o sexo oposto ao de nascimento é contínua e permanente, podendo ser desde a infância (transgeneridade primária) ou posteriormente (transgeneridade secundária). A insatisfação só é possível de desaparecer, quando há conformidade entre o corpo e a identidade de gênero, de forma que a vivência num corpo masculino se configure como uma prisão ou amarra, como descreve Tiffany:

A definição de transexual é aquela insatisfação com meu corpo, tal, em ter uma genitália masculina me incomoda muito, sempre me incomodou. Eu me vejo no espelho eu não me vejo completa. Eu me sinto uma mulher, embora eu seja que, eu saiba que, geneticamente isso nunca vai mudar. Estou adequando meu corpo, deixando da forma que eu me sinto bem, como eu me vejo. É me ver presa num corpo masculino. É se sentir mulher num corpo de homem. Poder realizar a cirurgia, que hoje em dia a gente tem essa opção, a realização de um desejo que vai cessar o sofrimento que eu tenho constante de me olhar no espelho e não me sentir bem, me constranger.

Outro parâmetro fundamental para a compreensão da transexualidade refere-se ao reconhecimento social de sua identidade, ou seja, a relação estabelecida entre a identidade e as relações sociais: “[...] embora sendo uma tarefa individual, a identidade é também um fenômeno social” (BAUMAN, 2000, p.142). O reconhecimento social é basal, para alguns grupos de mulheres transgêneras, na vivência de suas próprias identidades, especialmente na ocupação de espaços designados predominantemente a mulheres cis, como aponta Nany:

Eu acredito que a transexualidade em si é uma forma de superação de vida. Existe um universo no meio transgênero. O universo das pessoas que convivem só naquele meio. E existe o universo das que convivem no universo do outro meio. Porque as que convivem somente naquele meio (...) não consegue enxergar de lá pra cá. Então, às vezes o universo de pessoas trans que ficam no gueto não é um universo de desejos culturais, não é um universo de crescer socialmente e de ocupar determinados espaços na sociedade como qualquer outra pessoa pode ocupar. Transexualidade pra mim é tudo isso, eu entendo muitas transexuais que não querem se expor, mas não querem se expor, porque sabem o que pode acontecer com elas. As pessoas não gostam de dizer que são transexuais, não porque não gostam de ser transexuais, porque tem medo de ser linchadas, porque tem medo de serem mortas num país que mais mata travestis e transexuais no mundo.

A vigência estabelecida pela sociedade é o sexo como algo definido pela natureza, baseado no corpo orgânico, biológico e genético, e de que o gênero seja algo que se constitua por meio da cultura. Nesta perspectiva, o sexo (homem/mulher) localiza-se no campo do a-histórico, enquanto que o gênero se caracteriza por uma construção histórica e social. Estas perspectivas, deterministas ou construtivistas, restringem a compreensão das subjetividades e sexualidades (ARÁN, 2006).

Os dispositivos de sexualidade, tais como sexo, só podem ser compreendidos a partir dos mecanismos de poder. O sexo é o resultado complexo de uma prática histórica singular e não uma constante passível de transformações. Sendo assim, discorrer sobre sexualidade é também aludir à construção dos saberes que a constituem aos sistemas de poder que regulam suas práticas e às configurações que possibilitam aos indivíduos, o reconhecimento como seres sexuados (FOUCAULT, 2010a).

As palavras sexo, homem e mulher não se caracterizam como mero fato ou condição estática, mas como “uma construção ideal forçosamente materializada através do tempo” (BUTLER, 2002, p.18). Não há, portanto, corpos que existam anteriormente a marca de seu gênero, ou seja, não existe um corpo pré-linguístico, uma vez que o corpo em si, já se encontra inserido em discursos que se inscrevem sobre ele, definindo-o e limitando-o. Estes discursos referem-se ao cultural hegemônico, que insere a coerção naquilo que a linguagem estabelece como domínio imaginável do gênero. O corpo se expressa, portanto, pelas performances, sendo elemento transgressor, espaço cênico e agente de rompimento e atravessamento das fronteiras de expressão. Nesse sentido, o gênero é uma performance, a performance se direciona para alguém e o gênero se caracteriza como uma análise discursiva, como a leitura de um corpo inserido em códigos (BUTLER, 2003).

As compreensões de que o gênero é uma performance a ser desempenhada socialmente, ou seja, de um corpo a ser lido, foram incorporadas em alguns movimentos de mulheres transgêneras. Desta forma, a vivência de sua mulheridade ou transgeneridade perpassa por uma leitura de performances sociais instituídas socialmente, como destaca Lea:

Eu acredito muito que a sociedade hoje, não hoje, mas desde sempre criou performances de gênero entre os gêneros. Digamos: você é mulher porque nasceu com vagina e você é homem porque nasceu com pênis, isso socialmente e historicamente falando. Logo, você vai cumprir um papel na sociedade e você vai cumprir um outro papel na sociedade. E além dos papéis existem as performances, porque são coisas diferentes. Os papéis são algo imposto socialmente, no sentido de que pelo fato de ser mulher, você tem que lavar a cozinha. Papéis que eles acham que foram designados para as pessoas. São papéis sociais que não deveriam nem existir, eu digo papéis sociais que são prisões de gênero. Pelo fato de ser

mulher, tem que ser objeto sexual. Eu sei que o que me faz ser mulher vai além do papel que eu quero desempenhar socialmente. Foi aí que eu descobri que eu sou mulher e pretendo me transformar enquanto mulher, independente se eu quero me casar com homem, quero me relacionar com um homem ou com uma mulher, se eu quero me casar e ter filhos ou não, porque isto está relacionado independente do meu gênero. A transexualidade ela está relacionada em como nós queremos performar socialmente. Então se eu nasci com vagina, mas quero me performar enquanto homem eu posso, se eu nasci com um pênis e quero performar como mulher eu posso, porque minha genitália e minha prática sexual, quando eu falo prática eu digo o ato sexual mesmo, se eu penetro alguém ou eu sou penetrada ou a minha orientação sexual, que é com quem eu me relaciono, isso não está relacionada com o meu gênero e isso é uma coisa muito complexa. Ser uma pessoa trans é muito mais do que simplesmente só colocar um silicone, um peito, um cabelo, a sua corporeidade. Existem pessoas que são levadas a se tornarem travestis, e na primeira oportunidade que elas têm, quando saem da marginalidade pra onde elas foram lavadas, elas recuam, algumas. Mas as pessoas têm ciência disso.

Além das vivências da transgeneridade, convém destacar o exercício e prática de suas sexualidades. Pesquisadores homofóbicos do transtorno de identidade de gênero afirmam que da mudança de sexo decorrerá a homossexualidade. Mas na identidade transgênera há uma variedade de relações complexas na sua manifestação e exercício, como vestir-se e comportar-se como o gênero oposto, realizar hormonioterapias, recorrer a cirurgias, ou combinar estas práticas. Todos estes aspectos podem conduzir ou não a uma mudança de escolha de objeto. O processo pode conduzir ou não a deslocamentos na orientação sexual, porém esta ocorrência se realiza nas narrativas históricas pessoais específicas de cada pessoa (BUTLER; RIOS; ARÁN, 2009).

As interlocutoras desta pesquisa se identificaram, em sua totalidade, como heterossexuais, o que contesta a perspectiva de pesquisadores homofóbicos. A vivência da prática sexual de mulheres transgêneras podem se desdobrar de múltiplas formas, sem que haja imposição de normatividades reprodutivas, como ressalta Candy:

Há ainda um caminho muito longo pela frente ainda. Enquanto eu costumo falar que nós transexuais, não somos o terceiro gênero, nós somos o primeiro gênero, porque nós temos a capacidade de fornecer sexo dos dois jeitos. Nós somos do primeiro gênero e somos por que a gente está na ponta da pirâmide. Gerar filhos não é uma dádiva de mulher. Deixa essa questão de criação de procriação de lado, estou falando de sexo de prazer a gente está na ponta da pirâmide, é uma questão fato.

De modo geral, verifica-se nas diversas teorias em que ocorre a discussão quanto à transgeneridade, o consenso na existência de uma incoerência entre sexo e gênero. O discurso da sexologia atual, da psiquiatria e em parte na psicanálise caracteriza esta experiência como

uma patologia, ou seja, um transtorno de identidade, devido à inconformidade entre gênero e sexo biológico. “Ambas estão fundadas numa matriz binária heterossexual que se converte em sistema regulador da sexualidade e da subjetividade” (ARÁN, 2006, p. 50).

A transgênera feminina apesar de se reconhecer como mulher é reconhecida pelo discurso clínico-médico como portadora de uma patologia, que carece de diversas intervenções para obtenção de uma suposta cura. Estes discursos construídos, na instituição médica, objetivam a regulação dos corpos das transgêneras, da mesma forma como o patriarcado atuou na regulação dos corpos de mulheres cis.

A patologização das sexualidades transgêneras explicitam quais as expressões legítimas de gênero são aceitas socialmente e marginalizam os corpos não normativos. Esta atuação não somente propicia uma discriminação das identidades de gênero, conferindo-lhes ou não legitimidade para sua existência, como estabelece uma limitação das subjetividades a partir de uma separação arbitrária imperativamente binária. Nesta senda, o gênero se caracteriza em maior grau como instrumento de controle social sobre os corpos, do que expressão das identidades individuais.

A transgeneridade é um fenômeno moderno, passível de estudos a partir da evolução das ciências médicas e psicológicas que viabiliza a realização de identificações, diagnósticos e plasticidades corporais. Esta sexualidade se caracteriza principalmente pela realização de mudanças corporais, na reinvenção dos corpos, pois as mulheres transgêneras se transformam, através de intervenções cirúrgicas, hormonioterapêuticas, dentre outras, constituindo no real do corpo o que já havia se constituído no imagético subjetivo a partir de articulações históricas e sociais.

2.3 Despatologização de sexualidades: a inclusão que pode excluir

A humanidade sempre construiu discursos para a regulação da subjetividade humana. Os conceitos de saúde e doença, normalidade e anormalidade, constituíram-se no decorrer da história, como fortes dispositivos de poder para exercer o controle social. Práticas consideradas normais num dado período histórico e espaço geográfico foram e podem ser classificadas como anormais ou patológicas noutros contextos culturais, espaciais, históricos, políticos e religiosos. A própria homossexualidade já fora considerada uma anormalidade, patologia e perversão sexual.

A compreensão de saúde mental depende dos valores que vigem e são legitimados pela sociedade naquele período, ou seja, o conceito de loucura se vincula ao que a sociedade

determina para esta nomeação. Desta forma, se relaciona mais a uma construção social do que aos aparatos biológicos anômalos. A análise daquilo que se denomina como loucura nas diferentes sociedades, bem como as formas como estas lidam com seus atributos e ambientes, está diretamente influenciada pela relação espaço-tempo. Há um padrão de comportamento exigido pela sociedade, e aqueles e aquelas que divergem da média deste padrão são considerados e consideradas desviantes da normalidade (FOUCAULT, 2005).

O louco ou anormal será definido, portanto, a partir da construção e legitimação de discursos que regulam os padrões esperados de comportamento social, sendo as instituições as principais responsáveis pela detenção de poder na elaboração destes discursos, determinando as nomeações de loucura e normalidade e imputando aos sujeitos suas categorizações.

É através da palavra que se identifica o louco. A análise do discurso, pelo mecanismo da exclusão, propicia a distinção entre o verdadeiro e o falso, fundamentando-se numa perspectiva de diacronia e transformações históricas, pois sempre há um suporte institucional que silencia o falso e legitima o verdadeiro. Há uma comunicação entre os sistemas de tratamento psiquiátricos e os discursos produzidos pela Medicina e Psicologia, ou seja, entre as instituições e os discursos do saber. O saber psiquiátrico estabelece nos suportes da burocracia o desvio de comportamento do louco e o imobiliza na camisa de força. A fala do louco escutada por médicos, pedagogos e psicólogos evidenciam duas posições: de um lado a oportunidade do doente expressar-se e do outro a existência de sujeitos que ocupam a posição de autoridade discursiva, que concede a palavra ao louco, a interpreta e analisa, a partir do que considera e institui como verdade (FOUCAULT, 1996).

Destaca-se, contudo, a impossibilidade de uma única definição do que se denomina de normalidade ou loucura, pois não há um padrão de saúde que se atribua a todos, cada pessoa é diferente. A própria consideração da transgeneridade como uma patologia e expressão de anormalidade não determina a construção das mulheridades de pessoas transgêneras, apenas regula seus discursos pelas instituições para concessão de acesso aos sistemas públicos de saúde.

As mulheres transgêneras não são anormais ou portadoras de patologias decorrentes de sua identidade de gênero, mas as instituições assim as nomeiam por destoarem dos padrões normativos estabelecidos pelo heterossexismo, ou seja, são consideradas loucas pelo que pensam, sentem e vivenciam enquanto mulheres nascidas num corpo biologicamente masculino. A legitimação da transgeneridade enquanto uma patologia, no Brasil, é extremamente complexa e permeada de diferentes posicionamentos, uma vez que é

justamente este diagnóstico que possibilita acesso ao processo transexualizador ofertado pelo SUS, bem como dos dispositivos que disponibilizam os procedimentos medicamentosos.

A despatologização das sexualidades transgêneras é um debate que necessita de reflexões extremamente pontuais. O acesso aos procedimentos de intervenções corporais hormonioterapêuticas e cirúrgicas são realizadas pelo SUS a partir de portarias do Conselho Federal de Medicina e Ministério da Saúde, que as consideram em caráter experimental. Tais portarias são fundamentadas na consideração das sexualidades transgêneras como patologias que carecem de supostas correções.

A despatologização, sem um amplo debate e reflexão, pode propiciar que estes procedimentos deixem de ser realizados e oferecidos para esta população, de forma, que o reconhecimento como sexualidades ditas normais ocasione exclusões e inacessibilidades a políticas públicas de saúde, como adverte Roberta:

A patologia vem pra beneficiar a maioria de nós, porque se você tem o transtorno o sistema de saúde vai entender que você é uma pessoa doente, se você não tiver esse transtorno, como é que você vai fazer uma cirurgia? Eles querem desconstruir isso, tirar do CID, o transtorno, por um lado não acho benéfico não, quem vai perder, são várias de nós, mas eu não sei, não entrei a fundo. Eu não sou a favor de desconstruir essa questão do transtorno, por enquanto.

Nos últimos anos apresentam-se diversos debates referentes ao diagnóstico de TIG efetuado pelo DSM-IV (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais). Se por um lado membros da comunidade ALGBT desejam a manutenção do diagnóstico, visto que a argumentação favorável à patologia possibilita a facilidade ao acesso de uma variedade de recursos médicos e tecnológicos visando à transição; por outro estigmatiza o sujeito, considerando-o como doente, errado, disfuncional e anormal (BUTLER; RIOS; ARÁN, 2009). Alguns psiquiatras e pessoas transgêneras argumentam que o diagnóstico deveria ser totalmente eliminado, e que a transgeneridade não deve ser considerada e entendida como uma patologia, como relatam algumas de nossas interlocutoras:

Valentina: A transexualidade ela em si ser considerada um transtorno mental é de uma ignorância tão grande, de uma dimensão que é aquelas coisas que tem na ciência que você ri. Os cientistas sentem constrangidos por terem sustentado uma ideia falsa, uma falácia durante tanto tempo, então assim, é uma coisa que a gente já está caindo em desuso, e agora parece que a OMS esse ano vai publicar o documento oficial retirando do CID. A grande questão é que pra você ter direito ao atendimento público de saúde, você precisa ter um transtorno mental? Por quê que as outras pessoas pra serem atendidas não precisam ter transtorno mental? E nós, só seremos atendidas dentro da nossa realidade se formos

transtornadas mentalmente, acho que sustentar isso é um preconceito. Porque o direito ao atendimento público de saúde é um direito de toda pessoa cidadã. É um respeito à dignidade humana da pessoa, a identidade de gênero da pessoa, da personalidade da pessoa, porque toda pessoa tem o direito de ser reconhecida como pessoa. Dentro da sua identidade, na sociedade, e a lei tem que garantir isso. Se aquela pessoa não é reconhecida, seus direitos não são respeitados, a lei precisa corrigir isso. E o sistema público de saúde está dentro da margem da lei. As pessoas transexuais, intersexuais, transgênero e travesti foram o último grupo que o Ministério da Saúde incluiu nos acompanhamentos de saúde. Que mude o documento, que saia do rol dos transtornos mentais e que se garanta o direito o atendimento de saúde, como diz o Conselho Federal de Medicina, tendo como princípio básico a qualidade de vida daquela pessoa, que ela tem que ter o mínimo de qualidade de vida pra existir. Senão, sim vamos ter esse processo de adoecimento.

Tiffany: A transexualida ser considerada um transtorno mental, eu acho isso uma loucura. As pessoas têm que ter em mente que a homossexualidade não é escolha, nunca foi uma escolha, eu nasci assim, eu nasci transexual, eu sempre me senti menina, nasci me sentindo menina, no corpo de menina, eu acredito que seja algo genético, biológico. Eu acho que uma pessoa que pensa assim ela é louca, mas na verdade a pessoa não vive o que a gente vive, não sente a forma que eu sinto. Se deixar de ser considerado um transtorno não sei se complicaria, mas facilitar não, porque o preconceito ele está enraizado na base da sociedade, as pessoas são homofóbicas acho que até naturalmente, pra dizer assim.

Carol: Sobre a transexualidade ser considerada um transtorno mental. Eu acho que a transexualidade é algo muito mais marginalizado. Essa questão de ser considerada uma doença. É super ridículo, é algo que não tem nada a ver. Mas acho que a gente ainda vai chegar no ponto de tirar isso, como a homossexualidade foi tirada, eu não sei quando, mas acho que ainda vai chegar nesse ponto. Querendo ou não a transexualidade é algo mais invisibilizado. É algo mais invisível, mais marginalizado. É algo de preconceito que ainda está lá dentro, que pode ou não tirar da OMS, acho que até o pessoal de lá, tem certo preconceito, tem certa transfobia. É muito marginalizado ainda.

Lea: Isso é bem pesado, eu não vou no HC mesmo porque eu não acredito numa patologização. Eu não acho que eu deveria seguir esses meios para usufruir de um direito que deveria ser meu. A patologização da transexualidade, o transexualismo até hoje, para ser amparada pelo SUS me faz me sentir menos. Eu me sinto muito atingida, porque na verdade o estigma que tem em pessoas trans é de que nós somos doentes, diferentes e anormais, nós somos aberrações sexuais, somos pessoas com disforia de gênero, somos pessoas estranhas e talvez exatamente por isso que muitos homens tem fetiche mesmo. Patologizar a gente é a melhor forma de manter no lugar que estamos, o lugar da diferença. A homossexualidade foi durante muito tempo considerada patologia. Ainda existe a homofobia, mas gays ocupam espaços, gays trabalham, gays estão nas novelas, às vezes de forma estereotipada, mas gays ainda estão nos espaços, as trans ainda não. Esse estigma é o que faz muitas trans sofrerem, porque na verdade o estigma é o que nos mata, porque você luta para parecer com tudo

que dizem, e que você não é e mesmo assim eles acham que você é e ainda colocam coisas na sua vida pra provarem isso.

Outras perspectivas apontam a necessidade do diagnóstico como requisito para reconhecimento da identidade transgênera e, conseqüentemente, viabilizar o acesso às intervenções cirúrgicas genitais. A orientação e acompanhamento terapêutico ofertado nos serviços de públicos do processo transexualizador objetivam a regulamentação ao acesso, bem como a certificação da decisão das intervenções de modificações corporais, especialmente em relação à cirurgia de reaparelhamento genital, em virtude do seu caráter irreversível (ARÁN; MURTA; LIONÇO, 2008).

Tal perspectiva só reafirma a compreensão foucaultiana da regulação dos padrões de normalidade e anormalidade através dos discursos institucionais. Neste caso, o discurso dos profissionais de saúde que legitimam a existência ou inexistência de um desejo de realização cirúrgica na construção do corpo feminino nas mulheridades transgêneras, como descrevem as interlocutoras:

Rogéria: Sobre a transexualidade ser considerado um transtorno mental, muitas das vezes os psicólogos, os médicos, fazem isso pra ter certeza que é aquilo ali que a transexual está querendo.

Vera: Eu acho isso ridículo, eu não sou doida, eu não sou doente, eu estou perfeitamente, eu tenho minhas faculdades mentais perfeitas. Eles te definem. Não é você, não é o seu eu, não é como você se olha, você precisa deles pra você falar eu sou isso, você precisa da autorização deles. Por um lado, é certo, porque vamos supor que isso fosse liberar fácil, eu tenho amigas que fizeram a cirurgia e arrependem por que não era o que elas queriam. Por um lado, é bom, porque impede algumas pessoas, que realmente não querem a cirurgia, a não fazer, porque é uma coisa sem volta. E, por outro, você está na mão deles, igual um juiz, você está na mão do juiz, não vou te dar pronto, acabou, e aí olha a minha vida social indo embora. Pra eles, pra própria medicina, não existe comprovação do que é ser. O meu eu, o que define é que vou acordar todos os dias, vou me ver dentro de um espelho todos os dias, vou me sentir bem, não vai ser você, não vai ser fulano, não vai ser médico, não vai, vai ser eu, é isso que eu acho errado.

A construção dos discursos que objetivam legitimar ou não a existência de determinadas subjetividades, especialmente as que destoam das normatividades sexuais, instauram processos profundos de violência simbólica e social. As mulheres transgêneras comumente sofrem práticas reiteradas de discriminação, marginalização e exclusão pelos discursos hegemônicos que compõem a suposta normalidade social.

Os sujeitos destoantes são ausentes da linguagem, seu pertencimento ao mundo social é negado, assim como sua existência, configurando-se como figuras monstruosas, ameaçadoras ou abjetas. As pessoas abjetas apresentam uma desconsideração da materialidade de seus corpos, estão sujeitas ao não reconhecimento de suas identidades, principalmente pela manutenção de uma relação crítica com as normas, sendo consideradas menos humanas do que as ditas ajustadas e normais (BUTLER, 2003). A consideração do corpo e identidade como abjeto narram as interlocutoras:

Nany: Antes eu era a favor de ter o laudo desta forma, eu era contra a despatologização. Até parar pra pensar que a sociedade não vai mudar com a gente dessa forma, porque a aceitação era mais fácil quando a gente era doente pela humanidade, do que a gente não ser doente. Eu noto que quando a gente fala, que nós somos uma doença, uma patologia... Basta dizer que é uma patologia, não precisa dizer que somos loucas sabe, as pessoas têm mais aceitação. Quando eu leio meu laudo, eu nem levei pra trocar minha identidade, eu nem levei meu laudo psicoterapêutico, porque eu achei um absurdo tudo que eu li. Porque ter que colocar num laudo uma patologia daquela forma, ter que me colocar como uma pessoa louca, aquilo dói. Porque eu posso até ser louca, mas eu sou sã na minha consciência. E aquilo me perturbou, porque eu fiquei até com vergonha de levar pro juiz, o meu laudo psicoterapêutico, pra colocar no processo, eu não coloquei. Foi fotografia minha pelada, pus operada, mas não coloquei o meu laudo. Eu fiz porque exigem de mim, enquanto sociedade civil. Eu penso, que da forma como tudo está caminhando, querem colocar os LGBT's, os gays como patologia, como doença.

Valentina: Quando se fala de mulheres e homens em circunstância transexual ou outros grupos trans, é muito interessante as pessoas elas olham pra gente em geral como seres marginalizados, né, então, assim, nosso lugar é o lugar da noite, o lugar da prostituição, isso é o que muitas pessoas pensam, então elas não olham pra gente como mulheres, elas, elas olham pra nós como aberrações ou como seres que só podem ser aceitos como se fosse mulheres naquele lugar.

A adoção de outras possibilidades teóricas sobre a transexualidade pode ser encontrada na literatura, especialmente no campo da psicanálise. Alguns autores e autoras, utilizando o termo transexualismo, localizam esta sexualidade no grupo dos casos limites, ou seja, situam entre a neurose e a psicose, considerando-se doenças do narcisismo. Sendo assim, há uma multiplicidade na experiência transexual, de forma que seja fundamental a realização da análise pessoal das pessoas que a desejam. A ampliação das possibilidades subjetivas, bem como a organização destas pessoas, só é possível no reconhecimento desta condição num espaço de acolhimento (CHILAND, 2008).

Convém destacar, que assim como em qualquer outra vivência de sexualidade, as mulheres transgêneras são passíveis de morbidades. A vivência da transexualidade pode

ocasionar distúrbios relacionados à vida psíquica, especialmente, provocados pelo trauma do não reconhecimento, dos processos de marginalização e exclusão social, bem como das dificuldades de relacionamento familiares, sexuais e afetivos. “Esta experiência pode se constituir num intenso sofrimento psíquico, que aparece muitas vezes sob a forma de tentativas de suicídio, depressão, transtornos alimentares e angústias das mais diversas formas”, provocadas não somente pela incompatibilidade existente entre a identificação e o sexo biológico, “como também pelas inúmeras consequências sociais, éticas, jurídicas e culturais intrínsecas a esta condição” (ÁRAN; MURTA, 2009, p. 21-22).

Os relatos das vivências das mulheres transgêneras desta pesquisa estão permeados de descrições de dor, sofrimento, preconceito e discriminação decorrentes da construção de suas mulheridades. O sofrimento pode ocorrer de forma tão profunda, de forma a ocasionar quadros depressivos graves ou retorno do processo transicional:

Candy: Gera prejuízo, a ciência, às vezes reza um transtorno psicológico. Vamos aceitar, tem as loucas, tem umas que ficam loucas, depressivas, que se entregam a um buraco, a um abismo, porque tem um pirulito, nesse caso com problema psicológico. Eu tenho um pinto, nasci no corpo errado, não tem jeito de trocar. A gente não troca de alma como a gente troca de roupa. Você tem que ter um senso de equilíbrio pra entender que vai demandar tempo, dinheiro e tratamentos pra deixar acontecer esse transformismo.

Carol: O processo de transição foi terrível. Eu tive que fingir que eu era um menino que gostava de um outro menino. Começou por aí, porque não adiantou nada. Por mais que eu me assumi como um menino gay, não diminuiu nada, porque eu não podia ser mulher. Foi muito sofrimento porque eu andava fantasiada de garoto, eu não conseguia ter vida social. Eu não conseguia me encaixar no mundo. Eu não conseguia me encaixar nas atividades cotidianas, porque eu não suportava a ideia de ir para tal lugar e comportar como garoto. Eu entrei numa profunda depressão antes de eu assumir. Numa depressão que eu pensei que não conseguiria sair, mas só o fato de eu falar que eu era trans, parece que tirou com a mão. Eu não suportava a ideia de passar num vestibular e ter que fazer faculdade um menino. As pessoas me trataram como menino. Eu sabia que eu estava perdendo tempo, mas o meu psicológico era maior. O sofrimento era maior. Chegando aos meus 18 anos aí eu não suportei mais. Aí eu assumi. Eu esperei os 6 meses com o psicólogo, consegui a receita, fui na endócrino. Isso tudo pelo plano de saúde. Fui no endócrino, passou a receita, aí sim eu comecei a tomar os hormônios. Aí logo o Projeto TX reabriu, aí eu entrei, esperando minha cirurgia sair.

Roberta: Quando eu entrei na adolescência, na pré-adolescência para adolescência, aí eu tentei me suicidar porque eu não sabia o que eu era. A questão do preconceito, da questão da discriminação, então toda essa questão mexe com o seu psicológico. Por quê tem muitas meninas que elas começam a fazer a transição depois voltam pra trás? Porque elas não dão conta de absorver toda essa questão, porque a

sociedade, a igreja, a família, quer que você seja diferente, seja o homem que você nasceu, não a mulher que você quer se tornar.

Lea: Eu tenho amigas que são travestis, mas elas dizem que se reconhecem enquanto gays hoje, mesmo assim se sentem felizes, porque perceberam que chegaram num ponto que não era e voltaram a transição, algumas não voltaram e se acostumaram, mas essas travestis que falam que são gay, que são veados, não estão no HC. A transexualidade vai muito mais além do que a gente se falar trans ou de estar transformada. Porque existem pessoas que não fizeram a transição, vão acabar cometendo suicídio, que o que mais acontece. Elas vão ser taxadas como homens, héteros, às vezes. Porque a maioria das pessoas que nunca chegaram à transição, elas nem assumem a identidade enquanto homens gays, porque é tão distante e o espaço que ela ocupa é tão marginal com elas, que elas vão preferir viver uma vida, que talvez seja confortável e no fundo não é, porque elas sofrem muito.

A proposta de despatologização deve ser analisada com o devido cuidado, uma vez que a inclusão destas sexualidades pode ocasionar em exclusões, porém a sua manutenção no rol de transtornos mentais deve ser questionada:

Por que considerar esta experiência identitária uma doença? Quem autoriza os psicólogos, psiquiatras, endocrinologistas, e outras especialidades que fazem parte das equipes multidisciplinares, a avaliar a pessoa transexual como 'doente'? Novamente, devo perguntar: Se não existe nenhum exame clínico que conduz a produção do diagnóstico, como determinar a ocorrência do 'transtorno'? Qual e como estabelecer os limites discerníveis entre 'os transtornados de gênero' e os 'normais de gênero'? O único mapa seguro que guia o olhar do médico e dos membros da equipe são as verdades estabelecidas socialmente para os gêneros. Não existe um só átomo de neutralidade. Estamos diante de um poderoso discurso que tem como finalidade manter os gêneros prisioneiros à diferença sexual (BENTO, 2008, p.110).

A OMS, em junho de 2018, retirou a transexualidade da categoria de distúrbios mentais do CID. A atualização aconteceu após 40 anos da exclusão da homossexualidade nesta mesma categoria, porém a retirada não ocorreu de forma completa, uma vez que foi movida para o título *Condição Relativa à Saúde*. A própria OMS reconhece que esta manutenção, apesar de necessária, pode reforçar estigmas. Desta forma, não se pode afirmar a existência de uma despatologização da transgeneridade, mas a mudança de perspectiva conforme preconiza algumas campanhas:

Pode-se dizer que a campanha pela despatologização da transexualidade é, antes de tudo, uma tentativa de negociação com o saber médico, tendo em vista que, no caso da CID, o que se reivindica não é exatamente a retirada da categoria do compêndio médico, mas uma mudança de codificação. A proposta é que a transexualidade seja retirada do tópico de transtornos mentais e, através de uma menção não patologizante, seja incluída num tópico relacionado aos processos de saúde não baseados em enfermidades (JESÚS, 2013, p.72).

Ao mesmo tempo, a despatologização implica, em seu cerne, o reconhecimento de novas configurações e vivências de gênero, rompendo os padrões normativos construídos socialmente e inscritos sobre os corpos e sexualidades. Nesta senda, interpela os processos hegemônicos e as relações de poder:

[...] a campanha pela despatologização como parte de um processo que envolve relações de poder. Nesse processo, são produzidos termos e concepções que entram em conflito com o saber hegemônico, mas que nas interações políticas e sociais podem suscitar negociações e concessões que talvez resultem em novas contingências, em novas configurações da ordem social em relação ao gênero (JESÚS, 2013, p.93).

O processo de despatologização será efetivo, somente, se garantir que os direitos conquistados pelas transgêneras permaneçam sem alterações, ou seja, a retirada da transgeneridade do rol de transtornos mentais será viável se não houver retirada de nenhum direito, procedimento ou atendimento. Caso contrário, instaurar-se-á processos de marginalização e exclusão que podem provocar a inacessibilidade aos serviços de saúde, estigmatização da vivência de suas sexualidades e aumento das morbidades na construção de suas subjetividades.

2.4 Autorreconhecimento e reconhecimento social nas transgeneridades: a conquista de direitos se reatualiza permanentemente

O reconhecimento ocupa um papel fundamental na autorrealização subjetiva e na construção dos princípios de igualdade e justiça social, especialmente nas relações existentes entre os sujeitos e as coletividades. A própria construção da identidade é atravessada pela efetivação do reconhecimento, de forma que, somente através dele há o desenvolvimento saudável e autônomo da subjetividade humana.

O reconhecimento não é uma cortesia, mas uma necessidade humana, uma vez que grupos e pessoas estão sujeitos a sofrerem danos reais na ocorrência de representações restritivas e depreciativas destes pela sociedade. As pessoas são construções dialógicas, e via relações intersubjetivas podem ser autênticas em suas próprias originalidades. Numa sociedade que constituiu uma imagem individualizada de identidade, a partir do princípio da autonomia: “se eu não sou [verdadeiro comigo mesmo], eu perco o cerne da minha vida; eu perco o que o ser humano significa para mim”, sendo esta autonomia formada apenas em diálogos, internos e externos, com os outros (tradução nossa, TAYLOR, 1994, p.30).

A construção da autoconsciência, ou melhor, do autorreconhecimento, se relaciona diretamente ao desenvolvimento dos significados estabelecidos socialmente. Desta forma, o

reconhecimento de si, não se refere somente a manifestações cognitivo-comportamentais, mas também as perspectivas estabelecidas na relação intersubjetiva. A existência do Eu, só se revela nas relações práticas e sociais, sob forma de ações e reações dos sujeitos frente às atitudes dos demais (HONNETH, 2003). A relação estabelecida entre o autorreconhecimento e o reconhecimento pelo outro perpassa pelas relações sociais.

O autorreconhecimento apresenta um par, que pode ser considerado como negativo ou complementar ao reconhecimento social. Esse tipo de reconhecimento pode coadunar ou negligenciar a alteridade, pois o outro sempre será singular e intersubjetivo. O reconhecimento social se caracteriza, portanto, como uma solicitação à sociedade para o reconhecimento de uma identidade e singularidade de uma determinada pessoa, de forma que se possibilite o desenvolvimento de progressos na vida social, assim como da consideração da existência do outro, no respeito às suas singularidades e subjetividade.

As relações afetivas, jurídicas e sociais propiciam a construção interacional dos sujeitos, sendo esse processo proficuamente político. É através das lutas – individuais e coletivas – para se fazer reconhecidos, especialmente os marginalizados e estigmatizados, que as pessoas promovem a melhoria da sociedade, na constituição de interações mais justas e favoráveis à auto realização (HONNETH, 2003).

O reconhecimento pode ser compreendido a partir de três sentidos distintos: reconhecimento como identificação, se reconhecer a si mesmo e o reconhecimento mútuo. Tais sentidos são constituídos a partir de um percurso de passagem gradativo: a noção epistemológica enquanto identificação, o reconhecimento enquanto habilidade antropológica de reconhecimento de si, para chegar ao reconhecimento como noção política. O irreconhecível não é sempre traduzido como desfigurado, degenerado, pois é passível a ocorrência de um reconhecimento de algo transfigurado. O reconhecimento de si consiste na existência de uma sabedoria prática, pois aquele que se conhece é passível de recorrer a qualquer momento, instituindo-se capaz. Há uma necessidade encoberta de reconhecer e de reconhecer-se como ser que origina o estado de direito, desenvolvendo, uma nova via que possibilita a dimensão histórica. A linha entre a possibilidade de aceitação (reconhecimento) do outro sem que haja um reconhecimento de si é tênue, pois nunca se alcança o conhecimento absoluto de si mesmo (RICOUER, 2006).

O enlace estabelecido entre o autorreconhecimento e o reconhecimento social é profundo. A existência de outro, estranho a si mesmo, propicia o conhecimento da diferença e demarca as particularidades do próprio ser. Contudo, deve-se recordar que a própria formação da subjetividade humana, bem como da consciência de si, são estabelecidos a partir de uma

linguagem anterior, instituída pela cultura. Os elementos corporais, comportamentais e as performances desempenhadas socialmente na relação com o outro, podem se demarcar como fundamentos do autorreconhecimento, como relatam as interlocutoras:

Roberta: Eu me reconheço como mulher, é o meu jeito de ser, a minha voz, por que minha voz, minha voz é muito, super feminina.

Candy: Eu tenho vida psicológica de mulher, eu tenho vida social de mulher. A minha aparência, eu tenho orgulho da mulher que me tornei, porque eu era um menino horroroso. Eu já tive n's relacionamentos em que eu fui a personagem mulher.

Tiffany: Ser desejada pelos homens me torna mulher, me faz com que eu me sinta bem. Poder me vestir como uma mulher faz com que eu me sinta bem. Poder usar o cabelo grande, poder usar uma maquiagem, tudo isso auxilia nesse processo. Mas o sentir sempre foi meu.

O autorreconhecimento também pode ser realizado independente dos atributos e das performances sociais realizadas para o outro. Esta ocorrência decorre, principalmente, de uma consciência de si mesma, dos desejos, afetos, características, sentimentos, ou seja, no encontro do que se considera o eu verdadeiro. O autorreconhecimento, apesar de ser atravessado pela construção coletiva de imersão na linguagem, também pode se apresentar fundamentado numa perspectiva essencialista, da existência de um ser anterior com o qual se identifica e nele se reconhece. O autorreconhecimento das mulheridades nas sexualidades femininas transgêneras, podem se relacionar a este olhar:

Valentina: Reconhecer-se é como se ver duas vezes, é como refletir, no processo de reflexão, é como se a imagem ou a ideia fosse e voltasse pra você. Quando você fala e se reconhece, eu sou uma mulher é um grande choque. Porque você se sente como uma mulher e você vive, vive sendo mulher por dentro e você se depara com um grande desafio. Que você é mulher, mas não parece fisicamente, não tem um corpo e as pessoas não te tratam como mulher, aí você toma consciência da sua dor, do tamanho dela, do desafio que você vai ter que enfrentar, pra ser mulher no mundo, para viver como mulher. O reconhecimento como mulher se dá antes de você tomar um comprimido de hormônio, reconhecimento como mulher se dá pelo fato de você ser mulher.

Carol: O que me faz me reconhecer é o meu gênero. A minha essência. É eu me olhar no espelho e me sentir bem. A minha essência de ser mulher, me comportar como tal, ter as características femininas. É a minha essência. Pra mim é ter as características físicas também.

Vera: O modo como eu me olho, o modo como eu me sinto, o modo como eu me vejo, porque eu não me vejo homem. Eu nunca me vi homem. Eu me vejo mulher, eu me sinto mulher.

Nany: A mim não interessa se serei apontada na rua, porque eu sei a mulher que eu sou. Muitos homens que se deitaram comigo, que por sinal, nem sabiam que eu era uma mulher transexual. Se satisfizeram comigo, e me fizeram uma mulher, como qualquer outra mulher. A mim não importa o que o outro está pensando, porque eu sei quem eu sou e como eu sou. E eu sei que eu fui certificada por vários homens que me olharam desta forma. Porque a nossa essência sempre estará na nossa pele. Eu me reconheço como mulher. Hoje, não é físico. É algo interno, sempre vem interno. Que vem da alma, que eu sinto. Não são os apetrechos, não são os fetiches. Não é esta roupa e este salto que estou vestida. Porque se me colocar na batina de um padre eu vou me sentir mulher do mesmo jeito. Se me colocar num caso de estopa e descalça eu vou me sentir do mesmo jeito. Porque nós não somos fetiche, não são os apetrechos de mulher me fazem sentir mulher. Está dentro de mim esta mulher. Se hoje eu me olhasse, sem uma vagina, só o buraco fechado, sem nada, eu ia me sentir mulher do mesmo jeito, porque eu sempre me senti mulher, mesmo tendo um bigulim entre minhas pernas. É claro que pra andar no meio da sociedade que nós vivemos, a gente tem que ter alguma coisa, porque infelizmente, o mundo é tudo no colorido, no que vê, no que toca. Isso aqui é só uma carcaça, porque a minha essência, enquanto mulher, ela pode ir fisicamente pra qualquer outro lugar, que eu nunca vou deixar de ser nessa essência que eu tenho. Porque você pode tirar tudo da minha vida, mas o que eu sinto você não vai tirar. A gente se auto reconhece todos os dias, desde quando a gente se entende como um ser humano. Mas, sair dessa fase de incubação para se reconhecer socialmente e fisicamente, a gente precisa de apoio. Sem apoio, nós não somos ninguém.

O reconhecimento de si pode ser/estar influenciado a partir do outro, seja corroborando o reconhecimento ou contestando-o. Caso haja sintonia entre o autorreconhecimento e o olhar alheio, a consciência de si será reafirmada, porém se este processo se realizar de forma contrária, possivelmente ocasionará sofrimentos existenciais ou mesmo impedimento da vivência de sua subjetividade, como se percebe nos relatos a seguir:

Rogéria: Eu me reconheço como uma mulher. Quando me fala ele eu fico super chateada, eu não me imponho que você fala ela a todo momento, minha família não fala ela, fala ele. Quando eu estou perto dos meus sobrinhos quando eles falam tio. Eu fico tão sem graça, é que eu nunca exigi isso deles. Mas eu já fico sem graça. Principalmente quando eu estava com o meu namorado.

Lea: Eu não vou ser lida diferente depois que eu fizer a cirurgia. As pessoas não vão tirar minha roupa pra ver se eu tenho uma buceta ou não. Eu acho que o que eu vou falar pode parecer bem estranho, mas hoje o que me faz reconhecer-me, não só, é claro que são diversas coisas... a forma como eu sinto. Quando eu fiquei com uma menina, foi a partir daí que eu tive total certeza que eu era uma mulher, porque era uma menina que era lésbica, ela sentia desejo por mim e se sentia atraída por mim, não só

pelas minhas características físicas, porque ela me provou que eu era uma mulher. Ela me provou que o meu beijo era feminino, que de alguma forma, as minhas vivências, eram de uma mulher.

O reconhecimento dos atributos particulares, assim como das peculiaridades da pessoa pelos demais membros da sociedade a que pertence, são fundamentais, pois proporcionam o reconhecimento da individualidade das pessoas, suas características pessoais que o individualizam e efetivamente a consideração formal de sua existência (HONETH, 2003). Esta ação pode ser considerada como basal nas sexualidades femininas transgêneras, pois é o reconhecimento social, enquanto mulher que possibilita ou corrobora para com o autorreconhecimento de sua subjetividade.

O reconhecimento social não se resume apenas à consideração da subjetividade, mas também como uma cidadã que possui direitos. A cidadã deve ser reconhecida como detentora de direitos universais e particulares, tais como os direitos culturais, não limitados pela territorialidade. Ao mesmo tempo se imputa reciprocidade de reconhecimento, pois há uma exigência de que a cidadã reconheça e seja reconhecida pelo outro, sem que haja considerações étnicas, raciais, sexuais, uma vez que quando há reconhecimento como sujeito de Direitos Humanos, dota-se de uma identidade igualitária (TAYLOR, 2004).

A via do reconhecimento é a pluralidade do ser, em suas transformações, pois não há uma impossibilidade temporal. O ser muda a cada etapa, a cada experiência que se adquire, novo fato adicionado à sua vida, sendo este o pequeno milagre: ser o mesmo em outro, o ser outro em si mesmo (RICOUER, 2006).

A consideração das multiplicidades e pluralidades do ser são basais para a compreensão das sexualidades femininas transgêneras. As reinvenções constantes de seus corpos, bem como a ressignificação de suas vivências, se configuram como terreno fértil para que sua subjetividade e as expressões desta sejam constantemente modificadas, cabendo a sociedade reconhecê-las a partir da consideração de que o reconhecimento é direito e dever.

O desejo de reconhecimento surge justamente a partir das experiências de exclusão e desprezo, situando-se entre o pré ou pós-jurídico, ou seja, o desprezo social é uma nova forma de negação (HONETH, 2003). Desta forma, há a necessidade de uma reatualização. O indivíduo que é não é reconhecido socialmente, mas o é juridicamente, sofre de um desprezo fundamental. A distribuição de direitos, fundamentada numa principiologia da igualdade, não ocorre da mesma forma como se verifica na distribuição de bens, pois há uma dessimetria entre o reconhecimento jurídico e o reconhecimento social, havendo a necessidade de uma

forma de reconhecimento, não violento, ou seja, sem que haja luta por reconhecimento (RICOUER, 2006).

O conflito existente no reconhecimento social das mulheridades transgêneras está justamente no limiar entre o reconhecimento jurídico e o reconhecimento social. A conquista dos direitos da personalidade, aqui compreendidos como mudança de nome nos documentos de identificação, são recentes no cenário jurídico brasileiro. Apenas em março de 2018 o Supremo Tribunal Federal reconheceu a possibilidade de mudança de nome e gênero de mulheres transgêneras, sem a obrigatoriedade da realização da cirurgia de construção da vagina.

Apesar desta conquista no ordenamento jurídico brasileiro, tal ação não garante que o reconhecimento social seja realizado, assim como que se apliquem demais normativas para viabilizar o reconhecimento social das mulheridades transgêneras. Tais entendimentos propiciam a manutenção do desprezo, e em determinadas circunstâncias, do desprezo fundamental. Nesse sentido, o reconhecimento decorrerá mais de uma performance social realizada pela mulher transgênera, dos atributos relacionados à figura feminina, do que por uma aplicabilidade de direitos, especialmente do direito à igualdade, permanecendo a perspectiva de uma luta por reconhecimento:

Roberta: As pessoas na rua que me vêem, eles não vão me ver como mulher, eles não sabem, aliás eles não vão ver se eu fiz cirurgia ou se eu não fiz, se eu tenho um pinto ou perereca, então assim, é muito complicado nessa questão. Hoje não tenho problema nenhum de andar na rua, ando de cabeça erguida e as pessoas não percebem, muito difícil perceber, pessoas não me criticam, muito pelo contrário. Eu sou reconhecida pelo meu jeito de ser, a minha maneira ser, a maneira como eu trato as pessoas, a maneira como eu me visto, a maneira como eu falo, a maneira como eu me comporto socialmente. Se você não falar que um dia você foi um homem, ninguém vai perceber, ninguém vai falar nada, e isso me dá muita alegria, por que assim, foi com muita luta, pra mim chegar aonde eu estou.

Valentina: Eu sou reconhecida hoje, no meu círculo íntimo, dentro das minhas amigas, eu sou muito reconhecida e eu me sinto muito feliz por isso. Na minha família, seja as pessoas próximas, mãe, irmãos, meu pai tem uma dificuldade muito grande, mas minha mãe e meus irmãos, minhas tias, a maior parte dos meus primos me reconhecem como mulher. No meu trabalho, na universidade, eu acho que raramente alguém não me reconhecer como mulher, quando não me reconhecem, mas eu acho que não é uma questão da pessoa em geral. Existem essas pessoas que estão em conflito muito grande. Aí elas têm dificuldade porque acham que mulher é um órgão genital, se nasceu com determinado órgão genital. Muita gente acha que mulher é uma vagina. O reconhecimento social em geral é diferente em relação aos homens e as mulheres.

Carol: Sou reconhecida socialmente como mulher. Infelizmente são as características femininas que me fazem ser reconhecida. As características femininas depois dos hormônios e tal, cabelo maior. Não é só o fato das minhas mudanças físicas, mas é o fato de eu impor que eu sou uma mulher. É os dois juntos, é o fato de eu me impor como uma mulher, me ter auto reconhecido como mulher e também pelas minhas características físicas, femininas.

Candy: Eu sou reconhecida socialmente como mulher. Primeira coisa é a figura, por que a pessoa julga o que ela vê, nossa que moça bonita ela tem traços de mulher. E meu comportamento, eu sou muito moralista eu tenho a mente muito boa, muito aberta. Muitas questões de moral minha mente é muito retrô. Eu acho desnecessário você exteriorizar expressões corporais excessivas pro social, para o próximo entender que você é uma pessoa diferente. Eu faço de tudo. Eu tenho uma voz firme, forte e nunca fiz questão de mudar, porque é um jeito original meu. Eu acho bonito mulher de voz firme, cite exemplo de Marília Gabriela. Eu, quando era criança, pensava: gente quando eu crescer e ser mulher eu quero ser igual ela. Eu me tornei uma figura feminina muito interessante, muito bonita e o comportamento mais moralista sem excessos.

Nany: Sou, até porque fisicamente e tudo. Na maneira que eu me comporto, as pessoas não me tratam no pronome masculino. Às vezes as pessoas são tratadas no pronome masculino. E eu faço, esses testes de vez em quando. Eu chamo amigos meus homens, às vezes gays para ir em lojas comigo fazer compra. Vou na loja um mês, na outra loja outro mês, volto novamente. Chego lá, eu passo o cartão. Quando eu falo que eu sou transexual aí eu vejo a diferença com o vendedor. Porque já teve casos de vendedores falarem no pronome masculino depois que eu falei que era transexual. Mas antes não, senhora pra cá, senhora pra lá. Daí eu comecei a ter a percepção de vida de que o ser humano, ele é o que ele vê. Ele diz o que as pessoas são pelo que ele vê fisicamente, as pessoas não conseguem ver internamente. Porque a mulher que estava lá, sempre esteve lá, mesmo falando que era transexual. E as pessoas quando não conseguem ver essa mulher, mesmo depois de toda essa caracterização e achar que é uma senhora, elas insistem em pronunciar como senhor. São pessoas, que mesmo no subconsciente delas são preconceituosas, mas não consegue disfarçar. Mas eu saio realizada daquele lugar, porque aquela pessoa preconceituosa, me enxergava como mulher. Mas o preconceito dela se materializou com a utilização do pronome ele. Mas a materialização do preconceito só existe quando você fala depois. Mas eu não me sinto mal. Eu encontro mais homens que conseguem me reconhecer como mulher, do que mulheres me reconhecerem quanto papel de mulher, como mulher.

Quando o reconhecimento social não é realizado ou se realiza de forma duvidosa, instauram-se ações de resistência política, isto é, os movimentos se organizam com vistas a possibilitar a conquista no direito ao reconhecimento pela sociedade. Para que ocorram práticas de reconhecimento, faz-se necessário, o desenvolvimento de relacionamentos positivos e saudáveis, em relações simétricas entre os indivíduos, e não ações de hierarquização, estigmatização e marginalização.

As práticas de irreconhecimento se pautam predominantemente em ações de desrespeito, imposição normativas de sexualidades – sejam elas corporais, performáticas ou discursivas – patologização das subjetividades e discriminação, desde comportamentos sociais às ações cotidianas mínimas, como demonstram os relatos de nossas interlocutoras:

Tiffany: Eu vou sair na rua não tem como as pessoas não saberem que eu sou uma travesti, eu sou grande, meu ombro é largo, embora eu tenha traços femininos eu não sou totalmente feminina, não tem como mais, então isso afugenta muito, muitas pessoas, e eu entendo de certa forma, que a sociedade é muito preconceituosa, vê alguém com uma transexual, com uma travesti, as pessoas não veem com bons olhos. As pessoas te tratam com pronomes femininos que é muito importante. Quando as pessoas te reconhecem também, com a sua identidade gênero e te tratam daquela forma, isso gera um reconhecimento legal. Ter o pênis é o que faz que todo dia eu me sinta, não me sinta completa. É ter o órgão sexual masculino. Quando eu estou numa relação e o homem quer que eu faça o papel do ativo. Isso me incomoda muito. Isso traz à tona que você não é uma mulher por inteiro.

Rogéria: Não sou reconhecida socialmente como uma mulher, porque as pessoas elas não respeitam a gente. Eu acho que as pessoas têm inveja, quando vê uma trans bem-sucedida, alegre, feliz, uma mulher olha pra você, eu não via isso hoje eu vejo. A sociedade vê a gente como uma pessoa que não vale nada. Muita gente vê assim. Já teve vez de eu estar lá no ponto do Araújo Jorge e o homem perguntava pra mim aonde que eu fazia programa. Quando eu vou no banheiro eu não me reconheço como uma mulher nunca. Me dá raiva de ir em algum lugar, até constrangedor. Tem muitos médicos que são grossos. Vê a gente como reservatório de doença, de DST principalmente. Às vezes ele é muito mais promíscuo do que eu.

Carol: O não se reconhecer como mulher, no meu caso as características masculinas. Eu nasci com as características masculinas, tudo que eu vejo e reflete um pouco de características masculina eu me incomodo, só que é algo que eu estou desconstruindo. Acredito que isso é uma imposição da sociedade, que você tem que ter 100% de característica femininas pra ser mulher e não é assim.

Os acontecimentos históricos, assim como os espaços geográficos são determinantes na realização do reconhecimento social das mulheridades transgêneras. Eles compõem um processo muito maior e explicitam os conflitos existentes nestas relações, evidenciando as normatividades sociais que atravessam o reconhecimento social. Nesta senda, em determinados momentos, a mulher transgênera só será reconhecida efetivamente conforme o lugar e espaço em que se encontra:

Vera: Depende dos lugares. Têm lugares que eu vou que me tratam no feminino, sem problema nenhum, mas têm lugares que mesmo eu pedindo, mesmo eu falando, às vezes você vai fazer uma

consulta: tem como você colocar pra me chamar de (nome pessoal), ah não posso, porque é seu nome que está na identidade. Tem lugares que eu evito, por exemplo, lugares muito públicos, tipo CAIS. Eu evito ao máximo, porque eles pegam a gente pra Cristo, principalmente se você está com uma gripe, tem uns que nem te tocam, parecendo assim que eu estou com AIDS, que vai pegar desse jeito. Na rua, na maioria das vezes, eu me passo de mulher, até mesmo eu conversando com alguém pela internet, alguma coisa, eles me tratam como mulher, só que eu sou muito transparente.

Lea: Vai depender do espaço que eu ocupo. Eu me sinto reconhecida como mulher quando eu sei que as pessoas respeitam meu nome social, me respeitam enquanto mulher e quando eu vou na periferia as pessoas me reconhecem enquanto mulher. Eu acho que essa consciência, talvez também pelo rolê da passabilidade, dos espaços, que ninguém me trata no masculino. Quando eu mostro um documento, aí as pessoas começam a me tratar no masculino. E às vezes pede perdão, mas do nada começa a me tratar no masculino, porque a partir daquele momento eu percebo que ela me reconhecia enquanto mulher. Muitas pessoas que não tem acesso a informação não são transfóbicas, muitas pessoas que têm acesso são. É quando eu vejo uma senhora de 60 anos, negra, que não é minha parente, nem próxima de mim, me chamar de (cita o próprio nome), mesmo sabendo que eu sou uma mulher trans. É você saber que essa pessoa te reconhece enquanto mulher, mesmo a criação dela dizendo que você não é.

Quando a sociedade não reconhece as sexualidades femininas transgêneras enquanto mulheres – considerando sua identificação de gênero e seu desejo de reconhecimento – se verifica a existência de uma negativa de direitos assegurados pelos dispositivos jurídicos, seja em relação ao exercício pleno de sua cidadania, à sua liberdade, ao direito de igualdade e dignidade da pessoa humana, sendo esse último basilar para as cartas constitucionais contemporâneas.

Observa-se que nem sempre estes direitos encontram-se assegurados, uma vez que o direito à identidade de gênero não se encontra expressamente positivado nos enunciados normativos. Costa Douzinas afirma que:

[...] quando gays e lésbicas em culturas homofóbicas proclamam a dignidade de sua identidade, ou quando um apaixonado abandonado exige o seu, “direito ao amor”, todos estão atuando estritamente no interior da tradição dos direitos humanos, muito embora tais direitos legais ainda não existam ou sejam de improvável aceitação (2009, p.350).

Apesar das diversas ações em torno dos direitos sexuais e da inclusão desses direitos na esfera dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas (ONU), não houve muito progresso para o reconhecimento desses direitos. Os direitos sexuais podem ser encontrados implicitamente nos enunciados normativos. Nesse sentido, o artigo 12 da Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação da Mulher afiança:

Os tratados existentes não se referem explicitamente aos “direitos sexuais” nem os definem, mas incluem direitos que têm influência direta sobre a saúde sexual e os direitos sexuais, como: o direito à vida (Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, artigo 6); o direito à liberdade e segurança da pessoa (idem, artigo 9.1); o direito de desfrutar dos benefícios do progresso científico (Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, artigo 15.1b); o direito à liberdade de expressão, incluindo o direito de receber e transmitir informação (Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, artigo 19); o direito a contrair matrimônio e formar uma família (idem, artigo 23); o direito à saúde (Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, artigo 12); e o direito de acesso igual aos serviços de saúde para as mulheres, incluindo o planejamento familiar (SHEILL, 2008, p.91).

A efetivação de um direito ocorre a partir de lutas, dadas historicamente numa determinada sociedade. As principais dificuldades encontradas podem ser encontradas nas próprias atividades dos grupos que defendem os direitos sexuais, primeiramente por terem pautas e objetivos diversificados, segundo pela própria pluralidade dos movimentos que integram a defesa dos direitos sexuais (feministas, LGBT's etc); pelos grupos de oposição à efetivação desses direitos serem mais numerosos, organizados e possuírem maiores condições de financiamento de causas; e pela própria amplitude de debate que se constitui a partir destes movimentos (IDEM, 2008).

O autorreconhecimento e o reconhecimento social das sexualidades femininas transgêneras encontram-se, por vezes, atravessados ou independentes, mas há um denominador comum nestas duas modalidades: o reconhecimento só ocorre, ainda na contemporaneidade, a partir de lutas, sejam elas individuais ou coletivas. Percebe-se, no cenário brasileiro, um distanciamento da proposta realizada por Ricouer, da necessidade de um reconhecimento não violento, sem luta; e uma aproximação da proposta de Honneth, da conquista do reconhecimento por uma luta política.

Os processos de autorreconhecimento e reconhecimento social das mulheridades transgêneras só, possivelmente, se efetivarão a partir de uma reatualização permanente da conquista de direitos, seja a nível individual na expressão de suas vivências ou a nível coletivo no respeito às diferenças e aplicabilidade do princípio da igualdade. Ambas perpassam pelas relações entre a subjetividade e o reconhecimento da diferença que constitui a sociedade humana.

2.5 O reconhecimento das transgeneridades: olhares e leituras sobre a diferença

O reconhecimento é uma ação fundamental na sociedade, pois interfere nas construções identitárias e subjetivas. A pluralidade de formas na realização deste processo

influencia diretamente nas leituras sociais, podendo se constituir como mecanismos de subalternização, objetificação e estigmatização dos sujeitos ou contribuir para atitudes de alteridade e hospitalidade. Nesta senda, o reconhecimento pode apresentar tanto uma função de reprodução de violências e estereotípias, como de libertação e rompimento com as normatividades sexuais e violências delas decorrentes.

O reconhecimento social das mulheridades transgêneras perpassa por uma perspectiva de gênero, ou seja, não se pode afirmar que haja um mesmo olhar atribuído a homens e mulheres acerca destas sexualidades. Tais diferenças decorrem da própria construção social de feminino e masculino instituídos, que reforçam a permanência do patriarcado, do machismo e de normas de sexualidade ao longo da história.

A conservação das estereotípias sociais engendra a manutenção de múltiplas violências, sejam elas políticas, sociais, discursivas ou físicas. Os estereótipos correspondem à generalização, pois se constituem como crenças abundantemente compartilhadas a respeito de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, referindo-se não acerca de uma perspectiva particular, mas ao que se considera similar ou repetido no grupo ao qual elas pertencem (JABLONSKI; ASSMAR; RODRIGUES, 2010).

Os estereótipos se fundamentam em teorias implícitas que justificam essas associações. Desta forma, há possibilidade de indução a uma compreensão ilusória de quem seja o alvo da percepção. A estereotípias se relaciona proficuamente à objetificação dos indivíduos. A objetificação pode ser entendida como redução de uma pessoa a nível de objeto, sem que haja apreço de seus atributos subjetivos, emocionais e psicológicos. É recorrente a objetificação da mulher na sociedade, uma vez que suas características são reduzidas a atributos sexuais ou físicos, eximindo-se das relevâncias de sua personalidade e de sua existência como pessoa.

A reprodução das estereotípias e objetificação do feminino, especialmente sobre o corpo da mulher, são constantes nos discursos e ações dos homens. A veiculação de publicidades que exaltam o corpo feminino, configura-se como um verdadeiro comércio de carnes, reafirmando uma cultura patriarcal e machista de sexualização da mulher, marcada por apelos sexuais e colacionando intrinsecamente corpo a erotismo.

O homem é considerado como sujeito, um sujeito abstrato, não-corpo, enquanto que a mulher é o outro do homem, ou seja, o corpo que se atribui de sentido a partir do desejo masculino (BEAUVOIR, 1967). A correlação entre a mulher e correspondência ao desejo masculino vige fortemente na sociedade contemporânea, evidenciando processos de dominação de um gênero sobre o outro:

Se a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação, é porque ela está construída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino, ativo, e o feminino, passivo, e porque este princípio cria, organiza, expressa e dirige o desejo – o desejo masculino como desejo de posse, e o desejo feminino como desejo da dominação masculina (BOURDIEU, 1999, p.31).

A construção da hipersexualização da mulher no imaginário masculino decorre de um longo processo histórico de submissão do feminino. Desde o início do processo de colonização do Brasil as mulheres foram objetificadas, as indígenas foram objetos sexuais dos portugueses e as escravas dos senhores de engenho. A história brasileira relata diversos processos, em sua maioria violentadores da redução da mulher ao caráter sexual e de subserviência ao homem.

A redução da mulher ao desejo sexual masculino atravessa a vivência das mulheres transgêneras, assim como as mulheres cis. O reconhecimento social associado a hipersexualização dos corpos, objetos de desejo, possibilidade de realização do ato sexual e reafirmação das masculinidades são comumente encontrados nos relatos de vivências destas mulheres, como evidenciam nossas interlocutoras:

Roberta: O homem quando me vê, eles ficam me desejando, me querem como mulher, me vêem como mulher, a leitura deles é uma mulher. O homem te olha com a questão sexual, gostosa, atraente. Eles me vêem como mulher, e ponto.

Candy: O homem é safado, igual eu te falei. O homem é muito carne, ele sempre está com segundas e meias dúzias de intenções. Então quanto mais *gentleman*, galanteador ele for, provavelmente as chances disso culminar num boquete ou numa transa anal bem gostosa. Se é muito amiguinho é por que ele é gay, ele tem atenção, que é o cuidado, o carinho, mas ele é gay e é mais afetivo, no caso uma amizade afetuosa. O homem trata melhor no intuito de culminar em um coito. Tenho bons amigos, poucos, mas eu tenho bons amigos, que me respeitam, mas se eu chamar e abrir as penas, eles comem sem nenhum pingão de dó.

Tiffany: Quando um homem heterossexual chega a ficar comigo, é porque ele está vendo uma mulher. Ele sabe que tem uma piroca, mas ele está vendo ali. E a partir do momento que ele chega a se excitar por mim, ele está se excitando pelo corpo, um corpo feminino. Então, o homem vê mais por esse lado, o sexual mesmo. Eles não chegam em mim em público e me assediam, é de uma forma velada, mas tem o assédio. É um assédio mais agressivo, de chegar e já querer sexo, que é a única coisa que eles querem com uma transexual.

Vera: O homem, ou ele te trata mal, ou ele te trata com sexualidade. Ele nunca vai tratar bem nós transexuais. Eles olham pra nós como objeto sexual. Uma coisa que vai lá pra pegar, pra usar, vai ficar lá e ninguém vai ficar sabendo. É assim que eles olham, eles não olham você como uma pessoa normal,

que pode ser uma amiga. É raro, muito raro, você encontrar uma pessoa assim. O homem pode te tratar mal, com arrogância, não querer conversar com você. Até com mulher homem é assim. O homem quando ele trata uma mulher muito bem, pode ter certeza que ele quer alguma coisa. É raro ter uma amizade. Homem é um caçador, ele vive caçando e deu brecha já era. Eles são mais safados, não é safado o certo, são mais mesquinhos, mais falsos. Homem é mais falso do que mulher.

Lea: Eu não sei se os homens têm ciência disso ou não, mas se os homens estão num grupo, eles querem reafirmar a masculinidade deles tentando me desmerecer. Se eles estão sozinhos, eles me não me reparam ou me reparam, porque são machistas enfim, ou vão me assediar, algo do tipo, ou... eu nunca senti transfobia direta por homens na rua, geralmente são mulheres que querem falar pra mim que eu não sou mulher como elas são. Uma vez eu já escutei um boy dizer assim, ah, eu comia, como se isso fosse legitimar minha identidade pra ele. Porque pra eles me reconhecer como mulher é aceitar também que eles querem me comer e me desejar. Como se a minha identidade tivesse de passar por eles antes. Os homens são bem hipócritas mesmo, eles vão te insultar quando a sua presença atinge a masculinidade deles, mas ele nunca vai me ridicularizar sozinho. Entre eles, gostam de ficar fazendo piadinhas. Não é tão negativo pra um homem hetero falar que ele comeu uma travesti. Na verdade, somente quando atinge a masculinidade deles que eles vão querer me xingar.

A manifestação desta sexualização também pode se relacionar a perspectiva da diferença corporal associada a algumas mulheres na transgeneridade, em virtude da permanência do pênis em seus corpos. Os comportamentos femininos, os cuidados com a aparência e a possibilidade da adoção de diversas posições sexuais – ser ativa e ser passiva – são características que instituem algumas mulheres transgêneras em níveis superiores às denominadas mulheres cis, motivando a busca destas vivências de sexualidade pelo público masculino (CARDOSO; FERRO, 2012).

A procura de mulheres com pênis pode se fundamentar na possibilidade de uma expressão diferente da feminilidade ou do feminino, pois há um trânsito entre os gêneros, uma superação entre as normatividades impostas às sexualidades, ou seja, uma transgressão do sistema sexo-gênero. Apesar desse desejo ser conhecido e relatado em pesquisas, sua ocorrência permanece circunscrita nas alcovas ou realizado de forma sutil e silenciosa, como as interlocutoras relatam:

Valentina: Apesar dos grupos conservadores e retrógrados, neoconservadores, em geral ao homem é permitido muito mais flexibilidade de ação e de comportamento de que a uma mulher. Tem o discurso dos homens pra você e tem o discurso dos homens pra sociedade sobre você. Em geral é assim que funciona, pra sociedade eles te chama de travesti, pra sociedade você é um homem que se veste ou que quer ser mulher. Quando é pra você mesmo, quando eles te procuram e maioria procuram a gente, muitos. Eles te veem e te tratam como mulher. A grande maioria, eles não veem, eles não, eles te

procuram porque percebem, sentem em você a manifestação de uma mulher. Existem sim alguns homens que, que me procuram, é um grupo menor, mas existe alguns homens que me procuram, porque me acham que eu sou transgênera, ou travesti. Principalmente transgênero, eles acham que, que mesmo eu tendo um corpo feminino eu tenho um órgão masculino e que eu me sentiria bem penetrando eles com esse órgão masculino, eles gostam dessa vivência, dessa aparência do feminino, mas eles gostam de que esse feminino tenha o masculino também, fisicamente externalizado.

Rogéria: O homem só tem preconceito perto dos outros bobo, longe eles não tem não. O homem também quando assume uma mulher trans ou um travesti ele é muito marginalizado. Eles são falsos também, eles querem fazer um tipo que eles não são. Perto dos outros, na realidade não é, aquilo que eles querem passar, eles não são aquilo que eles estão passando pra sociedade. Antigamente era até melhor, os homens tinham mais carinho pela gente, a gente tinha um relacionamento duradouro, hoje as coisas tá muito promíscua, está muito, muito vulgar, está muito na casualidade.

Outra possibilidade de reconhecimento social masculino se relaciona diretamente a auto nomeação das mulheres transgêneras. O reconhecimento pode se instituir como irreconhecível quando a mulher transgênera assim se nomeia perante o outro. Esta ocorrência revela a manifestação de preconceito, discriminação e reafirmação do sistema sexo-gênero, uma vez que o reconhecer está atrelado a uma perspectiva genital:

Carol: Quando eles sabem que eu sou trans, principalmente por parte dos homens. Acho que pelo machismo, pelo tratamento dos homens. Me tratam como mulher, a partir que sabem tem um tratamento diferente. Alguns com a mente bem retrógrada, bem conservadora, gente que não tem nem um pingão de informação, já me trata como menino, pra eles eu sou menino, já relaciona a genitália, então pra eles é menino. Me trata como menino, onde me desestrutura emocionalmente, é o meu ponto fraco, me tratar como menino.

Se o reconhecimento social realizado por homens se atrela principalmente a perspectivas de desejos sexuais e manutenção das normatividades sexuais, o reconhecimento por mulheres se apresentará de múltiplas formas, perpassando inclusive sobre a construção da própria identidade feminina. Identidade esta que não se remete a existência d'A Mulher, mas das expressões de mulheridades, uma vez que o ser mulher se apresenta a partir da unicidade.

Conforme já destacado no capítulo anterior, a construção do feminino se dá de forma única. O se fazer mulher, sendo uma a uma, é algo complexo e singular, pois é através do próprio sintoma que a mulher se encontra: “Se o feminino é como tal inominável, resta como tarefa para cada mulher que se inscreva do lado feminino das fórmulas da sexuação encontrar

um meio de tratar esse gozo real quando a referência ao falo não satura o gozo nas mulheres” (FUENTES, 2009, p. 104).

O feminino como inominável, como uma inexistência, que propicia sua existência enquanto ideal, de forma que uma mulher seja seu próprio sintoma, se norteia no esforço de alcançar uma identificação feminina (LACAN, 2008a). O corpo de uma outra mulher é o baluarte da identificação imaginária na tentativa de suprir a ausência de um reconhecimento simbólico (do pai). Por consequência, há uma procura em seu congêneres do traço feminino que lhe é faltante. Esta ocorrência pode ser comumente observada na atenção ou mesmo deslumbre que as mulheres exercem entre si (LACAN, 2008b).

A constituição das mulheridades ideais a partir dos processos de identificação entre seus pares é um fator fundamental nas sexualidades femininas transgêneras. A construção do corpo, a adoção de comportamentos e expressão de sentimentos e afetos perpassam pela própria identificação das expressões de mulheridades instituídas socialmente. O reconhecimento social pelas mulheres para estas sexualidades poderá se constituir, portanto, como locais de disputa da autenticidade feminina ou de desvirtuamentos do ser mulher, ocasionando atitudes de preconceito e estigmatização:

Roberta: A mulher quando olhar para outra mulher, ela olha de cima abaixo, né, ela procura vê o que tem errado em você.

Valentina: A principal reação que as mulheres têm comigo são duas reações, uma é de admiração outra é de uma certa inveja, eu acho isso muito interessante. Muitas olham pra mim com muita admiração. Já outras, olham com uma certa inveja, elas se incomodam por eu ser mulher, algumas sentem incomodadas mesmo, elas tentam achar uma desculpa pra tentar dizer pra alguém, pra outra pessoa que eu não sou mulher, olha, mas ela, não fez a cirurgia ou ela não pode gerar um filho. Algumas mulheres, elas ficam, parece com inveja, essa é a sensação que eu tenho, o sentimento. Elas ficam, e elas querem tentar achar uma justificativa para sustentar o preconceito delas.

Tiffany: A abordagem da mulher quando ela te acha mulher, quando ela te vê uma mulher, vê mais prum lado de competição. Ela se sente ameaçada. Quando eu era gay, as mulheres me adoravam, hoje em dias as mulheres me odeiam. Um dos problemas maiores que eu tenho na polícia, é por parte da mulher. Das mulheres, não de todas, mas eu tive muitos ataques, por parte das mulheres, os homens não. Me tratam muito bem, me assediam, as mulheres elas vêm pra te dilacerar. Pra te arrebentar dos quatro lados, dessa forma. Elas tentam te, te deixar mal, te abalar emocionalmente.

Candy: A mulher, ela é mais despeitada, porque ela não admite, em alma, que o que outra hora era um menino se tornou uma menina, tão ou mais atraente e gostosa do que ela. Então a mulher fica naquela

imparcialidade de despeito, porque mulher é despeitada nesse ponto. A mulher é mais despeitada física e psicologicamente. Uma transexual linda, deslumbrante e que desperta interesse nos homens, mais do que ela provavelmente, mulher natural nascida, não aceita. Todas, eu falo, tem 20 anos que eu mexo com mulher, eu posso falar com propriedade que é 99%. Mulher se sente ameaçada com uma figura trans, porque ela sabe que uma das coisas que pleiteiam o imaginário sexual, dentro da natureza petista do homem é uma linda mulher com um pirulito. Elas sabem disso, elas não verbalizam, elas não falam.

Lea: Eu percebo que as mulheres são mais transfóbicas do que os homens pessoalmente. Existem mulheres que querem ficar com mulheres trans. Outras já se sentem minimamente atingidas pela minha identidade. Eu sinto isso porque... Por exemplo, quando tem uma rodinha de rapazes e garotas, por algum motivo, algum dos rapazes me apresenta pras meninas e uma delas perceber que eu sou trans, algumas fazem questão de me chamar de mano. Por mais que eles estejam falando no feminino. É porque parece que isso incomoda muito elas, eu ser reconhecida como mulher. É como se fosse deslegitimar a identidade delas. É claro que eu sei que isso não é culpa das manas. Mas porque eu sei que para muitas dessas mulheres a identidade delas está baseada no desejo masculino. Então geralmente quando eu vejo essas mulheres que se sentem incomodadas comigo são mulheres que também se sentem incomodadas porque elas desejam a aprovação masculina e acham muito ruim eu estar recebendo esta aprovação. É muito mais fácil eu ver uma mulher me chamar de ele, porque elas são muito mais perceptíveis do que um homem. Já as meninas não têm esse reconhecimento. Algumas tem a questão de que é mana, é amiga, porque elas estão em outro rolê e já outras se sentem atingidas, mas é bem mais vezes elas dizerem ele, usar o artigo “o” pra tentar me constranger em público mesmo. Já aconteceu diversas vezes.

O reconhecimento social feminino também poderá ser atravessado por desejos sexuais, pois há mulheres que se sentem atraídas por mulheres transgêneras tal qual como ocorre no reconhecimento masculino, como relata Roberta: “Tem mulher também que dá em cima de mim, tem mulher, tanto lésbica, quanto mulher tem mulher que se sente atraída por mim”. A sexualização dos corpos ocorre independentemente dos gêneros que o realiza.

A auto nomeação da identidade também se configura como um fator de análise no reconhecimento realizado por mulheres, pois as mulheres transgêneras podem tornar-se irreconhecíveis ou masculinizadas quando assumem suas identidades. Destaca-se, contudo, que nestes casos é possível que ocorra numa modalidade mais sutil, sendo contrária a atitude comumente adotada por homens, que é agressivo e direto:

Carol: As meninas são mais suaves. É um pouco mais velado, a gente percebe que tem uma certa resistência. Mas só não é tão nítido igual do homem. O homem fala na cara, a da mulher é mais velado. Aquele preconceito pra transfobia mais velada. Geralmente quando as pessoas sabem elas mudam.

E, por fim, há o reconhecimento realizado sem que haja relações de disputa, ações de preconceito, sexualização ou adjetivação destas vivências, ou seja, pautado no acolhimento destas sexualidades, como afirma Rogéria: “Eu acho que as mulheres são mais carinhosas com a gente, elas vão muito pro lado materno, pro lado mãe, são mais carinhosas com a gente”.

Os processos de reconhecimento social constituem-se como múltiplos e variáveis, pois são influenciados pelos lugares ocupados pelas mulheres transgêneras, pelas performances por elas realizadas, pelos gêneros que efetuam as leituras das sexualidades, dentre outros fatores. Reconhecer sempre evoca um lugar, uma subjetividade, uma vivência. O reconhecimento, nesta senda, sempre será atravessado por leituras sociais, históricas, políticas, espirituais, geográficas e subjetivas que influenciam na construção da identidade individual e coletiva de uma pessoa.

Os reconhecimentos das transgeneridades realizados por homens e mulheres possibilitam inferir que ambos se relacionam às instâncias do desejo. O reconhecimento pelos homens tangencia predominantemente o campo dos desejos sexuais e da objetificação do corpo feminino, enquanto que o das mulheres pelo desejo de consolidação da autenticidade do ser mulher. Em ambos os casos, há uma possível reafirmação do sistema sexo-gênero e a evidência da dificuldade humana em lidar e reconhecer as diferenças. E a diferença não é defeito, como poetiza Bráulio Bessa²²:

O mundo sim é estranho, com tanta diversidade. Ainda não aprendeu a viver em igualdade. Entender que nós estamos. Percorrendo a mesma estrada. Pretos, brancos, coloridos. Em uma só caminhada. Não carece divisão por raça, religião. Nem por sotaque. Oxente! Sejam homem ou mulher. Você só é o que é. Por também ser diferente. Por isso minha poesia, que sai aqui do meu peito. Diz aqui que a diferença nunca foi nenhum defeito. Eu reforço esse clamor: Se não der pra ser amor, que seja ao menos respeito!

A diferença não pode ser objetificada, normatizada ou estigmatizada, pois é a partir dela que se concede a todos e a todas a possibilidade da existência, bem como o seu reconhecimento. A objetificação das mulheres, sejam elas cis ou transgêneras, a tentativa de normatização das sexualidades, as práticas de preconceito e estigmatização ratificam o desejo de manutenção de poder de grupos sobre outros.

Os olhares e leituras sobre a transgeneridade não podem ser realizadas a partir de lentes normativas e hegemônicas que instituem a diferença como um defeito ou divergência, mas por lentes da diversidade. Estas fazem da diferença o alicerce do reconhecimento, da

²² Disponível em: <https://www.wattpad.com/549666691-br%C3%A1ulio-bessa-poemas-diversidade>. Acesso em agosto de 2018.

individualidade um conjunto de iguais e destes iguais a busca pelo rompimento com as normatividades sexuais.

3. DA TRANSEXUALIDADE ÀS TRANSGENERIDADES: AS SEXUALIDADES E OS CORPOS SE REIVENTAM

“Faltar  tinta no dia que o céu for livre pra todos serem o que são. Cobertos pelo sol, sem nenhum tipo de opressão. Faltar  nomes pra descrever o mundo sem as misérias, o que sentimos, o que nos tornamos, o novo ser sem medo de viver. Faltar  a falta que nos entristece, que hoje enche o peito de vazio e fumaça. Não faltará amor, não faltará sonhos. O novo mundo se abrir  para o futuro onde o presente dominar  o passado. E nossos cora es enfim serão salvos”.

Virgínia Guitzel.

3.1 Transgeneridades: as sexualidades femininas e suas noma es

As transgeneridades abarcam uma ampla variedade de vivências da sexualidade feminina e masculina. As sexualidades compreendidas nesta noma o comportam uma diversidade de performances, atribui es, experiências e subjetividades de mulheridades e masculinidades concebidas culturalmente.

Assim como não há um modelo universal de mulher, as experiências subjetivas demonstram que as sexualidades femininas transgêneras se constituem em suas singularidades, sem que haja um modelo a ser seguido ou contemplado. As denomina es de travestilidade, transexualidade, transgeneridade e intersexualidade estabelecidas como fontes de leitura e interpreta o dos corpos e sexualidades não descrevem todas as vivências de determinadas manifesta es do feminino, como adverte Valentina:

Existe uma diferença muito grande, entre transexualidade, transgeneridade, travestilidade e intersexualidade. O grupo dos transgêneros   um grupo muito vasto, porque tem, por exemplo, aquelas pessoas, que, mudam todo, a forma física do corpo, mas permanece com o nome anterior. Existe uma pluralidade de vivência aí, dentro da transgeneridade.

O termo transgeneridade configura-se, portanto, como uma noma o de uma variedade de vivências da sexualidade. As transgêneras são pessoas que transgridem as normas de conduta de gênero, ou seja, a única característica compartilhada entre as pessoas transgêneras   seu evidente desvio das normatividades binárias do gênero masculino e feminino instituídas na e pela sociedade. A própria alusão as palavras desvio e transgressão evocam sentidos de “viola o de normas, infra o de leis, subversão da ordem, perversão

moral, libertinagem dos costumes, delinquência e desobediência civil, campo de interesse da chamada sociologia do desvio” (LANZ, 2014, p.64).

A pessoa que transgride o dispositivo binário de gênero será considerada um gênero-divergente ou sócio desviante, nesse sentido a pessoa trans-gressora das atribuições e comportamentos determinados para o gênero em que foi classificada no nascimento torna-se uma de-generada, pois perdeu o gênero (IDEM, 2014).

A possibilidade de transgressão da ordem binária dos gêneros se constitui em inúmeros formatos e vivências. Poderá ocorrer deste a adoção de vestimentas e acessórios do gênero feminino, seja num caráter subjetivo ou profissional, ao questionamento das próprias bases da normatividade sexual binária de gênero, como nos casos da travestilidade e transexualidade. Independente das expressões, estas pessoas transgridem as normas de conduta de gênero e podem ser consideradas anormais:

[...] pessoa transgênera é, antes de tudo, alguém que viola as normas, que se desvia do que é considerado ‘normal’, que viola a ‘normalidade’, que subverte e transgride a ordem social e política. Por isso representa uma clara e evidente ameaça à conduta de gênero estabelecida pela sociedade. Assim, por mais que a pessoa apresente atestados de sanidade mental, inteligência e lucidez, será considerada ‘anormal’ por não atender os requisitos de ‘normalidade’ ditados pela ‘ordem instituída’ (LANZ, 2014, p.68).

Destaca-se, que a transgeneridade não deve ser considerada apenas como a vivência de uma identidade de gênero não normativa, mas como uma conjuntura sociopolítica de desvio aos padrões normativos inscritos nas sexualidades humanas, a partir dos binômios sexo/gênero. Nesta senda:

Transgeneridade nada mais é, portanto, do que pura e simples transgressão de condutas normatizadas (e estereotipadas) que configuram o dispositivo binário de gênero. A questão é que, tomada como o conjunto e a dinâmica dos processos associados a esses comportamentos desviados do dispositivo binário de gênero, transgeneridade traduz um fenômeno que se caracteriza exatamente por uma incrível multiplicidade de expressões, identidades, comportamentos e aspirações. Ou seja, não existe somente uma e apenas uma manifestação sociocultural que possa ser chamada de expressão transgênera, mas um número praticamente infinito de manifestações que podem ser classificadas dessa forma. De modo que jamais uma pessoa poderá ser incluída ou excluída do grupo transgênero com base em algum ‘comportamento transgênero padrão’, pois isso é algo que simplesmente não existe (LANZ, 2014, p.76).

A variedade de vivências subjetivas descritas como transgeneridade pautam-se predominantemente, nos discursos das instituições de poder, como o irreconhecimento entre a identidade de gênero e a corporalidade de nascimento. Contudo, podem compreender todas as vivências de sexualidade que não são reconhecidas nem como homem, nem como mulher, uma vez que suas expressões transgridem as normatividades dos dispositivos de gênero,

dentre as quais destacam-se: a androgenia, a dragqueen, o dragking, transformistas, crossdressers, travestis e transexuais.

As transgênera, portanto, não podem ser tomadas como sinônimo de transexuais, decorrendo de um sentido preponderante de transição entre os sexos, ou seja, do macho para a fêmea ou do homem para a mulher. A atribuição desta significação imputa a compreensão de transições biológicas e reafirmam concepções do sexo na fetichização dos corpos, a partir dos aparatos reprodutivos, gonádicos, genitais e cromossômicos, desconsiderando a multiplicidade de vivências:

O termo 'transgênero' é muito amplo referindo-se, inclusive, tanto a transexuais (e travestis) quanto a quaisquer outros indivíduos cuja identidade de gênero seja incongruente com o seu sexo biológico, levando-os a se tornarem transgressores da ordem binária de gênero a fim de se expressarem dentro da sociedade. É importante notar que o termo transgênero tanto expressa a incongruência da identidade de gênero com o sexo genital da pessoa, quanto tem o propósito de cobrir um amplo espectro de comportamentos considerados transgressivos ao dispositivo binário de gêneros, que vão desde a simples curiosidade de experimentar roupas/calçados/adereços próprios do outro gênero até a firme determinação de realizar mudanças físicas intensas e profundas, através do uso de hormônios e cirurgias a fim de se converterem, inclusive fisicamente, em membros do sexo oposto ao seu (LANZ, 2014, p.73-74).

A redução destas sexualidades é comumente percebida na tentativa de imposição de uma transexualidade única pelas instituições médicas, cujo modelo ideal deveria ser perseguido pela pessoa transgênera, inclusive da necessidade de intervenção cirúrgica e plasticidade dos corpos. Esta compreensão é amplamente debatida na construção do destas sexualidades, uma vez que há uma diversidade de transgêneras que consideram que a presença do órgão genital masculino no corpo não impede o reconhecimento e vivência expressão das mulheridades, como relatam as interlocutoras:

Roberta: É mais interessante você ser uma mulher por completo, pra mim, no meu ver, é você ter uma vagina, mas existe transexuais que não querem, que sentem bem com seu órgão.

Valentina: Existem mulheres que estão num grupo que eu não sei definir se são transexuais ou se são transgêneras que elas não sentem a necessidade de mudar o órgão genital. Elas se auto nominam e se reconhecem como mulheres, mas elas não se incomodam com a genital. Esse grupo de pessoas que se auto nominam como mulheres, mas que não se incomodam com a genital é um grupo que eu mesma gostaria de investigar melhor e identificar se elas podem ser classificadas como, estando dentro da circunstância transexual, sendo um outro tipo de transexualidade, então seria transexualidades, ou se elas são um tipo de transgeneridade específica.

Tiffany: Há possibilidade de ser reconhecida e considerada mulher sem fazer a cirurgia, é um auto reconhecimento pessoal. Mesmo estando operada as pessoas não vão saber que eu sou operada, só se eu mostrar. O reconhecimento existe independente da cirurgia ou não. Fazer a cirurgia é meu, eu preciso. As outras que não quiserem, não precisa, ela pode se sentir uma transex linda, perfeita, feminina, e ter o falo.

Rogéria: A mulher não está na genitália dela, o mundo está em constante evolução, acho que você, hoje em dia, pra mim você não nasce mulher, você se torna mulher. Eu acho! São tantos avanços, são tantas tecnologias, com a modernidade da medicina. Não é tornar mulher, não no sentido de: eu virei mulher! Você já é, você só vai tirar algo que te incomoda.

Carol: Existe a possibilidade da existência da mulher sem fazer a cirurgia, são mulheres com circunstâncias diferentes. Eu sou uma mulher que ainda não fiz a cirurgia, mas eu vou fazer porque me incomoda.

Candy: A cirurgia é só um detalhe pra ser reconhecida literalmente enquanto mulher. Eu posso ser mulher no exterior, no comportamento no social. Dá para ser uma mulher maravilhosa sem a tal da perereca.

Vera: O certo é mulher tem pepeka e homem tem pipiu, mas o fato de você ter a obrigação, você tem que ser obrigada a fazer a cirurgia para ser reconhecida como mulher, não. Têm muitas pessoas que não operam por medo, têm muitas pessoas que no presente momento não está atrapalhando. Têm outras que já são transexuais que vivem da rua, que precisam desse órgão, porque se tivesse perereca não ganhava dinheiro. Ocorre muitos fatores, lógico que para você ser uma mulher 100%, você precisa da pepeka, mas não necessariamente você tem que ir lá e fazer agora.

Nany: Mulher transexual com o pênis, só no caso de se ela fizer a cirurgia, ela morra, mas senão nenhuma ficaria sem fazer a cirurgia. As que não desejam retirar politicamente são chamadas de travestis. São mulheres do mesmo jeito.

A nomeação de mulheres transgêneras possibilita inclusive a ocorrência de diferenciação de transexuais e travestis, ou melhor, de mulheres transexuais e mulheres travestis. Enquanto a primeira era associada a necessidade de cirurgia de reaparelhamento genital, a segunda à sua permanência:

A diferenciação que tradicionalmente se fazia entre travestis e transexuais era de que as travestis não se encontram em conflito com os seus genitais masculinos; que, pelo contrário, admitem que seus genitais machos são parte efetiva do seu desempenho. Essa distinção já não tem fundamento na realidade atual, onde pessoas que se identificam como travestis têm buscado igualmente a cirurgia de reaparelhamento genital, até recentemente considerada uma condição exclusiva da identidade transexual. Por outro lado, ainda que na mais-do-que-machista cultura brasileira, o termo travesti esteja associado a baixa renda, baixa escolaridade, baixaria, vestuário

erótico, prostituição e exibicionismo, existem travestis de altíssimo nível socioeconômico, vivendo integralmente como mulher, sem perder a ambiguidade característica desse comportamento transgênero. Independentemente de sexo ou gênero, e definido de maneira ampla, travesti é qualquer pessoa que se apresenta socialmente usando roupas e adereços culturalmente definidos como de uso próprio do sexo oposto. O termo travesti (*transvestite*) foi criado por volta de 1910 pelo médico alemão Magnus Hirschfeld, pioneiro dos estudos sobre identidade de gênero. Hirschfeld, entretanto, assinalou em seus estudos posteriores que o fato de usar roupas socialmente destinadas ao sexo oposto era apenas o aspecto mais obviamente visível do comportamento dos travestis. Atenção: o termo — “transvestite”, em inglês não corresponde a — “travesti” no Brasil, mas a *crossdresser* (LANZ, 2014, p.338).

As relações estabelecidas entre as genitálias e as sexualidades se apresentam em múltiplos formatos e vivências. A abjeção ao pênis não é a única possibilidade de leitura para as genitálias. Apesar de não haver sempre a efetivação de uma alteração física no corpo, os cortes simbólicos são realizados, na tentativa de dissimular os signos que denunciam os atributos do gênero rejeitado, como as técnicas para esconder o pênis e uso de maquiagens para disfarçar a barba (BENTO, 2009).

A diferença entre comportamentos adotados, os espaços ocupados pelas transgêneras, bem como a relação entre seu corpo e sentimentos dele decorrentes são elementos fundamentais de análise na compreensão da transgeneridade. É justamente o dispositivo corpo e espaço social que balizam as diferenças de nomenclatura entre mulheres travestis e mulheres transexuais, conforme apontam nossas interlocutoras:

Roberta: A questão é sexual, a travesti que se denomina travesti. Porque a maioria delas têm orgulho de ser travesti, elas não querem ser transexual. A transexual é aquela que faz cirurgia, elas não querem ser denominadas como transexuais, elas usam o órgão sexual delas pra fazer os programas delas, pra satisfazer os homens e satisfazer aos próprios.

Valentina: Travestilidade significa, enquanto vivência, aqui é um discurso sobre a vivência, sobre ontologia, e não sobre o aspecto social ou político. Aqui eu estou explorando a vivência. Enquanto vivência, travestilidade, é quando a pessoa se sente atraída e ela se sente mais confortável vivenciando roupas e os acessórios da ontologia oposta a sua, contrário, diferente da sua, no caso. Por exemplo, uma mulher se sentir bem vestindo as roupas associadas ao masculino, ao homem, essa mulher, ela, ela está se travestindo quando faz essa transição de roupas e acessórios, porque a sociedade considera que aquelas roupas e acessórios não são originalmente próprias do uso do seu corpo, né, e ela quando transita, em relação as roupas e acessórios, ela está se travestindo é a etimologia da palavra, e vice e versa. Mas existe uma expressão de travesti... de transgeneridade que é quando a pessoa se identifica, com, não só com as roupas e com os acessórios de do outro grupo, mas quando ela se identifica com o corpo também, e ela sente que seu corpo não está adequado com o que ela se sente interiormente. O corpo que ela vê que não está adequado está nos caracteres secundários, por exemplo, um homem transgênero, ele nasceu no corpo feminino, no corpo de mulher, mas ele não se reconhece através dos

seios que aquele corpo tem. Ele tem necessidade de ser reconhecido como figura masculina, mas só que ele não tem incômodo com o órgão genital dele.

Vera: A travesti tem o biubiu e a transexual tem a cirurgia. Eu acredito que não seja só por causa da cirurgia que vai diferenciar esses dois fatos, porque, por exemplo, eu não fiz a cirurgia e me considero transexual. Agora pelo fato de não ter feito a cirurgia, eu não sou transexual? Então o que vai me definir é a minha perereca? É o meu órgão genital, não é minha forma de viver, minha forma de agir, o meu pensar, o meu psicológico? O que diferencia o outro pra mim é nome.

Nany: Você vai encontrar muitas transexuais que dirão que não gostam de sair com travestis, mas porque ainda não tem maturidade pra entender que somos todas irmãs, o que nos diferencia, são determinados desejos físicos, determinadas angústias que elas não têm e que nós temos, nós somos todas identidades femininas. Uma travesti também é mulher, mulher-travesti., ela pode ser feliz da forma como ela está. Ela se sente mulher e quem sou eu pra dizer alguma coisa. Eu falo travesti por uma questão política. Porque pra mim chamava mulheres travestis. São mulheres do mesmo jeito, mas não mulheres transexuais, porque muitas pessoas colocam as travestis como uma questão fetichista. Toda mulher transexual quando conhece uma travesti deveria colocar um tapete vermelho, pra travesti passar por cima, devia baixar a cabeça e tomar benção com uma travesti. Porque foram as travestis que botaram a cara a tapa, que deram o primeiro passo nos Estados Unidos quando veio o movimento LGBT. E foram as travestis que deram suas vidas, para que as transexuais hoje pudessem andar dentro de um ônibus. Foram as travestis que colocaram os pés na estrada junto com as lésbicas e foram atrás de direitos na época da ditadura militar. Enquanto isso as transexuais obedeciam nas suas casas, porque nem sabiam quem eram elas, enquanto isso as travestis colocaram o pezão na frente pra poder fazer as coisas. Não é uma vagina que me fez ser mulher. Eu nasci mulher, e esse meu pensamento, esse meu sentimento não veio pós-operada, veio comigo desde quando eu nasci.

Lea: O nome travesti, ele é da América Latina, ele existe aqui. Em outros países tem outros nomes que são utilizados, como mulheres trans operadas ou não-operadas, geralmente é essa nomenclatura que você vê. É claro que você vai ver diversos nomes pejorativos, igual como no Brasil existe, traveco, existe... porque travesti ainda não um nome tão pejorativo, mas o nome travesti, ele carrega uma identidade marginalizada, no aspecto de mulheres que vivenciam... são mulheres periféricas, vivem na periferia, vivem o que é ser uma travesti. Eu sei que esses demarcadores, são demarcadores sociais, principalmente sociais e econômicos, que... eu falar que sou uma travesti, pra mim seria uma hipocrisia. Por exemplo, a maioria das travestis vivem na prostituição. As mulheres, que se identificam enquanto travestis, vivem na prostituição. Eu quero ser reconhecida enquanto uma mulher trans, porque eu não quero que as pessoas me chamem de travesti, porque eu sei também que existe um estigma em torno disso. Eu sinto que todas as mulheres trans que tem esse espaço de privilégio, elas entendem que elas não são mais travestis. Mesmo quando eu vou na periferia, eu sou tratada de uma forma diferente das mulheres trans que moram lá, das mulheres travestis que moram lá. Esse marcador social também é importante pra minha identidade, porque não existem travestis que ocupam espaço. A mídia... eu ainda

sinto que esse nome, foi um nome dado. Então, na verdade nós somos mulheres, somos mulheres com pênis ou não, somos só mulheres que transitamos entre os gêneros, é isso que nós somos.

A transgeneridade não é influenciada apenas pelo gênero, pois elementos como classe e raça atravessam a vivência de transgêneras, numa perspectiva interseccional. A intersecção entre raça, gênero e classe constituiu-se como a garantia de vantagens de determinados grupos sobre outros, como o homem branco heterossexual, que se configura como uma das maiores expressões de poder sobre as demais composições sociais. Tais considerações são determinantes para análise das desigualdades políticas de manutenção das hegemonias.

A interseccionalidade possibilita a análise da interação existente entre os diversos componentes sociais de opressão, especialmente sobre os mecanismos de permanência do racismo, patriarcado, regulação da sexualidade e de classes sociais:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A forma como o conceito de interseccionalidade tem sido utilizado na contemporaneidade apresenta múltiplas limitações, pois reafirma a essencialização de determinadas identidades, especialmente de mulheres negras, em vez de contribuir para a dessencialização destas identidades. A teoria da interseccionalidade se fundamenta justamente na compreensão de que todas as identidades são vivenciadas e experienciadas como interseccionais, ou seja, sempre atravessadas por estruturas de poder, de forma que todos os sujeitos sejam interseccionais (PUAR, 2013).

A transgeneridade de pessoas negras, nesta perspectiva, pode se configurar como um processo de dupla estigmatização das mulheres: ser transgênera e ser negra. O segundo aspecto, pode reproduzir sobre as vivências da sexualidade transgêneras a reafirmação do racismo, machismo e patriarcado que objetificam as mulheres cis negras, hipersexualizando seus corpos, instituindo discursos de submissão e práticas de preconceito e discriminação como relatam as interlocutoras:

Carol: Existe diferença de acesso de uma trans negra/parda para uma trans branca. Além dela ser trans, ela é negra. Já existe um preconceito com a pessoa negra. Ela carrega esses dois preconceitos: de ser trans e de ser negra.

Lea: Além de ser mulher, eu sou trans e sou negra. Principalmente quando você é uma pessoa trans e você sai de um lugar pra outro, você percebe muito como a sociedade faz leituras das pessoas, como é o rolê da performance, do desejo, da corporeidade, dos nossos corpos. Porque nós mudamos nossos corpos, pessoas trans ou cis. Porque nós mudamos nossos corpos? Porque nós queremos ser lidas de alguma forma, nós queremos ser lidas diferente. Então se eu me vejo enquanto mulher e quero fazer procedimentos pra ser lida especialmente como mulher, porque quero ser passável isso é uma coisa. Mas quando você é uma mulher negra vai ter outro recorte, porque por mais que eu seja passável em alguns lugares, eu sou uma mulher negra. Aí que eu começo a me tocar que existem coisas que eu sofro por transfobia, existem coisas que eu sofro por racismo, existem coisas que eu sofro por misoginia e existem coisas que eu sofro porque elas estão interligadas. Ser mulher negra, é ter uma relação de ser mulher e ser negra. Quando eu sei que um homem, por exemplo, está me assediando simplesmente pelo fato de seu ser uma mulher negra. E porque as mulheres negras são vistas socialmente como objeto sexual no Brasil, principalmente. Mas isso é uma coisa que é sócio histórica, é muito mais amplo. Eu nunca vou ser assediada, sem o fato de ser negra ser acentuada. Existe na imagem deles que a travesti que pôs o silicone, pôs a bunda, o cabelão, pronta pra ser devorada, como se a nossa identidade fosse baseada no desejo deles. E isso, quando você é uma mulher negra, também está totalmente ligado, porque os homens acham que as mulheres negras, principalmente, vistas pros desejos deles. E o fato de ser uma mulher trans negra, está sempre ligado a falarem que sua beleza é exótica, porque você é diferente, você é algo que é não considerado normal socialmente. Você é a curiosidade das pessoas sexualmente falando. Porque foi jogado pro lado sexual a vivência da pessoa trans, principalmente das mulheres trans, que toda a sua vivência tem que ser jogada pra sexualidade. Quando você é uma trans negra está tudo relacionado ao sexo, a sexualidade e a pornografia. Você não consegue ter uma vida que não esteja relacionada ao assédio dos homens ou aos olhares tortos de mulheres que acham que você está competindo com elas. Quando a gente se torna mulher, vão construindo na nossa cabeça, que nós temos de ser construídas pro desejo deles e que a gente compete com outras mulheres por causa desses homens. O feminismo é justamente contradizer isso, se unir contra a opressão que nos oprime, e vivermos numa igualdade, porque, na verdade, nós não somos objetos dos homens, não vivemos em prol dos homens.

Destaca-se ainda, o elemento de classe social na formação das identidades e subjetividades transgêneras, especialmente sobre a construção de seus corpos. A condição sócio-econômica, assim como os lugares que as transgêneras ocupam, seja de privilégios ou de marginalização, influenciam diretamente na vivência, expressão e construção de suas sexualidades:

Candy: Tem a ver também com classe social. Pras ricas tudo é mais fácil, de berço, pele bonitinha. Às vezes o papai é ignorante e não quer dar, mas a mamãe é amorosa, debaixo, no quieto. Pras ricas é muito fácil transexualidade e transformismo. Está muito ligado a classe social sempre. Travesti rico silicone industrial é muito difícil, porque elas entendem, tem cultura, entende o que isso vai fazer.

Lea: A vivência de pessoas trans é diversa, assim como de pessoas negras é diversa, assim como a vivência de mulheres trans negras é diversa. Porque eu sou uma mulher trans negra, mas não quer dizer que todas as mulheres trans negras terão uma vivência como eu vivo, que sofrem estigmas ou que ocupam espaços da mesma forma que eu tenho ocupado, porque existem muitas mulheres trans, que também são negras que estão em vidas marginalizadas, bem mais marginalizadas que eu e outras que estão bem mais privilegiadas que eu. É uma coisa que nunca vai ser fixa.

A interseccionalidade constitui-se, portanto, como instrumento basal para leitura e compreensão das transgeneridades, nas múltiplas modalidades de suas vivências. Não se pode excluir os elementos de gênero, classe social e raça da construção destas subjetividades, uma vez que quanto maior o atravessamento entre estes aspectos, maiores serão as experiências de preconceito, discriminação, estigmatização e violências realizadas pela sociedade, interferindo diretamente no processo de reconhecimento.

Convém observar ainda as nomeações realizadas para as transgeneridades, seja pela nomeação estrita do vocábulo mulher ou pela adjetivação transgênera. Não há um consenso estabelecido acerca destas nomenclaturas, pois há divergência entre as próprias vivências destas mulheridades. Contudo, ressalta-se a importância do ato de nomear na formação e constituição constante da subjetividade.

A psicanálise possibilitou reflexões profícuas acerca da nomeação e renomeação dos indivíduos, tais perspectivas podem ser aplicadas, por analogia, ao ato de adotar ou não a adjetivação transgênera ao vocábulo mulher nestas sexualidades.

A nomeação propicia uma identificação por incorporação. O imaginário procura a realização de fechamento de sentido e o simbólico aparece como abertura de significação, em que a identificação imaginária implica uma identidade permanente. A identificação simbólica é assinalada pela substituição sucessiva de uma série de identificações, pois não alude propriamente a algo que é inserido para dentro do corpo, mas sim que a identificação primária incorpora algo que faz o corpo (CRUGLAK, 2001).

O ato de nomear, portanto, insere uma inscrição sobre os corpos, pois fornece a consistência e identidade a uma existência. Se a nomeação primária (a atribuição do nome no ato do nascimento) possibilita a constituição de um corpo, a adoção de nomenclaturas opera como marcas que se instituem sobre a existência, atravessando e formando as subjetividades, bem como amarrando significantes na fundamentação do psiquismo.

A adoção das nomeações das vivências de sexualidades femininas na transgeneridade são divididas predominantemente em dois grupos: as que se nomeiam puramente mulheres e as que se adjetivam com o vocábulo transgêneras. A adjetivação se fundamenta na política de

reconhecimento dos movimentos, no irreconhecimento social de suas sexualidades ou na manutenção de discursos fundamentados nas normatividades sexuais, como se observa nos relatos das interlocutoras:

Roberta: Devem ser chamadas de mulheres-trans. A gente tem que ser/ter orgulho do que a gente é, a sociedade, ela, tem que saber que nós somos mulheres-transsexuais e estamos para o que der e vier, nem todo mundo vai reconhecer a gente como mulher. A gente pode até se reconhecer, achar que a gente é reconhecida pela sociedade, mas na realidade não é. Se souberem que eu sou mulher-transsexual, eles vão falar que eu sou travesti, se eu falar que eu sou cirurgiada, ou eles acreditam ou não acreditam. Eu sou uma mulher transexual e falo abertamente pra qualquer pessoa, sou uma mulher-transsexual-cirurgiada.

Tiffany: Após a cirurgia eu continuarei mulher trans. Eu nunca serei mulher biológica, porque meus genes, eu tenho XY meu amor. Eu não tenho essa ideia, que eu vou fazer a cirurgia amanhã e serei uma mulher biológica e as pessoas me virão como uma mulher biológica. Isso nunca vai acontecer só se eu nascer de novo. E dessa vez nascer no corpo certo.

Rogéria: Eu me denomino mulher trans, porque as pessoas não veem a gente como mulher mesmo. Não vai ter o mesmo respeito que a mulher. A sociedade não te reconhece só com o nome mulher. Eles vão querer colocar um pseudônimo sempre.

Candy: Na realidade eu preciso, pela questão social, me assumir trans. Eu sou uma mulher diferente. Eu não sou eu não vou gerar filhos, eu não sou mulher, então eu preciso explicar pra pessoa, porque também eu estou no meio social. Por essas questões, por causa desse giro social, eu me considero uma mulher transexual e me apresento como tal.

Nany: Uma mulher transexual, por causa da luta. Por uma questão política, da luta. Das lutas dos nossos direitos. Eu já falei que me sinto incomodada de me verem como uma mulher cis, porque eu não sou uma mulher cis. Eu amo ser uma mulher transexual. Nada disso me empata de ser mulher.

Lea: Eu sou uma mulher trans, eu acho que é importante eu afirmar isso, por causa do momento em que a gente está vivendo. É importante eu falar eu sou uma mulher trans, é importante eu falar sou uma mulher preta. É bom a gente afirmar sou preta, sou preto, sou trans, sou travesti. Mas é importante a gente falar, no momento em que a gente vive hoje. Pra um dia as pessoas entenderem que mulheres são mulheres, sendo trans pra falar que elas têm um pênis ou não, ou que ela fez uma transição, são mulheres. É claro que há momentos em que eu me sinto desconfortável de falar mulher trans ou travesti, mas ainda há uma importância nisso, por isso que ainda afirmo esse nome. Essa nomenclatura de falar mulher trans. Mas eu sei que sou mulher, porque eu sei que ser mulher vai bem mais além do que uma genitália.

A nomenclatura estrita do vocábulo mulher está basilada numa perspectiva do próprio reconhecimento como ser, sentir e se pertencer mulher. Apesar das nuances de relativizar a adoção da nomenclatura a partir dos lugares em que se ocupa, os relatos demonstram a predominância apenas da mulher:

Valentina: Antes, durante e após, somente como mulher! Não sou mulher por causa da cirurgia, eu sempre fui mulher.

Carol: Após a cirurgia, uma mulher, claro que eu nunca vou deixar de ser uma mulher trans. Mas quando eu for me apresentar socialmente como mulher, pra que eu vou falar mulher trans. Quando houver necessidade de eu falar uma mulher trans, aí sim. Eu nunca vou deixar de ser uma mulher trans, porém socialmente eu vou me apresentar como mulher.

Vera: Mulher, nunca como mulher trans. Até hoje é mulher pra mim. Eu sou mulher, eu não sou trans, eu não sou travesti. Aceite quem quiser aceitar, eu sou assim e pronto, não quer aceitar, problema seu. Eu não vejo mulher trans não. Agora você imagina só se eles inventam de colocar isso em uma identidade: mulher trans: Nossa! Meu Deus! Vai acabar com o povo (risos). Aquilo que a bicha quer deixar de existir vai estar ali, sempre marcado. Eles sempre vão continuar, por mais mulher que você seja, por mais feminina que você pareça, se tiver isso na identidade acabou.

A transgeneridade se constitui na diversidade, seja das vivências, nas nomeações, no reconhecimento, na interseccionalidade e nas lutas políticas. Não há como afirmar a existência da transgeneridade, mas de transgeneridades, cujas identidades se constituem a partir dos discursos sociais da sexualidade humana. A subjetividade, destas mulheres, é um campo de batalha, sobre a qual atravessam os signos e dispositivos de poder, como poetiza Virgínia Guitzel²³:

Minha vida é uma luta política. Sobrevivi com pouca de vida, que foi deixada pra garantir o capitalismo. Metade da vida roubada por uma ciência falsa. Que não se preocupa com nossa identidade, desfarça no sofrimento uma desigual igualdade. Aos negros e negras, lhes devem a alma, séculos de patriarcado. Não nos pagam nunca, aumentam apenas nosso ódio. As minhas irmãs e irmãos, sem identidade e corpos saudáveis. O futuro é lindo, porque deixará no passado o gosto amargo do transfeminicídio. Do infinito labirinto que esconde a mais linda flor, que no caminho broxou por não ter padrão. Dívida permanente. A morte não é recompensa. Na guerra entre as classes, seremos a linha de frente. É um campo de batalha, todos os dias nosso ódio reacende, contra o Estado e a polícia, somos conscientes.

²³ Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Poesias-TRANS-A-arte-da-resistencia-I>. Acesso em setembro de 2018.

As transgeneridades são resistência diante da tentativa de regulação das normas de conduta de gênero. A transgressão, por elas realizadas, questionam os tabus e discursos construídos na e pela sociedade para a manutenção de poder sobre as subjetividades. As nomeações que lhe são imputadas objetivam a permanência de controle por meio de inscrições em suas sexualidades, porém destas nomeações fizeram sua resistência e sua luta política a fim de serem reconhecidas, adjetivadas ou não.

3.2 Através do espelho: a reinvenção do corpo nas transgeneridades

O espelho sempre exerceu grande fascínio sobre a humanidade. O reflexo produzido neste instrumento é permeado de sedução. O mito de Narciso descreve proficuamente esta relação. Ao ver-se refletido na água, sente-se seduzido, apaixonou-se e é absorvido por esse outro até então desconhecido. Na realidade, Narciso não reconhece a imagem como sendo de si mesmo.

Utilizado como elemento base para diversas áreas do conhecimento, como a filosofia, psicanálise e literatura, possibilitou desde a construção de narrativas que fascinam a infância a teorias de formação da identidade humana. O fascínio sobre o espelho pode ser entendido a partir da ambiguidade por ele gerada: a imagem refletida é simultaneamente idêntica – apesar de invertida– e ilusória, assumindo sentidos radicalmente opostos, a verdade e a aparência:

[...] o espelho é enganador e constitui uma falsa evidência, quer dizer, a ilusão de uma visão: ele me mostra não o eu, mas um inverso, um outro, não meu corpo mas uma superfície, um reflexo. Ele é apenas uma última chance de me apreender, que sempre acabará por decepcionar-me, qualquer que seja a jubilação que pude experimentar (ROSSET, 2008, p. 65).

Mas se o espelho é enganador, porque tantas teorias são construídas a partir deste instrumento? É justamente pelo caráter da relação entre imagem, inversão da imagem, ambiguidade e identificação que ele proporcionou o desenvolvimento de múltiplas teorias da subjetividade humana. A contemplação do eu viabilizada pelo espelho, proporciona a compreensão e formação da identidade e a adoção de uma posição individual frente a sociedade e a si mesmo nos processos de reconhecimento, seja o auto ou o social.

A psicanálise desenvolveu a teoria da formação do eu a partir do que foi denominado de estágio do espelho, de forma que não deva ser compreendido como referência a um mero estágio, nem apenas à experiência do espelho, pois a partir dele que se constitui a alteridade:

O espelho, isto é, este momento da primeira relação consigo mesmo que é irremediavelmente, e para sempre, uma relação com o outro, só representa uma fase

privilegiada na medida em que tem um valor exemplar para toda a sequência de um desenvolvimento; não é um estádio destinado a ser superado, mas uma configuração insuperável. ‘Estádio do espelho, bem mal nomeado, onde afinal se trata muito pouco de espelho e de estádio (OGILVIE, 1991, p.112).

O estádio do espelho, portanto, se constitui como uma operação fundamental de formação da subjetividade humana, pois se caracteriza “[...]numa operação psíquica, ou até ontológica, pela qual o ser humano se constitui numa significação com seu semelhante” (ROUDINESCO, 1998, p.194). Nesta operação, o processo de formação do indivíduo ocorre via identificação de si mesmo a uma imagem totalizada que antecipa sua sensação de si, ao mesmo tempo em que aponta para um sentimento de ausência de organização corporal e fragmentação.

A imagem ocupa um papel determinante na construção da identidade, inclusive para as mulheridades. Historicamente a mulher foi sinônimo de um ser incompleto, emotivo e carente, tais pressupostos se fundamental numa cultura patriarcal e machista de submissão do feminino a partir de sua constituição física e genital.

A mulher é referenciada, por diversas teorias, a partir do masculino. Rabenhorst, na obra *Aquela Sou Eu? Sobre Espelhos e Mulheres* apresenta uma breve reflexão da psicanalista Iragay sobre esta perspectiva:

[...] a mulher é pensada a partir de um sujeito masculino e de seus órgãos sexuais. O espelho *reflete* a visão do homem em um sistema no qual a mulher apenas se *reflete* para “o Outro”. No entanto, prossegue Iragay, existe um sexo distinto, que não é uno, pois a mulher tem a particularidade de ser “outra em si mesma”. A mulher é plural, em corpo e em gozo. A mulher não tem um único sexo no sentido do órgão genital: além do clitóris, “descoberto” pela medicina renascentista como análogo ao pênis, outras partes do corpo feminino são igualmente erógenas. [...] para Iragay, esses outros espelhos podem criar imagens distintas das mulheres e proporcionar a exploração de um espaço que lhes seria singular, ao qual ela dá o curioso nome de “mistérico” (2012, p. 31-32).

A compreensão do ser mulher ainda permanece como uma seara de mistérios para diversas teorias, porém a construção social da imagem da mulher adquire uma função fundamental na formação das mulheridades nas sexualidades femininas transgêneras. O imagético associado a figura feminina se expressa predominantemente em suas corporeidades, desta forma, o corpo ocupa um lugar primordial para as transgeneridades, constituindo-se como lócus de transgressão das normatividades sexuais, especialmente do sistema sexo-gênero.

A partir das plasticidades corporais, propiciadas pelo desenvolvimento das ciências médicas, o corpo adquire a possibilidade de transformações, sendo um plano de inscrição de imagens e de desenvolvimento de performances. Este corpo, evidencia um conjunto de signos

compreendidos nas relações sociais, permitindo que leituras sejam realizadas e conexões sejam estabelecidas com outros corpos:

Nossos corpos constituem-se na referência que ancora, por força, a identidade. E, aparentemente, o corpo é inequívoco, evidente por si; em consequência, esperamos que o corpo dite a identidade, sem ambiguidades nem inconstância. Aparentemente se deduz uma identidade de gênero, sexual ou étnica de – ”marcas” biológicas; o processo é, no entanto, muito mais complexo e essa dedução pode ser (e muitas vezes é) equivocada. Os corpos são significados pela cultura e, continuamente, por ela alterados. Talvez devêssemos nos perguntar, antes de tudo, como determinada característica passou a ser reconhecida (passou a ser significada) como uma – “marca” definidora da identidade; perguntar, também, quais os significados que, nesse momento e nessa cultura, estão sendo atribuídos a tal “marca” ou a tal aparência. Pode ocorrer, além disso, que os desejos e as necessidades que alguém experimenta estejam em discordância com a aparência de seu corpo (LOURO, 2000a, p.8).

A construção do corpo feminino nas transgeneridades não ocorre de forma homogênea, pois pode ser realizada desde o desenvolvimento dos caracteres sexuais primários ou em períodos posteriores, cujo desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários já ocorreram. O período de início das intervenções determina o próprio resultado das plasticidades corporais, constituindo corpos com diferentes níveis de feminilidade e masculinidade. Há, portanto, uma reinvenção dos corpos.

O termo *reinvenção do corpo* refere-se à reinvenção contínua dos corpos a partir das performances realizadas pelas pessoas que não estão em conformidade com eles, bem como das práticas de adequação das corporeidades, de suas sexualidades e do gênero. Nesta senda, corpos são reinventados porque a sociedade lhes realiza e atribui uma invenção inicial, por consequência, os que subvertem as normas de gênero precisam se reinventar (BENTO, 2006).

O corpo físico adquire, portanto, um caráter de objeto para corporificação e subjetivação do gênero. As intervenções realizadas para a construção do corpo feminino reinventado podem se manifestar desde a adoção de comportamentos relacionados socialmente a figura feminina, como vestuários, acessórios, maquiagens, cabelos, dentre outros, até os processos mais profundos como alteração vocal, uso de hormonioterapias, realização de cirurgias plásticas e de reaparelhamento sexual.

As intervenções realizadas podem ser compreendidas como marcas que significam a mulher, pois “no entender de Monique Wittig, mais do que um dado imediato, mulher, da mesma forma que raça, é “marca” criada pela estrutura social. É uma ‘formação imaginária’, mítica, que faz com que determinados traços físicos sejam socialmente percebidos e interpretados como designando “a mulher” (RABENHORST, 2012, p. 69).

O período de adequação do corpo biológico a identidade de gênero caracteriza-se por intensas transformações físicas, subjetivas e sociais. O corpo vivenciado e lido socialmente

como masculino se altera, adquirindo características femininas gradativamente, de forma que nele se atribuam novos sentidos e leituras, tanto pessoais quanto sociais.

Corpo e identidade constituem-se como sinônimos, reinventados para atender aos requisitos sociais de expressão do feminino. A construção da corporeidade feminina também se dirige ao outro e a sociedade, pois é a partir de seu corpo que se viabilizam os processos de reconhecimento das identidades num dado espaço social. Ele se monta e se reinventa a partir das mediações que categorizam os seres pelo sistema sexo-gênero.

As novas vivências compartilham espaços públicos, políticos e sociais numa luta constante pelo reconhecimento de suas identidades. A construção da subjetividade e performances das mulheres transgêneras é atravessada por um feminino heteronormativo, de percursos diversificados que acarretam em inúmeros procedimentos biomédicos e tecnológicos dominados por estruturas de poder por homens e mulheres no espaço social. A transformação corporal se torna objetivo primordial a ser alcançado, postergando-se outros direitos, tais como a mudança de nome no registro civil. O período de transformação é comumente denominado de processo transexualizador, sendo definido pelo:

Processo pelo qual a pessoa transgênero passa, de forma geral, para que seu corpo adquira características físicas do gênero com o qual se identifica. Pode ou não incluir tratamento hormonal, procedimentos cirúrgicos variados (como mastectomia, para homens transexuais) e cirurgia de redesignação genital/sexual ou de transgenitalização (JESUS, 2012, p.30).

O processo transexualizador também pode ser considerado como sinônimo de transição de gênero, indicando um sentido de atravessamento ou passagem entre os gêneros. Apesar de possuir uma regulação específica no sistema público de saúde, diversas mulheres transgêneras recorrem a automedicação e intervenções invasivas ou cirúrgicas para a construção de seus corpos, tais como a utilização de silicone não profissionais (silicone industrial). Convém observar, que este período pode ser lento, doloroso e quase sempre difícil de lidar, sejam pelos aspectos subjetivos, sociais ou de acessibilidade as políticas de saúde.

A diversidade de procedimentos e os diferentes níveis de reconhecimento ocorridos durante o processo transexualizador refletem nas vivências das mulheres transgêneras. Apesar da identificação de elementos comuns, cada experiência se manifesta de forma única na construção de suas mulheridades:

Roberta: Na transição as pessoas não aceitam, quando eu era o fulano de tal, o gay, afeminado. As madames para eu ser o bibelozinho delas, porque eu tinha muitas amigas ricas. Vamos no shopping ver

a roupa, para você me indicar que tipo de roupa eu preciso. O fulaninho, era amiguinho. Os homens não me aceitavam, porque queriam transar comigo por debaixo dos panos, escondidinho.

Valentina: A transexualidade em si é uma fase (risos), uma longa fase existencial de transição. O processo transexualizador ele é, digamos assim, o elemento instrumental disso. Você consegue visualizar bem através do processo transexualizador, essa instrumentalidade científica. Ela externaliza bem pra gente, pra mim a transexualidade ela é uma vivência transitória mesmo, uma passagem. Uma transexualidade é uma realidade que a pessoa se encontra em um corpo que não lhe corresponde, quando ela começa a fazer um tratamento hormonal, psicológico, etc. Através daquele processo transexualizador ela vai fazer a transição física, não ontológica, porque ela já era mulher, no caso, ela vai fazer a transição física, da aparência do seu corpo, depois vai fazer a transição do nome, da vivência social do seu nome, da vivência social do seu novo corpo, através das suas roupas, através de um novo papel que ela assume na sociedade, então, assim, ela vai fazer várias transições. Ela vai fazer uma transição em vários ambientes, como no ambiente da família, no ambiente do seu trabalho, no ambiente da sociedade abrangente, ampla, que ela não tem uma intimidade necessariamente, ela vai transitar em vários ambientes ali. No centro dessa transição toda, que é o momento da androgenia, que é quando você mesmo não sendo alguém andrógeno, você tem uma fase andrógena. Porque as pessoas olham para você e não identificam se é homem, se é mulher.

Tiffany: A transição é a pior parte. Porque, você tem todo aquele desejo de estar bela, feminina, de estar bem, mas você não está. Você está saindo do casulo, então, você está bem masculina, mas já querendo vestir roupa mais femininas, querendo usar maquiagem. Esse período é bem difícil, bem complicado. As pessoas estão tendo aquele primeiro impacto. Foi um período onde eu me isolei um pouco das pessoas, no trabalho eu me isolei bastante também. Só que aí comecei o processo terapêutico, comecei a terapia, a minha psicóloga, que também é da polícia, me ajudou bastante com relação nesse início de transição. Eu estava preparada emocionalmente pra lidar com as situações adversas que viriam, preconceito, tratamento, tudo. Então assim, se eu disser pra você que foi fácil não foi, foi bem difícil, continua sendo, só que hoje em dia eu estou mais, tranquila com relação a isso. No meu caso eu passei por fases. Eu me assumi gay e depois eu me assumi trans, essa parte de travesti eu acho que é a qual eu estou vivendo, pra mim tem essa diferença, essa divisão ainda, enquanto eu não fizer a cirurgia eu não sou uma trans completa. Claro que é só coisa da minha cabeça eu sei que não é assim que funciona. Desde que eu comecei o processo de transição eu nunca mais eu tive relacionamento porque os homens que procuram as travestis eles procuram por uma situação meio específica, que é só sexual.

Rogéria: Quando você está pré-adolescente, que você quer tomar hormônio, você quer ter um seio, estar com um cabelo grande. Aí sua família já te olha torto, mas fulano está estranho, eles querem assim, que você seja homossexual, seja discreto, que a lésbica não seja caminhoneira e que o gay não seja travesti. Porque a sociedade meio que empurra o travesti pra prostituição. Eu fui tentando aos poucos mudar o meu cabelo, tomar meu hormônio, ficar quietinha, chega uma hora que não tem jeito, eles veem, descobre e pronto. Aí já, já foi. Eu não via assim como uma transição. Eu vi a transição de

menino, fui ficando feminino, nunca quis ser masculina, eu detesto quando estou desarrumada, eu gosto de estar com meu cabelo escovado, sempre andei bem arrumada, eu gosto de estar bem vestida. Então não passei por essa transição, eu me identifiquei como adolescente, sabia que eu era homossexual, não queria ser masculino, não gosto de roupa de homem, não gosto de roupa larga, não gosto de cabelo curto, fui tomando meus hormônios escondido, aí minha mãe percebeu, aí eu me assumi, fui ficando feminina. Não sou mais feminina devido a sociedade não aceitar muito, termos de trabalho porque eu preciso trabalhar. Porque senão eu estava muito mais feminina.

Lea: Eu já estava na Universidade, eu vivia pensando sobre essa transição, mas eu acreditava que passaria a vida inteira sem me transicionar. Era lido como algo tão negativo no meu ambiente familiar, que eu não queria dar esse desgosto, digamos assim, pros meus pais. Então também foi um processo com a família, de fazer com que eles entendam minha identidade, sem eles ficarem presos aos estigmas que foram traçados pra nós, pessoas trans. Então acabou o ENUDS e eu tinha certeza que eu era uma pessoa trans não-binária, na época, porque eu não tinha noção total de como era a minha identidade. E a partir desse momento eu fui me reconhecendo e percebi na verdade que eu era uma mulher trans, e que a minha vivência era como a vivência de qualquer uma mulher cis ou trans é diferente uma da outra. Principalmente por ser uma mulher negra, me era cobrado muita feminilidade, porque a feminilidade que aprendi é a feminilidade branca. Quando você se reconhece trans, a primeira coisa que... você vai procurar referências de pessoas trans. Eu estava morando longe dos meus pais. Então eu tive forças dos meus amigos que eram pessoas LGBT's, que eram pessoas trans, que me incentivaram a começar o tratamento hormonal, a assumir minha identidade. Que era a identidade que eu tinha, sem medo de família, sem medo de rechaçamento, porque eu estava segura dentro de uma casa universitária, fazendo minha faculdade. Às vezes eu não gosto muito desse termo transição, porque nós mulheres trans, por mais que estacione a gente vai tomar hormônios a vida inteira, independente de que você faça cirurgia ou não. Então, se você fizer a cirurgia, você continuará tomando hormônio. Se você não fizer a cirurgia é bom que você continue tomando hormônios, porque você é uma pessoa que produz hormônios cotidianamente, enfim. Eu estou em processo de transição, estarei em processo de transição a vida inteira.

A consideração da existência de um processo de transição não é unânime para as transgêneras. Para algumas a denominada transição é apenas uma deturpação na vivência de sua identidade, uma vez que sempre houve uma identificação com o feminino, sempre se percebeu mulher, havendo apenas a impossibilidade de vivenciá-la. Outras denominam este processo de período de incubação, pois como não havia possibilidade de realização das intervenções necessárias desde a infância, seja por motivos pessoais, familiares ou sociais, as transformações ocorreram tardiamente:

Candy: Não há uma fase de transição. Há uma deturpação em relação a isso. Desde criança eu me entendi mulher, mas eu quando sou mulher, eu posso oferecer sexo para um homem tão gostoso quanto,

sem voltar a falar da vaginoplastia, sem a necessidade da cirurgia. Esse negócio de que eu fui gay, depois travesti, vai de *vibe* da pessoa. Eu sou gay, eu sou um desmunhecado. Eu sou travesti literalmente só porque eu me montei, passei batom, coloquei espuma aqui e fui pra rua fazer programa. Não há, eu assumi agora uma mente transexual, agora eu não quero mais ser um travesti de rua, nem um gay, agora eu vou viver uma conduta de vida de mulher, que é vida de mulher. Eu sempre fui transexual, independente das figuras que eu era em determinados tempos. Eu fui um menino, fui um adolescente, fui uma figura andrógena até 28, 29 e 30 anos. Depois dos 30 que eu consegui fazer as plásticas, por causa de motivos fortes que estavam acima do meu acesso, que era financeiro.

Nany: Eu não posso falar que eu passei por um processo de gay, porque nós somos crianças transexuais que não tivemos a oportunidade de mudança radical desde criança. Costumo dizer que nós temos um período de incubação. Da gente catalogar tudo que é bonito, tudo que é luxo do nosso consciente, inconsciente, do nosso consciente feminino, as expressões, os olhares e tudo mais e sentir à vontade, conseguir se ver naquela expressão, se ver naquele olhar porque se vê daquele jeito. Eu fiz uma construção no meu imaginário que mulher seria eu hoje, mas eu fiz essa construção desde criança, no período de incubação. Quando eu cheguei na adolescência eu comecei a usar roupas unissex. Eu não gostava de tocar no assunto de sexualidade, porque me dava muita agonia. Este é o maior impasse que existe num momento de transição, que pra mim é um momento de incubação, que é construído dentro da gente até jogar aquilo pra fora. Pra mim não existe isso de transição. As transexuais sempre existiram, como existem até hoje. Só que falta elas passarem por esse período de incubação, de auto aceitação e as pessoas respeitarem. Eu não posso falar sobre a transexualidade secundária, que é após adulto. Estou falando da transexualidade primária, que vive esse período de incubação por uma questão social ou familiar. Expressar minhas paixões na adolescência, minha vontade de vestir, de ser quem eu era. O período da saída de incubação de uma pessoa trans, existe o período da morte. A morte social. Nós morremos socialmente, porque nós não somos convidadas para festas, pra velório, nem enterro de ninguém. Porque nem as antigas amigas, não querem mais saber de estarem perto. E depois que se transforma totalmente, aí são raríssimas as amigas que ficam. Eu falo e eu digo, quando uma transexual futuramente ler os seus trabalhos, elas vão parar e vão pensar que realmente que o que a (usou próprio nome) falou é verdade.

A relação entre corpo e imagem se entrecruzam proficuamente durante este período de transformação. A imagem corporal feminina concebida pelas mulheres transgêneras modela e reinventa seus corpos, construindo o semblante das mulheridades nas quais se identificam. O espelho não realiza mais a denúncia da existência de um corpo masculino, pois transmuta-se em referenciais de intervenções e procedimentos necessários a construção de sua corporeidade, desvelando um reflexo anteriormente encoberto.

As alterações efetuadas no corpo configuram-se como reforço das construções de gênero, corporificando as identidades de gênero. A hormonioterapia, as intervenções invasivas e as cirurgias plásticas são possibilidades que se apresentam a mulher transgênera

em função de suas próprias expectativas, bem como das representações de gênero nela introjetadas. O corpo assume, portanto, um lugar fundamental nas transgeneridades, sendo um lócus privilegiado para concretizar as mudanças que pretendem efetivar (tradução nossa, VARTABEDIAN, 2008).

Convém destacar, que estas transformações, apesar de expressarem a identidade de gênero pertencente ao campo das mulheridades, adquirem um caráter de resistência frente as regulações estabelecidas pelo sistema heteronormativo, que institui padrões de vivência afetiva, sexual e amorosa para os indivíduos. Nesta senda, gera-se um confronto aos modelos rígidos de identidade sexual e de gênero que denuncia a inefetividade de seus conceitos e definições, consagrando novos processos de subjetivação, vivência e existência (PERES, 2008).

A plasticidade corporal que viabiliza as alterações estéticas, performáticas e sociais das mulheres transgêneras, supera a naturalização dos corpos na medida em que neles se inscrevem a identidade de gênero vivenciada. A própria utilização dos procedimentos de alteração relaciona-se diretamente com a imagem corporal feminina concebida, assim como as representações de gênero incorporadas. Desta forma, a mulheridade resultante deste processo será única, tal como seu processo de construção, que poderá ou não ser atravessado por questões subjetivas, sociais e interseccionais, como se verifica nos relatos de nossas interlocutoras:

Roberta: Eu comecei minha transição, com 39 anos, comecei a tomar hormônio por conta própria, indiscriminadamente até que eu conheci o projeto do HC. Comecei a me vestir de formas femininas, e fui muito criticada, fui apedrejada (risos) fui aquela forma do casulo. Até você construir a questão do seu gênero e ser quem você é, você passa por muita coisa, discriminação, as pessoas não aceitavam me chamar por (nome atual). Esse período de transição é o casulo, você nem é uma coisa nem outra. Você tem o cabelo curtinho, deixando o cabelo crescer, os seios estão começando a crescer, aí você fica com aquele medo, de se vestir realmente nas formas femininas, de ser agredida. O processo é muito longo, porque o hormônio não faz efeito do dia pra noite. Eu só sou hormonizada, eu não tenho silicone no corpo. Tenho problemas com meu corpo, por quê? Todas têm. Não tem essa que não tem problema na questão de adequar a sua mente ao seu corpo, com as formas, por isso que elas vão pra aplicar silicone industrial, mas eu nunca tive essa, esse pensamento de querer colocar, porque eu acho muito risco. Eu não tenho quadril, eu não tenho bumbum grande, aquela questão, do que as pessoas querem que uma transexual tenha, pra serem reconhecidas como mulher verdadeiramente tem que fazer a cirurgia e ter um corpão. Então eu não entro nessa questão. A questão das próteses, eu acho importante, porque o hormônio em si, dependendo da hormonização das meninas, de cada uma, o hormônio não faz tanto efeito.

Valentina: Eu já com tratamento hormonal tive mudanças da forma física do corpo. Você se olhar no espelho e começar a se reconhecer naquele corpo. Aí eu desenvolvi meus seios, as mamas, me senti muito bem, eu resolvi aumentar um pouco os seios, aumentei um pouco dos meus seios. A mudança civil do nome, e antes da mudança civil o, a, o uso do nome social, foi muito importante. E todos os processos estéticos que envolvem: depilar-se, retirada dos pelos do rosto, do corpo tudo isso foi importante pra mim. E a cirurgia inclusive, você não faz por causa dos homens, ou das mulheres tem que fazer a cirurgia para se sentir bem com você.

Tiffany: Bem tem bicha que fala que se toma hormônio, o peito fica, peito de mulher e não fica. Só hormônio não te dá corpo totalmente feminino. Te dá alguns traços femininos. A pele melhora, o cabelo melhora, o peitinho cresce, a menos que você comece a tomar hormônio na puberdade, antes de desenvolver os hormônios masculinos. Só hormônio não faz você ficar belíssima não meu bem. É faca e quando a faca não resolve, você tem que optar pelo silicone industrial, que é o que realmente te dá curvas. E mesmo assim tem coisa que não tem como você mudar mais, a voz você pode fazer um tratamento com a fono, pode fazer cirurgia que não é cem por cento de certeza de resultado positivo, seu pé não vai diminuir, seu ombro que é largo, não vai diminuir. Eu tive sim que fazer cirurgia plástica, eu botei prótese de silicone nos seios primeiramente, depois eu fiz uma lipoescultura com enchimento de gordura no glúteo. Que eu pensei que só isso fosse dar aquela feminilizada no corpo, mas não teve o resultado que eu quis porque o corpo absorver praticamente toda gordura que você coloca no glúteo. Não surtindo efeito que eu quis da cirurgia, eu tive que optar pelo silicone industrial. Que é o que tem a mão, que é o que tem pra hoje. Eu sabia dos riscos, eu sou conhecedora dos riscos, dos prós e dos contras, e foi algo que eu decidi assumir o risco eu botei silicone industrial no glúteo, fiz quadril e aí ficou do jeito que eu queria. Não tem estudo científico sobre a ação do silicone industrial no, no corpo. Sabe-se que ele é tóxico. Médico não coloca silicone industrial, a gente tem que optar pelas bombadeiras, você acha uma mais em conta que dá, que faz o corpo belíssimo. Eu não tive nenhum problema com silicone industrial, não tive nenhum mesmo, nem febre como as meninas que bombaram no mesmo dia que eu sentiram eu não senti. A recuperação, não só como do silicone como das outras foram muito boa, muito tranquila. nunca mais eu coloco. Pensa numa coisa que dói. Um corpo estranho sendo injetado dentro do seu corpo e rasgando seu músculo, sua pele. Dói, demais, é horrível, mas eu cheguei no resultado que eu queria, agora não faço mais. A anestesia é só pra furar os buracos que é feito com aquela agulha de aplicar injeção em vaca, pra você ter ideia, é uma agulha bem grossa. É o preço da beleza amor, não tem como ser uma travesti e não passar por isso, claro que uma travesti que tem, que tem os meus padrões de beleza, eu queria ser uma mulher com quadril, uma mulher tem que ter quadril não adianta. Eu vou mudar ainda o rosto, eu vou fazer uma feminização. Porque igual eu te falei eu comecei tardiamente o processo. Então as características masculinas já estavam muito fortes.

Rogéria: Eu usei somente o hormônio. Sempre procurei cuidar da pele, já fiz laser no rosto, então um bocado de coisa.

Carol: Eu comecei a tomar os hormônios. Quando teve o impacto da mudança física, quanto social, que foi quando eu comecei a entrar mesmo no gênero feminino. Usar roupa feminina, me comportar como mulher de fato, deixar o cabelo crescer. Toda a mudança social e ver a mudança física também, porque eu já tinha começado a tomar os hormônios, com todas as mudanças físicas.

Candy: As primeiras informações que eu tive sobre o transformismo, mudar a aparência foi o tratamento hormonal, que eu comecei mesmo com 16 anos de idade, quando eu já trabalhava, que eu conseguia comprar, que eu tinha poder aquisitivo pra comprar. Além disso fiz duas plásticas: rinoplastia e implante de mama. Não fiz uso de silicone industrial, porque toda vida eu entendi que, provavelmente a longo prazo, me geraria um prejuízo físico muito grande. Eu sempre fui muito autêntica e original, eu não preciso de ter uma bunda grande pra ter um homem, ou pra se um homem olhar pra mim e me desejar pela minha bunda grande pelas minhas curvas ele não presta pra nada. É melhor e mais interessante ter uma mente boa do que só um corpinho todo torneado. Eu estou com 38 anos de idade, ninguém fala que eu tenho essa idade. Eu me tornei uma mulher muito bonita por que eu construí uma mulher muito bonita. Não foi essa mágica não, foi muito tempo, muita determinação, muita disciplina e um dinheiro que eu pensei que não teria pra poder fazer as coisas que eu fiz. Eu fiz tratamento hormonal, eu fiz duas plásticas, eu fiz e faço tratamento hormonal, que é uma coisa que não é barata. Eu fiz tratamento de laser, eu tinha barba, muitos pêlos. Também não foi uma coisa barata, então demandou muito dinheiro e muito tempo. Hoje com 38 anos de idade, me sinto como a mulher que eu olho do espelho.

Vera: Pra eu me transformar, me empurram pra eu me transformar. Eu fui pra rua, eu fui me prostituir. Eu fui conhecer a rua, a rua me deu essa possibilidade, de ser quem eu realmente sou, me mostrou que não é fácil também, mas foi o que me abriu as portas. Ali você pode ser o que você quiser ser, se você quiser ser homem de dia e mulher de noite, se você quiser ser mulher vinte e quatro horas você pode ser. A minha mãe não aceitava eu me vestir. Eu coloquei aplique, continuei com roupa de homem, coloquei peito continuei com roupa de homem, isso tudo pra respeitar ela, porque ela não aceitava. Aos poucos eu fui transformando, eu fui trocando minha roupa. Eu tenho silicone industrial, não são próteses, está vendo a possibilidade dela te dar, porque assim, eu colocar uma prótese de nove mil reais, de onde que vou tirar isso, pra mim, que ando de ônibus ainda? Por isso muitas vão para rua, porque não consegue o conforto profissional, não encontra, porque quem disser que tem empresa que tem isso é mentira, é raríssimo.

Nany: O processo mesmo eu comecei no Projeto TX. Dr. Mariluzza falou que eu, das 65 operadas, só eu e a (nome de outra mulher transgênera) ficamos no estágio neutro, sem hormonização, sem nada. Somos nós duas. Estágio neutro, ou seja, eu não fazia sobrancelha, eu não usava roupas femininas, roupas neutras, unissex, eu usava roupas unissex, muita gente não sabia se eu era homem ou era mulher, sem hormonização, sem nada. Minha carga hormonal sempre foi muito elevada, sempre tive esse rosto feminino. Essa pele desse jeito sempre foi minha, sempre fui assim. Minha transformação no corpo,

nesse sentido, foi pouca coisa. Só coloquei prótese nas minhas mamas. Nunca fiz uso de silicone industrial.

Lea: Eu não sei se faria outro procedimento além do uso de hormônios. Eu tenho disforia com os meus seios. Às vezes sim, às vezes não. Eu gostaria que eles crescessem um pouco mais. Mas eu não me importaria de ser uma mulher com seios pequenos, porque mulheres com seios pequenos existem, nem por isso elas são menos mulheres. Eu penso que eu sou muito cobrada para, não eu, eu digo nós mulheres trans, somos cobradas a fazermos procedimentos cirúrgicos e o hormonal mesmo é uma cobrança para nos tornarmos mais femininas e nos sentirmos bem com nós mesmas. Eu não vou julgar uma mulher trans que quis colocar silicone, que quis se sentir mais feminina, nunca que eu vou julgar. Isso eu acho que perpassa sobre todas as mulheres cis ou trans que está relacionado ao seu corpo. Porque é sim uma imposição que se fazem a nós. Depende de nós, se realmente queremos viver essa imposição ou não. Isso também se faz em relação a nossa identidade. Eu tenho noção de que isso é uma imposição.

O corpo, especialmente nas transgeneridades, é concebido como um projeto que viabiliza sua ampla reforma e transformação. Os avanços das plasticidades corporais elevaram significativamente a possibilidade de pessoas transgêneras alterarem e controlarem seus corpos, bem como de os terem regulados por outros. A facilidade de maiores níveis de intervenção no corpo, propiciada pelas ciências, tornaram instáveis os conhecimentos acerca de sua definição, ao mesmo tempo em que induz aos questionamentos de quais são os limites autorizados para a reconstrução de um organismo. Sendo assim, “por mais que tenhamos sido capazes de controlar e modificar os limites do corpo, maior tem sido a nossa incerteza sobre o que constitui o corpo de um indivíduo transgênero e o que pode ser considerado ‘natural’ e ‘não-natural’ nesse corpo” (LANZ, 2014, p.110-111).

As transformações corpóreas e estéticas das pessoas transgêneras são atravessadas por elementos interseccionais, tais como raça, condição socioeconômica e cultural. Este corpo se reveste de diversidade e multiplicidade, expressando antagonicamente inovações e reprodução de normatividades instituídas e inscritas sobre as sexualidades a partir dos discursos e linguagens gerados no biopoder.

A reinvenção do corpo nas transgeneridades se configura, portanto, como um limiar tênue entre a transgressão e a reprodução das normas dispostas na regulação das sexualidades humanas. A construção do corpo supera o reflexo das características masculinas visualizadas no espelho, pois transfigura-se na imagem corporal feminina internalizada, inscrevendo sobre o corpo físico o que permanecia oculto. Nesta senda, o corpo da mulher transgênera está para além da imagem especular e através do espelho.

3.3 Cirurgia de reaparelhamento genital: um demarcador na construção das mulheridades

Os signos possuem grande força discursiva e normativa na linguagem, pois abarcam conceitos, imagens e representação de ideias, além de se constituírem como portadores de sentido. Sendo assim, os signos podem ser considerados dispositivos de poder na construção e regulação dos discursos. As denominações das intervenções cirúrgicas de retirada do órgão sexual masculino dos corpos das mulheres transgêneras evidenciam esta regulação.

Inicialmente as intervenções cirúrgicas sexuais, em mulheres transgêneras, eram consideradas como multilatórias ou destrutivas, atribuindo-se o sentido de correção apenas posteriormente. A realização do procedimento cirúrgico objetiva a amenização do sofrimento psíquico observado na transgeneridade, assim como a efetivação das condições plenas de saúde. É um procedimento que assegura a construção de suas mulheridades, bem como o desenvolvimento de suas subjetividades, pois propiciam a adequação do corpo biológico a identidade de gênero.

O Conselho Federal de Medicina, por meio da Resolução 1.955/2010²⁴, regula a cirurgia de transgenitalismo, autorizando em seu Art. 1º “a cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia e/ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de transexualismo”. Apesar de ser um grande avanço aos direitos das pessoas transgêneras, a adoção do termo transexualismo, ainda se caracteriza por uma perspectiva patológica sobre as vivências destas sexualidades.

Observa-se, que as nomenclaturas adotadas, em relação a intervenção cirúrgica de construção da vagina nas mulheres transgêneras, podem permear normatividades ou discursos de regulação dos corpos e sexualidades. A breve análise da estrutura gramatical, ou seja, de sua composição possibilitam uma melhor compreensão de como estes signos são utilizados para permanência dos dispositivos de poder.

A cirurgia de transgenitalização, com destaque ao último vocábulo, pode ser decomposta em: trans e genitalização. O prefixo *trans*, de origem latina, significa “movimento através de”, “mudança de estado” (POZZOBON, 2011, p.21), e genitalização se relaciona a genitália, que se referem aos órgãos genitais. Nesta perspectiva, a nomenclatura citada se

²⁴ Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/3resolucaoCFM1955.pdf>. Acesso em setembro de 2018.

traduz por uma mudança de estado dos órgãos genitais, sendo uma definição de ótica biológica, reduzindo o processo cirúrgico numa compreensão genital e morfológica.

A mudança de sexo, como a própria nomenclatura apresenta, estabelece uma relação de alteração entre os sexos. Este entendimento, como o anterior, se fundamenta na naturalização dos corpos e na visão dicotômica dos sexos, uma vez que se reduz ao aparato biológico dos caracteres atribuídos ao macho e a fêmea na reprodução sexual humana, especificamente aos órgãos sexuais.

Quanto às denominações readequação sexual, redesignação sexual e reafirmação sexual, estas apresentam um elemento comum: a utilização do prefixo *re*. O prefixo *re-* é latino e apresenta possibilidades de indicar repetição (refazer), movimento para trás (refluir) (FARACO; MOURA, 2000, p.). O vocábulo readequação é composto por: *re* e *adequação*, que pode indicar o sentido de repetição de adequação ou ajuste. Nesse sentido, cirurgia de readequação sexual infere o caráter de um novo ajuste sexual. Redesignação se compõe em *re* e *designação*, e indica provavelmente a repetição de uma atribuição ou qualificação. Cirurgia de redesignação sexual, portanto, deduz uma nova atribuição sexual. Reafirmação se estrutura em *re* e *afirmação*, descrevendo uma repetição de uma declaração. Reafirmação sexual, alude a uma nova consolidação sexual.

As nomenclaturas supracitadas, apesar de apresentarem sentido de novas formas de manifestação, constituem em seu cerne uma negação implícita. A repetição requer que haja uma negação, pois, repetir é o ato ou efeito de voltar a fazer ou dizer algo já feito ou dito. Nesta senda, a adoção dos termos referidos anteriormente implica na necessidade de dupla afirmação da identidade de gênero a que se pertence, uma vez que denotam estados dos sujeitos que devem afirmar duas vezes sua identidade, de forma a configurar um processo de negação entre a primeira e segunda ocorrência.

A nomenclatura reaparelhamento genital, decomposta em *re* e aparelhamento, requer uma análise pormenorizada. Apesar de indicar o sentido de repetição, o vocábulo posterior atribui novo sentido. Aparelhar indica *criar condições de*, desta forma, reaparelhamento genital indica a negação de uma genitália anterior para se criar condições de uma nova. O caráter biológico do termo é atravessado por uma perspectiva subjetiva, uma vez que se relaciona, assim como a definição de transexualidade, a uma condição, que comumente é temporária.

Esta denominação apresenta uma análise de reconhecimento da sexualidade, uma vez que no reaparelhamento genital, a intervenção cirúrgica é realizada apenas para criar condições para a vivência de uma identidade de gênero já existente. A utilização deste signo

está para além das perspectivas biológicas e de naturalização das sexualidades humanas, reconhecendo suas multiplicidades.

Não se pretende, nesta dissertação, definir qual a nomenclatura correta a ser utilizada, mas propiciar a reflexão de como a nomenclatura de uma intervenção cirúrgica pode abarcar regulações de poder e manutenção das normatividades sexuais que se inscrevem sobre os corpos e sexualidades.

As intervenções cirúrgicas de construção da vagina são tuteladas pelo Estado por meio do SUS no Brasil em projetos transexualizadores, fato este propiciado a partir da portaria nº 457/2018 do Ministério da Saúde. O número de centros cirúrgicos que realizam o processo no Brasil ainda é ínfimo, atualmente apenas cinco hospitais – Hospital das Clínicas de Porto Alegre, Hospital das Clínicas de Goiânia, Hospital das Clínicas de Recife, Hospital das Clínicas de São Paulo e Hospital Universitário Pedro Ernesto do Rio de Janeiro – realizam esse tipo de cirurgia.

O processo cirúrgico é realizado apenas quando há um desconforto entre o sexo anatômico de nascimento e desejo de eliminação dos genitais masculinos, de forma que se retira as características primárias e secundárias do próprio sexo para se adquirir a do sexo oposto, sendo condição *sine qua non*, a permanência da insatisfação de forma contínua e permanece, além da ausência de patologias psíquicas comórbidas.

A jornada de transformação se inicia com um processo terapêutico, da adoção de vestimentas do outro sexo, passa pelo tratamento hormonal e culmina com a cirurgia, não sendo esta um mero capricho passageiro. Há uma procura sólida de integração física, emocional, social, espiritual e sexual, conquistada a enormes sacrifícios pessoais (RAMSEY, 1998). Nesta senda, considera-se que “a natureza não tem caráter sagrado: corrigir as ‘anomalias’ que são fonte de sofrimento não constitui um ato diabólico, é um progresso humanista” (LIPOVETSKY, 2004, p.110).

A busca incessante da adequação pessoal de mulheres transgêneras a partir da incompatibilidade do sexo biológico e de sua identidade de gênero, que propicia a construção de seu corpo a partir da imagem que projetou. A mudança de sexo realizada via intervenções cirúrgicas, ablação de órgão, reconstrução de nova genitália e tratamento hormonal transformam os caracteres sexuais para esta nova imagem (VENTURA, 2007).

O ordenamento jurídico brasileiro estabelece limites aos atos de disposição do próprio corpo. O Código Civil de 2002, determina no art. 13 que “salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes” (BRASIL, 2008a). No contexto das

transgeneridades, a intervenção cirúrgica, apesar de possuir um caráter permanente, adquire uma função terapêutica.

A cirurgia de reaparelhamento sexual, ainda que provoque influências psicológicas e intenso processo de recuperação, é fundamental para que determinadas mulheres transgêneras vivenciem suas sexualidades. A intervenção cirúrgica proporciona a adequação dos corpos a vivência de suas mulheridades, seja por uma perspectiva estética ou pela possibilidade da sensação de plenitude de ser/existir enquanto mulher:

Roberta: Quando você vai fazer a cirurgia, você fica naquela expectativa muito grande se vai dar certo, se não vai, como é que vai ficar, se vai ficar bonitinha, ou se vai ficar torta. Ela não deixa de mexer com seu psicológico. Você fica com o psicológico totalmente abalado, a maioria das meninas não falam abertamente tudo que aconteceu. É uma cirurgia dolorida. É uma cirurgia que o pós-operatório, depois que você vem pra casa, não é fácil. Antes de fazer a cirurgia eu conversei muito com meu marido, eu disse eu não estou fazendo a cirurgia pra você, estou fazendo por mim, pra mim. Fiz uma cirurgia e me tornei uma mulher. A cirurgia é fundamental para o meu reconhecimento, não sei se para cabeça das outras, cada um pensa de uma forma.

Valentina: Sendo mulher estando no mundo, como qualquer ser no mundo, você precisa ter um corpo através do qual você se expressa, aí você tem a necessidade de, de adequar aquele corpo. Pra uma mulher, que nasceu em circunstância transexual ela tem a necessidade de mudar o órgão genital. O problema não é ser mulher, o problema é eu não poder viver como mulher.

Tiffany: A cirurgia é fundamental pra mim. É essencial pra eu me sentir completa. Eu não vou nunca, eu não vou nunca me sentir completa tendo um órgão sexual masculino dependurado em mim.

Candy: A questão da vaginoplastia foi uma ideia bonitinha, mas não pra eu usar ela, por que eu gosto de sexo anal. Eu gosto de ser penetrada por trás, mas pela questão da estética. Para me dar mais liberdade e tudo, sexualmente falando usar a mecânica. Toda plástica é uma estética e a vaginoplastia não é funcional, nem operacional. Ela é um buraco. Há quem diga que sente prazer, que sente orgasmo. Isso é mentira no meu ponto de vista, isso não é realidade. Tem uma diferença entre o orgasmo aquele que te mata te deixa molinho e a boa sensação. A mulher goza como mulher, porque a mecânica da mulher é diferente. Eu creio que é impossível uma transexual, por mais que ela operou na ponta das pontas.

Nany: Minha vagina me deu o poder de segurança, ela me deu a paz, a tranquilidade de exercer o papel feminino mesmo sem eu utilizar a minha genitália pra nada. Porque seu estou feliz em me olhar no espelho e me ver mulher. Mas tem que respeitar umas às outras na sua individualidade. Uma vagina não foi feita pra qualquer uma carregar, ela foi feita pra uma mulher carregar. Alguém que se sinta à vontade com esta vagina. Porque se não se sentir à vontade com a vagina, vai ter que fazer 10 a 15

cirurgias e não estará boa a vagina. Porque não é esta cirurgia necessária. A cirurgia está dentro da pessoa. Vagina é apenas um detalhe e esse detalhe significa muito pra quem nasce como eu nasci, que me sentia incomodada desde criança de ter aquilo, de ter um dito pênis, difícil sair essa palavra da minha boca, de pensar que um dia eu tive um pênis. Quando eu fui fazer minha cirurgia Dra. Mariluzza falou assim: Minha filha, você sabe que há risco, risco de você não sentir prazer, não sentir sensibilidade, de tanta coisa. Mas eu disse pra ela: olha, é o seguinte, se eu não sentir prazer eu estou pouco me importando, eu quero é que tire essa porcaria do meio das minhas pernas. Aí se seu sentir prazer, eu estou no lucro.

Convém observar, que a sociedade se constitui a partir de convenções sociais, influenciando diretamente sobre a construção das identidades e subjetividades. Nesta senda, a identidade não se desvincula das relações e discursos de dominação, pois os corpos e sexualidades são moduladas em uma linguagem social. Contudo, nem sempre estas normatividades regulam as vivências da sexualidade, uma vez que indivíduos podem transgredir essas normas, é o caso das transgeneridades que consideram que as intervenções cirúrgicas sexuais não determinam o reconhecimento de suas mulheridades, como adverte uma de nossas interlocutoras:

Carol: A cirurgia não é fundamental pra você eu me reconhecer como uma mulher. A cirurgia é pra me sentir completa, pra me sentir liberta. Mas não é a cirurgia que vai me fazer mulher. Tem muitas mulheres trans e as travestis que se dão muito bem com a genitália que nasceu, não quer nem saber da cirurgia, é uma mulher, se sente mulher, mas não tem necessidade de fazer a cirurgia. A genitália é só uma consequência. A pessoa que sabe, vai da vivência da pessoa. Se a pessoa sabe conviver com aquilo. Sabe conviver com a genitália, que não a incomode. Ela teve toda uma vivência social com ela mesma e não tem a necessidade, não incomoda, pra que fazer, vai adoecer se fazer. Não é a cirurgia que te faz mulher. No meu caso eu quero a cirurgia pra mim, pra me sentir completa, eu preciso dessa cirurgia. Não é pra eu me sentir mulher, é porque me incomoda. É algo que me incomoda muito.

Outro fator a ser considerado no reaparelhamento genital concerne as dificuldades de acesso ao processo transexualizador no Brasil. Os centros cirúrgicos que realizam o processo são diminutos e burocráticos, de forma que o percurso enfrentado pelas transgêneras até efetivar o procedimento torna-se moroso e excludente. Devido a estas características, diversas mulheres transgêneras recorrem a sistemas particulares ou a outros países:

Candy: Aqui no Brasil sempre foi muito caro, o que elas faziam, migravam pra Bolívia, faziam aqui no entorno. Hoje se fala muita de vaginoplastias feitas na Tailândia, eles são pioneiros. Uma vaginoplastia aqui no estado de Goiás hoje, se eu fosse pagar, é mais de 40 mil reais.

Quanto aos destinos de transgêneras cirurgiadas, estes são múltiplos. A estatística apresenta apenas os efeitos imediatos da cirurgia e nem sempre estas mulheres são acompanhadas de perto, com exceção dos casos reconhecidos na mídia. Diversos casos de suicídio são notificados: cirurgiadas no Johns Hopkins Hospital, em Baltimore, nos EUA; em Ipanema, na década de 80, também foi noticiado um caso de suicídio pós-cirurgia; casos de arrependimento, como os noticiados no Oriente Médio, em 2003; casos de passagens ao ato, como o de uma cantora da *Roxy Music* (TEIXEIRA, 2003). Os casos de arrependimento ou sofrimento psíquico decorrentes da cirurgia de reaparelhamento genital raramente são abordados nos estudos desta seara, porém podem ocorrer, como afirma a interlocutora:

Candy: Há muito modismo nesse meio trans. Eu conheço pessoas que já fizeram vaginoplastia e hoje só dorme a base de remédio tarja preta, porque diz que é doída pra comer um cú, arrependeu. Era década de 80, era início de década de 90.

O sofrimento psíquico, o arrependimento, bem como a manifestação de transtornos psíquicos não são os desdobramentos mais comuns das intervenções cirúrgicas sexuais. Nesse sentido, não se pode utilizar deste fundamento para a negativa de manutenção do processo transexualizador. Reafirma, contudo, a necessidade de um acompanhamento multiprofissional que possibilite a mulher transgênera à definição do real desejo para a construção de sua sexualidade.

A cirurgia de reaparelhamento sexual pode ser considerada como um processo de libertação ou renascimento no qual a mulher transgênera assegura o direito de exercer sua liberdade, segurança, bem-estar, igualdade e vivência plena de sua mulheridade. Ainda que se configurem perdas durante o processo, há um rompimento entre o ser masculino de nascimento e o ser feminino construído.

O abandono de um ser para a construção de um outro, implica a consideração da existência de uma ruptura com o corpo masculino de nascimento via realização de intervenções corporais para que haja a manifestação da mulheridade já existente na imagem subjetiva, ou seja, a imagem da mulher por ela já idealizada. A partir dela, plasticidades corporais são realizadas, com vistas a propiciar no campo do real o que já fora imaginado anteriormente.

A intervenção cirúrgica pressupõe, portanto, a ocorrência de uma morte simbólica do ser anterior para que outro se manifeste. A concepção de morte é repleta de significados

religiosos, realizado por signos claros e precisos. No que tange a morte simbólica, esta se caracteriza por rupturas que ocorrem durante a vida, implicando processos de luto de etapas anteriores, com vistas à instauração de novas formas e expressões da existência, bem como de libertação do novo ser. A sensação de realização, vivência plena da sexualidade, segurança e libertação são comumente relatadas por mulheres que efetivaram a cirurgia de reaparelhamento sexual:

Roberta: Depois do pós-operatório eu estava na felicidade tão grande, que parecia que tinha ganho na loteria. Eu estava tão feliz por ter feito uma cirurgia realizada.

Valentina: Minha cirurgia foi um processo de libertação pra mim, todo tratamento é libertador, todo acompanhamento terapêutico e hormonioterapêutico e o processo transexualizador é libertador, mas o processo cirúrgico é meio que um cume disso. Um símbolo disso. A sensação plena que eu tive após a cirurgia, lá no hospital, na cama lá, quando eu, eu acordei, que eu existia, como mulher. [...] até hoje como eu estou me acostumando com o processo do pós-cirúrgico e fico assim surpresa, é tão, espontâneo ser você, e poder viver como você, é tão, ser mulher é uma coisa espontânea, é usar a palavra do senso comum, é tão natural. [...] Antes do processo eu já me reconhecia, após o processo, a novidade é não ter aquela coisa que me impedia de ser totalmente livre comigo mesma, ser totalmente eu mesma, foi simplesmente me acostumar em ser eu, ainda estou me acostumando sem ter nada que me impeça, sem ter nada que me atrapalhe, aquilo que me fazia sofrer, que as vezes me adoecia.

Carol: Após o processo cirúrgico vai ser maravilhoso, eu terei a genitália com a qual sempre me identifiquei. Vou estar bem segura comigo mesma, o constrangimento vai ter ido embora. Acho que vai ser algo lindo.

Nany: Nós nos sentimos mulheres, ainda mais pra uma pós-cirurgiada. A gente se sente à vontade.

A preocupação com a funcionalidade e a possibilidade de obtenção de prazer no ato sexual são comuns em mulheres transgêneras, especialmente as que pretendem se submeter ao processo cirúrgico. Algumas retroagem em suas decisões ou aguardam a evolução dos procedimentos médicos que assegurem tais manifestações:

Vera: Se eu tivesse certeza que sentiria prazer, que eu não me frustraria, eu fazia sem nenhum pingão de arrependimento, mas o meu medo é isso, eu não obter mais prazer. Eu quero fazer futuramente, eu pretendo fazer antes de morrer. Eu estou esperando evoluir mais, pra mim dar passo em relação a isso, porque hoje em dia tá muito cru, apesar de muita coisa estar evoluída, mas ainda tá muito cru ainda”.

Destaca-se, que nem todas as mulheres transgêneras necessitam da realização das mesmas modificações corporais para harmonização entre sua identidade de gênero e sua corporalidade. Algumas destas mulheres sentem-se, em conformidade, apenas com o tratamento hormonal, ou no máximo com implante de próteses:

Rogéria: Um não querer fazer mais a cirurgia, porque eu nunca pensei em fazer, que até então eu pensava que isso era um futuro muito distante. Eu nunca pensei em fazer a cirurgia, não que eu tenha desistido, eu não vou desistir de algo que eu nunca quis ter. Me sinto mulher assim, dessa maneira. Não me sinto desconfortável com meu pênis, já me incomodou demais, então por isso que só ando com neca aquecida mesmo, enrolo pra trás lá mesmo. A transexualidade pra mim é viver como mulher, é ser respeitada como mulher, não é dar um papel pra você e fazer você engolir goela abaixo que eu sou mulher. É você me ver como mulher e me respeitar como mulher, meu pênis não me incomoda de maneira alguma.

A cirurgia de reaparelhamento genital se configura como um demarcador na construção das sexualidades femininas transgêneras. Se para alguns casos sua realização é fundamental, noutros não provoca interferências no processo de reconhecimento. Contudo, este demarcador também está atravessado pela regulação do discurso acerca destas sexualidades, especialmente no reconhecimento das identidades transgêneras pelas instituições médicas. Nesta senda, as intervenções cirúrgicas devem ser consideradas sob a ótica da ética, da alteridade e da diversidade, uma vez que os discursos produzidos podem se apresentar como formas de violência, bem como de marginalização, estigmatização e exclusão das sexualidades que não se enquadram ao denominado modelo de transgeneridade construído socialmente.

3.4 Passabilidade: as vivências da diversidade pelos olhares normativos

O corpo oferece uma linguagem que pode ser lida socialmente. Os discursos nele inscritos desvelam marcas, formatos e signos que propiciam uma leitura por outrem. O corpo constitui-se, portanto, como um espaço demarcado por sentimentos, discursos, práticas e performances que se manifestam na e para a sociedade.

A corporalidade e o corpo são arremessados para o interior de um território de conflitos que, ao mesmo tempo, o pensa e o produz. Ele é “um campo infinito e um espaço continente que compreende e penetra tudo. Nele se encontram infinitos corpos semelhantes,

não estando nenhum deles mais no centro do que outros porque o universo é infinito e, portanto, sem centro e sem margens” (TUCHERMAN, 1999, p.70).

É via do corpo que o ser humano manifesta sua existência e experiencia o mundo. Sua estrutura biológica possibilita o desenvolvimento de diversas capacidades, porém não é suficiente para descrevê-lo. As estruturas orgânicas são inscritas por elementos sociais, psicológicos, culturais, religiosos e políticos mediados pela linguagem social e inserção no campo da cultura. Nesta senda, o corpo sempre será atravessado pelo tempo e espaço no qual está inserido, sendo desvelado a partir do outro:

O corpo sempre falou pela voz de outro, os corpos disciplinares sempre assumiram essa função de ventríloquia falando pelo corpo que tomavam como objecto de estudo. Da negação do corpo como signo por uma certa semiótica à afirmação do corpo como fenómeno carnal pela fenomenologia, da politização dos estudos do género (gender studies) à tecnologização do corpo pela cibercultura passando pela epidermização do corpo pela sociologia (orientado a sua atenção para fenómenos de decoração do corpo ligados ao body painting ou body piercing), a contemporaneidade apresenta-nos muitos corpos, permitindo a concepção de um significante-fantasma permanentemente e polisemicamente significado (BÁRTOLO, 2007, p.19).

O corpo é polissêmico e dinâmico, pois sua principal característica é a viabilidade de um processo constante de construção e reinvenção. Esta peculiaridade possibilita que diversos sentidos lhes sejam atribuídos, constituindo-se como forte instrumento de comunicação social, traduzindo emoções, vivências e sentimentos que propiciam rupturas ou ligações entre si e o ambiente, por meio do diálogo com outros corpos, sejam eles verbais ou não verbais. Sendo assim:

O corpo estaria o tempo todo em representação. Nós assumimos papéis diferentes e, conseqüentemente, posturas corporais diferentes de acordo com as situações que enfrentamos no nosso dia-a-dia. Somos constantemente pequenos atores desse contínuo espetáculo que é a nossa vida. Mesmo quando acreditamos não estar representando papéis, o olhar do outro funciona como prisma e conduz nosso comportamento. Nossa maneira de agir, de gesticular e a forma como nos movemos, como nos sentamos, entre outras, são todas atitudes adquiridas. Nossos movimentos ditos “espontâneos” são, na verdade, comportamentos aprendidos e assimilados no processo de aquisição das chamadas técnicas do corpo (STRAZZACAPPA; MORANDI, 2006, p. 42).

As representações adotadas pelos sujeitos ocorrem por meio de performances, que comunicam ao outro a possibilidade de leitura e interpretação dos corpos, inclusive as múltiplas vivências e expressões da sexualidade. É justamente na seara performática que se efetivam os processos de reconhecimento social, bem como a apropriação subjetiva da identidade sexuada e sexualizada, seja por meio das experiências, emoções, sensações ou mesmo de transformações corporais físicas.

A performance não é realizada livremente. Apesar das múltiplas formas de vivências das sexualidades, pois, verifica-se, mesmo nas não normativas, a tentativa de regulação dos corpos e imposição de uma normatividade:

“[...] o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política” (FOUCAULT, 1998, p.80).

A partir da biopolítica é possível compreender a construção de um sistema de poder voltado para os indivíduos, ou melhor, do corpo dos indivíduos, aprisionados como objeto de intervenção. Estes corpos são vigiados, utilizados e ocasionalmente punidos socialmente. Adiciona-se a atuação do poder disciplinar sobre eles, a regulação biológica da população, que objetiva normalizar a normatizar as multiplicidades corporais.

A normatização das sexualidades decorre de relações de poder constituídas a partir de prática culturais, engendradas e mantidas principalmente pelas instituições. Esta regulação incide diretamente sobre as performances de gênero, impondo uma conformação entre corpo e identidade.

As transgeneridades também são controladas pelas normatividades sexuais, uma vez que se imputam a suas identidades um maior nível de aproximação entre as características e vivência de uma mulher cis e a construção de seus corpos. Este processo é contrário aos movimentos de desnaturalização dos corpos, realizados especialmente pelas epistemologias feministas.

A construção das corporeidades de mulheres transgêneras é atravessada pelo conflito com perspectivas normativas. O estabelecimento da transição, tendo por cume a experiência do reconhecimento de uma mulher cisgênera, institui compreensões normativas, pois valora os corpos, as próprias mulheres, constituindo relações de hierarquização e competição, atualizando relações de poder sobre a sexualidade.

O termo *passabilidade* surge, no movimento transgênero, como esta nomenclatura dos níveis de aproximação das expressões de mulheres cisgêneras. “Passabilidade traduz o quanto uma pessoa transgênera se parece fisicamente, se veste, fala, gesticula e se comporta de acordo com os estereótipos do gênero oposto ao que lhe foi consignado ao nascer” (LANZ, 2014, p.129).

A passabilidade pode ser entendida a partir de seu próprio vocábulo, ou seja, pela capacidade de se *passar por*. No caso de mulheres transgêneras, pela possibilidade de suas características serem reconhecidas como mulheres cis, minimizando ao máximo as marcações do sexo de nascimento. Basilada numa perspectiva imagética, aponta para a construção social

do gênero a partir de inflexões de fala, comportamentos, uso de vestimentas e acessórios, bem como inúmeros marcadores que inscrevem sobre os corpos o gênero identificado.

Esta perspectiva perpassa diretamente pelos processos de reconhecimento social, pois relaciona-se ao desejo de identificação com o gênero feminino que outro lê e interpreta nas performances sociais:

‘Passar’ é a mesma coisa que ser reconhecida, pela sociedade, como alguém em conformidade com as normas de gênero. Não há nenhum exagero em se afirmar que “passar” é a maior de todas as obsessões das pessoas transgêneras. Em inúmeros aspectos, “passar” deve ser considerado como algo fundamental para a população transgênera, da segurança contra ataques de violência transfóbica à satisfação pessoal de ser publicamente reconhecido como alguém que a pessoa sente que é. Trata-se de uma equação simples em que “passar” é igual a ser reconhecida e aceita pela sociedade. Quanto mais ‘passável’, mais habilitada ao convívio dentro do mundo ‘normal’ cisgênero-heteronormativo e menos a chance de ser estigmatizada e violentada como ‘desviante’ de gênero. “Passar” teria, assim, também uma função protetora, na medida em que as pessoas transgêneras que não passam convincentemente ficam teoricamente muito mais expostas à violência real e simbólica da população cisgênera (LANZ, 2014, p.129).

O reconhecimento social, a minimização de preconceito e discriminação, assim como a função protetora, são os principais elementos que se apresentam no discurso das mulheres transgêneras ao se referirem a passabilidade. Tais associações são apontadas por nossas interlocutoras:

Valentina: Eu fui ouvir, fui conhecer o termo já depois de ter transicionado. Eu acho engraçadíssimo, eu nunca tive a intenção de ser ou não ser passável, minha intenção é ser mulher e viver como mulher. Se outro acha que eu sou passável, ou não, isso é secundário, pra mim, isso nunca foi o, o elemento importante pra mim. É bom ser passável, é vantajoso, no sentido de que você sofre menos preconceito. Você sofre menos, você está menos exposta as formas de violência verbal e física brutal, inclusive a retirada da sua própria vida, estupro, apedrejamento, mesmo, de ser esfaqueada, de ser morta pelo fato de ser uma mulher, na situação transexual ou trans, você está menos exposta.

Carol: Quanto mais você tem uma passabilidade, mais você será reconhecida como mulher. Nós mulheres trans utilizamos esse termo. Se traduz como parecer uma mulher cis. Quanto mais você se aproxima da mulher cis fisicamente, mais você é aceita na sociedade, mais você é reconhecida como mulher na sociedade. Isso é literalmente, a prática é isso. Pra nós, já sabemos que somos mulheres independente de tudo, mas na prática, na sociedade é isso. Quanto mais você é parecida com uma mulher cis, quanto mais passabilidade você tem, menos preconceito. A mulher trans que tem uma passabilidade, digamos assim que em nosso meio nós usamos essa palavra, eu não gosto muito de usar essa palavra. Mas a mulher trans que tem muitas características femininas, que não tem o rosto muito marcante fisicamente, que tem essa certa passabilidade, ela sofre menos preconceito do que um físico mais marcante. Isso é visível. Então vem toda essa construção social.

Lea: A identidade da mulher trans perpassa pela identidade da mulher cis, porque nos foi dito desde cedo que a mulher verdadeira é a mulher cis, é a mulher que tinha uma vagina. Então, desde sempre muitas mulheres trans procuram passabilidade, que está relacionado a parecer, digamos assim, mais cisgênero possível. Quando você é uma pessoa trans, você quer parecer uma pessoa cisgênero. Esse termo passabilidade seria você não ser percebida, você tem passabilidade cis, você é trans, mas você tem passabilidade cis. As pessoas não sabem que você é uma pessoa trans.

O conceito de passabilidade apresenta, sem seu cerne, um imperativo implícito de que a vivência da identidade transgênera está legitimada pela necessidade de um reconhecimento social pleno, ou seja, sem que haja qualquer questionamento quanto a vivência de sua sexualidade. Neste sentido, incorre a normatização e ajuste ao sistema binário de gênero, bem como a reafirmação da permanência das estereotípias e atribuições do gênero sobre o qual se deseja performar.

O olhar do outro, neste caso, constitui-se como elemento fundamental de leitura e interpretação dos corpos e expressões de sexualidade, pois confere uma função de legitimação das identidades nas relações interpessoais. Esta compreensão, comumente afirmada e reafirmada no movimento transgênero, atravessa a construção de suas corporalidade, pois confirmam a invalidam as formas sobre as quais estas mulheres se expressam na sociedade. Contudo, nos adverte Pedro Bial²⁵: “Não tenha medo do seu corpo ou do que as outras pessoas possam achar dele. É o mais incrível instrumento que você jamais vai possuir”.

Convém destacar, que a passabilidade inscreve sobre as transgeneridades a manutenção da regulação estabelecida pelo machismo e patriarcado de naturalização dos corpos e das performances sociais:

No fundo, toda essa pressão de grupo para o atendimento dos critérios de ‘passabilidade’ estabelecidos dentro e fora do gueto, faz parte de uma odiosa estratégia de ‘convencimento’ das pessoas transgêneras de que, se elas quiserem ser aceitas (e quem não quer?), deverão atender as disposições das normas de gênero em vigor, que nada mais são do que os ideais do patriarcado cisgênero-heteronormativo quanto ao que é ser homem e ser mulher na nossa sociedade. Entretanto, são poucas as pessoas transgêneras que se posicionam de maneira crítica, questionando os ‘padrões de passabilidade’ estabelecidos dentro do meio trans (LANZ, 2014, p.133).

A simulação das características primárias e secundárias, bem como, as alterações comportamentais e corporais visando a passabilidade, podem instituir quadros de sofrimento psíquico às transgeneridades. A manifestação dessas patologias pode se relacionar ao irreconhecimento de suas identidades ou pela intangibilidade do imagético objetivado, pois apesar da adoção de diversos mecanismos e habilidades para a construção de suas

²⁵ Disponível em: <https://www.letras.mus.br/pedro-bial/138161/>. Acesso em setembro de 2008.

sexualidades, a leitura e interpretação de seu interlocutor pode não corresponder às expectativas geradas.

A adequação as normatividades de gênero abarcadas pela passabilidade sofrem duras críticas de alguns setores do movimento feminista. A valorização dos papéis de gênero se configura como uma das principais contrariedades às conquistas realizadas pela reflexão feminista. Nesta senda, a transgeneridade promoveria um reforço das estereotípias construídas socialmente, uma vez que há associação natural entre os comportamentos atribuídos às mulheres e o imagético subjetivo das transgêneras. Para alguns setores feministas o discurso transgênero se configura como um recuo em relação à denúncia constituída no percurso e história do feminismo, da feminilidade como construção ideológica e como instrumento de dominação, ou seja, um recuo marcante do antinaturalismo que fundamentou o feminismo como teoria crítica (tradução nossa, JEFFREYS, 2014).

O conceito e aplicabilidade da terminologia passabilidade requer uma análise cuidadosa. Se por um lado reafirma a manutenção do patriarcado, machismo, naturalização dos gêneros e regulação dos corpos e sexualidades, por outro, possibilita a construção de identidades que sejam reconhecidas socialmente, minimizando ações de preconceito, estigmatização e marginalização das transgeneridades.

Não se objetiva, nesta dissertação, considerar a viabilidade ou inviabilidade da adoção da passabilidade como marcador na construção das transgeneridades, mas oferecer subsídios de reflexão. As performances não são realizadas apenas para si, pois também se direcionam para a leitura e interpretação de um outrem, de um interlocutor que pode reconhecer ou não uma vivência de sexualidade. Desta forma, o que se interpela é a possibilidade destas múltiplas performances serem lidas e significadas a partir de olhares normativos, negligenciando ou invalidando suas manifestações.

3.5 A mulher no discurso jurídico: uma hermenêutica que pode negar direitos

O Direito surgiu como uma tentativa de regulação da convivência em sociedade, de forma que se atribui aos seres que dele gozam uma bilateralidade correlata: a aquisição de direitos confere obrigações. Contemporaneamente, as normatividades jurídicas são construídas sob forma de regras e princípios, sendo estes últimos caracterizados pelo seu caráter multifacetário e polissêmico.

Os princípios fundamentam e balizam todo o ordenamento jurídico, sendo disposições abstratas que limitam o arbítrio dos operadores do Direito, garantido a harmonia entre as

normas e a inviolabilidade da consciência social. Porém, nem sempre esta ocorrência se efetivou no decorrer da história.

O princípio da dignidade da pessoa humana, que confere o reconhecimento da dignidade a todos os seres humanos nem sempre fora aplicado. Em determinados períodos históricos o homem foi considerado como mercadoria ou objeto, destituindo-o de sua dignidade, como sucedeu nos períodos da escravidão ou de guerras entre nações.

As atrocidades cometidas durante a segunda guerra mundial instauram a necessidade da criação de normatividades, nacionais e internacionais, que impedissem o desprezo e desrespeito aos direitos humanos, bem como a barbárie que ultrajou a consciência e ética humana. Nesta senda, pactos internacionais possibilitaram a construção de uma declaração que fosse atribuída universalmente a todos os seres humanos, independentemente de sua territorialidade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) alterou radicalmente a concepção ética social, ao proclamar que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, sem distinção de qualquer espécie:

Artigo 1 Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo 2 1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (UNESCO, 1998, p.2-3).

Os princípios estabelecidos pela DUDH, bem como sua perspectiva ética, foram incorporados em diversos diplomas legais nacionais, tais como a Constituição Federal Brasileira de 1988, seja de forma expressa ou implícita:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] III - a dignidade da pessoa humana;

[...]

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: [...] V - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

[...]

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (BRASIL, 2008b, p.8).

A consideração de que todos são dotados de dignidade e iguais perante a lei sem qualquer distinção, não são efetivadas na prática cotidiana. As transgerências têm seus direitos constantemente violados, seja pela sociedade ou pelo próprio Estado em suas

omissões, uma vez que no processo democrático há uma mobilização que separa quais corpos merecem viver e quais merecem morrer.

O *Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais* realizado em 2018 apresenta dados que demonstram esta mobilização, pois 179 pessoas trans foram assassinadas em 2017, sendo 169 travestis e mulheres transexuais e 10 homens transexuais. Convém destacar as subnotificações, que inviabilizam a descrição de dados reais. Destes casos, em apenas 18 os suspeitos foram presos, representando uma margem de 10% das providências adotadas pelo aparato estatal (ANTRA, 2018).

Os direitos sexuais e de vivências da sexualidade são direitos humanos e, apesar dos impedimentos para sua positivação, não podem ser negligenciados, pois possibilitam a minimização das desigualdades construídas e instituídas socialmente decorrentes das representações de gênero. Todo arcabouço construído nesta seara, instaura-se como dispositivos de poder, de controle e perpetuação das violências simbólicas, discursivas e físicas contra as sexualidades não normativas.

A CF/88 utiliza as denominações homens e mulheres, determinando uma igualdade jurídica formal entre os gêneros. A adoção destes vocábulos no plural possibilita a inferência de que os conceitos são amplos, abertos e abarcariam todas as performances de sexualidade. Desta forma, não se atribuiria um significado puramente biológico aos gêneros e identidades dele decorrentes, mas todas as vivências compreendidas entre as extremidades do sistema binomial de gênero.

O legislador, seja por ação ou omissão, não descreveu todas as possibilidades de performance abarcadas na CF/88, cabendo aos intérpretes dos enunciados normativos atribuir sentido ou densificar os vocábulos homens e mulheres contidos no referido diploma legal por meio de um processo hermenêutico.

A hermenêutica jurídica se caracteriza pela ciência dos métodos e técnicas de interpretação, sobretudo acerca da compreensão dos textos e normas jurídicas, de forma que cabe ao intérprete a condução do sentido adotado em sua leitura. As regras de interpretação devem ser aplicadas corretamente para que haja um entendimento profícuo do sentido das normas.

A interpretação da palavra deve estar relacionada ao conjunto de normatividades vigentes no território estabelecido, tendo-se a hermenêutica a finalidade de compreensão das sistematizações dos processos de atribuição de sentido e alcance das expressões e normas do direito a partir da linguagem histórica adotada:

A hermenêutica, pode-se dizer, mostra os limites da dialética; esta, porém, mostra a possibilidade daquela. Justamente porque o universal sempre é pensado dentro das possibilidades de uma dada linguagem, a hermenêutica é essencial para a compreensão do pensamento, mesmo daquele que se perfaz no plano ideal-formal. O pensamento puro, não obstante ser caracterizado pela imutabilidade e universalidade, nunca se dá por si, mas sempre através de uma linguagem histórica, o que coloca a hermenêutica e a dialética em uma relação de interdependência também com a gramática, na medida em que na base está a operação de entendimento e comunicação linguística (SCHLEIERMACHER, 1999, p. 14).

A semântica adotada na aplicação do Direito propicia um desvelamento da norma jurídica, uma vez que a densificação, ou seja, a atribuição de sentido realizada pelo operador do direito influencia diretamente na sua efetivação, seja ela positiva ou negativa. Apesar da diversidade de técnicas hermenêuticas descritas na literatura jurídica, ressalta-se que “o sentido que se deve compreender somente se concretiza e se completa na interpretação” (GADAMER, 2005, p.436).

A hermenêutica objetiva a reflexão e compreensão sobre aquilo que se vê, lê e vivencia, constituindo uma cultura de diferentes tradições, interpretações e experiências. Ao mesmo tempo alude aos processos de reconhecimento decorrentes das vivências em sociedade, isto é, interpretar algo se relaciona diretamente a nossa perspectiva de mundo, a partir das inscrições marcadas na subjetividade por experiências anteriores.

O diálogo e discurso hermenêutico é condição *sine qua non* para se refletir sobre a realidade, contribui para que preconceitos e discriminações sejam revistas, reconstruindo novos contextos de atuação. A hermenêutica possibilita uma reflexão crítica para abertura ao diálogo com as diferenças, assim como as diferentes realidades, subsidiando transformações de si e do outro.

Desta forma, a atribuição de sentidos para o vocábulo ‘mulheres’ nas normas jurídicas influencia diretamente sobre a aplicabilidade do Direito, pois podem propiciar inclusões ou exclusões de pessoas ou grupos. Convém observar, que as atribuições construídas na literatura jurídica perpassam pela subjetividade dos operadores do direito, podendo produzir bases de interpretação que refletem normatividades sexuais e de gênero, reproduzindo discursos marginalizadores e excludentes.

A Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006) e a Lei do Feminicídio (nº13.104/2015) foram criadas especificamente como dispositivos normativos direcionadas ao gênero feminino. A primeira legislação como forma de proteção e coibição da violência doméstica e familiar contra a mulher, enquanto que a segunda tipificando o assassinato de mulheres como uma modalidade de homicídio qualificado. Cabe refletir se as transgeneridades podem ser tuteladas pelo Estado a partir destas legislações.

As proteções da Lei Maria da Penha abarcam todas as pessoas que desempenham o papel social atribuído a mulher, seja ela biológica, transgênera, transexual ou homens homossexuais. A própria contemplação da orientação sexual na legislação possibilitou que os operadores do direito ampliassem a interpretação do conceito de mulher, estendendo-a às pessoas que se identificam com o gênero feminino. É uma lei de proteção da mulher como gênero e não como sexo:

A Lei Maria da Penha não cria qualquer restrição as transexuais e travestis, tampouco exige prévia retificação do registro civil ou cirurgia de adequação de sexo, e onde a lei não restringe, não cabe ao interprete fazê-lo. Estabelecida proteção da mulher como gênero, e não como sexo, mostra-se plenamente aplicável à violência doméstica praticada contra transexuais e travestis do gênero feminino. Destarte, seja pela interpretação teleológica do âmbito de incidência da Lei Maria da Penha, que seleciona como elemento de discriminação o gênero feminino, e não o sexo; seja pelo caráter inclusivo e de reparação das desigualdades socioculturais no ambiente doméstico e familiar, aplica-se às situações de violência doméstica e familiar sofridas por transexuais e travestis do gênero feminino as disposições da Lei nº 11.340/2006 (OAB, 2014, p.5).

A consolidação desta interpretação é comumente reafirmada pelas decisões das cortes na aplicação da referida lei. No que tange ao feminicídio, as posições são diversas. A legislação tipifica como qualificado os homicídios cometidos em função da *condição de sexo feminino*, quando envolve menosprezo ou discriminação à condição de mulher e violência doméstica e familiar.

A utilização do termo feminicídio revela o caráter sexista presente nesses crimes, denunciando a aparente neutralidade encoberta no temo assassinato, ratificando o fenômeno histórico de submissão das mulheres na sociedade (GOMES, 2010).

O termo condição de sexo feminino utilizado na legislação pode configurar múltiplas interpretações, porém a tendência é de uma redução ao caráter biológico. A diversidade de vivências da sexualidade e de suas performances requer, do direito penal, uma superação dos critérios biológicos e psíquicos para atribuição de sexo/gênero nos processos de reconhecimento e identificação do masculino ou feminino. Da mesma forma a adoção de um critério estritamente jurídico, como a identificação oficial via certidão de nascimento, registro civil, passaporte e carteiras profissionais, será insuficiente na definição do sujeito passivo da qualificadora feminicídio.

A manutenção de um sentido estrito de condição de sexo feminino relacionado a aspectos biológicos propicia a exclusão dos crimes cometidos contra mulheres transgêneras em função de seu gênero na aplicabilidade do direito penal, o que viabiliza, dentre outros fatores, o aumento de homicídios desta população.

No Brasil, pessoas transgêneras têm 14 vezes mais chances de serem assassinadas quando se compara a um homem cisgênero homossexual, cuja chance de morte violenta é 9 vezes maior. Embora esses números sejam assombrosos, a tendência é de um aumento na identificação destes assassinatos, pois as subnotificações ou registros equivocados – qualificando a vítima como homossexual e não transgênera – não compõem os relatórios que descrevem esta realidade (NOGUEIRA; AQUINO; CABRAL, 2017).

Não se vislumbra, no cenário legislativo brasileiro, a possibilidade de criação de legislações que tipifiquem a prática de preconceito e discriminação contra pessoas transgêneras, tais como a transfobia. A manutenção da hegemonia machista, patriarcal e reguladora das sexualidades humanas impede que direitos sejam construídos e assegurados. Mesmo que haja avanços em projetos de lei, alguns debates são marginalizados, como ocorre com o transfeminicídio.

O transfeminicídio se refere aos homicídios cometidos contra as pessoas trans. Reforça-se que a motivação, nesses casos, provém do gênero, mas com uma motivação peculiar: a rejeição, ódio e nojo em relação ao feminino encarnado nos corpos que biologicamente se destinariam a uma identidade de gênero masculina (BENTO, 2014).

A normatização das sexualidades, assim como a naturalização dos corpos e dos sexos possibilita a existência do desejo de eliminação social dos sujeitos que transgridem as normas sexuais. O ódio às pessoas transexuais pode se fundamentar justamente nesta transgressão ou rompimento dos destinos naturais de seu corpo de forma pública, tanto que os crimes contra as transgeneridades são realizados com altos níveis de agressividade, comumente através de desmembramentos corporais e estupros. Tais manifestações instauram um transbordamento da consciência coletiva:

Se o feminino representa aquilo que é desvalorizado socialmente, quando este feminino é encarnado em corpos que nasceram com pênis, há um transbordamento da consciência coletiva que é estruturada na crença de que a identidade de gênero é uma expressão do desejo dos cromossomos e dos hormônios. O que este transbordamento significa? Que não existe aparato conceitual, linguístico que justifica a existência das pessoas trans (BENTO, 2014, p. 1).

O Direito deve ser utilizado como instrumento de regulação da convivência da sociedade, porém deve estar fundamentado em princípios que efetivem a dignidade da pessoa humana, a igualdade, liberdade e fraternidade. A ampliação de interpretação de normas jurídicas já existentes e a criação de novas possibilita que pessoas e grupos até então marginalizados e excluídos tenham seus direitos garantidos, inclusive ao reconhecimento pela sociedade e pelo Estado:

Valentina: Para o reconhecimento é necessário respeito a identidade da pessoa como que aquela pessoa se auto reconhece, que as pessoas se abram pra conhecer os outros como eles realmente são, em terceira, que o sistema público, que o direito, que, que a política pública reconheça nossa identidade como ser mulher, ser homem, ser transgênero civilmente. Que isso seja um direito social, porque no dia que eu fiz a mudança do meu nome civil eu me senti cidadã, antes eu era um fantasma na sociedade, porque o nome que tinha era o nome de uma outra pessoa não era meu. Quando eu mesma mudei meu nome que eu percebi que eu era um fantasma, eu era alguém a margem da lei.

Rogéria: Pra eu ser reconhecida socialmente como uma mulher eu acho que a necessidade primeiro vem das leis né, saber que a gente é igual a eles e tem alguém que luta pela gente. A documentação, uma lei, sabe, penalizar as pessoas que discriminam a gente, dá oportunidade pra nós, respeitar a gente como pessoa, como ser humano, sabe, ter um pouco de, de discernimento das coisas, tirar esse estereótipo da gente, porque é muito triste, como eu já te falei e te repito.

Vera: Tinha que ter alguma coisa, alguma proteção, ou botar, não precisa criar, mas botar pra valer as leis matou, vai preso.

Lea: Eu faço parte de um grupo de mulheres, que são mulheres trans e que não são normativas, não estão dentro das normas que foram construídas hoje, enquanto mulheridade, do que é ser mulher. Então só pelo fato de ser uma mulher trans, eu não tenho diversos direitos juridicamente, por exemplo. Eu acho que não exista diferenças entre nós. Todas as mulheres, cis ou trans, elas são diferentes em performances. Então, eu me considero uma mulher trans, mas sei que essas mulheres travestis também são mulheres trans. Nós somos diferentes umas das outras, por causa das nossas vivências, na verdade são nomes que deram a nós, nomes que a sociedade nos deram.

Embora as normas jurídicas assegurem os direitos das pessoas transgêneras, necessita-se de uma mudança de concepção social, que comumente está arraigada por pressupostos religiosos. O preconceito, a exclusão, dificuldades no acesso educacional, a violação de direitos e a indisponibilidade de vagas no mercado de trabalho são alguns elementos desafiadores impostos a estas pessoas, principalmente num país que lidera o *ranking* mundial de violência e assassinato de pessoas trans.

O reconhecimento de uma pessoa como pertencente a um grupo minoritário, por si só, já é suficiente para instaurar uma relação de desvantagem perante os demais indivíduos da sociedade, pertencentes aos grupos majoritários e hegemônicos. Essa hierarquização pode ser efetuada via características econômicas, físicas e orientação sexual (TORRES; FLEURY, 2010). A inclusão da identidade de gênero, nesta perspectiva, pode agravar processos de marginalização e subalternização.

As pessoas transgêneras, que já enfrentam as dificuldades de pertencer a grupos minoritários, tornam-se alvos do aumento de estresse, sofrimento psíquico, assim como da estigmatização social. Em virtude das alterações realizadas na corporeidade e nas performances realizadas, são vítimas constantes de preconceito, discriminação, *bullying*, hostilidade e exclusão social, comprometendo sua própria existência:

Roberta: A questão do preconceito é muito grande, o medo de se expor é tão grande de você sai na rua e ser agredida.

Valentina: Quando se fala de mulheres e homens em circunstância transexual ou outros grupos trans, é muito interessante as pessoas elas olham pra gente em geral como seres marginalizados, né, então assim, nosso lugar é o lugar da noite, o lugar da prostituição, isso é o que muitas pessoas pensam, então elas não olham pra gente como mulheres, elas, elas olham pra nós como aberrações ou como seres que só podem ser aceito como se fosse mulheres naquele lugar.

Rogéria: Eu terminei meu curso técnico de laboratório. Qualquer laboratório que você me perguntar eu sei te falar, quando eu vou colher o sangue de alguém o risco não é pra pessoa, é pra mim, o material biológico é seu, não é meu. Muitas pessoas aonde eu fui fazer a entrevista, onde eu fui pra trabalhar, não chegou nem a fazer entrevista. Eles queriam gay, eles não queriam uma pessoa feminina. A sociedade empurra o homossexual, o travesti, o transexual pra prostituição, eles empurra assim ó, com, com toda força. Discretamente, suavemente, faz até com, com agressividade, empurra assim, em todas as fases da vida da gente. Aí eu fico até triste quando eu falo dessas coisas, porque não é fácil.

Vera: A gente sente medo por causa das coisas que a gente vê. Eles estão matando e não é só o viado, não é só a travesti, não é só sapatão, é todo mundo. Eles estão matando sem ao menos pensar em alguma coisa: eu vou lá matar, eu vou matar por esporte, vai lá e mata, igual àquela bicha, acho que a Dandara. O que eles fizeram com aquela bicha, misericórdia, que não existe matar, e você vê que são moleques, pessoas tipo 16/17 anos, uns moleques, uns meninos, e matar a bicha daquele jeito, credo, isso não existe.

Nany: Travestis e transexuais são assassinadas todos os dias aí fora. 35 anos é idade média de uma travesti e de uma transexual. Hoje subiu mais, porque era 183, foram 146 assassinadas até hoje no Brasil inteiro, só esse ano, então você imagina.

Lea: No Brasil, você pode ver em vídeos e situações, de travestis e trans apanhando publicamente. As pessoas não fazem nada, porque é como se as nossas vidas não fossem importantes mesmo. Nós somos criadas, enquanto seres altamente marginalizadas, então... você entende o que eu quero dizer. Em um nível em que as pessoas não entendem o quanto a desumanização dos nossos corpos é violento pra gente. É você perceber que as pessoas negam ajuda, se eu fosse uma mulher cis negra, talvez as pessoas

não negasse ajuda pelo simples fato de seu ser mulher, mas na verdade quando elas descobrem que eu sou uma mulher com pênis, digamos assim, ou que eu sou uma mulher que nasceu de uma forma diferente e que isto deveria ser renegado a mim, porque eu não deveria estar fazendo o que eu estou fazendo, que é sair de uma condição de gênero e ir para a outra, por isso que eu sou uma mulher trans, faz com que as pessoas me achem menor que elas ou com menos direito a humanidade que elas, e isso me deixa triste. A burocracia do Direito, eu acho que é uma coisa que, um grande passo pra humanidade, porque transformam pessoas trans em pessoas humanas, que pelo visto no Brasil, pessoas trans ainda não são consideradas humanas.

Ações cotidianas e simples, como a utilização de sanitários configuram-se como desafiadoras para pessoas transgêneras, como relata uma de nossas interlocutoras:

Rogéria: Se fosse hoje, seria diferente, eu não ia no banheiro, nem masculino, nem feminino, eu ia no banheiro de professor. Eu já fui tirada do banheiro das meninas. Eu segurava a vontade de ir ao banheiro, eu ia no banheiro dos professores. Quando eu entrava no banheiro dos meninos, os rapazes, eles ficavam com vergonha de mim. E era perigoso eu ser assediada também lá dentro.

Em novembro de 2015, o STF determinou repercussão geral para o direito de pessoas transgêneras utilizarem os sanitários em conformidade com sua identidade de gênero. O Recurso Extraordinário nº 845.779, cuja relatoria foi realizada pelo Ministro Luís Roberto Barroso, que deu origem a decisão tratou da reparação de danos morais pelo constrangimento de um funcionário de um *shopping center* de Florianópolis contra a transexual, ao pretender utilizar o banheiro feminino (BRASIL, 2015).

Outro aspecto a ser considerado concerne às políticas públicas de atendimento à saúde das populações transgêneras, especialmente o direito ao envelhecimento, uma vez que os processos de envelhecimento destas pessoas ainda são pouco explorados.

As plasticidades corporais propiciadas pela utilização de hormonioterapias, a aplicação de silicones não profissionais, além das automedicações e dificuldades de acesso ao sistema de saúde pública são alguns dos fatores que podem influenciar neste processo. Somam-se a estes elementos a própria exclusão social decorrente da identidade de gênero e o envelhecimento natural dos corpos. Desta forma, as transgêneras que conseguem adquirir o direito ao envelhecimento consideram-se vitoriosas, especialmente pela sobrevivência dos processos de irreconhecibilidade e exclusão social:

Rogéria: As trans sejam as trans ou as travestis, elas vivem muito pouco, tempo, o tempo de vida é muito curto. Ser uma trans em uma idade mais madura. Tem hora assim que eu me sinto muito vitoriosa, me sinto muito guerreira por ter passado por tantas coisas que eu passei. Eu me olho assim e

me sinto vitoriosa, me sinto guerreira, eu me sinto vitoriosa, me sinto guerreira, eu vejo que muita coisa não mudou, que nem eu te falei, não é só o papel que vai mudar a vida da gente, não é só a aparência que vai mudar a vida da gente.

Nany: Feliz são as que chegam hoje com a idade que eu tenho no Brasil. As mulheres transexuais que chegam aos 40 anos de idade, a idade do conhecimento que eu tenho, que a maioria não consegue alcançar esse conhecimento de vida.

O Direito pode contribuir efetivamente para o reconhecimento das transgeneridades, assim como garantir a existência social e física de suas existências. A reflexão dos dispositivos de poder construídos socialmente, a promoção do respeito à dignidade humana, assim como a garantia da pluralidade sexual e de identidade de gênero e o combate às múltiplas formas de violência e discriminação são elementos que devem vigorar num estado democrático de direitos a partir de seu ordenamento jurídico e das interpretações dele decorrentes.

É fundamental a adoção de um estranhamento hermenêutico que viabilize mudanças, ultrapassando os impedimentos conservadores para uma compreensão do pensamento humanitário via do diálogo, percebendo as diferenças no uso das linguagens e localizando-os historicamente, de forma que preconceitos sejam vistos, desconstruídos e reconfigurados noutro contexto (GADAMER, 2005).

As compreensões e atribuições de sentido rígidas, que relacionem o sentido de mulher às normatividades sexuais, bem como aos atributos biológicos, impedem ou inviabilizam que normas jurídicas sejam aplicadas na defesa de direitos das sexualidades femininas transgêneras. A interpretação, neste caso, por si própria, ocasionaria a negação de direitos e a exclusão de determinadas existências por uma hermenêutica respaldada no discurso hegemônico, machista, patriarcal e regulador das sexualidades humanas.

CONSIDERAÇÕES (IN)FINAIS: OS DIÁLOGOS PERMANECEM...

“Não haverá borboletas se a vida não passar por longas e silenciosas metamorfoses”.

Rubem Alves.

O esforço de escrever os apontamentos finais de uma escrita nos angustia. Talvez porque temos a sensação que as obras são inacabadas, que algo foi deixado para trás, que as arestas precisam ser aparadas e mais diálogos sempre podem ser realizados. Por isso, a denominação de considerações (in) finais: a escrita desta dissertação encerra um ciclo acadêmico, porém possibilita que os diálogos permaneçam, que conhecimentos sejam construídos, metamorfoses aconteçam e nos arremessem a novos lugares. A palavra tem o poder de transformar.

Cora Coralina adverte que “O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada”. O objetivo inicial desta dissertação foi realizar uma análise dos processos de reconhecimento das mulheridades nas sexualidades femininas transgêneras, considerando as identidades de gênero como um direito humano fundamental sustentado pelo princípio da dignidade da pessoa humana. Apesar de um ponto de partida delimitado, os percursos para sua realização conduziram a novas trajetórias, cuja caminhada foi permeada por elementos imprevisíveis que se incorporaram à escrita. O aprendizado da pesquisa, portanto, se constitui em seu próprio percurso, ou seja, na caminhada enquanto pesquisador.

Esta caminhada nem sempre é fácil de ser realizada, pois o ato de escrever é sinônimo de solidão. Retiramo-nos para o recôndito de nossas profundezas e deparamo-nos com os campos de significação conscientes e inconscientes que nos constitui. A solidão se acresce o receio, pois a escrita sempre é dirigida a outro, estranho a mim, que nos lê e dialoga conosco. E nem sempre nosso diálogo será compreendido, como já afirma Saint-Exupéry: “A linguagem é fonte de mal-entendidos”.

Além disso, estamos limitados às internalizações das linguagens sociais que constituem nossa subjetividade. As palavras que densificamos e os sentidos a elas atribuídos no decorrer da pesquisa atravessam nosso eu realizando uma jornada dupla: são interpretadas a partir do que concebemos e significamos, ao mesmo tempo em que podem transformar nossas perspectivas, inscrevendo ressignificações.

O ato de escrever sobre a sexualidade humana é complexo e angustiante, uma vez que as conceituações e interpretações a ela atribuídas perpassam por nossas próprias vivências,

podendo limitar-nos ou nos libertar das amarras construídas nas regulações sociais. Os relatos de nossas interlocutoras proporcionaram a construção de diálogos que refletissem sobre os principais conceitos utilizados nas teorias da sexualidade.

As construções destas teorias devem ser localizadas num espaço, tempo e cultura específicos, de forma que não seja possível afirmar a existência de uma única história da sexualidade, mas uma multiplicidade de histórias que foram apagadas ou invisibilizadas nos processos de colonização. Estes processos caracterizaram-se, especialmente, pela tentativa de imposição de uma heterossexualidade compulsória na regulação das sexualidades. Apesar de o contrato heteronormativo ser imputado unilateralmente para estas sociedades, ocorreu uma série de percalços, uma vez que as diversidades sexuais resistiram.

O sistema sexo-gênero criado, como dispositivo de poder, para regulação das sexualidades utiliza o corpo como um lócus político de disputa. A naturalização dos corpos reafirma a permanência destas categorias, sendo o aparato biológico o principal fundamento da divisão do ser humano entre sexos dicotômicos. O sexo, portanto, é construído a partir da biologia e o gênero surge como seu desdobramento em atribuições determinadas pela cultura.

O corpo sexuado possibilita a inscrição de categorias de vivências da sexualidade, como a orientação sexual, as identidades de gênero e as expressões de gênero. A orientação sexual apresenta, em seu cerne, um imperativo implícito de autonegação social, pois pessoas que vivenciam sexualidades não normativas são impelidas a declarar socialmente o direcionamento de seus desejos e afetos, bem como suas práticas sexuais.

As identidades de gênero são compreendidas a partir de uma relação estabelecida entre a identidade subjetiva e o gênero social, de forma que haja uma reconstrução permanente da subjetividade baseadas nas mulheridades e masculinidades construídas no decorrer da história pela sociedade. A atribuição do ser homem ou ser mulher são regulados a partir do contrato heteronormativo, porém se verifica uma superação destes arquétipos normativos e binários via pluralidade de vivências do masculino e feminino, especialmente nas transgeneridades.

As mulheres transgêneras transgridem as normatividades sexuais, inscrevendo em seus corpos as expressões de mulheridades a que se identificam, constituindo desde uma inexistência da mulher universal a manifestação de sua unicidade. As expressões de gênero corroboram com esta transgressão, pois as performances da sexualidade abarcadas nesta vivência propiciam o rompimento com as fronteiras normativas de gênero.

A própria cultura estabelece quais os limites podem ser utilizados para a regulação das sexualidades. As religiões de matrizes africanas, como o Candomblé, possibilitam a ocorrência do gênero líquido e performático ao inserir o Orisá na estrutura da personalidade

humana, abarcando a pluralidade de vivência e expressões da sexualidade. Entretanto, a produção de discursos institucionais – ciências médicas – realiza processos de normatização por meio de diagnósticos que patologizam sexualidades não normativas, como a transexualidade clínica.

A construção de nomações e denominações foram amplamente adotadas como instrumento de controle dos indivíduos que transgrediam as normas sociais e sexuais de sua época, sendo a loucura ou patologia os principais dispositivos de regulação das sexualidades. As próprias transgeneridades são definidas e descritas a partir de diagnósticos médicos, especificamente como uma insatisfação ou inconformidade entre o corpo e a identidade de gênero. Contudo, é possível compreendê-la como uma condição transitória imposta às mulheres transgêneras por instituições e discursos que regulam a sexualidade humana.

A patologização da transgeneridade possibilita o acesso das transgêneras aos procedimentos de intervenções corporais hormonioterapêuticas e cirúrgicas subsidiadas pelo sistema público de saúde. Este acesso, porém, está condicionado ao diagnóstico de transtorno de identidade de gênero realizado pelas equipes multiprofissionais de atendimento.

A despatologização implica, portanto, na desconstrução da anormalidade de vivências sexuais, bem como de sua consideração como um transtorno mental e sexual, reafirmando a compreensão foucaultiana da regulação dos padrões de normalidade e anormalidade através dos discursos institucionais. Apesar disso, ela deve ser analisada e realizada com cautela para que não haja exclusão de direitos adquiridos.

A formação de suas identidades também é atravessada por processos de autorreconhecimento e reconhecimento social. Ambos se vinculam, pois, estão influenciados pelas performances sociais realizadas, pelos atributos relacionados à figura feminina inscritos em seus corpos e comportamentos, assim como pelas relações sociais, seja corroborando ou contestando o reconhecimento.

Em determinados momentos, esses processos de reconhecimento podem se desvincular. O autorreconhecimento pode se fundamentar apenas na consciência de si mesma, enquanto que o reconhecimento social pode se condicionar aos espaços geográficos e lugares ocupados pelas mulheres transgêneras. Já o irreconhecimento decorre de ações de desrespeito, imposição normativas de sexualidades e da anatomia corporal. Nesta senda, os processos de autorreconhecimento e reconhecimento social estão sob a égide de direitos conquistados por uma luta política, conforme preconiza Honneth, sendo reatualizada permanentemente.

O reconhecimento social se diferencia a partir da leitura realizada por homens e mulheres. O reconhecimento realizado por homens se fundamenta, predominantemente, na

hipersexualização dos corpos das mulheres transgêneras como objetos de desejo, na possibilidade de realização do ato sexual, sendo esta ocorrência de forma sutil, e na reafirmação das masculinidades. Enquanto que o reconhecimento efetuado por mulheres pode se configurar como disputa da autenticidade feminina ou de desvirtuamentos do ser mulher, ocasionando atitudes de preconceito e estigmatização, assim como pode ser atravessado por desejos sexuais. Em ambos, se verifica a possibilidade de irreconhecimento quando a mulher transgênera assim se nomeia perante o outro. Desta forma, estes processos se configuram como plurais, sendo lugares de desejo, sejam sexuais ou de afirmação de uma autenticidade do ser mulher;

Assim como há pluralidade nas formas de reconhecimento, as transgeneridades compreendem uma multiplicidade de expressões de sexualidade não normativas, pois podem se referir tanto a mulheres transexuais quanto a mulheres travestis, sendo o corpo e os espaços sociais por ela ocupados delimitadores das nomenclaturas. A redução destas sexualidades à nomenclatura transexual pode evidenciar a tentativa de imposição de um modelo pelas instituições médicas, pois a presença do órgão genital masculino no corpo não impede o reconhecimento e vivência expressão das mulheridades.

A multiplicidade de vivências pode ser ampliada se considerada o caráter interseccional que as constitui, como raça e condição socioeconômica, podendo ocorrer justaposição de preconceitos e estigmatização ou episódios diferenciados em função do espaço por elas ocupados. Destacam-se ainda as denominações dos vocábulos ‘mulher transgênera’ ou apenas ‘mulher’ adotados nas transgeneridades, uma vez que há posições divergentes no que se refere a suas nomenclaturas e vivências.

A construção dos corpos nas transgeneridades decorre de uma reinvenção contínua destes a partir das performances realizadas, sendo possíveis com o advento das plasticidades corporais desenvolvidas pelas ciências médicas. O percurso de transformação, podendo ser denominado de processo transexualizador, período de transição ou período de incubação, caracteriza-se pela utilização de hormonioterapias, intervenções invasivas, como: silicone não profissional (silicone industrial) ou cirúrgicas (reaparelhamento sexual). As alterações objetivam a construção de um corpo que corresponda ao imagético feminino internalizado.

A cirurgia de construção da vagina é o objetivo fim de mulheres transexuais. A adoção de diversas nomenclaturas para se referir a esta intervenção pode permear normatividades ou discursos de regulação dos corpos e sexualidades. De modo geral, a cirurgia proporciona a adequação do corpo à identidade de gênero, seja pela estética ou pela possibilidade de sentir-se ou existir plenamente enquanto mulher, porém não determinam o autorreconhecimento de

suas mulheridades. As dificuldades de acesso ao processo transexualizador no Brasil e a preocupação com a funcionalidade da neovagina e a impossibilidade de obtenção de prazer no ato sexual são elementos que influenciam diretamente na decisão de realizar a intervenção, porém as cirurgiadas a descrevem como sensação de realização, vivência plena da sexualidade, aquisição de segurança e libertação. A cirurgia de reaparelhamento sexual pode ser considerada, portanto, como um dos principais demarcadores nas transgeneridades, adquirindo a função de regulador do discurso acerca destas sexualidades.

Além da cirurgia, a passabilidade constitui-se como outro demarcador nas transgeneridades. Esta denominação pode ser conceituada como níveis de aproximação de suas vivências aos de mulheres cisgêneras. A ocorrência da passabilidade relaciona-se diretamente aos processos de reconhecimento social, uma vez que referencia as leituras e interpretações sociais das performances do gênero feminino expressas em seus comportamentos e corporeidade. Apesar de propiciar a minimização de preconceito e discriminação, e adquirir um caráter de função protetora, reafirma as normatividades sexuais, o sistema binário de gênero e as estereotípias sociais a ele atribuída.

A exclusão ou irreconhecimento social podem ser provenientes não apenas do sistema binário, mas da própria interpretação dos ordenamentos jurídicos. As interpretações interferem diretamente na aplicabilidade da norma jurídica para as transgeneridades. A ampliação de conceitos pode incluí-las (Lei Maria da Penha); enquanto que a restrição ou rigidez normativa e interpretativa ocasiona exclusões (Lei do Feminicídio). A atribuição de sentido à norma a partir de atributos biológicos impede ou inviabiliza a proteção ou garantia de direitos destas vivências da sexualidade, que já são diminutas no ordenamento jurídico brasileiro.

Nesta tentativa de permanecer com os diálogos a partir desta dissertação, algumas reflexões podem ser realizadas: a sexualidade é um campo amplamente utilizado para a inscrição linguística de normatividades sobre os corpos, desejos, afetos, sentimentos e comportamentos; essas inscrições linguísticas possibilitam que o corpo seja lido socialmente através das performances realizadas por um corpo nomeado e sexualizado; o reconhecimento não perpassa somente pelo autorreconhecimento e reconhecimento social, mas por toda a construção do que se denomina de transgenereidades; e, a transgenereidade se constitui como o não-lugar, o não-lugar das sexualidades não-normativas.

A partir desse não-lugar, as transgeneridades constituem sua própria existência, e nas longas e silenciosas metamorfoses se tornam seu próprio lar, como exalta Francisco, El Hombre: “Triste, louca ou má. Será qualificada. Ela quem recusar. Seguir receita tal. A receita

cultural. Do marido, da família. Cuida, cuida da rotina. Só mesmo rejeita. Bem conhecida receita. Quem não sem dores. Aceita que tudo deve mudar. Que um homem não te define. Sua casa não te define. Sua carne não te define. Você é seu próprio lar”.

REFERÊNCIAS

- A BÍBLIA. **O Ser Humano (Gênesis, Capítulo 2)**. Tradução: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Editora Canção Nova, 2011.
- ADICHIE, Chimamanda. **Os Perigos de Uma História Única**. Oxford: Reino Unido, Conferência Anual – TED Global 2009, de 21 a 24 de julho, 2009.
- ALAMBERT, Zuleika. **A Mulher na História, A História da Mulher**. Rio de Janeiro: Fundação Astrojildo Pereira, 2004.
- ALVES, Rubem. **Retratos de Amor**. Campinas: Papirus Editora, 2002.
- ANTRA. **Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais em 2017**. Brasil: ANTRA, 2018.
- ARÁN, Márcia. A Transexualidade e a Gramática Normativa do Sistema Sexo-Gênero. Rio de Janeiro: **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, Vol. 9, Nº 1, Jan./Jun. 2006.
- ARAN, Márcia; MURTA, Daniela; LIONÇO, Tatiana. Transexualidade e Saúde Pública no Brasil. Rio de Janeiro: **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, vol.14, n.4, 2009.
- ARAN, Márcia; MURTA, Daniela. Do Diagnóstico de Transtorno de Identidade de Gênero às Redescrições da Experiência da Transexualidade: Uma Reflexão Sobre Gênero, Tecnologia e Saúde. Rio de Janeiro: **Physis Revista de Saúde Coletiva**, 19 [1], 2009.
- ARAÚJO, Emanuel. **O Teatro dos Vícios: Transgressão e Transigência Na Sociedade Urbana Colonial**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1993.
- ÁVILA, Lazslo. **Doenças do Corpo e Doenças da Alma: Investigação Psicossomática Psicanalítica**. São Paulo: Editora Escuta Ltda., 2002.
- BÁRTOLO, José. **Corpo e Sentido. Estudos Intersemióticos**. Covilhã: Livros LabCom, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Em Busca da Política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Volume 2**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BENTO, Berenice. **A Reinvenção do Corpo: Sexualidade e Gênero na Experiência Transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- _____. **Brasil: País do Transfeminicídio**. CLAM – Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf. Acesso em setembro de 2018.
- BHABHA, Homi K. “O Pós-Colonial e o Pós-Moderno. A Questão da Agência”. In: _____. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BRASIL. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação Contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- _____. **Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil**. Brasília: Senado Federal, 2008a.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2008b.
- _____. **Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 845779**. Procuradoria-Geral da República. Voto do Ministro Relator, Luís Roberto Barroso. Data de julgamento: 19 de novembro de 2015.
- BROUSSE, Marie-Hélène. **Psicanálise, Gênero e Feminismo**. São Paulo: Instituto de Psicologia da USP, Seminários da Obra de Jacques Lacan, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=B4NAsQ1kRgk>>. Acesso em 20 de março de 2018.

- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. **Cuerpos que Importan. Sobre los Límites Materiais y Discursivos del “Sexo”**. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- _____. **Quadros de Guerra – Quando a Vida e Passível de Luto?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, Judith. RIOS, André.; ARÁN, Márcia. Desdiagnosticando o Gênero. Rio de Janeiro: **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Vol. 19, Nº 1, Janeiro 2009.
- CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. **História Geral das Guerras Angolanas**. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972.
- CAMPOS, Andrea. As Bruxas Retornaram... Cacem as Bruxas! Maringá: **Revista Espaço Acadêmico**, n.104, jan. 2010.
- CAMPBELL, Joseph. **As Máscaras de Deus - Volume 3 - Mitologia Ocidental**. São Paulo: Palas-Athena, 2004.
- CARDOSO, Michelle; FERRO, Luís Felipe. Saúde E População LGBT: Demandas e Especificidades em Questão. Brasília: **Revista Psicologia, Ciência e Profissão**, vol.32, n.3, 2012.
- CARROLL, Lewis. **Alice Através do Espelho**. São Paulo: Cosac & Naify, 2016.
- CARVALHO, Maria Eulina; ANDRADE, Fernando; JUNQUEIRA, Rogério. **Gênero e Diversidade Sexual: Um Glossário**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2009.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso Sobre o Colonialismo**. Blumenau: Letras Contemporâneas, 2010.
- CHILAND, Colette. **Transexualismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- CONNELL, Raewyl; PEARSE, Rebecca. **Gênero: Uma Perspectiva Global**. São Paulo: Versos, 2015.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, vol.10, n.1, 2002.
- CRUGLAK, Clara. **Clínica da Identificação**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2001.
- CRUZ, Raimundo. Hermenêutica e Educação: O Sentido Gadameriano de Diálogo Ressignificando as Relações Pedagógicas. Maringá: **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 112, 2010.
- COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos: Teoria Social, Anti-Racismo e Cosmopolitismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- DARNTON, Robert. **Sexo Dá o Que Pensar**. In: NOVAES, A. **Libertinos e Libertários**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- DELEUZE, Gilles. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia** (Vol. 4). São Paulo: Editora 34, 2002.
- DOUZINAS, Costa. **O Fim dos Direitos Humanos**. São Leopoldo: Unisinos, 2009.
- DSM-5. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais V**. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa: O Sistema Totêmico na Austrália**. São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- EBERSHOFF, David. **A Moça de Copenhague**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2002.
- ECO, Umberto. **Sobre os Espelhos e Outros Ensaio**. Lisboa: DIFEL, 1989.
- EHRENREICH, B.; ENGLISH, D. **Bruxas, Parteiras e Enfermeiras: Uma História de Mulheres Curandeiras (Versão Preliminar)**. Curitiba: MIMEO, 1999.
- EISLER, Riane. **O Prazer Sagrado: Sexo, Mito e a Política do Corpo**. Tradução de Ana Luiza Dantas Borges. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

- FARACO, Carlos; MOURA, Francisco. **Gramática: Fonética e Fonologia, Morfologia, Sintaxe, Estilística**. São Paulo: Ática, 2000.
- FARINHA, Allyne. **Benedeiras “Renovadas”: Uma Análise do Fenômeno de Demonização e Assimilação**. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás – UEG, Monografia de Conclusão de Curso, 2009.
- FERNANDES, Estevão. **Decolonizando sexualidades: Enquadramentos Coloniais e Homossexualidade Indígena no Brasil e nos Estados Unidos**. Brasília: Tese de Doutorado, Universidade de Brasília (UnB), 2015.
- FLEURY, Alessandra; TORRES, Ana Raquel. **Homossexualidade e Preconceito: O que Pensam os Futuros Gestores de Pessoas**. Curitiba: Juruá, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.
- _____. **Sobre a História da Sexualidade**. In: _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- _____. **História da Loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- _____. **História da Sexualidade: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2010a.
- _____. **História da Sexualidade: O Uso dos Prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 2010b.
- _____. **História da Sexualidade: O Cuidado de Si**. Rio de Janeiro: Graal, 2010c.
- FREUD, Sigmund. **Sexualidade Feminina – Obras Completas, Vol. 21**. Rio de Janeiro: Imago, 1996a.
- _____. **Análise Terminável e Interminável – Obras Completas, Vol. 23**. Rio de Janeiro: Imago, 1996b.
- _____. **Novas Observações Sobre as Neuropsicoses de Defesa – Obras Completas, Vol. 03**. Rio de Janeiro: Imago; 1996c.
- _____. **Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- FUENTES, Maria. **A Mulher e Seus Nomes: Lacan e o Feminino**. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, 2009.
- GADAMER, Hans-George. **Verdade e método I**. Traços Fundamentais de Uma Hermenêutica Filosófica. São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2005.
- GIDDENS, Anthony. **Sociology: A Brief But Critical Introduction**. London: MacMillan, 1982.
- GIFFIN, Karen. A Inserção dos Homens nos Estudos de Gênero: Contribuições de um Sujeito Histórico. Rio de Janeiro: **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, 10 (1), 2005.
- GOMES, Izabel. Femicídio: A (Mal) Anunciada Morte de Mulheres. São Luís: **Revista Políticas Públicas**, v. 14, n. 1, , jan/jun., 2010.
- GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à Pesquisa Científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.
- GONÇALVES, Camila; WOLFF, José Roberto; ALMEIDA, Wilson Castello. **Lições de Psicodrama. Introdução ao Pensamento de J. L. Moreno**. São Paulo: Ágora, 1988.
- GOMES, Roger; FEITOSA, Lourdes. **Arte “Erótica” da Antiguidade: Leituras no Universo Contemporâneo**. Natal: XXVII Simpósio Nacional de História, 22 a 26 de julho de 2013, 2013.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro. DP&A, 2011.
- HAMPATÉ BÂ, Amadou. **A Tradição Viva**. In: Joseph KI-ZERBO (Org). **História Geral da África, Vol. 1: Metodologia e Pré-História da África**. São Paulo: Editora Ática, 1984.

- HOCQUENGHEM, Guy. **El Deseo Homosexual**. In: **El Deseo Homosexual. Terror Anal**. HOCQUENGHEM, Guy.; PRECIADO, Beatriz. España: Editorial Melusina, 2009.
- HONNETH, Axel. **Luta Pelo Reconhecimento: A Gramática Moral dos Conflitos Sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- JABLONSKI, Bernardo; ASSMAR, Eveline; RODRIGUES, Aroldo. **Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- JEFFREYS, Sheila. **Gender Hurts: A Feminist Analysis of the Politics of Transgenderism**. London: Routledge, 2014.
- JESÚS, Bento. **Campanha Pela Despatologização da Transexualidade no Brasil: Seus Discursos e Suas Dinâmicas**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás – UFG, Dissertação de Mestrado, 2013.
- JESUS, Jaqueline Gomes. **Trans-formações: Poder e Gênero nos Novos Tempos. Anais do 18º Congresso Brasileiro de Psicodrama**. Brasília: Federação Brasileira de Psicodrama, 2012.
- KATZ, Jonathan. **A Invenção da Heterossexualidade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- KAUFMAN, Michael. **The Construction of Masculinity and The Triad of Men'S Violence**. In: KAUFMAN, Michael (ed.). **Beyond Patriarchy: Essays by Men on Pleasure, Power, and Change**. Toronto: Oxford University Press, 1987.
- KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **Malleus Maleficarum: O Martelo das Feiticeiras**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 2004.
- LACAN, Jacques. **O Seminário: Livro 20: Mais, Ainda**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008a.
- _____. **O Seminário: Livro 3: As Psicoses**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008b.
- LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.
- LANZ, Letícia. **O Corpo da Roupa: A Pessoa Transgênera Entre a Transgressão e a Conformidade com as Normas de Gênero**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná – UFPR, Dissertação de Mestrado em Sociologia, 2014.
- LOURO, Guacira. **Pedagogias da Sexualidade**. In: _____. **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000a.
- _____. **Corpo, Escola e Identidade**. Porto Alegre: **Revista Educação & Realidade**, v. 25 (2), jul./dez., 2000b.
- _____. **Um Corpo Estranho: Ensaio Sobre Sexualidade e Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- LAVEDA, Elena; MARTÍNEZ, Águeda; ANTÓN, Irene. **Histeria: Historia de la Sexualidad Femenina**. Murcia: **Cultura de los Cuidados**, 2º Cuatrimestre, Año XVIII, n.º 39, 2014.
- LUCAS, Renato. **Peça Teatral: O Significante reencontro dos 5 Poetas**. Goiânia: 2016.
- LYPOVETSKI, Gilles. **O Crepúsculo do Dever. A Ética Indolor dos Novos Tempos Democráticos**. Lisboa: Dom Quixote, 2004.
- MATOS, Maria; FARIA, Fernando. **Melodia e Sintonia em Lupicínio Rodrigues: O Feminino, O Masculino e Suas Relações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- MONZANI, Luiz Roberto. **Origens do Discurso Libertino**. In: NOVAES, A. **Libertinos e Libertários**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- MOTT, Luiz. **Antropologia, Teoria da Sexualidade e Direitos Humanos dos Homossexuais**. Natal: **Bagoas - Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades**, v. 1, n. 01, 2012.
- MURARO, Rose Marie. **A Mulher no Terceiro Milênio**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.
- NOGUEIRA, Sayonara; AQUINO, Tathiane; CABRAL, Euclides. **Dossiê: A Geografia dos Corpos das Pessoas Trans**. Rio de Janeiro: Rede Trans Brasil, 2017.

- OAB. **Nota Técnica Sobre a Aplicabilidade da Lei Maria da Penha à Violência Doméstica Contra Transexuais e Travestis**. Brasília: OAB, 2014.
- OGILVIE, Bertrand. **Lacan: A Formação do Conceito de Sujeito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.
- OLIVEIRA, Roberto. **O Lugar (E em Lugar) do Método**. Brasília: Universidade de Brasília, 1995.
- _____. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir e Escrever. São Paulo: **Revista de Antropologia**, USP, v.39, nº1, 1996.
- PAECHTER, Carrie. **Meninos e Meninas: Aprendendo Sobre Masculinidades e Feminidades**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- PANTOJA, Selma. **Nzinga Mbandi: Mulher, Guerra e Escravidão**. Brasília: Thesaurus, 2000.
- PEREIRA, Isabella; PINHEIRO, Douglas. Direitos Humanos em Perspectiva Decolonial: Por um Direito Inclusivo da Sexualidade. Brasília: **Revista de Movimentos Sociais e Conflitos**, v. 2, n. 1, Jan/Jun., 2016.
- PERES, Wiliam. **Travestis: Corpo, Cuidado de si e Cidadania**. Florianópolis: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder**, 2008.
- PIMENTEL, Brutus. **Paul Valéry: Estudos Filosóficos**. São Paulo: Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo (USP), 2008.
- PINTO, Céli. Feminismo, História E Poder. Curitiba: **Revista Sociologia Política**, v. 18, n. 36, jun., 2010.
- POZZOBON, Adriane. **Etimologia e Abreviatura de Termos Médicos: Um Guia para Estudantes, Professores, Autores e Editores em Medicina e Ciências Relacionadas**. Lajeado: Editora UNIVATES, 2011.
- PRECIADO, Beatriz. **Manifesto Contrassexual**. São Paulo: n+1 Edições, 2014.
- PUAR, Jasbir. “Prefiro Ser um Ciborgue a Ser Uma Deusa”: Interseccionalidade, Agenciamento e Política Afetiva. Belo Horizonte: **Revista Meritum**, v. 8, n. 2, 2013.
- QUINET, Antônio. (Org). **Psicanálise e Psiquiatria: Controvérsias e Convergências**. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001.
- RABENHORST, Eduardo. **Aquela Sou Eu? Sobre Espelhos e Mulheres**. João Pessoa: Ideia, 2012.
- RAMSEY, Gerald. **Transexuais: Perguntas e Respostas**. São Paulo: Summus, 1998.
- REIS, Alcides. **Candomblé: A Panela do Segredo**. São Paulo: Mandarim, 2000.
- REY, González. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia: Caminhos e Desafios**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **A Sexualidade Também Tem História: Comportamentos e Atitudes Sexuais Através dos Tempos**. In.: BORTOLOZZI, Ana Cláudia; MAIA, Ari Fernando (Org.). **Sexualidade e Infância**. Bauru: FC/CECEMCA; Brasília: MEC/SEF, 2005.
- RICOEUR, Paul. **Percursos do Reconhecimento**. São Paulo: Loyola, 2006.
- RIVIERE, Joan. Womanliness as a Masquerade. **International Journal of Psychoanalysis**. (10): 303-313, 1929.
- ROCHA, Laila; BELARMINO, Larissa; PESSANHA, Luciane. **Bruxa: Uma Construção Histórica Da Mulher Que Conhece O Próprio Corpo**. Vitória: **#4 Seminário Internacional de Sexualidade/#2 Seminário Internacional de Estudos de Gênero**, 2016.
- RODRIGUES, Carla. Problemas de Gênero na e Para a Democracia. São Paulo: **Revista Ciência e Cultura**, vol. 69, no.1, Jan./Mar., 2017.
- ROSSET, Clement. **O Real e Seu Duplo: Ensaio Sobre a Ilusão**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2008.
- ROUDINESCO, Elisabeth. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

- RUDIO, Franz. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- SADE, Marquês de. **A Filosofia na Alcova Ou Os Preceptores Imorais**. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- SALLES, Ana Cristina; CECCARELLI, Paulo Roberto. A Invenção da Sexualidade. Belo Horizonte: **Revista Reverso**, ano 32, n.60, 2010.
- SANTOS, Luiz Henrique dos. **Heteronormatividade e Educação**. In: **Seminário de Gênero e Sexualidade na Escola**. Brasília: 12 de dezembro 2007.
- SCHLEIERMACHER, Friedrich. **Hermenêutica - Arte e Técnica da Interpretação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- SEDGWICK, Kosofsky. A Epistemologia do Armário. Campinas: **Cadernos Pagu**, n. 28, jan./jun., 2007.
- SEGATO, Rita. **Inventando a Natureza: Família, Sexo e Gênero no Xangô do Recife**. In: MOURA, Carlos Eugênio (Org.). **Candomblé: Religião do Corpo e da Alma: Tipos Psicológicos nas Religiões Afro-Brasileiras**. Rio de Janeiro: Pallas, 2000.
- SHELL, Kate. **Os Direitos Sexuais São Direitos Humanos, Mas Como Podemos Convencer as Nações Unidas?** In: CORNWALL, A.; JOLLY, S. (Org.). **Questões de Sexualidade: Ensaios Transculturais**. Rio de Janeiro: ABIA, 2008.
- SEXUAL MINORITIES UGANDA. **Expanded Criminalisation of Homosexuality in Uganda: A Flawed Narrative**. Kampala: Sexual Minorities Uganda, 2014.
- SCHLEIERMACHER, Friedrich. **Hermenêutica - Arte e Técnica da Interpretação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- SIMÕES, Júlio & FACHINNI, Regina. **Paradoxos da Identidade**. In: _____. Na Trilha do Arco-Íris: Do Movimento Homossexual ao LGBT. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2009.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) **A Produção da Identidade e da Diferença**. In: _____. **Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2012.
- SOARES, Vera. Movimento de Mulheres e Feminismo: Evolução e Novas Tendências. Rio de Janeiro: **Revista Estudos Feministas**, Volume Especial, 1994.
- SOUSA FILHO, A. A Política do Conceito: Subversiva ou Conservadora? Crítica À Essencialização do Conceito de Orientação Sexual. Rio Grande do Norte: UFRN, **Revista Bagoas**, n. 04, 2009.
- STOLLER, Robert. **Recherches sur l'Identité Sexuelle**. Paris: Gallimard, 1978.
- STRAZZACAPPA, Márcia; MORANDI, Carla. **Entre a Arte e a Docência: A Formação do Artista da Dança**. Campinas: Papirus, 2006.
- VARGAS, Maria Teresa; OLTRAMARI, Leandro. Ser e Estar Drag Queen: Um Estudo Sobre a Configuração da Identidade Queer. Ceará: UFC, **Revista Estudos de Psicologia**, 9(3), 2004.
- SWAIN, Tania. **Cuerpos Construídos, Superfícies de Significación, Processos de Subjetivación**. In: FEMINIAS, Maria (Org.). **Perfiles del Feminismoiberoamericano**. Buenos Aires: Catalogos, v. II, 2007.
- TAYLOR, Charles. **The Politics of Recognition**. In: GUTMANN, Amy. **Multiculturalism: Examining the Politics of Recognition**. Princeton: Princeton University, 1994.
- TEIXEIRA, Marina. **Mudar de Sexo: Uma Prerrogativa Transexualista**. Belo Horizonte: **Psicologia em Revista**, v.12, n.19, 2006.
- TUCHERMAN, Ieda. **Breve História do Corpo e de Seus Monstros**. Lisboa: Editora Vega, 1999.
- UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília: UNESCO, 1998.

- VARTABEDIAN, Julieta. *Cuerpos (Trans)Formados: Acerca de Las Identidades de Género y la Producción de la Femenidad*. Florianópolis: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder**, 2008.
- VENTURA, Miriam. **Transexualidade: Algumas Reflexões Jurídicas Sobre a Autonomia Corporal e Autodeterminação da Identidade Sexual**. In: RIOS, Roger (Org). **Em Defesa dos Direitos Sexuais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.
- VERGER, Pierre. **Orixás**. Salvador: Editora Corrupio, 2002.
- VIDAL, Marciano. **Ética da Sexualidade**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- VIGARELLO, Georges; CORBIN, Alain; JEAN-JACQUES COURTINE. **História do Corpo - 3 Volumes**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.
- WITTIG, Monique. **El Pensamiento Heterossexual y Otros Ensayos**. Madrid: Editorial Egales, 2006.
- WOODHILL, Brenda; SAMUELS, Curtis. Desirable And Undesirable Androgyny: A Prescription For The Twenty-First Century. **Journal of Gender Studies**, v. 13, n. 1, 2004.
- WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: Uma Introdução Teórica e Conceitual**. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2012.
- YIN, Robert. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- ZEQUI, Stênio. Sex With Animals (SWA): Behavioral Characteristics and Possible Association With Penile Cancer. A Multicenter Study. Estados Unidos: **The Journal of Sexual Medicine**, v. 9, n. 7, 2012.
- ZORDAN, Paola. Bruxas: Figuras de Poder. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas.**, vol. 13, n. 2, maio-ago. 2005.

ANEXOS

ANEXO I – ROTEIRO DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
 PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM DIREITOS HUMANOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Projeto de Pesquisa: Através do Espelho: O Reconhecimento das Mulheridades nas Sexualidades Femininas Transgêneras

Pesquisador: Manoel Pereira da Cruz Neto

Orientadora: Prof. Dra. Luciana de Oliveira Dias

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Nome: _____ Idade: _____

Estado Civil: _____ Cor/Raça: _____

Escolaridade: _____

Profissão: _____

Trabalho Atual: _____

Renda Atual: _____ Tipo de Residência: _____

Orientação Sexual: _____

Religião: _____

A VIVÊNCIA DAS MULEHRIDADES TRANSGÊNERAS

1. Quais são as suas expectativas em relação a esta pesquisa?
2. Você se considera transexual? Por quê?
3. O que você considera como transexualidade?
4. Com qual dos gêneros você se identificava enquanto criança?
5. Existe uma fase de transição? Se sim, pode descrever?

6. O que é o feminino em sua opinião? E o masculino?
7. O que é o ser mulher? E o ser homem?
8. Você se reconhece como mulher? O que a faz se (não) reconhecer como mulher?
9. O que é necessário para se auto reconhecer como mulher?
10. Você é reconhecida socialmente como mulher? O que a faz ser reconhecida (ou não) como mulher?
11. O que é necessário para você ser reconhecida socialmente como mulher?
12. Existe diferença entre o reconhecimento social realizado por um homem e por uma mulher para você? Por quê?
13. Existe uma identidade trans? Se sim, o que é a identidade trans?
14. O que você pensa sobre a consideração da transexualidade como uma doença ou transtorno mental? E a necessidade de realização deste diagnóstico para ter acesso a cirurgia sexual?
15. A retirada do órgão sexual masculino é um fator fundamental para a efetivação do reconhecimento como mulher?
16. Se não houvesse a cirurgia sexual você se reconheceria como mulher?
18. Você se denomina apenas como mulher ou mulher trans?
19. Quais os procedimentos realizados para a efetivação do reconhecimento enquanto mulher?
20. Existem diferenças na forma de ser mulher? Se sim, como são essas diferenças?
21. Qual tipo de mulher você se considera ser?
22. Como as pessoas lhe identificam/reconhecem hoje?
23. Como você se identifica hoje?
24. Como se deu a escolha do seu nome?

ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM DIREITOS HUMANOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidada a participar, como voluntária, da pesquisa intitulada **“Identidade de Gênero e Direitos Humanos: O Processo de Reconhecimento das Mulheridades na Transexualidade Feminina”**. Meu nome é Manoel Pereira da Cruz Neto, sou o pesquisador responsável e minha área de atuação é em psicologia e direitos humanos, estou sob orientação da Profa. Dra. Luciana de Oliveira Dias. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao pesquisador responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizada de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável, via e-mail manoel.psicanalista@gmail.com e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através dos seguintes contatos telefônicos: (31)99629-2121/ (62)98106-0028. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215.

Os estudos acerca do gênero e os fenômenos deles decorrentes propiciam a possibilidade de minimização, ou mesmo, erradicação das desigualdades construídas socialmente e decorrentes das representações de gênero existentes na sociedade. Ao mesmo tempo possibilita questionamentos aos modelos que vigoram em nossa sociedade, principalmente no que concerne aos preconceitos e discriminações, responsáveis pelas múltiplas formas de violência pelos quais aqueles que não se enquadram nas posições heteronormativas da sociedade sofrem continuamente.

Neste grupo de desvio da heteronormatividade, destacam-se de modo singular as identidades trans, grupo ainda discriminado, marginalizado ou até mesmo negligenciado pela sociedade. Desta forma, as discussões sobre a sexualidade e disponibilização de informações sobre os direitos sexuais tem possibilitado uma reflexão das práticas geradoras de preconceito

em nossa sociedade, uma vez que a sexualidade tem se caracterizado como uma temática de amplo debate nacional e internacional nas últimas décadas.

Sendo assim, o estudo deste tema na perspectiva dos Direitos Humanos possibilita a reflexão acerca dos valores construídos socialmente; a promoção do respeito à dignidade humana, assim como da pluralidade sexual e de identidade de gênero; o combate às múltiplas formas de violência de gênero; o esclarecimento sobre a “subjetividade transgênera”; contribui para as discussões sobre a despatologização das identidades trans e que conseqüentemente impacta as diversas ações, sociais e jurídicas, que ocorrem a nível nacional e internacional para combate à discriminação da sexualidade e a minimização de preconceitos, assim como possibilita compreender os aspectos relacionados ao reconhecimento – auto reconhecimento e reconhecimento social – das mulheridades na transexualidade feminina.

De forma a tornar plausível sua realização, esta pesquisa apresenta como objetivo geral analisar os processos do reconhecimento – auto reconhecimento e reconhecimento social – das mulheridades na transexualidade feminina e como objetivos específicos consolidar um banco de dados discursivos acerca das mulheridades na transexualidade feminina; analisar os principais processos de auto reconhecimento das mulheridades na transexualidade feminina; analisar os processos de reconhecimento social da mulher na transexualidade feminina; analisar os aspectos biológicos, subjetivos e sociais relacionados à efetivação dos reconhecimentos das mulheridades na transexualidade feminina; analisar se há sobreposição ou complementariedade de um reconhecimento em relação ao outro; e analisar quais as conceituações e fenômenos correlatos estabelecidos na transexualidade feminina para a definição de um ser mulher.

Nesse sentido a sua participação no referido estudo será no sentido de responder a algumas questões realizadas pelo pesquisador, na tentativa de ajudá-lo a coletar informações para sua pesquisa, estando ciente de que, caso necessário, poderá haver a realização de mais uma entrevista, sendo estas realizadas no ambulatório de Ginecologia e Obstetrícia do Hospital de Clínicas de Goiás e gravadas eletronicamente, ou seja, via registro sonoro. Posteriormente os registros serão transcritos e seguida da transcrição o registro sonoro será descartado, não sendo utilizado, portanto, a divulgação de sua voz nos resultados publicados da pesquisa ou correlatos.

Em virtude do caráter de subjetividade das perguntas realizadas pelo pesquisador, bem como de adentrar em percepções, convicções e considerações de foro íntimo, poderá ocorrer durante a realização da entrevista possíveis desconfortos emocionais e riscos psicossociais

decorrentes do estudo, tais como constrangimento, intimidação, angústia, insatisfação, irritação, mal-estar, estresse etc.

Isto decorrerá principalmente em virtude da evocação de sentimentos e memórias que podem ser dolorosas. Por isso, será garantida a assistência durante e depois da pesquisa, através de atendimento psicológico e outras orientações em caso de necessidade, pelas profissionais, Psicóloga Ilka Mendes Fernandes, CRP 09/1.971 no telefone (64) 99220-3435 e Psicóloga Lívia Jacinto Lemos, CRP 09/1.739 no telefone (62) 98411-2606/3225-5110, no endereço Rua 10, n 238, Ed. Jotabrado, sala 503, Setor Oeste, Goiânia.

Caso ocorra o desconforto emocional – seja ele mínimo ou profundo – e/ou riscos psicossociais durante a realização das entrevistas você possui a garantia de liberdade de se recusar a responder as questões que assim lhe fizeram sentir ou mesmo desistir completamente de participar da pesquisa, de forma que sua intimidade e liberdade estarão sempre respeitadas e resguardadas.

Este trabalho poderá contribuir de forma indireta na ampliação do conhecimento sobre a identidade transgênera; para as discussões sobre a despatologização das identidades trans com consequente manutenção dos processos cirúrgicos; no combate à discriminação da sexualidade e a minimização de preconceitos; e na compreensão dos aspectos relacionados ao reconhecimento – auto reconhecimento e reconhecimento social – das mulheridades na transexualidade feminina. Os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não, sendo divulgados via repositório do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos após defesa da dissertação, via artigos científicos e seminários institucionais, bem como lhe será realizada uma devolutiva individual.

Você está ciente de que sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, lhe identificar, será mantido em sigilo, sendo-lhe assegurado o anonimato. Também é informada de que pode se recusar a participar do estudo, ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem que haja necessidade de justificativa, bem como penalização alguma pela retirada. Se desejar sair da pesquisa, não sofrerá qualquer prejuízo, sendo que, a assistência oferecida continuará disponível.

Convém observar, que você está ciente e alertada de que, da pesquisa a se realizar, não receberá benefícios financeiros ou de qualquer outra ordem, inclusive veda-se o ressarcimento das despesas decorrentes de transporte e alimentação, uma vez que as entrevistas serão realizadas conforme atendimento de rotina do ambulatório de ginecologia e obstetrícia do Hospital de Clínicas de Goiás. Porém, caso ocorra algum dano decorrente de sua participação

no estudo, poderá solicitar judicialmente a indenização, por danos imediatos ou futuros, conforme determina a lei.

Tendo sido orientada quanto ao teor do presente termo e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, solicita-se seu manifesto livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por sua participação.

Consentimento de Participação na Pesquisa

Eu, _____,
inscrita sob o RG/ CPF _____,
abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado **“Identidade de Gênero e Direitos Humanos: O Processo de Reconhecimento das Mulheridades na Transexualidade Feminina”**. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informada e esclarecida pelo pesquisador responsável Manoel Pereira da Cruz Neto sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, _____ de _____ de _____

Assinatura por extenso da participante

Manoel Pereira da Cruz Neto

Pesquisador Responsável

ANEXO III – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Identidade de Gênero e Direitos Humanos: O Processo de Reconhecimento das Mulheridades na Transsexualidade Feminina

Pesquisador: MANOEL FERREIRA DA CRUZ NETO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 68005317.2.0000.5083

Instituição Proponente: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.154.865

Apresentação do Projeto:

A proposta ora apresentada, objeto de pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos, assenta-se no campo de debate dos estudos de gênero, corpo e sexualidade, voltando-se mais especificamente para a transsexualidade, em que pretende analisar os processos de reconhecimento do que denomina como "mulheridades" na transsexualidade feminina. Trata-se de pesquisa qualitativa, baseada em estudos de caso múltiplos, em que serão realizadas entrevistas semiestruturadas visando a compreensão do processo de reconhecimento das mulheridades na transsexualidade feminina. A pesquisa será desenvolvida no Departamento de Ginecologia do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Goiás, sendo este um dos seis locais em que se realiza a cirurgia de afirmação de sexo no Brasil. O estudo pretende contar com 40 mulheres transsexuais, sendo 20 em processo transsexualizador e 20 com cirurgias já efetivadas, com idade entre 21 e 50 anos.

Objetivo da Pesquisa:

Conforme apresentado no Projeto de Pesquisa (p. 9), o objetivo geral do estudo em análise é "analisar os processos de reconhecimento - autorreconhecimento e reconhecimento social - das mulheridades na transsexualidade feminina, considerando-se identidades de gênero como um direito fundamental baseado no princípio da dignidade da pessoa humana". O pesquisador

Endereço: Prédio da Faculdade Terceiro Cx, Postal 131
Bairro: Campina Samambaia
UF: GO **Município:** GOIÂNIA **CEP:** 74.001-970
Telefone: (62)3524.11215 **Fax:** (62)3524.11163 **Email:** cep.ppp@ufg.br@gmail.com

Página 01 de 05



Continuação Parecer: 2.154.865

pretende ainda, consolidar um banco de dados a respeito das mulheridades na transsexualidade e analisar os elementos (biológicos, sociais e subjetivos) que compõem o reconhecimento efetivo das mulheridades.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O pesquisador problematiza riscos e benefícios, prevendo a possibilidade de que haja algum desconforto em relação às perguntas do roteiro de entrevistas, sobretudo naquelas de foro íntimo. No caso de desconforto emocional, prevê, em seu TCLE, que as entrevistadas poderão recusar a responder qualquer uma das questões ou mesmo se retirar da pesquisa, resguardando-se sua liberdade e intimidade. No que se refere aos benefícios, aponta que os resultados da pesquisa poderão vir a contribuir para a ampliação do conhecimento sobre identidade trans, para o debate acerca da despatologização das identidades trans, além da compreensão do processo de reconhecimento das mulheridades trans, objetivo geral do estudo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Considerando os objetivos apresentados pelo autor, de investigar os processos de reconhecimento das mulheridades na transsexualidade, em especial entre mulheres trans em processo transsexualizador ou que já tenham se submetido às cirurgias, a relação entende que se trata de estudo do mais alto grau de importância para o campo de estudos de gênero, sexualidade e direitos humanos, com potencial impacto sobre o desenvolvimento de políticas públicas de saúde, orientadas para a população transsexual. Ressalta-se que o objetivo do estudo é, considerando a identidade de gênero como um direito humano fundamental, compreender os aspectos que se apresentam no processo de reconhecimento e autorreconhecimento das mulheridades na transsexualidade, abordando questões relacionadas à compreensão do que é ser mulher, o que é uma identidade trans, os sentidos subjetivos e práticos da retirada do órgão genital e o próprio entendimento sobre a transsexualidade. Participação da pesquisa mulheres transsexuais em acompanhamento no Hospital das Clínicas da UFG e que se apresentem social e clinicamente como pessoa transsexual, maiores de 21 anos, não sendo considerado como critérios de inclusão aspectos relativos ao nível de escolaridade, estrato socioeconômico ou religião. Para tanto, incluídas neste critério, serão entrevistadas 40 mulheres, sendo 20 em processo transsexualizador e 20 com cirurgias já efetivadas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O pesquisador apresentou a seguinte documentação: 1) FICHA de Risco devidamente assinada; 2) Formulário de Informações Básicas do Projeto, indicando a coparticipação do Hospital das Clínicas

Endereço: Prédio da Faculdade Terceiro Cx, Postal 131
Bairro: Campina Samambaia
UF: GO **Município:** GOIÂNIA **CEP:** 74.001-970
Telefone: (62)3524.11215 **Fax:** (62)3524.11163 **Email:** cep.ppp@ufg.br@gmail.com

Página 02 de 05



UFG - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 2.154.865

e apresentando cronograma adequado para o desenvolvimento do estudo; 3) Roteiro de Entrevista; 4) Termo de Compromisso assinado pelo pesquisador e sua orientadora; 5) TCLE em conformidade com as normas exigidas para pesquisa com seres humanos; 6) Projeto de Pesquisa detalhado, com metodologia e cronograma detalhados; 7) Currículos do pesquisador e de sua orientadora; 8) Carta de Aprovação da Gerência de Ensino e Pesquisa do Hospital das Clínicas; 9) Carta de Apresentação do Pesquisador; 10) Declaração de reconhecimento e aprovação do Projeto de Pesquisa pelo Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos; 11) Declaração da Gerência de Ensino e Pesquisa do HC, afirmando sua co-responsabilidade como instituição co-participante; 12) Declaração do Pesquisador informando que a pesquisa ocorrerá mediante recursos próprios; 13) Parecer com aprovação do Chefe da Unidade/Departamento de Ginecologia e Obstetrícia do HC para a realização da pesquisa; 14) Termo de Anúncia do Hospital das Clínicas, autorizando o desenvolvimento do estudo em suas dependências com coleta de dados devidamente autorizada até julho de 2018.

Recomendações:

A relatoria recomenda que sejam feitas alterações no TCLE no sentido de sintetizar as informações referentes à compreensão da pesquisa, visando o entendimento mais eficiente da parte das mulheres entrevistadas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadéquações:

Conclui-se que trata-se de pesquisa de significativa relevância, acadêmica, política e social, que virá a contribuir de modo importante para os estudos de sexualidade e gênero, em especial de transexualidades, e que ATENDE às determinações legais no que tange aos critérios éticos exigidos para a pesquisa que envolve seres humanos. Pode-se atentar às recomendações da relatoria no que se refere à adequação do TCLE, o que, por se tratar de pesquisa de baixo risco, não implica com a não aprovação do Projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO, o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, prevista para agosto de 2018.

Endereço: Prédio da Reitoria Terceiro Cx, Postal 131
Bairro: Campus Samambaia
UF: GO Município: GOIÂNIA CEP: 74.001-970
Telefone: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1163 E-mail: cep.pju.uf@gmail.com

Página 03 de 05



UFG - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 2.154.865

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	FB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_899259.pdf	05/05/2017 17:39:20	MANOEL PEREIRA DA CRUZ NETO	Acerto
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Manoel.pdf	05/05/2017 17:37:58	MANOEL PEREIRA DA CRUZ NETO	Acerto
Outros	Roteiro_de_Entrevista.pdf	05/05/2017 17:36:08	MANOEL PEREIRA DA CRUZ NETO	Acerto
Outros	Parecer_Chefe_de_Unidade.pdf	05/05/2017 17:35:04	MANOEL PEREIRA DA CRUZ NETO	Acerto
Outros	Curriculo_Lattes_Luciana_de_Oliveira.pdf	05/05/2017 17:34:23	MANOEL PEREIRA DA CRUZ NETO	Acerto
Outros	Curriculo_Lattes_Luciana_de_Oliveira.pdf	05/05/2017 17:34:00	MANOEL PEREIRA DA CRUZ NETO	Acerto
Outros	Declaração Gerência de Pesquisa_HC.pdf	05/05/2017 17:33:41	MANOEL PEREIRA DA CRUZ NETO	Acerto
Outros	Declaração do_PPGIDH.pdf	05/05/2017 17:31:44	MANOEL PEREIRA DA CRUZ NETO	Acerto
Outros	Avaliação do_Projeto_Gerencia_HC.pdf	05/05/2017 17:30:48	MANOEL PEREIRA DA CRUZ NETO	Acerto
Outros	Orcamento_HC.pdf	05/05/2017 17:27:57	MANOEL PEREIRA DA CRUZ NETO	Acerto
Outros	Carta_de_Apresentacao_do_Pesquisador ao_HC.pdf	05/05/2017 17:27:34	MANOEL PEREIRA DA CRUZ NETO	Acerto
Declaração de Pesquisa	Termo_de_Compromisso.pdf	05/05/2017 17:27:02	MANOEL PEREIRA DA CRUZ NETO	Acerto
Declaração de Instituição e Projeto Detalhado / Protocolo	Termo_de_Anuencia_da_Instituicao.pdf	05/05/2017 17:26:49	MANOEL PEREIRA DA CRUZ NETO	Acerto
Declaração de Instituição e Projeto Detalhado / Protocolo	Projeto_Reconhecimento_das_Mulheres em_Transexualidade_Feminina.pdf	05/05/2017 17:21:47	MANOEL PEREIRA DA CRUZ NETO	Acerto
Declaração de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Projeto.pdf	05/05/2017 17:21:32	MANOEL PEREIRA DA CRUZ NETO	Acerto

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Prédio da Reitoria Terceiro Cx, Postal 131
Bairro: Campus Samambaia
UF: GO Município: GOIÂNIA CEP: 74.001-970
Telefone: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1163 E-mail: cep.pju.uf@gmail.com

Página 04 de 05



Contato: 049 2154.865

GOIÂNIA, 04 de Julho de 2017

Assinado por:
Jólio Batista de Souza
(Coordenador)

Endereço: Praça da República Terceiro Cx. Postal 131
Cidade: Goiânia - Goiás
UF: GO Município: GOIÂNIA **CNPJ:** 74.001.970
Telefone: (62)3521.1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cnpjufg@gmail.com